

GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS



GT 09

GÊNERO, “RAÇA” E TRAJETÓRIAS AFETIVO-SEXUAIS ENTRE MULHERES NEGRAS LIDERANÇAS DE CLASSES POPULARES, EM SALVADOR, BAHIA

Ana Claudia Lemos Pacheco¹

Joana Maria Leoncio Núñez²

Resumo: Este artigo insere-se no campo de estudo das Ciências Sociais e dos estudos de gênero e raça e visa trazer um recorte teórico sobre a questão das experiências afetivas e sexuais de mulheres negras, lideranças de classes populares na Bahia. Salientamos a falta de pesquisas realizadas no contexto brasileiro que atentaram para essa temática e sua interseccionalidade entre categorias de gênero-raça-afetividade - sexualidade – poder e classe e compreendemos que afetividade e sexualidade são marcadores importantes no desvendamento de códigos sócio-culturais, de demarcação de identidades e diferenças entre os grupos sociais e os indivíduos, de percepção e de enfrentamento aos processos de dominação social, historicamente, instituídos.

Palavras Chaves: Mulheres Negras, Afetividade e Sexualidade; Lideranças, gênero-Raça-Classe, Trajetórias.

-
- 1 Profa Dra Adjunta de Sociologia da Universidade do Estado da Bahia, Campus-I, Salvador. Líder do Grupo de Pesquisa CANDACES: grupo de pesquisa em Gênero, raça, cultura & sociedade, certificado pelo CNPq, da mesma Universidade. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação- Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade- UESB-ODEERE. Pesquisadora do Centro de Estudos de Gênero-raça-etnia e sexualidade da UNEB (DIADORIM) da UNEB.
 - 2 Professora de Psicologia da Universidade do Estado da Bahia, Campus- Salvador. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CANDACES: grupo de pesquisa em Gênero, raça, cultura & sociedade, certificado pelo CNPq, da mesma Universidade. Pesquisadora do Centro de Estudos de Gênero-raça-etnia e sexualidade da UNEB(DIADORIM).

Introdução

Vários estudos sociológicos realizados nas décadas de 1980 e 1990 têm demonstrado a importância das mulheres de camada popular nas lideranças dos grupos familiares e comunitários, como agentes fundamentais no processo de organização social e política, pela busca da igualdade social e pelos direitos sociais básicos para a população local que vive geralmente em desvantagens socioeconômicas, sinalizam que uma parcela que compõe as populações femininas em contextos de desigualdades sociais, como é o caso do Brasil, são populações etnicamente e racialmente constituídas numa distribuição espacial a partir das intersecções de categorias de raça, gênero e classe, onde há predominância da população feminina negra nos espaços de maior exclusão social. Esse dado pode ser constatado com as pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Aplicada. Segundo o IPEA (2013), houve um aumento significativo da população feminina negra em relação à população feminina branca no Brasil, a partir do ano de 2008, sobretudo no Estado da Bahia (70% são negras), se tornando chefes de família. Nas camadas mais populares, de 1995 a 2009, a chefia feminina negra continuou com as piores rendas *percapitas*, se comparada às chefias masculinas brancas e às chefias femininas brancas nas regiões do norte e nordeste, incluindo à Bahia, ainda que as mulheres estudem e vivam mais que homens. Segundo o IPEA (2013), os grupos femininos negros são os mais vulneráveis à pobreza, à violência de gênero e ao racismo em contextos sociais permeados por grandes desigualdades, como é o caso da cidade de Salvador, cuja maioria da população é composta por negros/as e esta parcela continua à margem da sociedade mais inclusiva.

Este quadro sociológico das mulheres negras no cenário nacional e regional é ilustrativo e oportuno para pensarmos a multidimensionalidade das relações de gênero, classe e raça vivenciadas pelas mulheres negras lideranças de grupos comunitários na cidade de Salvador.

Mulheres lideranças de bairros populares em Salvador, Bahia

GARCIA (2006; p.13) demonstra em suas pesquisas, que desde a década de 1980, em Salvador, 44% das mulheres da periferia assumiam as lideranças das associações de bairros. Vários fatores contribuíram para este fenômeno, segundo a autora: carências de bens de serviços coletivos, saúde e saneamento, moradia e educação foram os principais motivos encontrados pelas lideranças engajarem-se nos movimentos.

Algumas pesquisas também demonstram que boa parte das mulheres que residem nos bairros populares de Salvador são negras (Ver AZEVEDO, 2002; AGIER, 1990, CASTRO, 1991, SANTOS, 1994; MACÊDO, 1999, PACHECO, 2013.). A maioria dessas mulheres provem de zonas rurais, desenvolve trabalhos domésticos remunerados ou exercem ocupações características do mercado informal. São lavadeiras, cozinheiras, doceiras, artesãs, quituteiras, autônomas, manicuras etc. Tais pesquisas apontam, ainda, que mesmo vivendo em uma situação de pobreza, as mulheres negras de camada popular assumem, em sua maioria, a chefia do grupo doméstico, sustentando economicamente e educando seus filhos, na maioria das vezes, sozinhas, sem parceiros afetivo-sexuais fixos. (PACHECO; 2013).

Pesquisas realizadas sobre a sexualidade das mulheres negras brasileiras apontam que a sexualidade é uma dimensão fundamental na vida das mesmas, pois esta interfere em suas trajetórias e pode obstaculizar e dificultar todo o curso de sua vida social. As consequências são inúmeras na forma como este grupo social experimenta as múltiplas opressões de gênero - raça e sexualidade no corpo, na negação de sua autoestima e nas triplas violências que sofrem nos espaços institucionais (CRUZ, 2004). Esses mesmos estudos revelam que a conjugação do racismo e do sexismo vulnerabiliza mais as mulheres negras do que as mulheres do grupo racial branco no que se refere aos efeitos psicossociais na somatização dos problemas no corpo, decorrentes da tripla discriminação gênero-raça-classe que acumularam historicamente.

Ainda que pesem as contribuições das Ciências Sociais sinalizando outros determinantes sociológicos e históricos no empoderamento das mulheres negras frente às organizações sociais, políticas, culturais e religiosas, dos grupos comunitários e dos movimentos sociais e populares, e perceptível à ausência de pesquisas que analisem a afetividade e sexualidade das lideranças negras femininas de classes populares. As pesquisas no campo das Ciências Sociais, dos estudos de gênero e de gênero e raça têm dado pouca atenção à dimensão da afetividade e da sexualidade das mulheres negras pobres. Geralmente tais estudos enfatizam duas ou três dimensões da vida social das mulheres negras marcadas pela raça, pela pobreza, pelo gênero ou pela sexualidade, mas não trabalham com a interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) como eixo estruturante dessas categorias descritas acima.

Acreditamos que estas mulheres negras lideranças de classes populares são agentes de mudanças de comportamentos sexuais e afetivos hegemônicos e de enfrentamento a várias formas de desigualdades conjugadas, como o racismo,

o sexismo e as desigualdades de classe nos bairros que atuam. A nossa hipótese baseia-se em estudos recentes que afirmam que, apesar das desigualdades interseccionais que estas mulheres vivenciam, a afetividade e a sexualidade são campos importantes de expressões de sentimentos, de ressignificações de práticas sócio-culturais de dominação, de novas configurações das relações de gênero, e de enfrentamento às estruturas de dominação vivenciadas em suas trajetórias, cotidianamente, nos bairros e na sociedade baiana a qual participam.

Fanon (1982) assinala a importância de se discutir o racismo como uma ideologia que desumaniza o negro por meio da violência física e simbólica perpetrada no corpo, na imagem, na linguagem, na auto-estima e na afetividade. As experiências afetivo-sexuais de homens e mulheres negros seriam resultantes da interiorização do sistema cultural colonial dominante introjetados em suas mentes e simbolizados nos sistemas de representações sociais instituídos historicamente, como nas imagens e nos discursos produzidos sobre o corpo e a sexualidade do “outro” não-ocidental, visto como não-afetivo.

A afetividade, enquanto um fenômeno psicossocial e cultural

A afetividade foi relegada por muito tempo dos discursos científicos sobre a experiência dos povos racializados, como consequência do racismo epistêmico. A sexualidade, enquanto um campo discursivo institucionalizado, emergiu, segundo Foucault (1976), só no século XIX. Esta serviu para classificar os corpos e controlar a sexualidade através dos discursos médicos, religiosos, educacionais e da própria ciência moderna.

O antropólogo Kabenguele Munanga (2004), ao estudar a história e o conceito de miscigenação, argumenta que no Brasil, e em outros países, foi nos corpos das mulheres negras escravizadas que as ideologias raciais foram perpetradas. Foi no bojo da institucionalização dos saberes sobre o “sexo” e a sexualidade dos indivíduos na chamada modernidade que o pensamento científico ocidental passou a observar e controlar os corpos das mulheres negras e indígenas sobre a ótica da eugenia, da sexualidade, da racialização e do cristianismo.

A sexualidade das mulheres negras, indígenas e mestiças era vista como uma ameaça à ordem social vigente porque, segundo Stoccke (2006), as mulheres possuíam uma sexualidade “desenfreada”, impura e amoral, portanto, passível de intercurso sexual com homens brancos europeus de prestígio social. Tal concepção sobre a sexualidade das mulheres negras no imaginário coletivo

atual continua a reproduzir certos estereótipos preconceituosos sobre os seus desejos sexuais, sem atentar para a dimensão afetiva e outros fluxos de sentimentos que não se encerram na ideia do “sexo”, e sim de uma sexualidade que pode ser vivida de várias formas, como assinalou Giddens (1993), ao introduzir o conceito de “sexualidade plástica”, sem necessariamente, impor um modelo pré-concebido dos corpos negros femininos racializados e hiper-sexualizados.

A sexualidade, na definição de M. Foucault, é um dispositivo de poder de controle bio-político das instituições sociais modernas sobre os corpos dos indivíduos considerados “anormais”. Se o conceito de sexualidade emergiu no século XIX como um atributo da individualização do mundo moderno, o conceito de afetividade como um vetor explicativo do comportamento dos povos “não civilizados” só emergiu no meio dos discursos científicos nas Ciências Sociais, a partir dos meados do século XX.

Os estudos sobre a afetividade e as emoções tem sido tradicionalmente foco de interesse das teorias da Psicologia³. Nas Ciências Sociais, em especial na Antropologia, essa discussão está presente nos primeiros trabalhos do antropólogo Bronislaw Malinowski (1973). De lá para cá, o lado emocional e afetivo das relações sociais tem sido foco de preocupação nas pesquisas antropológicas. Mas, se por um lado, a afetividade desponta como um tema que vem merecendo atenção na antropologia contemporânea, não é menos complexo a forma de abordá-lo.

Marcel Mauss (1979), na *Expressão Obrigatória dos Sentimentos* revela a falsa dicotomia entre “eu individual” e o “eu social”, chamando atenção para as várias expressões dos sentimentos como fenômenos sociais e não exclusivamente psicológicos. Outros autores têm chamado atenção para a ambiguidade em definir “emoções”. Lutz e White (1986) observam que o estudo sobre o tema reflete uma tensão entre as diversas escolas de pensamento na antropologia. Essas abordagens sobre as emoções acompanham as tensões clássicas e contemporâneas acerca da noção de cultura, entre o particular e o geral, indivíduo e cultura, razão e emoção, subjetividade e objetividade e outras.

Numa tentativa de estabelecer uma mediação entre a cultura e os sentimentos individuais, os trabalhos de Michele Rosaldo (1984) são pioneiros com relação às novas abordagens sobre as emoções.⁴ Segundo essa autora, tal

3 Vejam as teorias de Wundt e William James sobre as emoções em Solomon, R. The Jamesian theory of emotion in Anthropology. In Shweder, R.A and Levine, R.A (eds.) Culture Theory – Essays on Mind, Self, and Emotion. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

4 Ver os autores: Levy (1984); R.Rosaldo (1984); Myers(1979); Spiro (1984).

mediação é possível a partir da conexão das experiências do *self* com a produção cultural. A interação entre os dois elementos permitiria a negociação e a construção dos significados pelas pessoas no relacionamento umas com as outras. Rosaldo (1984) coloca que as emoções seriam é uma “chave” para compreender de que forma certos aspectos sobre a vida emocional e afetiva dos indivíduos estão relacionados aos nexos sociais e aos códigos culturais, acentuando que toda linguagem sobre a emoção, também, envolve atributos culturais.

Sendo assim, é possível entender determinadas experiências emocionais, como as experiências afetivas e sexuais entre mulheres negras, e, ao mesmo tempo, informar outras dimensões da estrutura social como o seu entrelaçamento com as questões de gênero, raça, classe social e outras formas de poder historicamente situadas. A partir dessa compreensão, adotamos o conceito de afetividade como um campo possível que abriga várias formas de relações sociais, entre essas as relações de gênero, raça, classe, sexualidade e outras categorias, sendo indissociáveis. Dentro destas perspectivas analíticas é que situamos a importância do campo dos estudos de gênero e raça como campos epistemológicos centrais aos estudos sobre as Mulheres Negras brasileiras e sua interseccionalidades com as questões de gênero, raça, classe, afetividade, sexualidade e poder.

Interdisciplinaridade e a interseccionalidade nas categorias gênero e raça

Se gênero é uma categoria útil para análise histórica (SCOTT, 1991) e “significa o saber sobre as diferenças sexuais” (ID, 1994; p.12), faz-se necessário, segundo Scott, entender como esses saberes são construídos e como representam ideias, instituições, estruturas, rituais e relações sociais sobre tais diferenças, assim, não há primazia da categoria gênero em uma área específica e exclusiva do conhecimento, seu alcance analítico é amplo justamente porque permite-nos dialogar para além da fronteiras fixas de um determinado campo de saber. Este campo de conhecimento reclama um olhar interdisciplinar e interseccional porque os sujeitos são plurais e estas categorias tem uma centralidade, uma relevância social e política para ampliar os estudos sobre este tema ainda inexplorado nas pesquisas sobre gênero na Bahia Alguns estudos têm enfatizado a importância de se levar em consideração duas ou mais categorias nos estudos sobre gênero, entretanto só recentemente foram incluídos em suas análises a articulação entre os três eixos: gênero-raça e classe, sugerindo uma “paridade entre os três termos que na verdade não existe”.

A crítica dos estudos feministas na década de 1970 foi fundamental aos avanços dos estudos de gênero na contemporaneidade, a divisão do trabalho sexual entre homens e mulheres e suas desvantagens em termos salariais, a questão do corpo e da sexualidade e do poder político foram temas prementes nas denúncias do feminismo. Segundo Scott (1991), a utilização do conceito de gênero nas Ciências Sociais e em outras áreas de conhecimento deu-se a partir da crítica interna aos estudos feministas abrindo novas perspectivas epistemológicas para investigar as diferenças e identidades múltiplas do sujeito feminista que até então encontrava-se subsumido por uma ideia homogeneizadora e isomorfa do sujeito Mulher, surge assim o chamado feminismo da segunda onda e posteriormente o da terceira onda que aporta um campo discursivo sobre as mulheres negras principalmente nos Estados Unidos da América.

Constituição do campo dos estudos de gênero e raça e a teoria do Ponto de vista

Com base epistemológica das teorias do “ponto de vista” (Standpoint Theory) produzidas pelas intelectuais negras feministas estadunidenses, nos anos 80, estes estudos enfatizaram a necessidade de pensar as diferentes experiências históricas das mulheres - inclusive o próprio feminismo “branco, de classe média e heterossexual” que sustentava a tese de uma experiência única e universal feminina. Tal formulação não avaliava o impacto e nem a articulação das categorias de gênero-raça-classe e outras, como orientação sexual, na constituição histórica das mulheres em contextos específicos e diferenciados. Segundo Dona Haraway (1990), a política das diferenças ou de identidades, produzidas nos anos 80 por esses novos sujeitos, foi importante para desconstruir a noção totalitária da identidade única, isomorfa do feminismo.

Ribeiro (1995), ao analisar a trajetória do Movimento de Mulheres Negras no Brasil contemporâneo, assinalou a importância de se entender a especificidade e as diferenças entre as mulheres negras e brancas no interior do movimento feminista mais amplo. Para essa autora, um dos problemas do feminismo foi negar à especificidade das mulheres, não reconhecida nas agendas políticas mais gerais dos Encontros Feministas dos anos 60 e 70. Ribeiro (1995, p. 448-449), citando Bairros, aponta uma dessas críticas:

Quando a mulher negra percebe a especificidade de sua questão, ela volta-se para o movimento feminista como uma forma de se

armar de toda uma teoria que o feminismo vem construindo e da qual estávamos distanciadas. Nesta procura coloca-se um outro nível de dificuldade [...] questões soavam estranhas, fora de lugar nas cabeças da mulher negra [...] falava-se da necessidade de a mulher pensar o próprio prazer, conhecer o corpo, mas reservava-se à mulher pobre, negra em sua maioria, apenas o direito de pensar na reivindicação da bica d água.

As reivindicações das negras não estavam em consonância com os projetos políticos de emancipação do feminismo; havia um desencontro histórico entre ambos. Enquanto as feministas brancas lutavam pelo direito ao aborto e pelo celibato, as negras denunciavam o processo de esterilização contra as mulheres negras e pobres. Enquanto algumas correntes do feminismo⁵ criticavam o casamento formal, a constituição de família, as mulheres negras falavam de “solidão” e da ausência de parceiros fixos, denunciando, assim, o racismo e o sexismo”.

Hooks (1995) analisando esta “contradição” em sociedades fundadas sobre o racismo, sexismo, classicismo e capitalismo, refere-se às experiências culturais diversas entre e das mulheres, especialmente, ao ato de amar, afirmando que é sobre o ato de amar e ser amada que se alojam as hierarquias sociais prescritas e as representações elaboradas a respeito do corpo da negra/mestiça, estruturando suas escolhas, sua afetividade e sexualidade. É tentando desafiar estas hierarquias sociais, que as teorias do feminismo negro possibilitam entender como certas realidades e sistemas classificatórios de mundo são modificados e ressignificados nas várias experiências das mulheres, neste contexto então, no marco na ressignificação do lugar das mulheres negras que intelectuais e ativistas do feminismo negro no contexto norte-americano questionaram a primazia dessas categorias “mulher”, “homem e mulher”, “masculino e feminino” como entidades universais e duais. Criticaram a homogeneização da categoria mulher branca, de classe média e heterossexual, assim como o movimento gay e lésbico reclamavam a sua invisibilidade nas formulações das teorias do feminismo e nas agendas políticas desses movimentos. (BUTLER, 1990; HARAWAY, 1991)

5 Refiro-me às correntes mais radicais, ver o balanço desta bibliografia sobre o Feminismo em: Franchetto, Bruna; Cavalcanti, Maria L. Heilborn, Maria. L. *Antropologia e feminismo*. Grosz (2000); Moreira (2007).

Foi nesse contexto do *Black Feminism* que as *Standpoint Theory* deu uma contribuição importante para introdução das categorias de gênero, raça e classe nos escritos feministas, desestabilizando a noção do sujeito uno “mulher”, atendendo para as várias identidades construídas pelas mulheres negras em diferentes contextos sociais e históricos. (BAIRROS, 1995), esta autora ao analisar os principais fundamentos do feminist standpoint chama atenção para a interconexão que deve haver entre raça, gênero e classe social, colocando:

[...]Uma mulher negra trabalhadora [...]experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista.
BAIRROS (1995, p. 461)

Nesta concepção, não existe uma identidade única, homogeneizadora de “ser mulher”. Castro (1991), numa linha semelhante, critica os estudos feministas e o feminismo tradicional que advogam “teses calcadas nos essencialismos”, sem perceber a dinâmica dos vários sistemas sociais que se inter cruzam, o que autora denomina de “alquimia de categorias sociais”, que seriam de entender como sujeitos concretos percebem e reelaboram os sistemas de opressão – raça, gênero, geração e classe social – em suas trajetórias por práticas sociais e projetos específicos. (CASTRO, 1991, p. 7-8)

De acordo com essas formulações, compreende-se que não é possível se falar em sobredeterminação de uma ou outra categoria, de exclusão, ou até mesmo de adição, mas pensar em relações que se processam mutuamente em contextos socioculturais específicos. O que refutaria, por exemplo, certas concepções do feminismo ou do feminismo negro ou do movimento de Mulheres Negras no Brasil que tendem, em seus discursos, aniquilar as diferenças internas quando afirmam que “basta ser mulher” ou “basta ser negra”, como se as categorias de raça e gênero não fossem recortadas pela classe social, pela geração, orientação sexual, por interesses pessoais, projetos políticos e sociais distintos dos feminismos.⁶

6 Essa compreensão, também, tem sido levada a sério no interior das lutas feministas mais gerais na atualidade. Um exemplo elucidativo é o artigo de Kimberlé Crenshaw sobre o abuso dos direitos humanos relativos às mulheres e ao gênero. Segundo essa autora, ativista dos direitos humanos, é fundamental pensar as questões relativas ao gênero de forma interseccional não só em relação às diferenças inter-grupos, mas também pensar as diferenças intra-grupos, ou seja, entre as próprias mulheres. Crenshaw utiliza o conceito de interseccionalidade para dar conta dessas diferenças. Ver,

Acreditamos que as teorias do Standpoint (COLLINS, 1989) e o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) podem fornecer a chave interpretativa de uma abordagem que resgate a perspectiva teórica e prática dos sujeitos feministas, sem perder de vista a análise relacional da categoria gênero e da categoria “mulheres”.

A partir do exposto afirmamos a contribuição do campo dos estudos de gênero e da epistemologia do feminismo negro como suportes analíticos e interpretativos na análise da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) dos eixos estruturantes propostos – afetividade- sexualidade das mulheres negras lideranças de classes populares. De acordo com a ativista Kimberlé Crenshaw (2002), a interseccionalidade é um conceito que visa articular dois ou mais sistemas de opressão no entendimento das experiências histórico-sociais, culturais e políticas dos grupos de mulheres, sem cairmos na armadilha de abdicarmos do ponto de vista dos sujeitos cognoscentes. Sob esta ótica, gênero e mulher não são categorias excludentes e dicotômicas e podem ser relacionais e mapeadas tanto pelas teorias do gênero quanto pelas teorias do feminismo negro.

Já a antropóloga e feminista negra Lélia Gonzales (1982) como uma das primeiras autoras a criticar as abordagens que reproduziam uma visão estereotipada sobre o corpo e a sexualidade das mulheres negras, no artigo intitulado, racismo e sexismo na cultura brasileira, ressalta a perversa articulação entre racismo e sexismo presente no imaginário cultural. Para esta autora, só havia dois papéis em termos de representação social para a mulher negra exercer na sociedade, nas produções discursivas da Ciência, na literatura, nas artes, em geral, era o de “mulata tipo exportação” e o da “doméstica”, algo muito próximo à imagem da mulher escravizada da época colonial. A exaltação dos atributos físicos e sexuais do corpo feminino negro hipersexualizado e erotizado vem sendo objeto de denúncias constantes pelas intelectuais, feministas negras e pesquisadoras do campo dos estudos de gênero. A crítica mais recorrente tem sido em torno do debate sobre a constituição do pensamento científico androcêntrico, sexista e racista na produção das Ciências Humanas e Sociais brasileiras e em outros contextos sociais.

Após a publicação dos primeiros escritos de González sobre a mulher negra brasileira, outros trabalhos foram escritos sobre esta mesma questão. A ativista Suely Careiro (1995) também abordou e criticou as representações

Kimberlé Crenshaw - *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero* (2002).

negativas e os estereótipos socialmente elaborados sobre o mito da sexualidade e afetividade das mulheres negras no cenário nacional. Valendo-se da crítica das obras de Gilbert Freyre e de outras abordagens, a autora enfatiza sobre o impacto do racismo e do sexismo na construção da ideia da nação brasileira, cujas bases de constituição ideológicas estariam assentadas sobre as hierarquias de gênero e raça. A ideia do mito decantado ou a fábula das três raças à brasileira (Da MATTA, 1998), segundo a autora, retirariam qualquer possibilidade de contestação das relações desiguais entre negros e brancos e das hierarquias existentes nas relações de gênero. Carneiro analisa que o mito da democracia racial funciona como uma tentativa de desmantelamento das lutas anti-racistas e da luta do feminismo negro contra as múltiplas opressões em que as mulheres negras estariam submetidas. A autora afirma que a figura da “mulata” ou da “mãe preta” ou da mulher negra / mestiça “erotizada” impediriam que as mesmas ultrapassassem as barreiras sociais que lhes foram impostas, pois esses significados sobre a cor/ raça, corpo e sexo das mulheres negras legitimariam sua exclusão de outros espaços sociais e de poder devido a naturalização desse papéis sociais.

Para Bairros (1995), a situação das mulheres negras só pode ser compreendida através de uma análise multidimensional que aborde as suas singularidades históricas. Uma das consequências do machismo e do sexismo conjugados estariam em negar essa especificidade, tanto no campo dos estudos de gênero, onde era flagrante a ausência do debate racial, quanto no campo de estudos das relações raciais, em que a análise sobre o sexismo era desconsiderada.

Sendo assim, a identidade da mulher negra não pode ser isomorfa, ser negra implica compartilhar dois ou mais sistemas de subordinação, ao mesmo tempo, de “ser negra através do gênero e de ser mulher através da raça”. Nesse sentido, é essencial identificar a importância desse pensamento para analisarmos porque quando se investiga a vida das mulheres negras a construção discursiva e o imaginário social limitam ou ignoram outras representações e práticas sociais em relação à positivação do seu corpo, estética, sexualidade e afetividade e outros lugares sociais?

Conclusões

Como demonstram as autoras mencionadas acima, o lugar das mulheres negras não pode restringir-se aos estereótipos do servilismo social e sexual, ou então, às imagens da “mulata boa” que alimenta o turismo sexual, ou a “cor

do pecado”, ou a “encarnação do diabo” como salientaram as autoras Gulliam (1995) e Hooks (1995) ao analisarem as representações iconográficas ocidentais sobre as mulheres negras e à sexualidade.

A ênfase na produção nas análises interseccionais nos estudos sobre gênero e raça e outros marcadores são recorrentes, sobretudo depois da publicação e tradução do texto de Kimberlé Crenshaw (2002) por feministas negras brasileiras na Revista Estudos Feministas. O conceito de interseccionalidade como um campo analítico-metodológico tem sido a principal ferramenta conceitual de tais estudos sobre as mulheres negras.

O tema da afetividade e da sexualidade das mulheres negras é um tema ainda pouco pesquisado no Brasil. Apesar de alguns artigos escritos sobre o tema, Pacheco (2003; 2006) acentua a dificuldade em estudar este tema nas Ciências Sociais brasileiras por constatar uma lacuna ou ausência de estudos que focalizassem a afetividade associada a recortes de gênero e raça. Outra observação da autora é introduzir um conceito que epistemologicamente e antropologicamente não vem sendo utilizado nas análises das experiências sócio-culturais das populações negras e nem das mulheres negras no Brasil. Essas ausências podem sinalizar outras formas de silenciamento e de percepção da sociedade brasileira na negação da afetividade como uma categoria humanizadora nas pesquisas sobre às populações negras, diferentemente dos estudos que focalizam apenas a sexualidade como uma única experiência hegemônica possível dos negros e das mulheres negras brasileiras; negando a estas últimas outras expressões de sentimentos, que merecem ser estudadas, como a solidão afetiva, por exemplo, (PACHECO, 2008 e 2013).

E, finalmente, ainda que pesem estas contribuições acima mencionadas na problemática aqui abordada; tais estudos, sobre a afetividade e a sexualidade de mulheres negras lideranças de classes populares precisam ser pesquisadas na atualidade na cidade de Salvador, pois percebe-se que poucos estudos atentam para essa multidimensionalidade das imbricações dos marcadores sociais.

6. Referências bibliográficas

AGIER, Michel. O sexo da Pobreza: homens, mulheres e família numa “avenida” em Salvador da Bahia. *Tempo Social*, Revista Sociologia USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 35-60, 2.sem. 1990

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social*, 2ª edição. Salvador: EDUFBA, 1996 [1955]

BAIROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados, *Revista Estudos Feministas*, V.3, nº 2, IFCS / UFRJ, R.J, 1995.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, New York, Routledge, 1990.

CASTRO, M.G. *Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos* (Gênero, raça e geração entre líderes do sindicato de trabalhadores domésticos em Salvador), XV Encontro Anual da ANPOCS, GT “Relações Sociais de Gênero”, Caxambu, MG, 1991.

COLLINS, Patrícia Hill. The social Construction of Black Feminist Thought, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 14, nº 04, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero, *Estudos Feministas* (01) 2002; p.171-263.

CRUZ, Isabel Cristina F. da. A sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra: aspectos de interesse para assistência de enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, V.38, n.4, São Paulo, 2004. Acesso:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342004000400011&script=sci_arttext

FANON, Franz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*, tradução de Maria Adriana da Silva Caldas, Ed. Fator, Rio de Janeiro, 1983.

FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Galimard, 1976.

GARCIA, Antonia dos Santos. *As mulheres da cidade d’Oxum: relações de gênero, raça e classe e organização do movimento de bairro em Salvador*. Salvador. EDUFBA, 2006a

_____. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade de d’Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. (Tese de Doutorado, UFRJ, 2006b, 403p.)

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos, *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: ANPOCS, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Raça e os Estudos de Relações Raciais no Brasil, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 54, julho de 1999.

HARAWAY, D. J. *Ciência, Cyborgs y Mujeres*. La reinención de la naturaleza., Madrid: Cátedra, Universitat de València e Instituto de la Mujer, 1991.

HARDING, Sandra. A instabilidade de categorias analíticas na teoria feminista, *Estudos Feministas*, (7), n.1, 1993, pp.7 – 31.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, IFCS, V.3, nº 2 , 1995.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, 2013. Acesso: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>.

LUTZ, C & WHITE, G. *The Anthropology of emotions*, *Annual Reviews Anthropol*, 1986.

MACÊDO, Márcia S. *Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador*. Dissertação (Mestrado em Sociologia, UFBA, 1999, 185p.).

MALINOWSKI, B. *Los Argonautas del Pacífico Occidental* – un estudio sobre comercio y aventura entre los indígenas de los archipiélagos de la Nueva Guinea melanésica, Ediciones península, Barcelona, 1973.

MAUSS, M. L'expression obligatoire des sentiments. *Essais de Sociologie*, Éditions de Minuit, 1968, 1969, Paris.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* – identidade nacional versus identidade negra, Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PACHECO, A.C.L. *Mulher negra: afetividade e solidão*: Salvador: EDUFBA, 2013, p.382.

_____.Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das Ciências Sociais brasileiras - um diálogo com o tema. *Afro-Ásia*, 34 (2006), pp.153-188.

_____.Raça, gênero e escolhas afetivas: uma abordagem preliminar sobre solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia, *Temáticas*, Campinas, 11(21/22): 11-48, jan./dez.2003,pp.11-48.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing, *Revista Estudos Feministas*, IFCS/ UFRJ, p 446.

ROSALDO, Michelle. Toward na Anthropology of self and feeling in Shweder, R.A and Levine,R.A .(eds.) *Culture Theory- Essays on Mind, Self , and Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SANTOS, Martha Rocha dos. *Arranjos familiares e desigualdades raciais entre trabalhadores em Salvador e Região Metropolitana* (1987-1989). (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1996).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul / dez, 1990.

STOLCKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade- a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14 (1), 336, jan-abril, 2006.

SUBORDINAÇÃO INTERSECCIONAL – SER MULHER TRANS E NEGRA

Camila Pina Brito
milla_mpb@hotmail.com

Marcos Lopes de Souza
*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
markuslopessouza@gmail.com*

Resumo: Este trabalho objetiva, por meio de análises de discursos presentes nas falas de Julia Helena, Sellena e Zelza, traçar reflexões sobre suas vivências a partir da interseccionalidade entre gênero e raça. Para tanto, realizamos o diálogo entre o material empírico produzido por meio de entrevistas narrativas e discussões empreendidas por pesquisadoras e ativistas do feminismo negro, transfeminismo e afrotransfeminismo, a citar: Kimberlé Crenshaw, Bell Hooks, Valeska Dominik, Laverne Cox, Lélia Gonzales e Neusa Santos Souza. O artigo apresenta a seguinte estrutura: Introdução, onde justificamos a importância da temática e apresentamos nosso principal objetivo; metodologia, onde explicamos os caminhos que trilhamos a partir de uma abordagem qualitativa, cujo material foi produzido por meio do método da entrevista narrativa e cujas análises se centrou na abordagem foucaultiana de destacar os discursos que emergem das falas das sujeitas da pesquisa; resultados e discussões, que dividimos em dois tópicos intitulados: “Discriminações sobrepostas – Uma abordagem interseccional” e “Mulher trans... e negra?”, em que analisamos as falas com ajuda do referencial teórico; e, por fim, a Conclusão, onde defendemos a necessidade de as vivências das mulheres trans negras serem discutidas através de uma abordagem interseccional.

Palavras-chave: interseccionalidade; gênero; raça; mulheres trans negras.

Introdução

Em relatório recente, a organização americana Global Rights (2012) divulgou a situação de violação dos direitos humanos das mulheres brasileiras trans e negras e evidenciou a ausência de dados e a invisibilidade a que está submetida essa população. Com base no relatório, a Corte Interamericana de Direitos Humanos acolheu denúncia realizada com o objetivo de cobrar das autoridades brasileiras uma resposta.

A ausência de dados e a invisibilidade em que se encontram as mulheres trans negras no Brasil se confirmam por meio de uma investigação que realizamos no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital de Teses e dissertações (BDTD). Na CAPES, ao inserir a palavra “transexualidade” foram encontrados 11 registros; com “mulheres trans” 12; com “mulheres transexuais” 4, já com a palavra “travestis” o número de trabalhos é bem maior, 53 pesquisas publicadas. Foram inseridas as mesmas palavras na BDTD, e os números encontrados foram: 27 pesquisas com o termo “transexualidade”; 42 publicações com a palavra “mulheres trans”; 17 registros para “mulheres transexuais” e 99 teses e dissertações com o vocábulo “travestis”.

Foi empreendida ainda uma busca com as palavras “trans negras”, “travestis negras” e “transgeneridade”, porém não há registro de publicação de pesquisas tanto no banco de teses e dissertações da CAPES, quanto da BDTD. Diante da ausência de investigações sobre as mulheres trans, transexuais e travestis negras, torna-se imprescindível nos debruçarmos sobre a temática.

Nas sociedades de diáspora africana, como a nossa, a segregação racial influencia na forma como as outras hierarquias são estabelecidas, ou seja, uma mulher trans negra ocupará uma posição hierárquica inferior da mulher trans branca. Essa tripla discriminação, também descrita como “discriminação composta” ou “cargas múltiplas” (CRENSHAW, 2002b) resulta no alto índice de analfabetismo e marginalização dessa população.

Logo, torna-se necessário para discussão relacionar o impacto do racismo nas opressões de gênero, o que se faz possível por meio do conceito formulado por Kimberlé Crenshaw de *interseccionalidade*.

A descaracterização das mulheres trans negras, apontadas frequentemente como “ilusionistas femininas” ou trabalhadoras do sexo, faz com que se atribua às mesmas o papel de “transexual trágica”, que leva para a comunidade negra o peso da “violência anti-trans”. O resultado é a invisibilização da mulher trans na

comunidade e a conseqüente dificuldade das crianças em encontrar referências em seu grupo racial para facilitar a sua compreensão acerca das questões de gênero.

A invisibilização da mulher trans negra pode ser compreendida como um problema de subinclusão, pois por ser trans e negra as discriminações de identificação de gênero e racial não são compreendidas enquanto um problema de gênero por não atingirem as mulheres dos grupos dominantes (brancas e cisgêneras), sendo igualmente ignoradas no grupo étnico ao qual estão inseridas, por não alcançarem os homens negros.

A vivência das mulheres trans sofrerá variação de acordo com o grupo racial ao qual pertençam. A opressão vivida pelas mulheres trans negras é interseccional, recaindo sobre as mesmas o racismo, a misoginia, a transfobia e o classismo, o que impacta tanto nos níveis de escolaridade, quanto nas possibilidades de participação no mundo do trabalho.

O patriarcado capitalista com supremacia branca incutiu a ideia de que a negra era só “corpo sem mente”, enraizando a imagem dela enquanto símbolo sexual, como aberração primitiva, descontrolada, prostituta, o que torna o domínio intelectual um lugar interdito. (HOOKS, 2005)

As mulheres trans igualmente suportam a sua hipersexualização, objetos do prazer alheio, muitas vezes compreendidas como sinônimo de profissional do sexo, cuja humanização e capacidade intelectual precisam ser constantemente provadas, ou seja, a vivência educacional também lhes é negada. Em se tratando de mulheres trans negras, forma-se a teia de opressões em que, ao lado da transfobia e do sexismo, opera o racismo, o que faz, para essas mulheres, sobreviver uma tarefa extremamente penosa.

Por tratar-se de uma múltipla discriminação, percebe-se o risco de somente o aspecto mais imediato da discriminação ser percebido e a estrutura que coloca essas mulheres na posição de ‘receber’ tal subordinação permanecer velada. Por essa razão este trabalho se propõe a realizar uma abordagem interseccional na discussão acerca das vivências das mulheres trans negras.

Este artigo faz parte da pesquisa que estamos desenvolvendo no Programa de Pós graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, onde objetivamos investigar as práticas discriminatórias, no que concerne à identificação de gênero e raça, vivenciadas pelas mulheres que se autoidentifiquem como trans negras presentes nos espaços formais de educação. Contudo, neste momento, nosso intento é defender a importância das reflexões referentes às existências das mulheres trans negras serem realizadas a partir de uma abordagem interseccional em gênero e raça.

Metodologia

O material empírico foi produzido por meio da entrevista narrativa, um método de pesquisa qualitativa, por defender que esta seja uma opção que preserva “perspectivas particulares de uma forma mais autêntica” (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2014, p. 91). Por meio das narrativas “histórias são escritas e identidades são discursivamente produzidas” (SANTOS ANDRADE, 2014, p. 182).

Nesta pesquisa, ao escolher trabalhar com a entrevista narrativa não foi elaborado um roteiro de questões. Destaquei apenas o tópico central da entrevista: as práticas discriminatórias vivenciadas pela entrevistada, no que concerne à identidade de gênero (identificação como mulher trans) e raça (identificação como mulher negra), durante a sua trajetória escolar, em especial no ensino superior, incluindo a relação com colegas, docentes e funcionárias/os. A partir desse tópico, pedi que a entrevistada narrasse como foi essa vivência para ela.

Utilizamos, com o consentimento das entrevistadas, recursos de gravação de áudio e imagem, o que facilitou o registro das entrevistas e a posterior transcrição. Segundo Bauer e Jovchelovitch (2014), a transcrição, ainda que seja um processo cansativo e monótono, deve ser o primeiro passo na análise de narrativas, pois é extremamente útil na apreensão do material e interpretação do texto. A atividade transcritiva não se encerra na fala crua das colaboradoras, é preciso que se observe também o tom da voz, as pausas, dentre outras características paralinguísticas, para que estudemos as histórias não apenas no que se refere ao seu conteúdo, mas também quanto a sua forma retórica.

As transcrições foram reunidas com as anotações feitas durante as entrevistas e posteriormente analisadas com o instrumental teórico, com o objetivo de suscitar o debate acerca da necessidade de as vivências das mulheres trans negras serem discutidas a partir de uma abordagem interseccional.

Utilizamos-nos das perspectivas foucaultianas acerca do discurso para realizar a análise do material produzido. Para Foucault (2004), o discurso é “a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (p. 49). Os discursos, para o referido autor, “devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”. (FOUCAULT, 2004, p. 52-53)

Assim, buscamos perguntar ao texto o porquê de algo ter sido dito (daquela forma e não de outra) por aquela pessoa, em que tempo e local o discurso se localiza, quais os discursos jurídicos, médicos, religiosos que permeiam as falas,

entendendo as entrevistadas como efeitos desses discursos e não como suas produtoras originárias. “O sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem” (FISCHER, 2001, p. 207).

As sujeitas da pesquisa foram três mulheres que se autoidentificaram como trans e negras com idade a partir dos 18 anos, residentes no estado da Bahia. Por ter sido um desejo manifestado por elas, no decorrer deste trabalho, utilizaremos os nomes reais para apresentar minhas interlocutoras e suas vivências. Assim, a construção deste trabalho se deu a partir das análises das narrativas de Zelza, Julia Helena e Sellena.

Resultados e discussões

Discriminações sobrepostas – Uma abordagem interseccional

“Quando você é trans e negra você sofre duas vezes e o ataque é ainda mais forte. Por ser trans, te desrespeitam pela sua identidade e falam tudo o que as pessoas já sabem. Mas quando se é trans e negra... Bom, as pessoas me agridem de uma maneira que eu não gostaria de citar aqui. Hoje, posso dizer que sofro mais racismo que a transfobia. O racismo pesa mais, até porque ele vem do próprio mundo trans. A prova está quando eu fui eleita e... Os comentários de muitas trans estão aí na internet para quem quiser ver. É triste porque acaba sendo um grupo discriminado discriminando o outro.”

(Valeska Dominik, 2014)

As visões tradicionais de discriminação racial e de gênero costumam partir do pressuposto de que estamos falando de categorias diferentes de pessoas. “A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade” (CRENSHAW, 2002a, p. 9). O grande problema dessa abordagem é ignorar que nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas, mas sim com grupos sobrepostos, a exemplo da primeira mulher negra a receber a faixa de Miss T Brasil. Valeska Dominik é mulher transexual negra e não tem como se despir de nenhuma de suas identificações sociais e lidar com uma opressão por vez, portanto sua vivência só pode ser compreendida a partir de uma abordagem interseccional.

O conceito de interseccionalidade é de autoria de Kimberle Crenshaw, professora, pesquisadora e ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo. Kimberle desenvolveu suas pesquisas pensando, principalmente, na intersecção das opressões de gênero e raça a que estão sujeitas as mulheres negras.

A interseccionalidade, também descrita como discriminação composta, cargas múltiplas ou como dupla (ou tripla) discriminação, é uma conceituação que busca capturar as dinâmicas e consequências entre dois ou mais eixos de subordinação. Trata do modo como os múltiplos sistemas discriminatórios promovem desigualdades que constituem aspectos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002b).

A autora apresenta algumas colisões que atingem as mulheres negras: a discriminação contra grupos específicos, que é uma discriminação que busca as mulheres interseccionais; a discriminação mista ou composta, que é o efeito conjugado das discriminações de raça e de gênero; e a discriminação estrutural, onde não há uma discriminação ativa, é o peso combinado das estruturas raciais e de gênero que marginalizam as mulheres que estão na base da hierarquia (CRENSHAW, 2002a).

Acontece que essa discriminação está invisibilizada nos movimentos políticos e das políticas de intervenção. Crenshaw (2002a) problematiza: “Por que é tão difícil incorporar essas questões de discriminação interseccional a algumas maneiras tradicionais de se pensar as discriminações raciais e de gênero?” Crenshaw (2002a) vai dizer que se pegarmos duas fotografias de uma marcha, nos Estados Unidos, uma em defesa das mulheres dos direitos ao aborto, notaremos que as líderes são brancas, e a outra pelos direitos civis veremos na liderança homens negros. É possível que esse exercício obtenha o mesmo resultado no Brasil, e se o repetirmos em uma marcha organizada pela comunidade LGBT, quem esteja à frente seja um homem cisgênero gay branco.

Para que se consiga avanços de direitos, é propagada a ideia de que se deve priorizar uma questão de cada vez, e a pauta eleita em cada movimento é a do subgrupo dominante dentro do grupo marginalizado, e assim algumas questões ficam subincluídas. A subinclusão acontece quando um problema enfrentado pela parcela mais marginalizada é desprezada em função de não atingir a parcela dominante desse grupo.

Crenshaw (2002b, p. 175) destaca também o fenômeno da “superinclusão” ou “apropriação indébita”, que ocorre quando um problema específico da parcela mais marginalizada é encarado como um problema geral da comunidade.

Em suma, “nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível” (CRENSHAW, 2002b, p. 176).

Mulher trans... e negra?

“Me achar bonita numa cultura em que padrões de beleza feminina brancos ainda são a norma, eu continuo achando desafiador. Me dizem que sou bonita há anos e eu ainda não acreditei realmente em meu coração que eu sou. Eu tenho questões de meus traços serem “femininos o bastante” para alcançar os padrões do meu próprio olhar crítico duro bem como das percepções de outrxs. Pelos anos andando pelas ruas e não ser percebida como uma mulher não-trans, por exemplo, significaram para mim em minha mente que eu não sou “bonita o bastante.” Conforme eu fui evoluindo e crescendo eu percebi que passar e beleza não têm nada a ver uma com o outro. Mas nas muitas vezes que tenho contemplado a cirurgia de feminização facial (CFF) [FFS, facial feminization surgery], eu estou entristecida em confessar mas parte de meus desejos de parecer mais “bonita”, mais feminina eram para parecer mais branca. Eu estou começando a chorar enquanto escrevo isso. É duro admitir mesmo para mim mesma esse grau intenso de auto-ódio centrado em minha raça. E eu felizmente não tenho como pagar uma CFF. Tô num lugar agora onde me sinto bonita enquanto mulher negra. É algo com quem continuo lutando.”

(Laverne Cox, 2009)

Esse trecho está inserido em uma peça escrita pela atriz Laverne Cox em que relaciona a sua identidade trans com a sua mulheridade negra, mas poderia ser um desabafo de diversas outras mulheres trans negras, que muitas vezes buscam no embaquecimento o reconhecimento de sua feminilidade.

Zelza: então eu precisava comprar um creme, pra comprar um shampoo, dar um relaxamento no meu cabelo, fazer escova, alguma coisa, então tudo isso requer o que? Financeiro, né? mudar minha aparência, né?

Zelza, apesar de contar que não percebe o racismo em suas relações interpessoais, anexou ao seu processo de transição o alisamento do seu cabelo e com essa fala despertou nossa atenção para observar se o mesmo comportamento se repetia nas demais participantes da pesquisa, o que foi confirmado.

Assim, nas entrevistas que se sucederam questionamos se a escolha pelo cabelo escovado decorria de uma preferência estética, e obtivemos as seguintes respostas:

Sellena: então, eu acho que fez parte e somou muito com o meu ideal de feminino, assim, de certa forma existem alguns padrões do que é feminino, do que não é feminino e tal, né? Mas não que esses padrões sejam limites pra mim, mas quando, a fase em que eu me enxerguei melhor, mais lida de acordo com o meu gênero, mais exata em minha mente e de acordo com o meu corpo em si, não só o cabelo, mas quando eu comecei a fazer a hormonização, mas é, a questão do cabelo mesmo, **alisar o cabelo, escovar o cabelo, deixar o cabelo mais padrãozinho porque, é... de certa forma, essa tal passabilidade é uma questão de segurança, às vezes a gente alimenta, se apega a isso, né? porque, tipo, se eu for passável, eu vou tar segura em um ambiente, as pessoas não vão chegar pra me agredir assim com facilidade, a não ser que elas descubram, sabe? E elas só vão descobrir se você contar. Então passa batida como qualquer outra mulher padrãozinho**, aquele estilo americanizado, né? que a gente vê de meninas, mas eu tenho vontade de fazer transição de cabelo de qualquer jeito, de pintar, de fazer..., sabe? De deixar, quando ele crescer mais, quando tiver um alongamento melhor, enrolado, tanto que eu não uso alisante em si, entendeu? Eu uso produtos que com o tempo ele possa voltar a ficar natural, entendeu? Pra que ele possa fechar os cachos, mas até então eu não consigo me ver com cabelo cacheado e me sentir é... exata, de acordo com a minha aparência, sabe?

Julia Helena: na questão mesmo de travesti se aproxima mais do que busco escovado porque se eu deixar crespo natural fica em dúvida aquele padronizar do rosto. **Então devido a essa dúvida que vai criar, não saber se é homem ou se é mulher, eu prefiro optar pelo cabelo escovado, mas se fosse por mim mesmo, por liberdade de expressão, eu escolheria o crespo mesmo, o afro mesmo.** É estilo um compromisso, às vezes a gente não quer se maquiar, mas tem que se maquiar.

Julia Helena e Sellena buscam no cabelo escovado escapar do masculino, o cabelo natural traz para elas e para quem com elas conviviam a lembrança de uma imagem que elas tentam se dissociar. É uma tarefa exaustiva convencer o outro todo o tempo que se é uma mulher. Em alguns momentos elas querem passar despercebidas, não ter o feminino contestado e enfrentar as violências oriundas de serem vistas como mulheres trans, mesmo que isso custe a negação de seu pertencimento étnico.

Julia Helena: **Eu ia voltar a usar trança, cabelo trançado, aí a roda de amigos logo falou: não usa não porque vai ficar parecendo aquilo de novo, aquele homem, não sabia que era homem ou mulher, podia ser tanto um quanto outro.** E uma coisa que em mim eu acabei gostando, acabei me adaptando e até mesmo se identificando com aquela questão daquelas roupas mais chamativas, mais sem forma, mas devido realmente a essa questão de mulher ter que ser mais padronizada, com menos, usar, quanto mais se aproximar do padrão de beleza de uma mulher branca, logo na verdade, logo no popular na verdade agora, tô livre, porque é assim, as vezes a gente diz – rapaz, porque aquela negra se arruma mal. Não é se arrumar mal, é uma roupa mais exótica, mais chamativa, mas embora alguns casos não parece ser tão feminina assim, meu gosto realmente era me vestir daquela forma ali, praquele tipo, mas, devido essa padronização de que tem que ta padronizada, então acaba às vezes recuando. **Até que tem vez que eu esculacho, deixo o cabelo preso, faço cocó e não to nem aí, mas às vezes eu procuro me controlar por causa de certos olhares.**

“Aquilo”, pronome indefinido geralmente empregado para se referir a coisas, objetos, foi a palavra utilizada pela roda de amigas e amigos de Julia Helena para se referir a ela quando ela compartilhou com elas/es o seu desejo de voltar a usar o cabelo trançado. “Aquilo” é algo inominado, não se sabe se é homem, se é mulher. Julia não quer gerar a dúvida, então ela recua. Escovar o cabelo, no seu caso, é um passaporte para ser inserida na categoria humana, sendo “exclusivamente mulher”, negando a fronteira.

É preciso que nos perguntemos: Por que alisar o cabelo faz parte da transição dessas mulheres? Porque elas só se percebem e são lidas como mulheres

de cabelo alisado? Lavern Cox (2009, p. 2) atenta para o fato de que diariamente as mulheres negras sentem “nos olhares e desvios de olhar e nos tons das vozes das pessoas, em revistas de moda e outras representações midiáticas” a incessante depreciação de suas imagens. Bell Hooks nos dirá:

Juntos racismo e sexismo nos recalcam diariamente pelos meios de comunicação. Todos os tipos de publicidade e cenas cotidianas nos aferem a condição de que não seremos bonitas e atraentes se não mudarmos a nós mesmas, especialmente o nosso cabelo. Não podemos nos resignar se sabemos que a supremacia branca informa e trata de sabotar nossos esforços por construir uma individualidade e uma identidade (HOOKS, 2005, p. 7).

A construção da autoestima em uma sociedade que adota o padrão europeu como ideal de beleza é algo extremamente sofrido, especialmente para as mulheres negras que buscam, muitas vezes, o ocultamento de suas características, a exemplo do alisamento dos seus cabelos, com a esperança de diminuir o impacto do racismo em suas vidas. “Essa necessidade de ter a aparência mais parecida possível à dos brancos, de ter um visual inócuo, está relacionada com um desejo de triunfar no mundo branco” (HOOKS, 2005, p. 3). Nesse sentido, indispensável a reflexão trazida por Lélia Gonzales (1984, p. 234):

Tem uma música antiga chamada “Nêga do cabelo duro” que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme prá clarear, esticando os cabelos, virando leide e ficando com vergonha de ser preta.

Contudo, as falas de Sellena e Julia Helena nos direcionam a compreensão de que as representações culturais que se refletem nos espaços midiáticos, por exemplo, abalam mais que a autoestima das mulheres negras, a ferida é ainda mais profunda. Em nenhum momento elas disseram que alisavam o cabelo porque se sentiam mais bonitas, mas sim mais femininas. De um lado, a invisibilização em personagens que protagonizam as tramas e são valorizadas

pelos atributos físicos e morais, de outro a objetificação, hipersexualização e animalização nos espaços que lhe permitem ocupar; elementos que, juntos, desumanizam – retiram a mulheridade – (d)a mulher negra.

A representação do negro como elo entre o macaco e o homem branco é uma das falas míticas mais significativas de uma visão que o reduz e cristaliza à instância biológica. Esta representação exclui a entrada do negro na cadeia dos significantes, único lugar de onde é possível compartilhar do mundo simbólico e passar da biologia à história (SOUZA, 1990).

A negação do feminino às mulheres trans acontece, independente do grupo racial a que pertençam, são também objetificadas, animalizadas, exotificadas, hipersexualizadas e encontram no imperativo biológico uma das principais fundamentações de negativa para o direito de acessar o status de mulher ‘de verdade’.

Contudo, a objetificação ganha uma dimensão diferente no corpo de uma mulher trans negra. Por exemplo, não é uma novidade que dentre os estereótipos que compõem o corpo negro está a obsessão branca pelo pênis do homem negro que lhe garante uma superpotência sexual, “mas o que acontece nesse contexto cultural quando uma mulher negra está em posse daquele pênis mítico?” (COX, 2009, p. 2), ele se torna um entrave ainda maior para que essa mulher seja reconhecida socialmente de acordo com o seu gênero.

Sem dúvida, as mulheres trans em geral e as mulheres cisgêneras negras guardam similitudes de experiências opressivas e deslegitimadoras em uma sociedade cissexista de supremacia branca como a nossa. Contudo ser mulher trans e negra, diria Valeska Dominik (2014), a Miss T Brasil, é “sofrer duas vezes”, eu diria que o sofrimento é, na verdade, triplicado, e é por isso que precisamos realizar essa discussão a partir da interseccionalidade entre gênero, identificação de gênero e raça.

Conclusões

As análises de gênero que não levam em consideração marcadores como a raça, dentre outros, contribuem para promover desigualdades, pois, do mesmo modo que defendemos que as mulheres estão sujeitas ao peso da discriminação de gênero, não podemos nos abster de analisar que outros fatores referentes

às suas identificações sociais (classe, casta, raça, cor, religião, geração, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, disposição geográfica) são “diferenças que fazem diferença” no modo como os variados grupos de mulheres experenciam a discriminação.

Os paradigmas existentes não preveem de forma consistente a discriminação interseccional, ofuscando, desse modo, as demandas daquelas/es que são marginais em grupos que já são subalternizados. A interseccionalidade oferece uma possibilidade de pensar nossas políticas e práticas de uma forma que sejam, de fato, inclusivas e produtivas. Apenas por meio de uma abordagem interseccional – nas políticas e nas pesquisas – as mulheres trans negras sairão da invisibilidade.

Referências

BAUER, Martin W.; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Entrevista narrativa**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes. 2014. p. 90-113.

COX, Laverne. **Não sou eu uma mulher**. Tradução: Tatiana Nascimento. 2009. Disponível em: <<http://lavernecox.com/gender-studies/aint-i-woman>>. Acesso em 8 out. 2015. Pdf

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. PDF. Estudos Feministas. Ano 10. 1/2002. Tradução por Liane Scheneider. Revisão por Luiza Bairros e Claudia Lima Costa. 2002b

CRENSHAW, Kimberlé. **Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. PDF. Cruzamento Raça e Gênero. Painel 1. 2002a

DOMINIK, Valeska. Entrevista concedida a: LUCON NETO. **“Ser mulher transexual e negra é sofrer duas vezes”, diz Valesca Dominik, a Miss T Brasil**. NLucon. 2014. Disponível em: < <http://www.nlucon.com/2015/11/por-neto-lucon-assim-que-recebeu-faixa.html>>. Acesso em: 05 nov. 2015

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação.** Cadernos de Pesquisa. Caderno de Pesquisa, n. 114, p. 197-223, novembro/2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf> >. Acesso em: 30 out. 2015

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: Revistas Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. p. 223-244

HOOKS, bell. **Intelectuais negras.** Tradução de Marcos Santarrita. Estudos feministas, Florianópolis, v. 3, n.2, p. 464-478, ago./dez. 2005

SANTOS ANDRADE, Sandra dos. **A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pró-estruturalistas.** In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlycy Alves (org). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 175-196.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social.** Coleção Tendências. Vol. 4. São Paulo: Graau. 2. ed. 1990.

AS DIMENSÕES PESSOAIS DO SER PROFESSORA FACE AO CURSO EM EDUCAÇÃO E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS DO ODEERE – JEQUIÉ/BA

Esp. Cláudia Moreira Costa
cmclaudia3@gmail.com

Dra. Maria de Fátima Di Gregorio
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
f_digregorio@hotmail.com

Resumo: Este artigo trata das identidades profissionais de professoras egressas do curso de extensão em Educação e Culturas Afro-brasileiras realizado através do ODEERE (Órgão de Educação e Relações Étnicas com Ênfase em Culturas Afro-Brasileiras), proposta do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Jequié/BA. O referido estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento e intenta compreender como estas professoras lidam com o processo de aprender e ensinar histórias e culturas africanas que se mostram construídas entre a trajetória de vida e vivências docentes a partir da inserção no curso. Utiliza-se a abordagem de natureza qualitativa ancorada nos pressupostos da História Oral. Os resultados parciais evidenciam que as identidades profissionais das professoras egressas do ODEERE perpassam um processo de construção, aquisição e desenvolvimento de múltiplos saberes a partir de suas práticas, do conhecimento socialmente produzido e história de vida.

Palavras-chave: Identidades profissionais, formação, relações étnico-raciais.

Introdução:

Fazer-se professora em meio as demandas da educação para as relações étnicas envolve múltiplos saberes. Pensar as dimensões pessoais do ser professora significa aqui refletir sobre as relações entre gênero e educação e o pluralismo das identidades profissionais constituídas nas dimensões pessoais, coletivas e institucionais.

A inserção da mulher na carreira docente, final do século XIX, é marcada pela divisão sexual do trabalho atribuindo traços como delicadeza e cuidado ao perfil dessas novas profissionais.

Para Rosemberg (2016), tomar o magistério como um lugar profissional feminino traz elementos para pensar as relações de gênero e a educação em uma nova perspectiva: partindo da ótica de que ambas constituem relações socialmente construídas no contexto de sociedade patriarcal. Esse cenário torna-se marcado por uma relação entre gênero e poder que coloca a mulher numa posição de vocacionada para a profissão e de incapacidade para tomar decisões. Desse modo, o contexto histórico da feminização do magistério assim como os estereótipos em torno da docência feminina denuncia que sua trajetória se manifesta numa trama de relações sociais contraditórias de caráter classista e discriminatório para com as mulheres no interior da profissão.

O modelo do ser professora foi sendo configurado dentro desse espaço regulador da escola, e com isso “a instituição e a sociedade utilizam múltiplos dispositivos e símbolos para ensinar-lhes sua missão, desenhar-lhes um perfil próprio, confiar-lhes uma tarefa” (LOURO, 2008, p. 455). No entanto, cabe ressaltar que as posições das mulheres nesse processo histórico nem sempre foram de passividade acontecendo formas de resistência visibilizadas através de atitudes transformadoras presentes na dinâmica de releitura e ruptura com as estruturas que até então regiam o sistema educacional brasileiro e com o imaginário criado em torno da profissão. No decurso da história da feminização do magistério, as mulheres têm buscado referenciais e reinventado maneiras de ser professora considerando gênero como uma construção social.

Para compreender como as professoras afirmam suas identidades fugindo dos modos de ser e pensar lineares, hierárquicos e binários, fortemente predominantes na cultura ocidental, Viana (2001/02) sugere tomar como ponto de partida as relações sociais, a fim de

ultrapassá-los e buscar a diversidade caracterizadora da identidade docente, considerando o cotidiano escolar de professores e professoras não como determinismos locais fragmentados, e sim como um importante aspecto da organização social formadora de professores e professoras como sujeitos contraditórios e capazes de superar essa visão bipolar hegemônica. (VIANNA, 2001/02, p. 94)

Considerando que os modos de ser professora são construídos socialmente e as mudanças no pensar e fazer docente são (re)significadas por cada uma delas imprimido subjetividade e movimento nas identidades profissionais.

Tomando as dimensões sociais e históricas como referência, pode-se considerar que “a profissão de professor, como as demais, emerge em dado contexto e momento históricos, como resposta a necessidades que estão postas pelas sociedades, adquirindo estatuto de legalidade” (PIMENTA, 1997, p. 6). Isso posto, estando as professoras - participantes dessa pesquisa - historicamente situadas num momento de cobrança por um trabalho direcionado à educação das relações étnico-raciais, pretende-se com este artigo compreender como elas têm mobilizado seus saberes a fim de redefinirem seus papéis, tarefas e identidades que atendam a estas novas demandas.

O desafio de promover novas práticas fomentadas mediante saberes das professoras que suscitem questionamentos acerca do currículo colonizado¹ e colonizador requer desestabilizar os significados ideológicos subjacentes ao currículo eurocêntrico. Nesse movimento de problematizar a educação, a formação continuada assume um novo caráter, não apenas de capacitação técnica, mas a valorização da história de vida de cada professora passa a ser evidenciada como elemento constituinte de suas identidades profissionais (TARDIF, 2014).

Pensando a formação profissional como eixo que dá sustentação a um trabalho efetivo acerca da educação para as relações étnicas, tomou-se o curso de extensão em Educação e Culturas Afro-Brasileiras como eixo norteador desta pesquisa. O curso oferecido pelo ODEERE (Órgão de Educação e Relações Étnicas com Ênfase em Culturas Afro-Brasileiras) enquanto proposta do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, desenvolve atividades a fim de incluir na prática pedagógica,

1 Currículo colonizado refere-se, segundo Silva (2007), a herança do conhecimento colonial que coloca o sujeito imperial europeu numa posição de privilégio. Através da transmissão da cultura dominante fica garantida a sua hegemonia.

saberes das culturas africanas e afro-brasileiras para implementação da lei 10.639/2003².

O ODEERE³ foi criado em 2005 e vem desenvolvendo programas de Políticas de Ações afirmativas em diversos cursos e atividades que contemplam a Formação Continuada de professores/as e comunidade em geral. No entanto, vale ressaltar conforme Santana (2014) que a história deste órgão foi e continua sendo marcada pela indiferença sustentada nas concepções hegemônicas de conhecimento. Muitos acadêmicos e parte da população se sentem incomodados com o conteúdo tratado no espaço acadêmico do ODEERE, por estes fugirem dos paradigmas monoculturais e etnocêntricos que regem parte da educação brasileira.

As identidades profissionais das professoras egressas do curso de extensão do Odeere foram tomadas nessa pesquisa – que vem sendo desenvolvida através do programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – tendo o objetivo de compreender como elas são construídas a partir do processo de aprender e ensinar histórias e culturas africanas, em suas trajetórias de vida e vivências docentes a partir da inserção no curso.

Metodologia

A referida pesquisa é de cunho qualitativo e está ancorada na História Oral que segundo Alberti (2004), se mostra como um misto de método, fonte e técnica que se entrelaçam.

Recorreu-se a entrevista aberta e focalizada (HAGUETTE, 1995) como técnica para dar voz às professoras. Conforme Alberti (2004, p. 19), “no caso de entrevista de história oral, ela também requer uma preparação criteriosa, que nos transforme em interlocutores à altura de nossos entrevistados, capazes de entender suas expressões de vida e de acompanhar seus relatos”. Nesse

2 A Lei 10.639/03 alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e africana, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

3 De acordo com Santana (2014), ODEERE é fruto da junção entre as palavras ODÉ e ERÊ que “estabelecem um movimento de ordem e desordem, já que, em si, elas trazem saberes/práticas não aceitos socialmente ou porque não se sabe lidar com as imagens e rituais didáticos que estas palavras enunciam, ou, ainda, porque se encontram na vanguarda, na periferia, no silêncio, no oculto” (SANTANA, 2014, p. 61).

perspectiva, vale salientar que no decorrer da análise das informações, procurou-se preservar a fidelidade do conteúdo, onde as falas das professoras foram transformadas em escrita (MEIHY, 2013), passando para o papel tudo que foi dito, inclusive as repetições, os vícios de linguagem, os sons, os momentos de riso e choro.

O relato da entrevista foi tomado como uma fonte que precisa ser interpretada. Desse modo, para a análise dos dados recorre-se a Hermenêutica, por conta da ideia de que na linguagem, no discurso da ação, na visualização de signos mediadores, a cultura e suas manifestações são vias que devem deslumbrar a interpretação, possibilitando ao investigador, uma visão de construção de conhecimento (ALBERTI, 2004).

Identidades profissionais face à Educação e Culturas afro-brasileiras

De acordo com Nóvoa (1997, p.34) “(...) a identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e estar na profissão”. Nesse sentido, as identidades profissionais de professoras que aprendem e ensinam histórias e culturas afro-brasileiras se constroem com base na maneira como cada mulher atribui sentido ao seu exercício profissional, definindo o que quer ou não quer e o que pode enquanto professora.

Tardif (2014) corrobora com essa ideia afirmando que o aprendizado profissional se dá na prática, mediado pelas ações e cargas de significados culturais. Partindo desse princípio, entende-se que no exercício de suas funções professoras desenvolvem saberes específicos, baseados no trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio, pois seus saberes implicam um processo de aprendizagem e de formação.

Na mesma perspectiva, Pimenta (1997) trata as identidades profissionais como um processo de construção do sujeito historicamente situado partindo da constante revisão do significado social da profissão e da reelaboração desse significado por cada profissional.

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão [...] Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias, constrói-se, também, pelo

significado que cada professor, enquanto ator e autor confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, [...] (PIMENTA, 1997, p.7).

Entende-se, então, as identidades profissionais como um processo contínuo a partir do significado pessoal e social que cada professora confere à sua prática, com base em seus valores, sua história de vida e concepções. Dentro dessa compreensão, as identidades das professoras são únicas e ao mesmo tempo diversas, por encontrarem-se no limiar das dimensões pessoais e de suas práticas educacionais.

Silva (2007) propõe reflexões acerca do processo de aprender e ensinar em meio às relações étnico-raciais no Brasil, partindo do percurso que instiga profissionais a conhecerem as razões históricas e ideológicas que dificultam o ensino de história e das culturas afro-brasileiras. Para a autora, as bases legais que regulamentam o trabalho com a educação para as relações étnicas exigem das pessoas,

mudanças no modo de se dirigirem umas às outras, a fim de que desde logo se rompam com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de se aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais e sociais (SILVA, 2007, p. 490).

Nesse sentido, professoras que assumem uma postura contra-hegemônica de pensar a relação entre desigualdade, diversidade cultural e conhecimento acerca da educação para as relações étnicas, revelam a maneira como elas pensam e/ou constroem suas identidades, aprendendo e transmitindo em seus discursos a visão de mundo expressa em valores, posturas, atitudes que assumem, nos princípios que defendem e ações que empreendem.

O trabalho com a educação para as relações étnico-raciais requer um contínuo processo de aprender-ensinar-aprender, pois a formação inicial recebida nos cursos de graduação, em sua maioria, conduz para a assimilação dos padrões europeus e o não reconhecimento das diferenças⁴. E romper com este

4 Para Silva (2000), o conceito de diferença passou a ter notoriedade com a teorização educacional crítica a partir da emergência da chamada “política de identidade” e dos movimentos

padrão requer, conforme Munanga (2005), um posicionamento político diante da sociedade e essa tomada de consciência se dá mediante o pluralismo do saber docente mobilizado a partir de valores, normas, tradições, experiências vividas.

Nessas experiências, os saberes das professoras, considerados aqui na perspectiva de Tardif (2014) trazem no centro das reflexões a articulação dos aspectos sociais e individuais do saber de cada profissional. Partindo do entendimento do autor, considera-se os saberes das professoras egressas do curso de extensão em Educação e Culturas Afro-brasileiras/ ODEERE como construções sociais que estão ligados a uma situação de trabalho com o outro, ancorado no processo de ensinar, situado no espaço de trabalho e enraizado em uma instituição e sociedade

Destarte, a formação continuada oferecida pelo referido curso de extensão possibilita a forma de operacionalizar a unidade teoria/prática nos processos formativos das professoras e está intimamente ligada aos saberes experienciais, considerados por Tardif (2014), como “núcleo vital do saber docente”. Estes saberes se incorporam à experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus*⁵ que ajudam no enfrentamento dos dilemas e conflitos diários da ação pedagógica.

Assim, para trabalhar com as relações étnico-raciais, além da formação profissional (continuada), as professoras evocam os saberes experienciais por se tratar de uma situação que traz à tona suas vivências com a etnicidade, (des) construir certezas, questionar posturas e o lugar do outro. Desse modo, a trajetória de vida dessas profissionais é acionada utilizando referenciais espaço-temporais que consideram válidos para alicerçar a legitimidade das certezas experienciais que reivindicam.

Pimenta (2000) mostra que é por meio do movimento de articulação entre os saberes, que as professoras percebem as singularidades de sua atividade

multiculturalistas. Nesse contexto, “refere-se às diferenças culturais entre os diversos grupos sociais, definidos em termos de divisões sociais tais como classe, raça, etnia, gênero, sexualidade e nacionalidade” (p. 42).

- 5 Na teorização de Bourdieu (1989), o *habitus* refere-se a um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas no campo social e estruturantes adquirido nas e pelas experiências práticas, não obedecem a um cálculo racional e consciente, são guiados por disposições internalizadas que fazem com que as pessoas ajam de forma inconsciente. Tardif (2014) apropria-se desse conceito e o traz para a formação docente traduzindo-o como macetes da profissão manifestados através do saber-ser e saber-fazer pessoais e profissionais validados na práxis.

profissional e, com base nisso, têm a oportunidade de reconfigurar suas formas de saber-fazer docente de modo sistemático, dinâmico e contínuo. Do ponto de vista de como são abordadas as questões da educação para as relações étnico-raciais, considera-se que “as transformações das práticas docentes só se efetivam na medida em que o professor amplia sua consciência sobre a própria prática, a de sala de aula e a da escola como um todo” (PIMENTA, 2000, p.7). Nesse aspecto, a proposta do curso de Extensão em Educação e Culturas Afro-brasileiras é articular os saberes da ciência da educação com os saberes pedagógicos (re) traduzindo-os na prática e experiência.

Interfaces entre os saberes das professoras e formação continuada

Diante da necessidade de leis e parâmetros que regem o ensino acerca das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, as professoras buscam, através do curso de extensão em Educação e Culturas Afro-Brasileiras, apropriar-se de mais conteúdos de políticas de ações afirmativas que se referem às relações étnicas e raciais no cotidiano escolar. Tal postura reflete um entendimento de que

a Lei 10.639/03 e as diretrizes entram em confronto com as práticas e com o imaginário racial presentes na estrutura e no funcionamento da educação brasileira, tais como o mito da democracia racial, o racismo ambíguo, a ideologia do branqueamento e a naturalização das desigualdades raciais (GOMES, 2011, p. 116).

O ingresso de professoras em um curso de formação que questiona a valorização da cultura europeia em detrimento de outras etnias, como indígena e a africana nos componentes curriculares da educação brasileira, possibilita pensar e/ou reconhecer a diversidade e a diferença presentes na escola.

Percebe-se que a (re)construção das identidades se dão em um processo dinâmico e complexo, pois estão relacionadas às interações no ambiente de trabalho e expressam as maneiras de aprender e ensinar a partir da produção de sentidos e reflexão acerca do processo educacional. Conforme Vianna (2001/02, p. 90), *“nossa socialização interfere na forma como nós – homens e mulheres – nos relacionamos, interfere nas profissões que escolhemos e na maneira como atuamos”*.

Essas considerações ressaltam a necessidade de reflexão acerca das identidades profissionais, tomando as características subjetivas como suporte, a partir das representações que caracterizam suas vivências e a maneira como as professoras egressas do Curso de Extensão em Educação e Culturas Afro-brasileiras se percebem, pensam e agem enquanto sujeitos que aprendem e ensinam.

Professores e professoras — como qualquer outro grupo social — foram e são objetos de representações. Assim, ao longo do tempo, alinham-se determinadas características, apelam-se para alguns recursos para falar deles e delas. Essas representações não são, contudo, meras descrições que “refletem” as práticas desses sujeitos; elas são, de fato, descrições que os “constituem”, que os “produzem”. (LOURO, 1997, p. 99)

O conhecimento profissional representa o conjunto de saberes que habilita o indivíduo para o exercício de sua profissão. Esse conhecimento é construído ao longo de uma vida, perpassando pela formação inicial e continuada que vai se aprimorando na vivência diária da profissão. Ressaltando que as histórias de vida construídas na experiência familiar, social, cultural, religiosa, econômica e a própria inserção na carreira do magistério são elementos constitutivos das identidades profissionais.

As imagens do ser professora estão ligadas as dimensões subjetivas que dão sentido à carreira, uma vez que são desenvolvidas e modificadas quando inseridas no plano individual e coletivo. São influenciadas e influenciam a partir de interferências internas e externas na ação pedagógica contempladas no pluralismo do saber profissional (TARDIF, 2014), quando relacionados aos lugares em que as professoras atuam, formam, trabalham e vivenciam.

Os saberes próprios da profissão de professor não são apenas os científicos, eruditos e codificados adquiridos no decorrer da formação inicial e/ou continuada. São estes e também os saberes relacionados às suas visões de mundo e a seus valores, oriundos dos seus lugares de pertencimento, sejam eles social, de gênero, etnia/raça etc., assim como os conhecimentos técnicos, saberes da ação, as habilidades de natureza artesanal, adquiridas em suas experiências de trabalho (TARDIF, 2014, p. 9-10).

Os fundamentos que regem os saberes das professoras, que por sua vez são construtores das identidades profissionais, são existenciais no sentido de que as professoras pensam a partir de sua história de vida intelectual, afetiva, emocional, pessoal e interpessoal; são sociais por se constituírem enquanto saberes plurais, advindos de fontes sociais diversas como família, escola, universidade, são também adquiridos em tempos sociais diferentes e aprimorados pela consciência profissional; e são pragmáticos por estarem ligados ao trabalho e as funções que ela desempenham. Os relatos das professoras revelam assim como preconiza o autor que seus saberes profissionais têm fundamentação existencial, social e pragmática.

Uma das professoras relata que a motivação para participar do curso de extensão foi sua curiosidade em entender discursos preconceituosos que ouvia no seu cotidiano em relação às religiões de matriz africana. Durante os estudos sobre culturas afro, ela se volta para as memórias do seu tempo de infância e descobre que seu avós, bisavós e mãe biológica eram do candomblé. Desse modo, a participação no curso de Extensão em Educação e Culturas Afro-Brasileiras lhe trouxe o entendimento de suas inquietações estarem atreladas a sua história de vida. E sua trajetória familiar lhe aproximou das discussões das Culturas Afro-Brasileiras atribuindo-lhe significado. A partir destas descobertas, realizadas durante o curso, esta colaboradora entende que esse saber existencial é um dos fundamentos que produziu a profissional que ela é atualmente.

Uma segunda professora relata que seus saberes são também sociais, pois tem início com suas experiências familiares e se amplia na formação profissional. Ela comprova isso ao dizer teve suas memórias da infância ativadas durante o curso de extensão, trazendo à tona momentos significativos de convivência com familiares e essa fonte social de conhecimento é aprimorada/significada pela consciência profissional adquirida no curso.

Os relatos de uma terceira professora revelam que seus saberes são pragmáticos por estarem ligados ao desempenho de sua profissão. O trabalho que realiza sobre cultura afro-brasileira é motivado, segundo seus relatos, pela percepção de que seus alunos negam seu pertencimento étnico e ela se sente responsável por fazer com que os alunos se apropriem do conhecimento acerca de seus antepassados e se identifiquem com o grupo étnico ao qual pertence.

Nesse sentido, escolher participar de um curso de formação que pensa a construção social das diferenças e a lógica que as rege é um dado revelador de como as participantes dessa pesquisa se percebem enquanto professoras, pois como destaca Kofes (2001), a trajetória de cada indivíduo é singular e revela

disposições constituídas nos mais diversos processos de socialização pelos quais o indivíduo passou. A partir desse entendimento, evidencia-se que os saberes estão diretamente relacionados às identidades profissionais e se constituem socialmente por estarem ligados às condições que estruturam o trabalho.

A partir das falas das entrevistadas, percebe-se que seus saberes foram constituídos a partir de suas memórias individuais, daquilo que sentem e entendem por educação para as relações étnico-raciais, do modo como se relacionam no ambiente de trabalho, das vivências que tiveram com seus alunos e pares e sistematizados no curso de Extensão em Educação e Culturas Afro-Brasileiras. As negociações entre o que essas profissionais são e o que fazem são fundamentadas por Tardif (2014, p. 16), como “os saberes dos professores parece estar assentado em *transações* constantes entre o que eles são (incluindo as emoções, a cognição, as expectativas, a história pessoal deles, etc) e o que eles *fazem*”.

Diante disso, percebe-se que os saberes profissionais se dão por meio da reciprocidade humana que envolve o ato de ensinar, onde cada professora é também aprendente. Infere-se ainda que é na articulação dos saberes que se dá a formação das identidades profissionais. E estas, por estarem relacionadas com as dimensões pessoais, coletivas e institucionais, perpassam a esfera pública e se voltam para o íntimo e pessoal de cada professora.

Refletir acerca de quem são as professoras que participam da formação no ODEERE, como elas aprendem e como processam este aprendizado em suas vivências em suas educacionais requer o reconhecimento de que tudo isso ocorre em um constante processo de negociação entre o que elas são e o que elas fazem, pois suas práticas e saberes estão imbuídos de um considerável vínculo entre passado e presente, sob a ótica de aspectos subjetivos e objetivos da ação profissional.

Considerações finais

O percurso desta pesquisa tem revelado que as identidades profissionais das professoras egressas do ODEERE perpassam um processo de construção, aquisição e desenvolvimento de múltiplos saberes a partir de suas práticas cotidianas, do conhecimento socialmente produzido e história de vida. Através do exercício de suas funções e papéis elas buscam contribuir com a própria competência profissional. Isso se dá no momento em que estas professoras assumem uma postura reflexiva diante de sua profissionalização, constroem a ideia de um sujeito capaz de problematizar o que é o mundo em que vivem.

A ruptura que estas professoras fazem com a educação homogeneizadora pauta-se no exercício diário da ocupação, nos saberes experienciais e

na formação adquirida no Curso de Extensão em Educação e Culturas Afro-Brasileiras. Nessa perspectiva, as identidades profissionais são desenvolvidas no pluralismo do saber profissional (TARDIF, 2014, p. 15), entando “ligado a uma situação de trabalho com outros (alunos, colegas, pais, etc.), [...] ancorado numa tarefa complexa (ensinar), situado num espaço de trabalho (a sala de aula, a escola), enraizado numa instituição e numa sociedade”.

Assim, estas professoras vivenciam no trabalho a ideia de Tardif (2014) de que é preciso ser sujeito do próprio trabalho e autoras da sua pedagogia e assim enfrentam suas dificuldades apresentando-se como receptivas a condição de lidar com o aprender e o ensinar a história e culturas africanas e afro-brasileiras num constante movimento contra preconceitos e discursos colonialistas.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Resolução CNE/CP 01/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana**. Diário Oficial da União. Brasília, 22 de junho de 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. RBPAAE – v.27, n.1, jan./abr. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ Uma perspectiva pós-estruturalista: Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

KOFFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª edição, SECAD, 2005.

NÓVOA, A. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão.** In: _____ . Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote/IIE, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Formação de professores - saberes da docência e identidade do professor.** Nuances- Vol. III. Setembro de 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Desigualdades de raça e gênero no sistema educacional brasileiro.** Disponível em <http://www.diversidadeducainfantil.org.br>. Acesso em 30 de março de 2016.

SANTANA, Marise (org.). **ODEERE: formação docente, linguagens visuais e legado africano no sudoeste baiano.** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), set./dez. 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2014.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero da docência.** Cadernos Pagu, Campinas, n. 17-18, 2001-2002.

EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E GERAÇÃO (IDADE) ENTRE LIDERANÇAS NEGRAS FEMININAS NO BAIRRO DE SÃO CRISTÓVÃO, EM SALVADOR, BAHIA.

Daniela Rosa Ribeiro¹
Universidade do Estado da Bahia
danyrosaluxemburgo@outlook.com

Orientadora: Profa Dra Ana Claudia Lemos Pacheco

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo investigar quais são as percepções e experiências de gênero, raça, classe e idade/geração nas trajetórias sociais de lideranças negras-femininas do bairro de São Cristovão em Salvador, Bahia. Partimos da constatação de algumas pesquisas que demonstram que a categoria idade/geração é essencial para se perceber as mudanças de comportamento e às configurações de gênero nelas constituídas nos cursos de vida das mulheres e de sua articulação com outras categorias sociais. Para realização dessa pesquisa, adotamos o método biográfico, que consiste na análise das trajetórias sociais e individuais das mulheres negras selecionadas, a fim de captarmos suas experiências de discriminação de geração, gênero, raça e classe. Para Bourdieu, o método biográfico ou a noção de trajetória consiste em restabelecer os trajetos dos agentes sociais a partir de uma abordagem que possibilite entender as redes complexas dessas discriminações produzidas em diversos espaços sociais. Sendo assim, o nosso interesse incidiu em analisar, particularmente, como a variável idade/geração influenciou na vida dessas lideranças? Como esta categoria interferiu em suas trajetórias e de que forma as mulheres selecionadas elaboraram estratégias para lidar com as várias formas de discriminação interseccionais?

Palavras- chave: Mulheres negras, Discriminações de Gênero, Raça, Classe, idade.

1 Universidade do Estado da Bahia, bolsista de Iniciação Científica, Discente de graduação do curso de Ciências Sociais do 8 semestre, Trajetórias sociais de lideranças negras-femininas de bairros populares em Salvador, Bahia., Edital nº 031/2015, do PIBIC / CNPq

Vários estudos sociológicos realizados nas décadas de 1980 e 1990 têm demonstrado a importância das mulheres de camada popular nas lideranças dos grupos familiares e comunitários, como agentes fundamentais no processo de organização social e política, pela busca da igualdade social e pelos direitos sociais básicos para a população local que vive geralmente em desvantagens socioeconômicas. (ZALUAR, 1985; SADER, 1987, GHON, 2011; GARCIA, 2006).

Segundo tais estudos, as mulheres de camada popular são aquelas que sofrem mais diretamente com a falta de infra-estrutura nos bairros e com a precariedade dos serviços de saúde e saneamentos básicos.; em contrapartida, são as mesmas que se mobilizam e assumem à liderança dos grupos comunitários em busca de cidadania. Nesse sentido, esta pesquisa Trajetória educacional, qual a importância da educação ou trabalho educativo que essas mulheres lideranças negra da terceira idade desenvolvem no bairro de São Cristovão situado em Salvador/Bahia tem como objetivo geral: identificar quais são as experiências de discriminação de Gênero, Raça, classe e idade/geração entre lideranças negras-femininas do Bairro de São Cristovão, em Salvador, Bahia. Como objetivos específicos: a) identificar quem são as lideranças negras femininas e o recorte idade/geração entre mulheres na faixa etária de 60 anos de idade ou mais no bairro de São Cristovão? (b) identificar quais são as estratégias sociais implementadas pelas lideranças para combater às discriminações de gênero, raça, classe e idade/geração no bairro de São Cristovão, em Salvador, Bahia?

A nossa hipótese é que essas mulheres negras lideranças, apesar de passarem por várias discriminações de gênero, raça e classe em suas trajetórias sociais construíram alternativas de luta ao longo de sua caminhada, em que a experiência da idade/geração foi fundamental no protagonismo feminino frente aos grupos comunitários aos quais fazem parte. A nossa hipótese se apóia em estudos que problematizam sobre as diferenças raciais e de gênero que compõem a sociedade Brasileira. Segundo tais estudos, (CARNEIRO 2002, GONZALES 1979, BAIROS; 1995; PACHECO, 2013) as mulheres negras são maioria da população brasileira, entretanto, há um abismo significativo em relação a sua situação social quando comparada a outros grupos de mulheres e de homens racialmente distintos. De acordo com a pesquisa do IPEA, Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (2011), houve um aumento significativo da população negra-feminina no que se refere a variável idade “a população preta feminina de 60 anos ou mais aumentou em mais de 90% de 1995 a 2009”. (IPEA, 2011; p.17). Esses dados confirmam os dados anteriores que ressaltam a

importância das variáveis gênero-raça e classe na interpretação da situação de exclusão das mulheres negras dentro da estrutura social brasileira atual; ou seja, as mulheres negras, nesse aspecto, continuam em desvantagem em relação às mulheres brancas.

Assim quando falamos de raça, classe, geração/idade priorizamos uma abordagem interpretativa que privilegie as mulheres negras e suas experiências históricas e sociais no enfrentamento às desigualdades e em busca de cidadania. (GARCIA, 2006; CRENSHAW, 2002).

Este quadro sociológico das mulheres negras no cenário nacional e regional é ilustrativo e oportuno para pensarmos a multidimensionalidade das relações de gênero, classe e raça vivenciadas pelas mulheres negras lideranças de grupos comunitários na cidade de Salvador. GARCIA (2006; p.13) demonstra em suas pesquisas, que desde a década de 1980, em Salvador, 44% das mulheres da periferia assumiam as lideranças das associações de bairros. Vários fatores contribuíram para este fenômeno, segundo a autora: carências de bens de serviços coletivos, saúde e saneamento, moradia e educação foram os principais motivos encontrados pelas lideranças engajarem-se nos movimentos.

A pesquisa foi realizada no bairro de São Cristóvão, um bairro popular, situado na região norte de Salvador. Estamos finalizando a primeira etapa da pesquisa de campo no bairro de São Cristóvão, em Salvador, quais sejam: mapeamento e identificação das lideranças femininas negras; entrevistas com cinco mulheres selecionadas para a pesquisa; observação direta no bairro; então sentimos a necessidade de continuidade do referido projeto por entender a importância dessa pesquisa para as populações locais do bairros selecionado; da importância social, cultural e política que as mulheres analisadas têm no bairro de São Cristóvão, por isso esse outro projeto é uma continuidade do projeto anterior análise dos dados da pesquisa, que consiste em análise das variáveis do perfil sócio-econômico das mulheres e análise das trajetórias e narrativas, esse bairro foi classificado como popular pela sua localização social-espacial, infraestrutura, os rendimentos e as populações que neles habitam, sendo que nossa proposta inicial era mapear e entrevistar lideranças negras também do Bairro de Engomadeira mais por falta de oportunidade, espaço, tempo não conseguimos fazer em decorrência de dificuldades de acesso a ela, ressaltando assim que a pesquisa terá continuidade nos Bairros citados. Durante o período de janeiro a maio de 2015, realizamos observação direta em campo e entrevistamos três mulheres negras lideranças, moradoras do bairro. Selecionamos mulheres negras que atendessem aos critérios fundamentais da pesquisa, quais sejam: 1)

Mulheres que se autotranscreveram como negras; 2) Mulheres negras que lideravam grupos comunitários de quaisquer naturezas, 3) Mulheres negras lideranças que se encontravam na faixa etária acima de 18 anos de idade. Este último critério foi essencial à nossa pesquisa, haja vista que o critério da idade-geração foi significativo ao objetivo do nosso subprojeto de pesquisa, que procura analisar como a categoria idade-geração, articulada a outras categorias, interferiu no curso da trajetória das líderes negras selecionadas.

Para realização da pesquisa, utilizamos um questionário, contendo as variáveis para obter o perfil sócio-econômico das entrevistadas, entre as variáveis básicas, idade, sexo, renda, etc., o item cor-raça foi fundamental para a identificação e (auto) classificação racial das mulheres negras selecionadas para a pesquisa. Este tipo de pesquisa deu-nos oportunidade de compartilhar com os sujeitos da pesquisa, com suas trajetórias e, a partir de então interpretar suas respectivas histórias de superação.

Além desse instrumento de coleta de dados, utilizamos um roteiro aberto com entrevistas semi-estruturados como instrumento essencial na captação das narrativas e na análise das trajetórias das mulheres em questão; outros instrumentos foram utilizados, tais como, diário de campo e registro fotográfico.

Nesta pesquisa, operamos com a ferramenta Histórias de vida, procurando saber de suas narrativas e o que as afetaram em várias situações, e assim contando histórias nos damos uma identidade, à medida que nos reconhecemos nas histórias que contamos. Dessa maneira, as histórias produzem transformações, à medida que estimulam os sujeitos a pensar em outros sentidos e significados para a experiência passada, a partir do ponto de vista do presente e as Histórias oferecem alternativas de enfrentamentos que contribuem para empoderar as pessoas, ajudando-as a refletir sobre situações de opressão, por isso a história de vida é tão importante como fala a autora Suely Kofes:

“Sintetizando, as histórias de vida estarão sendo consideradas como: fontes de informação (falam de uma experiência que ultrapassa o sujeito que relata); como evocação (transmitem a dimensão subjetiva e interpretativa do sujeito); como reflexão (contêm uma análise sobre a experiência vivida”). (Kofes, P.04)

Para a análise do material coletado da pesquisa de campo, tomamos como base os referenciais analíticos em torno das noções de trajetória do sociólogo Pierre Bourdieu (1989) e as discussões de gênero e raça e outras categorias

como eixos interseccionais na perspectiva da autora Kimberlé Crenshaw (2002). Outros estudos foram importantes no diálogo com as fontes e na construção da análise da pesquisa; tais como, os estudos das intelectuais e ativistas negras brasileiras e estadunidenses sobre as mulheres negras e os estudos de gênero. Entendemos que as trajetórias sociais das lideranças negras femininas se construíram em espaços sociais de lutas, conflitos, mudanças e permanências de experiências de discriminação do racismo, do sexismo, das desigualdades de classe e de geração vivenciadas pelas mulheres investigadas, entretanto, isso não as impediu de construírem alternativas de enfrentamento a tais desigualdades ao longo de sua caminhada e na comunidade em que atuam. Nossa pesquisa vai ao encontro do cotidiano de mulheres negras, busca aprofundar as formas como elas superam ou superaram as constantes adversidades, dificuldades e barreiras do contexto socioeconômico e político cultural da sociedade contemporânea para garantir sua mobilidade social. Para demonstrarmos como estas categorias se teceram nas práticas e percepções das mulheres investigadas, analisaremos a trajetória social e a narrativa de uma das líderes negras. Esse projeto é continuação de um projeto que ocorreu no ano passado e não foi terminado como foi a nossa proposta inicial de pesquisa era investigar as trajetórias sociais de 10 lideranças nos bairros populares selecionados para a pesquisa: São Cristóvão e Engomadeira que não foi completado. Entretanto, em função, de tempo, espaço, falta de oportunidade e feriados não conseguimos realizar no Bairro de Engomadeira, proposta essa que realizaremos agora, por isso nossa pesquisa ainda não foi concluída, mais irei expor um pouco aqui uma análise da entrevista do projeto anterior.

A idade, enquanto uma variável biológica, só faz sentido se for pensada de forma geracional, pois esta última é uma categoria sociológica que identifica processos e mudanças de Curso de vida, valores, comportamentos e relações sociais de forma articulada a outras categorias e experiências narradas e percebidas pelos sujeitos sociais.

Desse modo, a análise da trajetória a seguir parte dessa perspectiva descrita acima. A entrevista foi individual, realizada na casa da líder, gravada e posteriormente transcrita para então ser analisada; a duração máxima de cada entrevista foi em torno de 2 às 3h cada. A entrevistada foi contactada previamente para que tomasse consciência dos objetivos do projeto e da importância da respectiva participação. É relevante ressaltar que por questões éticas, o nome da entrevistada foi mantido em sigilo.

A entrevista em análise foi realizada em São Cristóvão, em uma casa que fica localizada no terreiro de Candomblé, utilizamos um gravador para gravar a narrativa com o consentimento da entrevistada. A entrevista foi realizada em Janeiro de 2015; em dia, horários e locais pré-estabelecidos e pré-agendados. A entrevista foi previamente planejada e teve a duração de 1h49m, utilizamos um roteiro de entrevistas semiestruturadas que é objeto de nossa análise.

Dona Ana é uma senhora que tem 66 anos de idade, é negra, de origem urbana e proveniente de família de baixa renda, Ana é *Yalorixá* – Mãe de Santo-de um terreiro de candomblé no bairro de São Cristóvão, sendo uma mulher separada, que tem 4 filhos e aposentada como professora tanto no Estado como na Prefeitura, com formação em nível superior completo, vivendo hoje com filhos e netos.

Vindo de uma família de professores ela sempre foi incentivada pelos pais a lecionar a pedido de uma tia, fazendo assim da sua casa uma escola onde todos davam aulas onde em 1969 quando terminou o magistério que começou a ensinar. Sempre estudou em escola pública sendo também aluna de um convento, tem cinco irmãos nos quais todos foram educados e formados. E pelas dificuldades que achou ao longo do caminho por falta de tempo e verba essa escola sempre fechava e retomava a abrir as portas.

É aposentada e assalariada e preside a associação Margaridas que se situa dentro de um terreiro de candomblé e desenvolve um trabalho social dentro do bairro, segundo ela, “por sua conta própria”.

Na narrativa de Ana, o trabalho comunitário que passou a desenvolver no bairro se iniciou quando:

“meu pai colocou no quintal dele uma sala de aula para mim quando 1969 quando eu terminei o curso de magistério aí meu pai fez uma sala de aula para mim minha mãe comprou umas cadeiras foi procurar onde é que tinha cadeiras aí comprou e colocou para que eu desse aula aqueles meninos aquela aquele alunado dar rua aonde eu morava naquela ladeira chama Travessa Rio das Neves”

O trabalho social que Ana desenvolveu no bairro de São Cristóvão é a continuidade do trabalho comunitário que sua mãe biológica desenvolveu durante muito tempo no referido bairro e em outros bairros populares. Percebemos que a educação contribuiu para melhoria da sua qualidade de vida, sua ascensão socioeconômica e político cultural e na conscientização sobre seus direitos de

cidadania, além de dar visibilidade à mulher negra, que a sociedade teima em mantê-la em condição de invisibilidade.

Essa transmissão e continuidade do trabalho comunitário realizado por Ana, como herança de sua mãe, podem nos revelar um aspecto significativo do percurso social de duas gerações diferentes de mulheres negras de classes populares que se traduzem em lutas e protagonismos na busca de melhorias sociais em suas comunidades. Apesar das diferenças de idade entre Ana e sua mãe, ambas protagonizaram papéis de reconhecimento social transmitido através de gerações que se traduzem em práticas, experiências, saberes e códigos sociais de referências de solidariedade social. Outro aspecto a ser ressaltado na trajetória de Ana é a sua origem religiosa. De família humilde, Dona Ana provém de uma origem familiar cuja prática religiosa é o candomblé, uma herança que foi transmitida por sua tia materna, quando ela era muito jovem.

Percebe-se na trajetória de Ana e em sua narrativa que a sua ascensão enquanto uma líder religiosa no Terreiro de candomblé da linhagem de sua tia materna tornou-se um divisor de águas em sua vida pessoal. Foi a partir desse momento que Ana iniciou um novo percurso em sua trajetória social, ao assumir a função de Yalorixá no seu terreiro, as relações de gênero vivenciadas com seu marido entraram em conflito, levando à separação conjugal. Podemos afirmar que a religião e às relações desiguais de gênero foram determinantes na vida da entrevistada.

Em sua narrativa, a intolerância religiosa na cidade e no seu bairro aparece como regulador de sua percepção em relação aos problemas vivenciados no bairro. De acordo com ela, reside no bairro e no seu terreiro (de Candomblé) há mais de 25 anos e atribui à intolerância praticada contra si aos protestantes que circulam no seu bairro. Segunda a entrevistada, ela também sofre preconceito com pessoas em geral que criticam o ritual do candomblé, as oferendas que acham que estão sujando a rua, degredando a natureza.

Tal intolerância religiosa relatada por Dona Ana teria dificultado o trabalho comunitário que realiza em uma escola do seu bairro, refere-se aos cursos de artesanato, pintura, projetos de educação que realizou com jovens e mulheres (mães) moradoras do bairro. Acrescenta que o trabalho social que realiza lhe traz crescimento pessoal por saber que está satisfazendo o desejo de sua mãe biológica e contribuindo para a sua comunidade.

Observamos em suas narrativas que a geração e o gênero foram significativos na condução de sua trajetória familiar, religiosa e social: Dona Ana tornou-se uma líder religiosa quando era mais jovem, Mãe de Santo, tal atribuição

social-religiosa provocou uma mudança nas relações de gênero- separação conjugal do seu companheiro- em função do cargo que assumira na comunidade religiosa, a qual estaria liderando. Em sua trajetória, a idade/geração foi acionada ao “tempo”, aos saberes culturais e religiosos, ao trabalho social e educativo que desenvolvera no bairro, herdado de sua mãe biológica, à identificação dos problemas de infraestrutura no bairro e das discriminações que sofrera por ser uma líder religiosa de um Terreiro de Candomblé.

A sua percepção da idade / geração é positiva diante dos saberes e das estratégias que implementou cotidianamente para combater às desigualdades e as discriminações vividas, preservando aquilo que lhe foi mais significativo: o “Tempo”.

Referências:

AZEVEDO, Thales de. *Aselites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social*, 2ª edição. Salvador: EDUFBA, 1996 [1955]

BAIROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados, *Revista Estudos Feministas*, V.3, nº 2, IFCS / UFRJ, R.J, 1995.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.62/ 63, juin, 1986, Paris.

BRITTO DA MOTTA, Alda. *A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento*, Instituto de ciencias sociais-campus universitario Darcy Ribeiro, 1999, p :02.

BRITTO DA MOTTA, Alda. *As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento* (p :191-221). (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999). Cadernos pagu(13), 1999, p :17.

BRITTO DA MOTTA, Alda e WELLER, Wivian. Dossie : *A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica*, Soc. estado. vol.25 no.2 Brasília May/ Aug. 2010, p:01

CARNEIRO, Suely. Gênero, Raça e Ascensão Social, *Estudos Feministas*, V-3, nº 02, 1995.

CARVALHO, Inaiá& BARRETO, Vanda Sá. Segregação residencial, condição social e raça em Salvador, *Revista Metrópole*, n.18, pp.251-273, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero, *Estudos Feministas* (01) 2002; p.171-263.

GARCIA, Antonia dos Santos. *As mulheres da cidade d'Oxum: relações de gênero, raça e classe e organização do movimento de bairro em Salvador*. Salvador. EDUFBA, 2006a

_____. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade de d'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. (Tese de Doutorado, UFRJ, 2006b, 403p.)

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Raça e os Estudos de Relações Raciais no Brasil, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 54, julho de 1999.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, 2013. Acesso: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>, data:09/04/2014, 23:15.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA).

Retrato das desigualdades de gênero e raça, 2013. Acesso: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>, data:20/08/2015, 12:48.

KOFES, Suely. *Categorias Analítica e Empírica: Gênero e Mulher: disjunções, conjunções e mediações*, Cadernos PAGU / UNICAMP, nº 01, 1993.

MACÊDO, Márcia S. *Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador*. Dissertação (Mestrado em Sociologia, UFBA, 1999, 185p.).

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*: Salvador: EDUFBA, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul / dez, 1990.

O FEMINISMO NEGRO RESIGNIFICANDO A TEORIA E A PRÁTICA FEMINISTA: SUBALTERNIDADE É O QUE TEM PRA NÓS?

Deise Sousa dos Santos

*Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres,
Gênero e Feminismo - PPGNEIM
deiseassocial@hotmail.com*

Josimara A. Delgado

*Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres,
Gênero e Feminismo – PPGNEIM
josimaradelgado@gmail.com*

Resumo

O objetivo do artigo é compreender o cenário de luta do feminismo negro que ousou denunciar as diferentes formas de opressões e explorações acerca da desigualdade de gênero anulando as demandas das mulheres negras. O feminismo hegemônico produziu estratégias para silenciar questões que atravessaram os nossos direitos consentindo que o patriarcado adentrasse de forma perversa em nossas vidas permitindo a consolidação do modelo universal epistemológico. Essa vertente teórica pouco se preocupou em dar notoriedade às reivindicações de forma fidedigna ao cenário que emergia à luz das mulheres negras. O movimento de mulheres negras construiu táticas de lutas e, a partir de suas vivências, apontaram como o machismo e o sexismo inseridos nas assimetrias de gênero e nas relações sociais reverberaram implicações na condição de raça e classe. Questões essas que a classe dominante ainda opera para determinar quais os espaços em que nós mulheres negras devemos ocupar, respondendo a lógica política e econômica das esferas públicas e/ou privadas. Assim, o nosso grito, tanto na teoria feminista e no chão do movimento, veio para subverter e combater a produção e reprodução das opressões que marcam efeitos colaterais, materiais e simbólicos nas questões étnico/raciais, efetivando

o entrelaçamento das desigualdades. É nesse cenário que vamos tecer a luta das mulheres negras, reunindo o feminismo negro, usando como destaque as vozes que foram emudecidas e potencializando aquelas que jamais silenciaram diante das opressões amarrados nas intersecções de gênero, classe e raça.

Palavras-chave: Feminismos Negros, Interseccionalidades, Desigualdades, Resistência.

Introdução

O presente artigo emerge com o intuito de demarcar a luta do feminismo negro contra as opressões e explorações engendradas nas relações sociais hierárquicas oriundas do sistema patriarcal que, por certo, reafirmou as relações de poder perpetradas pelas mulheres brancas atravessando a trajetória de vida de nós mulheres negras e pobres. O objetivo desse estudo é analisar como a teoria do feminismo negro e o movimento de mulheres negras corroborou para marcar e problematizar a ausência de classe e de raça existente nas epistemologias do feminismo hegemônico que invisibilizou o empoderamento de mulheres negras e pobres.

Para explicitar a abordagem, seguimos com o pensamento de Kimberlé Crenshaw:

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação (CRENSHAW, 2002, p.176).

Em determinados contextos, nem sempre conseguimos perceber como estão engendradas determinadas opressões que se interseccionam, que podem se desdobrar sob feitos camaleônicos, mudando de ação, caracterizando as opressões das conjunturas subjetivas e objetivas ancoradas nas relações sociais a partir de gênero, classe, raça, geração, território, sexualidades, dentre outras interseções.

2. Metodologia

O referido artigo traz a metodologia baseada na pesquisa bibliografia, portanto, dará a direção na explicitação das teorias feministas com pensamento do feminismo negro. Portanto, conforme Lenin (1965) elucida que “o método é a alma da teoria”. “A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas” (FONSECA, 2002.p 32).

A importância de construir uma intervenção com instrumentos epistêmicos e políticos de forma simultânea com a coletividade tanto acadêmica como a comunitária e do movimento de mulheres negras nos coloca numa posição

para entendermos que não estamos sozinhas na luta contra as estruturas opressoras, portanto, produzir um arcabouço na práxis-política corrobora com o fortalecimento de nossas ações cognitivas contra os modelos dominantes materializados na escravidão, essa, (re) significada, inserida no viés das opressões e explorações.

O inimigo é macho, fêmea, branco e tem classe, portanto, combater esse contexto é ir na contramão do sistema de subordinação dos quais fomos direcionadas às desigualdades por causa de nossas diferenças que acarretaram as exclusões, e por conseguinte, ainda carregamos as discriminações do passado em conexões com o presente com marcas que estão longe de serem cicatrizadas.

2.1 Resistindo é que existimos? Os pontos de forças estão em nossas diferenças

A análise interseccional incorporada por nós mulheres negras provocou movimentações, inquietudes, atentando para a necessidade de se posicionar na linha de frente do debate, enfatizando as nossas discussões que reverberaram nas estruturas de poder que nos oprimem e nos excluem.

Dessa forma, se o androcentrismo foi responsável por anular as mulheres ao longo da história, não podemos sonegar em questionar o posicionamento das mulheres brancas pertencentes a uma classe configurada de privilégios que invisibilizou as demandas das mulheres negras. Questionamos então a produção epistemológica dos referenciais teóricos das mulheres brancas, que erigiu apenas nas suas necessidades e ocultou o marcador de classe e de raça no em torno da pluralidade e peculiaridade da categoria de gênero, aderindo estratégias para silenciar a nossa subjetividade e objetividade enquanto mulheres negras e pobres.

Foi experimentando as vivências desse cenário que o feminismo negro projetou e transpirou a partir de suas indagações, resignificando o contexto teórico formulado nas teorias feministas. Como bem observa Bell Hooks,

O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais. A recusa feminista, no passado, a chamar a atenção para hierarquias raciais e as atacar, suprimiu a conexão entre raça e classe. (HOOKS, 2000, p.195).

A ausência tendenciosa dessa pauta, silenciada pelas mulheres brancas, permitiu que nós, mulheres negras e pobres, permanecêssemos em condições de disparidades diante de tal realidade, trago um exemplo das incríveis experiências e aprendizados que ganhei quando atuei como técnica de Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Nos encontros, observava quão exploradas eram as nossas irmãs, moradoras de uma determinada comunidade pobre em um bairro da periferia de Salvador. O grupo era formado por mães solteiras, negras, com a idade entre 21 a 70 anos. Eram mulheres provedoras do lar e chefes de família. Em certos depoimentos, elas mostravam que continuavam amordaçadas nos espaços de trabalho, bem como no doméstico. “ser oprimida significa *ausência de opções*. É o principal ponto de contato entre o oprimido(a) e o opressor(a)” (HOOKS, 2000, p.197).

Portanto, nas relações de poder com características de humilhação vexatória indissociável dos assédios, tanto moral como sexual. Esse último, tendo como executores os maridos e os filhos das patroas acarretando com violências materiais e subjetivas na escravização de suas mentes e corpos, para além de experimentar o abuso de poder provenientes de suas patroas, permanecia de forma evidente que a ausência da reação também seria um ato de sobrevivência. Obviamente, a dor que vivenciamos não é maior do que deixar de depositar a comida na mesa e encontrar o escasso tempo para pensar na educação de nossos filhos e filhas. Concomitante, no decorrer dos encontros, outras mulheres trocavam experiências em comum, partilhando como conseguiram sair dos marcadores de violência no âmbito do trabalho doméstico.

Observei que eram nas suas vulnerabilidades que as trocas de experiências fortaleciam umas às outras abrindo as portas de suas subjetividades mais delicadas, ganhando passagens aos relatos íntimos que se tornavam menos dolorosos quando expostos ao coletivo, e o lugar passou a ganhar um outro sentido na construção de estratégias de superação.

Sob atenção da autora vemos Petronilha Silva,

[...] as fontes mais genuínas de conhecimento sobre as mulheres negras são elas mesmas, sendo necessário que estudos que as tomem por temática, considerem seus pontos de vista de mulheres e negras (SILVA, 1998, p.7 *apud* PONS, 2012, p.28-29).

Os papéis de abusos são produzidos e reproduzidos adotados não só pelo machismo e sexismo dos homens, mas pelas mulheres brancas. Elas não

compreendem que somos nós que possibilitamos que desfrutem do mundo público. Para as mulheres brancas, pouco importa a condição de vida de nossos familiares, pouco importa a nossa condição de ser mulher negra, velha, criança, jovem ou pobre, aliás, se para as mulheres brancas as nossas diferenças constituem a naturalização das discriminações, somente exalaria a atenção, quando essas diferenças passam a ser um instrumento político afirmativo para subverter o desenho bem traçado por elas e pelo patriarcado, portanto, destaca a autora Audre Lorde:

Porém nossa sobrevivência futura depende de nossa capacidade para nos relacionarmos em um plano de igualdade. Se nós mulheres desejamos conseguir uma mudança social que não seja em aspectos meramente superficiais, devemos arrancar pela raiz os modelos de opressão que temos interiorizado. Devemos reconhecer as diferenças que nos distinguem de outras mulheres que são iguais a gente, nem inferiores e nem superiores, e desenhar os meios que nos permitam utilizar as diferenças para enriquecer nossa visão e nossas lutas comuns (LORDE, 1984, p.120).

Quando o recinto doméstico veste-se de patriarcado, as mulheres brancas corporificam-se como opressoras, caracterizando os espaços de trabalho doméstico das mulheres negras como um cenário de humilhação marcado de exploração e reprodução da mão de obra feminina negra.

A opressão articulada pelo patriarcado frequentemente será conduzida a partir da classe e das diferenças sexuais como bem elucida Eisenstein (1980, p.15). A crítica do poder que se apoia sobre a distinção homem/mulher geralmente se concentra na questão do patriarcado. E a crítica do poder que se apoia sobre a distinção burguesia/proletariado se concentra na questão do capitalismo.

Ora, as nossas diferenças rebelam a força política e a capacidade organizativa que o feminismo negro construiu, buscando várias pontes para fortalecer o enfrentamento e superar a condição de subalternidade e desigualdade, apoiando-se nas intersecções de gênero, classe e raça. Portanto, pactuo com autora na sua afirmação:

Aquelas de nós que estão fora do círculo do que essa sociedade define como mulheres aceitáveis, aquelas de nós que foram forjadas nos caldeirões da diferença – aquelas de nós que somos

pobres, que somos lésbicas, que somos Negras, que somos velhas – sabemos que *sobrevivência não é uma habilidade acadêmica*. É aprender a estar sozinha, impopular e às vezes insultada, e a fazer causa comum com aquelas outras identificadas como externas às estruturas, para definir e buscar um mundo no qual todas nós possamos florescer. É aprender a tomar nossas diferenças e torná-las forças. *Pois as ferramentas do senhor nunca vão dismantelar a casa-grande* (LORDE, 1984, p.111).

O que é reproduzido de forma recorrente e de maneiras diferentes é tomado como verdade, assim, naturalizados, cabe aqui, exemplificar episódios recorrentes que acarretam nos atravessamentos de gênero, classe e raça. Assim, o que está posto para inserção da mulher negra no mercado de trabalho, ou na fila em busca da senha no posto de saúde? Importa questionar desde quando a violência institucional e, sobretudo, o racismo institucional cruzam nossas vidas, nos colocando como desiguais banalizando a exclusão. Essas diferenças são reproduzidas culturalmente, postulando o espaço de inferioridade, portanto, para garantir e ingressar a vaga no mercado de trabalho ou atendimento médico silenciemos frente às discriminações, esses são exemplos reais que acometem as mulheres negras no cotidiano que não podem e nem devem silenciar mediante a problemática apresentada, erguendo-se na luta para a garantia de nossos direitos.

Objetivaram nossos corpos e isso está contado na história real do nosso cotidiano e na literatura, desvalorizaram nossa mão de obra no mercado de trabalho, direcionando para um campo onde o que rege são as características perversas do patriarcado que se proliferam em lugares impenetráveis firmados na história da escravidão.

A prática ideológica e objetiva construída pelo universo patriarcal envolvendo o androcentrismo é mantida de forma naturalizada para produção e reprodução das desigualdades, portanto, problematizar o lugar em que nós mulheres negras fomos construídas, conduzidas e instruídas são pontos de debates importantes que temos a obrigação de publicizar, contrapondo o sexismo e o racismo nessa estrutura.

Tecer as lutas do movimento de mulheres negras que se preocupou em desenvolver estratégias a fim de romper com a dominação e exploração que condicionaram a nossa subalternização foi uma pauta das autoras brasileiras, a exemplo de Matilde Ribeiro em “Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a

Beijing”. Ribeiro (1995, p.48) retrata que neste balanço das relações estabelecidas entre as mulheres negras e o movimento feminista foi um avanço importante para agenda feminista negra, sobretudo, inserido na plataforma política, em especial, a construção de ações propositivas das mulheres negras na busca de dar visibilidade à questão racial em diversos campos e nesse dossiê Matilde Ribeiro destaca a participação de autoras brasileiras como Sueli Carneiro e Thereza Santos que produziram um diagnóstico, denunciando a condição da mulher negra.

Aqui, bem perto de mim, o feminismo negro é protagonizado por muitas mulheres e esse movimento corporifica a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O feminismo negro e o movimento das mulheres negras em sua prática marcaram que a nossa trajetória pode até ser desenhada na dor, mas sempre pautadas na resistência, nas lutas e conquistas, na perspectiva de enfrentar objetivamente as explorações que são postuladas pelo arcabouço do androcen-trismo e do patriarcado.

3. Conclusões

Tenho refletido sobre a roupa da pesquisa, dizia algumas vezes que essa roupa não me cabia, era apertada e cultivar o tempo com a escrita e a sobrevivência estava sendo um tanto complexo, hoje, esse tecido tem se tornado um modelo aberto, onde eu posso dar o tom que quiser, costurar, amarrar e me cobrir da melhor maneira.

De certo, dividir o tempo da pesquisa com o trabalho, bem como, com o cuidado de nossos pares ainda está sendo um tanto denso. Esse tecido, a princípio, pode se tornar pequeno diante da trajetória de vida que temos e que precisamos dar as respostas às nossas demandas, que são muitas, porém, nos levam a desencadear e compreender quão é libertadora essa via de conhecimento e de como tem sido um caminho de descobertas potente.

Ainda somos a presença expressiva em espaços subordinados, esses, que ascendem em injustiças. Estamos sendo amordaçadas, abusadas fisicamente, emocionalmente e sexualmente pelos nossos companheiros, o machismo tem nos matado objetivamente todos os dias, a nossa saúde mental está doente, não queremos ser a regra por conta da história da escravidão, essa realidade vem se perpetuando em nossas vidas e na vida de nossas famílias. Estamos presas nas correntes invisíveis e visíveis do sexismo, nossas vivências estão sendo

formatadas com práticas assinaladas com teor normativo e naturalizado na e pela sociedade, e isso não é diferente no âmbito da economia, no jurídico, na saúde, na educação, na religião, e em outros espaços.

Por certo, é preciso subverter a opressão que cada vez se arvora para nos oprimir, destruir a nossa autoestima, na perspectiva de querer nos roubar o que nós temos de mais sagrado, que é a nossa força, a nossa irmandade, a nossa sororidade comunitária que está na credibilidade de depositarmos a nossa cumplicidade para outra irmã negra, é saber que temos apoio emocional e material, quando precisamos deixar nossas crianças com o cuidado de outra irmã por falta de creche comunitária, afim de enfrentar mais um dia de trabalho. A minha/nossa comum unidade é o que temos de mais valioso, essa que é construída a partir de nossas vivências e através da dor e da luta onde nunca deixamos de exercer o nosso controle social na tentativa de garantir a implantação de escolas, praças, postos de saúde, saneamento básico, segurança pública, creches e outros equipamentos públicos em nossa comunidade. Nós mulheres negras, temos essa capacidade de nos organizarmos por conta da ausência de políticas ou da precarização dessas, não podemos esquecer que o movimento das mulheres negras é o motor principal para o enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero.

Aqui, sentimos e agradecemos a força das Marias, Joanas, Lélías, Luízas, Carlas, Vilmas, Conceição, Márcias, Patrícias e tantas outras Lordes da pele preta e cabelos crespos, que tiveram suas vozes amplificadas a partir das lutas do movimento das mulheres negras, nós que estamos nas ruas há tempos e que ocupamos ambos os espaços, sabemos e enfrentamos a dura realidade das discriminações e estigmatizações, essas que experimentamos por sermos: mulheres, mulheres negras, lésbicas, mães solteiras, velhas, deficientes, que estamos em situação de rua, que somos usuárias de substâncias psicoativas, escravas na cozinha, na cama e na lavanderia. Gritemos! Não se curve diante da diferença, não seja sua própria algoz! Precisamos sair da beira, que nossas diferenças sejam para nos incluir e nos empoderar, vamos em frente como sempre fizemos e conquistamos, somos filhas da luta e da dor!

Referências

AZEREDO, S. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**. N. E. 203-216, 1994.

BAIRROS, Luiza. “Nossos Feminismos Revisitados”. **Estudos Feministas**. V.3, n.2, 1995, p.458-463.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da Diferença Raça e Mulher no Brasil**. Estudos Feministas 2/2000, p.91-108.

CARDOSO, Claudia Pons. **Outras Falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PPGNEIM 2012. (Introdução/ Cap.I, p.15-65, Cap.III, parte I – Descolonizando o feminismo: p.88-111).

CARNEIRO, Sueli Santos. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, v.17, n.49, São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Raça e Gênero. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. (org.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: 34, 2002, p.17-194.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. **Mulher Negra**. São Paulo: Nobel, CECF 1985, p.123.

COMBES, Danièle & HAICAULT, Monique. “Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes”. In: A Kartchevsky-Bulport (org.). **O Sexo do Trabalho**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.23-44.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/UFSC, v.7, n.12, 2002, pp.171-188.

EISENSTEIN, Zillah R. “Hacia el desarrollo de una teoría de patriarcado capitalista y el feminismo socialista”. In: _____. (org.), **Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista**. México, D.F: Siglo XXI, 1980, pp.15-47.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GONZALES, Léila. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, 1984, p.223-244.

_____. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: **Mujeres, crisis e movimiento:** America Latina e Caribe. Isis International, v. IX, jun 1988, Santiago, Chile. p.133-141.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**. V. 3, n.2, 1995, p.465-477.

_____. Mulheres negras: Moldando a teoria feminista. **Black women: shaping feminist theory**. Título original do capítulo 1 de *Feministtheory: frommarginto center* (2000, 2.ed.). Direitos autorais concedidos pela Cambridge, MA: South End Press. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Revisão da tradução por Flávia Biroli. **Revista Brasileira de Ciência Política**. nº 16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp.193-210. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>.

LENIN, W. **Cahieres philosophiques**. Paris: Sciences Sociales, 1965.

LORDE, Audre. The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House, in: Lorde, Audre. **Sister outsider: essays and speeches**. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984, p.110-113.

_____. Age, Race, Class, and Sex: Women Redefinig Difference. In: in: LORDE, Audre. **Sister outsider: essays and speeches**. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984, pp.114-123.

_____. Use of the Erotic: The Erotic as Power. In: LORDE, Audre. **Sister outsider: essays and speeches**. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p.53-59.

NEPOMUCENO, B. Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras, de Bertioga a Beijing. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.446-57, 1995. Dossiê Mulheres Negras.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. “Da Crítica Feminista à Ciência. Uma Ciência Feminista?”. In: COSTA, Ana Alice Alcântara & SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: Coleção Bahianas, 2002, p.89-120.

SOLTANDO O CRESPO – O CABELO COMO UMA FERRAMENTA PARA O EMPODERAMENTO DE MULHERES NEGRAS

Autora: Gabriely Nascimento Varela
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
gabriely-varela@hotmail.com

Resumo: O presente artigo busca expor os resultados coletados de uma pesquisa realizada com quatro mulheres negras no ano de 2015 sobre o processo de transição capilar e mostrar como esse processo auxiliou na reconstrução da identidade negra dessas mulheres e em sua autoafirmação. Um dos principais objetivos é mostrar como a aceitação do cabelo crespo está para além de um fator puramente estético e sim como historicamente o cabelo crespo vem sendo utilizado como um ato político frente à sociedade racista em que essas mulheres estão inseridas. As participantes da pesquisa estão na faixa etária de 20-25 anos de idade e atualmente são envolvidas direta ou indiretamente com as causas raciais em seus territórios. Ao longo do artigo também serão mencionados alguns assuntos transversais, como mídia, educação e movimentos sociais tentando mostrar como esses elementos também influenciam ou não na construção da identidade negra.

Palavras-Chave: Transição capilar, Identidade Negra, Cabelo Crespo, Empoderamento, Mulheres Negras.

Introdução

O presente artigo busca fazer um recorte de gênero e analisar algumas particularidades referentes à mulher negra e ao processo de construção de sua identidade a partir da transição capilar no contexto da atual sociedade brasileira. Acredito que esse trabalho contribuirá para o fomento dessas discussões, pois pretende levantar novos debates dentro desse eixo temático e mostrar uma realidade que tem se tornado presente na vida de muitas mulheres negras, tanto no Brasil como no exterior, que é a reconstrução de sua identidade enquanto negra através da aceitação de seus cabelos naturais.

Os principais objetivos são: *Compreender de que maneira a transição capilar contribui para a reconstrução da identidade negra dessas mulheres; Demonstrar que a utilização do cabelo natural é historicamente um ato político usado como forma de enfrentamento ao racismo pela população negra; Analisar as dificuldades durante o processo de construção da identidade negra.*

Durante toda a história de formação da sociedade brasileira a população negra vem sofrendo com os rebatimentos que o período escravocrata deixou e com os imaginários criados ao seu respeito, tendo como base esse período histórico que durou quase quatrocentos anos em nosso país. Como diz Fernandes, 2006 “[...] o padrão brasileiro de relações sociais, construído pela sociedade escravocrata no período colonial que tinha o objetivo de manter o negro sob a sujeição do branco, ainda permanece.”

A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. (GOMES, 2005)

São muitos os resquícios históricos que até hoje sobrevivem em nosso meio social e mesmo com os dados estatísticos mostrando que a maioria da população brasileira é negra a inferiorização, subalternização e o preconceito — além de tantos outros fatores — ainda são marcas significativas que precisam ser destacadas quando discutimos esse tema, sobretudo quando tratamos da mulher negra que é oprimida duplamente.

Ao entrar no debate acerca da mulher negra as consequências advindas desse passado histórico se exacerbam ainda mais, pois ainda vivenciamos uma sociedade patriarcal marcada por princípios machistas e heteronormativos, e mesmo com muitos avanços – que foram possíveis através da criação de leis, políticas públicas e até mesmo com as ações e articulações dos movimentos sociais – é notável que a mulher negra ainda encontra-se duplamente oprimida em nossa sociedade, por ser mulher e sofrer com toda essa moral patriarcal e machista que ainda é muito presente (violências, preconceitos e desigualdades de gênero) e também por ser negra e ter que enfrentar o racismo que é vivo, forte e cruel (desigualdades raciais).

Gomes, 2005, ainda afirma que: Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as).

Torna-se muito complexo o processo de aceitação e autoafirmação da identidade negra, pois como já exposto acima essas pessoas são desde muito novas condicionadas a negarem seus traços e sua origem em detrimento de um padrão já estabelecido e socialmente construído pela sociedade que tende a se mostrar como hegemônico e “correto”, as representações negras que observamos na mídia, por exemplo, raramente se apresentam com os traços naturais e comuns dessa população. É muito raro ver mulheres negras com seus cabelos afro e/ou cacheados fazendo propagandas de cosméticos (xampus, cremes entre outros), é mais comum, no entanto, essas mulheres aparecerem com seus cabelos alisados, pois socialmente o cabelo liso é “mais bonito”, justamente por remeter ao padrão branco vigente que ainda é visto como o ideal. Isso também é notável em novelas, filmes e etc. É dentro dessa discussão que essa pesquisa pretende se debruçar.

A pesquisa busca compreender como se dá o processo de ressignificação e autoafirmação da identidade da mulher negra através da transição capilar, realizada por muitas dessas mulheres atualmente.

A autoafirmação pode ser compreendida como uma demonstração de independência, consciência de si mesmo e como uma tentativa de se impor frente ao meio em que se vive. É muito comum ouvir a palavra **liberdade** no discurso dessas mulheres, antes presas a estereótipos e a negação de si mesmas e de suas identidades. Elas dizem se sentirem livres após o processo de transição, que nada mais é do que uma parte externa de uma grande revolução que já vem acontecendo subjetivamente dentro delas, tendo em vista que as

mudanças físicas são apenas representações não tão complexas das batalhas internas enfrentadas por essas mulheres.

A ressignificação atua intrinsecamente com a autoafirmação, pois denota a maneira de atribuir novos olhares, sentidos e valores dentro de todo esse contexto de aceitação e posicionamento frente à realidade em que estão inseridas. A formação da identidade negra se constrói de maneira gradativa e envolve inúmeros fatores, sendo assim é preciso destacar que as modificações em suas maneiras de pensar e de se enxergarem socialmente não acontecem de uma hora para a outra, tudo ocorre de maneira processual e demanda bastante tempo de reflexão individual e também coletiva. Os espaços onde as histórias dessas mulheres são divulgadas dão espaço para que essas reflexões possam ser realizadas.

“A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (GOMES, 2005).

Tendo em vista o exposto é na importância de todas essas questões que a pesquisa busca se fundamentar, atrelada também a teoria adquirida na academia, e entender de maneira mais profunda como o processo de transição capilar torna-se importante para esses novos olhares que as mulheres negras estão passando a ter de si mesmas. E como isso as tem ajudado no combate ao preconceito, a busca pelo reconhecimento além de suas formações políticas como uma forma de luta e a quebra dos modelos hegemônicos de beleza considerados “ideais”. Que são pautados em padrões eurocêtricos e muitas vezes preconceituosos e racistas, pois excluem grande parte da população e a fazem buscar incessantemente pelo enquadramento dentro desse modelo.

Metodologia

Metodologicamente foi utilizado o método qualitativo nas análises, tanto nas pesquisas bibliográficas quanto nas entrevistas que foram realizadas, esse método foi escolhido, pois tendo como base Richardson (2010, p. 79) “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada de entender a natureza de um fenômeno social”.

Os objetivos que a pesquisa pretendia alcançar, por meio das análises que foram realizadas, aconteceram através de pesquisas bibliográficas realizadas em livros, artigos, revistas, dissertações, sites relacionados à temática e entrevistas. Foi utilizado o materialismo histórico dialético como corrente epistemológica, tendo em vista que as problemáticas que envolvem as questões étnico/raciais no Brasil são fruto de toda uma realidade histórica em que o país esteve e ainda está inserido, e por entender que os processos sociais se estabelecem de maneira dialética, além disso, pelo entendimento de que no contexto brasileiro “raça” e classe social estão intrinsecamente correlacionadas.

Foram entrevistadas quatro jovens que se declaram como mulheres negras e que passaram ou estavam passando pelo processo de transição capilar, para entender suas opiniões e o que esse processo trouxe de positivo ou negativo para suas vidas. Além de buscar compreender o que as levou a passar pelos procedimentos de transição e como foram as reações de seus amigos e familiares frente a isso.

Discussão:

As dificuldades encontradas para a (re) construção da identidade negra

Desde a construção da ideologia racista, a cor branca com seus atributos nunca deixou de ser considerada como referencial da beleza humana com base na qual foram projetados os cânones da estética humana. Por uma pressão psicológica visando à manutenção e à reprodução dessa ideologia que, sabe-se, subentende a dominação e a hegemonia “racial” de um grupo sobre os outros, os negros introjetaram e internalizaram a feiura do seu corpo forjada contra eles, enquanto os brancos internalizavam a beleza de seu corpo forjada em seu favor. (GOMES, 2008, 15 p.)

Atribuir novos olhares frente aquilo que se é torna-se uma tarefa árdua quando determinados indivíduos já nascem fora daquilo que foi estabelecido como padrão. A construção da identidade se dá de diversas formas, e a vida social em que o sujeito está inserido é uma grande ferramenta nessa construção. Constrói-se e estrutura-se de forma dialética assim como tudo que faz parte da vida humana no plano social, como por exemplo, os próprios

processos históricos que determinaram nosso modo de ver e entender a sociedade moderna.

A rejeição do corpo negro carrega muitos significados subjetivos que tiveram suporte nas determinações sociais em que essa população esteve submetida por tantas décadas. Essa rejeição foi construída historicamente e perpassa todos os ciclos da vida e do desenvolvimento humano desses indivíduos, tanto na infância, como na juventude e na fase adulta. “Clarear a raça” foi algo incorporado desde o momento em que “livres” os negros se tornaram frente à escravidão, e para que sua cor não continuasse se perpetuando a tentativa de embranquecer a população através de vinda de imigrantes foi considerada como necessária pelos grandes mentores da sociedade nesse momento histórico.

O processo de clareamento da população negra também se deu de formas mais sutis, como a incorporação de hábitos, gostos, formas de se portar e de tratar/cuidar do corpo frente as mais diversas situações sociais. Superstições foram criadas, como exemplo passar os dedos no nariz para que este ficasse mais fino e ate o próprio uso dos pentes quentes, em casos mais extremos, para alisar os cabelos. Chavões populares como “Negro de alma branca” são mais um exemplo dessa tentativa de embranquecer parte da população, fica muita clara a maneira como todas as formas de pertencimento à ancestralidade negra é repudiada e reprimida e isso ainda se estabelece até os dias atuais.

Ainda para GOMES (2008, 132 p.), A força da escravidão e das representações negativas forjadas durante esse processo deixou marcas profundas e negativas na identidade do negro brasileiro e na representação social em torno de sua raça. Isso corrobora e faz todo sentido com o que FERREIRA e CAMARGO (2011, 380 p.) colocam: o indivíduo negro tende a desqualificar as especificidades de sua negritude e partir em busca incessante de reprodução do modelo considerado ideal.

As ideologias por trás da mídia

Devido a todas as construções sociais em torno da mulher inúmeras projeções de: corpo perfeito, cabelo ideal, medidas pequenas, maquiagem impecável e diversas outras coisas que “compõem o mundo feminino” ainda são criadas. E embora a maioria dos produtos de consumo sejam criados para atender esse público novas formas de chegar a essas “perfeições” são repassadas pela mídia diariamente. Logo, numa sociabilidade capitalista, onde o ter é mais importante que o ser, e onde a aparência se sobressai em relação à personalidade,

nada mais simples e satisfatório economicamente e mercadologicamente do que juntar essas “necessidades” - que são construídas para que essas mulheres acreditem que precisam - ao fator de carregar ideologias de consumo aliadas a validações de determinadas características humanas sobre outras.

É nesse jogo de venda que as dominações se estabelecem e a mídia desenvolve o trabalho de veicular tudo isso e de maneira sutil. As representações que mídia passa das pessoas negras na maioria das vezes tenta legitimar um passado que por muito tempo perdurou, a visão do negro como inferior fica muita clara quando observamos os papéis que essas pessoas interpretam em novelas, filmes, minisséries entre outros.

Voltando para os produtos estéticos e se aproximando mais do foco que esta pesquisa pretende alcançar, é muito raro notarmos mulheres negras fazendo propagandas de cosméticos, como xampus e cremes, e quando aparecem sempre estão muito fora do real fenótipo que a beleza negra carrega. Sempre são escolhidas modelos que possuem os traços mais “finos”, que possuem o cabelo mais liso, ou seja, modelos negras que estão o mais próximo possível do padrão branco.

Por ser a grande responsável de transmitir ideias e visões sobre o real, os rebatimentos que a mídia traz para a vida humana são muito significativos e perigosos, se faz necessária aqui uma rápida abordagem sobre como a mídia interfere na vida das crianças e em como forma opiniões de grande maioria delas.

É muito incomum notar personagens negros em desenhos animados e programas infantis, porém não são apenas as crianças brancas que assistem a esses tipos de programas as crianças negras também e em nenhum momento se veem representadas. Desde pequena a criança negra já não se enxerga em nada que ela assiste na TV, a menina negra está acostumada desde muito cedo a fingir que é uma princesa loira, de cabelos lisos e de olhos azuis porque não existem princesas pretas e de cabelo crespo na realidade dela. E ela é ensinada que ser uma princesa loira de cabelo liso e olhos azuis é muito mais bonito e isso é levado até a sua adolescência quando essa garota se depara com um mundo que nega seus traços de todas as formas possíveis.

Como uma criança poderá projetar algo de bom a respeito de sua beleza natural se desde nova ela aprendeu que existe outra beleza “superior” e “mais bonita”? Como uma menina negra vai achar seu cabelo crespo bonito se ela nunca recebe elogios por tê-lo ou nunca vê nenhuma personagem do seu desenho animado preferido com aquele cabelo que ela tem? E com a cor que ela

tem? Se todas as suas bonecas são brancas? São aspectos muito complicados porque mechem com as subjetividades dos sujeitos e de maneira muito natural sem que isso se perceba e as projeções de uma beleza a ser alcançada começam a ser criadas a partir disso.

A mídia expõe os padrões socialmente construídos para que desde jovem a pessoa negra aceite que esse é o tipo correto de beleza a ser seguida e comprada. É justamente por toda essa formação distorcida que a criança recebe que torna o processo de identificação enquanto negra/negro tão difícil. É um grande ciclo pelos quais seus pais e avós negros também passaram e foram induzidos a concordar. Não é fácil ser uma criança negra num mundo que diz sutilmente que ser negro é feio, um mundo que quer torna-la branca a qualquer custo.

A importância dos movimentos sociais e os espaços de discussão

Dar visibilidade e trazer representatividade (além da luta por mais direitos) são os grandes focos dos movimentos sociais que representam a população negra. Todas as entrevistadas quando questionadas a cerca da importância desses movimentos na formação da identidade negra confirmaram que consideram de extrema importância. Devido ao fato de serem lugares de debate, e até mesmo formação e organização política dessas pessoas que por muito tempo permaneceram caladas diante das situações em que viviam, diante das violações em que foram submetidas.

“É uma representatividade, e as pessoas precisam se aproximar para saber lidar mesmo com essas coisas, com essas questões. Tem que ocupar os espaços. É o que falta, a negritude ocupar os espaços [...] e é exatamente isso que o branco não quer, que os negros se reúnam e exijam seus direitos. E por isso é importante, deveria ter muito, muito mais. Uma roda de conversa mesmo entre amigos onde todos são negros, isso já faz uma diferença para a gente, imagina uma organização maior.” (Entrevistada IV, estudante de Ciências Sociais)

Para a entrevistada III, estudante de Serviço Social, esses movimentos se tornam de suma importância, pois permitem que ela tenha contato com companheiras de luta que possuem as mesmas dificuldades e trazem as mesmas

pautas, e que querem estar pautando essa luta levando para outras pessoas todo esse processo de identidade e reconhecimento enquanto negras e enquanto mulheres e de também estarem se reconhecendo com suas características naturais, que muitas das vezes são colocadas como negativas pelos outros. Para ela os movimentos sociais e espaços de discussão possibilitam vislumbrar outras possibilidades e permitem o entendimento de que ser negra/negro não é algo negativo.

São nos movimentos sociais e organizações que essas pessoas ganham voz e passam a perceber que existem outras que estão na sua mesma situação, são nesses espaços ricos em debates e discussões sobre as questões que envolvem a população negra e o papel que a sociedade lhe impõe que esses homens e mulheres passam a se reconhecer e ter orgulho daquilo que realmente são e assumir uma postura de resistência frente a toda essa realidade preconceituosa e racista.

A entrevistada II, psicóloga que realiza trabalhos em uma ONG com jovens de periferia, fala que desde seus 16-17 anos já estava envolvida com o movimento hip hop, no período ainda não se faziam muitos debates referentes a mulher negra (hoje esses debates já são bem presentes), após esses primeiros contatos e depois um tempo ela passou a se envolver mais nos debates a respeito das questões raciais. Ela diz: *“Eu já tinha me empoderado em relação as minhas origens e já entendia o quanto isso tinha a ver com uma pressão social e negação.”* Hoje ela participa do conselho municipal de Promoção de Igualdade Racial de sua cidade e diz sempre estar atenta buscando saber o que pode fazer para melhorar e para influenciar mais meninas negras para que elas não valorizem suas raízes.

A entrevistada II é um grande exemplo para entendermos como o envolvimento nesses espaços realmente alargam os horizontes e criam essa perspectiva de mudança que tanto se faz necessária em nossa realidade social. *“É só a partir do conhecimento que você se liberta desse tipo de preconceito, desse tipo de pressão.”* (Entrevistada II).

Resultados:

“Como eu costumo descrever, é como se fosse... você encontrar na verdade a sua beleza que foi sempre ofuscada de você, eu costumo de dizer que é como se fosse o nascer de uma borboleta, foi tudo muito intenso.” (Entrevistada I, estudante de psicologia)

Como já mencionado acima o processo de transição não é nada fácil, principalmente pela falta de apoio que essas mulheres recebem. Comentários de mau gosto partem de todos os lados inclusive da própria família e pessoas próximas, e além de lidar com todo o dificultoso processo de autoafirmação e ressignificação da beleza negra essas mulheres ainda precisam lidar com toda a negação que as cercam durante o processo.

O trecho destacado acima é a descrição da Entrevistada I quando questionada a cerca de como foi ver seu cabelo solto e todo cacheado pela primeira vez.

Assim, o movimento de rejeição/aceitação do cabelo crespo e do corpo negro diz alguma coisa sobre a existência desse sujeito. A vivência desse movimento pode ser, ao mesmo tempo, dolorosa e libertadora, consciente e inconsciente. Pode servir, até mesmo, de impulso na revisão das representações negativas construídas sobre o negro e sua aparência no decorrer da história. (GOMES, 2008, 130-131 p.)

É necessária uma verdadeira identificação com a causa negra, além do sentimento de reconhecimento e pertencimento a essa ancestralidade para que a força surja diante de tantos obstáculos e desafios, para dar novos significados aos traços e a beleza negra. O sentimento de resistência e embate frente às construções sociais que desde sempre marginalizaram e desqualificaram o negro e suas características, são fundamentais nesse processo de autoafirmação, pois como diz GOMES (2002, 44 p.):

A identidade negra compreende um complexo sistema estético. Por isso se faz tão importante a ocupação do negro nos espaços de militância, são espaços como esse que dão visibilidade à presença de padrões estéticos variados, onde são aprendidas maneiras alternativas de cuidar do cabelo afro, e dado todo o suporte para lidar e combater as expressões de preconceito na vida social.

As mídias alternativas também são espaços onde o empoderamento está sendo difundido, muitas blogueiras negras expõem suas experiências de vida, contam suas histórias, e dão dicas de como lidar com essas situações e também de como cuidar do cabelo durante o processo. Por não encontrar na televisão nada a respeito disso, a maioria das meninas conhecem o processo de transição através dos vídeos dessas mulheres, e após a identificação pessoal com as histórias que são contadas decidem pôr um fim na “ditadura da negação”.

As histórias de meninas crespas e cacheadas são sempre muito semelhantes e é essa identificação com o outro que lhes permite a coragem de seguir em frente e ter orgulho de quem realmente são ter orgulho de suas raízes, essas mulheres acabam fazendo um ativismo virtual onde as questões voltadas para a pessoa negra são o foco. A mídia como sempre tenta distorcer a realidade sempre tenta mostrar que a volta dos cabelos crespos e cacheados fazem parte de na verdade mais uma tendência de modo, mas em nenhum momento o cabelo crespo é colocado como um posicionamento político diante de uma sociedade que a cada momento cria novas alternativas de escravização e segregação.

O Brasil é o segundo país com maior população negra, e nos últimos anos grandes avanços em relação à essa identificação está acontecendo, o processo é lento mas está ocorrendo e mais pessoas estão se orgulhando de quem são. A beleza da mulher negra é única e precisa ser valorizada, e a partir do momento em que essas mulheres decidem lutar por mais igualdade, reconhecem que seus processos de negação possuem um fundamento histórico, e passam dar novos significados a quem são novas mentalidades passam a ser criadas e é dentro disso que o processo de autoafirmação e ressignificação se estabelecem.

E é por tudo que isso carrega, que o processo de transição de transição capilar ganha um sentido tão importante na vida delas, pois é apenas um primeiro passo, e advém de toda uma revolução interna, pois as mudanças físicas são apenas representações não tão complexas das batalhas internas que essas mulheres passam diariamente.

Conclusões:

O corpo carrega todas as representações do mundo material, essas representações são construídas de acordo com o período histórico, a construção da identidade se estabelece na relação com o outro, seja no espaço escolar, no trabalho, no grupo de amigos ou até mesmo na internet como atualmente na sociedade contemporânea.

Os padrões que ao longo do tempo foram sendo construídos são uma grande barreira no processo de construção dessas identidades, sobretudo para a população negra que foi e que é ensinada desde cedo a tentar ser o mais semelhante possível do homem branco e europeu que a colonizou.

São os processos reflexivos que permitem a desconstrução desses padrões, que são fundamentados muitas vezes em valores morais que por sua vez estão inseridos em ideologias preconceituosas e antiquadas. Esse processo reflexivo

dá suporte para que as desconstruções possam acontecer, e é nesse longo processo que as mulheres negras se inserem atualmente, a partir da aceitação de suas raízes vão desconstruindo tudo aquilo que internalizaram ainda muito novas.

Muito material foi coletado durante a pesquisa e isso torna possível futuras continuações dentro da área temática, as histórias narradas pelas entrevistadas foram muito semelhantes e se pudessem ser definidas em três palavras essas seriam: luta, afirmação e reconhecimento, e é exatamente isso que as mulheres negras desejam.

Referências:

ARRAES, Jarid. Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria. Revista Fórum Semanal online, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. São Paulo, 2010.

CAMURÇA, Silvia, GOUVEIA, Taciana. O que é gênero. Cadernos SOS corpo. Vol. 1, 8p. 1997.

FERNANDES, F., Borges Pereira, J.B., Nogueira, O. A questão racial brasileira vista por três professores. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 168-179, dezembro/fevereiro 2005-2006.

FERREIRA, Ricardo Frankllin, CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicol. cienc. prof.* 2011, vol.31, n.2.

Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Módulo IV, unidade II, texto III. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?. Revista Brasileira de Educação, nº 21, 2002

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Ricardo Henriques. (Org.). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03. 1ª ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005, v. , p. 39-62.

RICHARDSON, R. J.. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE RACIAL E ETNIA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Autora: Jeane Gonçalves da Cunha;

Co-autora; Adriana Varelo de Oliveira;

Orientadora: Roberta Maria Aguiar do Nascimento
Universidade Federal da Paraíba
gde.ufpb@gmail.com

Resumo: Neste estudo propomos como objeto de pesquisa discutir a respeito de diversidade racial e sua importância na percepção de alunos e professores no meio escolar para se construir uma perspectiva mais ampla e abrir espaços necessários para trabalhar sobre singularidades e respeito às diferenças na escola e em outros espaços de aprendizagens. O estudo e a coleta de dados foram realizados na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes. O debate sobre a diversidade racial e etnia no cotidiano em sala de aula se faz necessário, pois nem sempre a equipe pedagógica da escola está preparada para abordar e combater de forma correta as situações sobre a diversidade no universo escolar. A pesquisa será realizada com relatos escritos das educadoras e educadores e do corpo discente da escola. Para que assim possamos entender as reflexões e discussões sobre a diversidade racial também no currículo da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Tiradentes e a importância dessa inclusão para se construir uma perspectiva de direitos iguais na construção da diferença que existe nas singularidades de cada um.

Palavra-Chave: Diversidade Racial, Singularidades, Inclusão, Escola

Introdução:

No âmbito escolar precisamos romper com as barreiras de preconceitos de diversidade racial, gênero, sexualidade, entre outros, para conquistar espaços de diálogos e esclarecer problemas que ficam encobertos por uma nuvem de intolerância, etnocentrismo, preconceitos, falta de respeito e invisibilidade da diversidade existente no universo escolar. Investir na formação do corpo docente, em ações e propostas que incluam essa temática no cotidiano existentes no ambiente escolar e que geralmente, não são trabalhadas no ensino e nem na formação dos professores.

De acordo com, Henriques (2002, p.14) a desigualdade racial, em particular, é desconsiderada ou oculta pelo confortável manto do silêncio. A escola é um ambiente ligado a modelos e padrões, mas também deve repensar e reformular seus conceitos de forma a incluir a diversidade racial e o pluralismo no cotidiano escolar, valorizando assim as diferenças que já existem.

Portanto, meu objeto de estudo está nas discussões da diversidade racial no meio escolar para se compreender a dimensão e a importância da diversidade racial e cultural, tão fundamentais na formação da cidadania. A partir dessa reflexão entender como os estereótipos presentes no meio escolar e consequentemente na sociedade, influenciam negativamente nas relações dos alunos, como também, nas soluções adotadas pelos (as) educadores (as).

Fazendo uma ponte dessa proposta e a escola em que desenvolvemos a pesquisa surgiram algumas indagações, como por exemplo: Os alunos e alunas sofrem com discriminação racial na escola?; Quais as ações pedagógicas que os educadores e educadoras tomam em relação a discriminações, xingamentos e preconceitos que os mesmo presenciam no ambiente escolar?; Existe uma dificuldade em trabalhar com a diversidade racial durante o ano letivo? Qual?;. São questões relevantes, se existem motivos ou resistências em colocar em prática as ideias que já foram propostas por lei? E também que contribuições para o cotidiano escolar as discussões das diversidades raciais podem trazer para a construção da identidade e cidadania do(a) aluno(a).

Metodologia da pesquisa:

A investigação do estudo foi baseada na pesquisa qualitativa, utilizamos a técnica de coleta de dados, relatos escritos que teve como foco ou roteiro norteador o tema da diversidade racial no ambiente escolar e também o preconceito

racial. Essa modalidade de pesquisa foi utilizada por ser uma forma de investigar o ambiente originário e compreender a relações entre os (as) educadores (as), os alunos (as) e como se dá o contexto dessas interações em relação a diversidade racial naquele espaço.

A observação também foi um instrumento utilizado para nos ajudar a entender o nosso foco de estudo, buscando colher conhecimentos e dados para desenvolver as questões sobre o grupo a ser investigado e dentro desse recorte utilizar um olhar mais apurado, de forma a ultrapassar a visão do cotidiano e focar no objetivo e no contexto da pesquisa. Passamos a ter mais foco sobre a temática na escola Tiradentes, trabalhava na mesma, nas turmas do 6º ao 9º ano, no período da tarde, sendo assim, passei a centrar mais no tema norteador da pesquisa e comecei a ter conversas informais com alunos e alunas, com professores e professoras da escola, sobre racismo, diversidade, preconceitos e casos que já tinham acontecido na escola.

Os sujeitos que participaram do estudo foram os (as) alunos (as) das turmas de sexto a nono ano do ensino fundamental II, uma professora do quinto ano e quatro professores (as) do fundamental II, escolhemos trabalhar essas turmas, pois tínhamos acesso e familiaridade com o ambiente por trabalhar na mesma escola. Colhemos os relatos escritos com os (as) alunos (as), os direcionamentos dos mesmos foram sobre diversidade racial, preconceito, atitudes de discriminação, que eles já tivessem sofrido ou presenciado no ambiente da escola ou a opinião deles (as) sobre as questões da diversidade racial e preconceito, disseram da forma que sabiam e sentiam, pedimos que fizessem e não assinassem, alguns fizeram questão de assinar. Já com os professores (as), foi pedido que relatassem, por escrito, quais ações pedagógicas os mesmos usavam em relação a atitudes de preconceito racial, qual a opinião deles sobre o tema e o que faltava para funcionar suas ações.

A colaboração dos sujeitos da pesquisa, as observações no ambiente e relatos escritos foram de fundamental relevância para obtenção de dados e informações da realidade dos que convivem no espaço do estudo, ou seja, na escola municipal de educação infantil e ensino fundamental Tiradentes, para que fosse possível fazer uma ponte entre a pesquisa bibliográfica, usando de ideias, conceitos e estudos de pesquisadores com a realidade dessa escola e assim, chegar a possíveis respostas das nossas indagações.

Para se refletir a diversidade racial no papel da escola:

Tenta-se compensar toda exploração e opressão a que os afrodescendentes foram submetidos por causa de opressões sociais e construções racistas nas quais se sustentaram ao longo do tempo para justificar a desigualdade presente até os dias atuais em nossa sociedade. Como aponta Ribeiro (1995, p. 24), “O espantoso é que os brasileiros, orgulhosos de sua tão proclamada, como falsa, “democracia racial”, raramente percebem os profundos abismos que aqui separam os estratos sociais”. A escola é uma ponte para o diálogo da diversidade racial e sua fundamental importância na percepção e formação da identidade e na formação da cidadania.

O cotidiano na escola certamente é um meio muito válido para discutir, estabelecer diálogos, desconstruir padrões, abolir piadas e brincadeiras racistas e discriminatórias, pois na mesma também surgem atitudes discriminatórias:

Elas se manifestam sob a forma de segregação no espaço urbano, particularmente na escola e no mercado de trabalho. Manifestam-se também em manuais escolares, livros, filmes e novelas de televisão que retratam de maneira inadequada as minorias étnicas ou os grupos raciais menosprezados. (BORGES, 2002, p. 49)

A equipe escolar precisa parar de fazer vista grossa para as discriminações e preconceitos “sutis” camuflados de brincadeiras e formar cidadãos com outra mentalidade, uma forma de pensar que englobe as diferenças, a diversidade e o direito que cada um tem de ser diferente, transformando a realidade e oferecendo reflexões para abolir atos discriminatórios.

Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira. (MUNANGA, 2005, p. 17).

Para situar o cenário atual em que vivem os indivíduos na escola é importante recorrer a fala de Cavalleiro (2003), quando nos afirma que a criança necessita de certa socialização para a compreensão das diferenças, para a

concepção de pertencimento nas relações étnicos raciais assumidas por ele no contexto escolar e familiar

A socialização torna possível à criança a compreensão do mundo por meio das experiências vividas ocorrendo paulatinamente à necessária interiorização das regras afirmadas pela sociedade. Nesse início de vida a família e a escola serão os mediadores primordiais, apresentando/significando o mundo social (CAVALLEIRO, 2003. p. 16)

Em uma sociedade na qual o afrodescendente é incentivado a se embranquecer e negar suas origens desde muito cedo (GOMES, 2003, p. 171) para ser aceito, a escola toma lugar de grande importância no processo de desconstrução dos estereótipos, na luta contra preconceitos e ainda é um dos meios responsáveis por transmitir conhecimento de igualdade e desmistificar a figura do negro na contemporaneidade.

A contribuição do educador no processo de quebra desses bloqueios é de grande importância, pois a diversidade racial está dentro e fora da escola e como agente social, cultural, filosófico e político que se institui a escola, fazer com que o aprendizado caminhe para a reflexão de que o preconceito não é um exagero e sim um fato também é parte do seu papel.

Torna-se necessário a discussão sobre as diferenças raciais no ambiente escolar, a compreensão de mundo que cada indivíduo trás, a sua própria subjetividade, carga simbólica e histórica interferem nos processos de aprendizagem de aceitação e convívio com as diferenças, nesse momento a interferência da escola e da família funcionam como alimentadores para desmontar a intolerância gerada pelos contextos como nos afirma FERREIRA:

Como resultante, a *intolerância* passa a constituir-se como atitude básica, decorrente das práticas desenvolvidas na modernidade – terreno fértil para a construção de subjetividades prontas para a deslegitimação do outro, daquele considerado divergente dos padrões assumidos como verdadeiros e bons. (2003. p. 73)

É sabido que a escola também se institui em conceitos padrão, porém sair do ambiente de conforto é necessário, se contorcer nas engrenagens de tensão entre escola e intolerâncias configura o papel de se estabelecer discussões, não

mais no campo do superficial e sim nas dobras, na profundidade dos dilemas diários que surgem como problemas tanto para o ambiente de aprendizado quanto para a sociedade.

Existem escolas que ainda vivem dentro dos padrões e da normatividade de beleza superior da cor branca (Cavalleiro, 1998), não seria de bom tom dizer que a mesma se despiu totalmente das raízes preconceituosas, os componentes da mesma diariamente vivem o processo de (re) configuração e de (re) significação para aquilo que antes era tido como o ideal de cor, cor superior e beleza.

É importante ainda ressaltar que na escola a criança toma muita das vezes seus educadores como modelo de representação a ser seguido, mesmo não sendo obrigatoriamente cópias fiéis os alunos levam muito em consideração e repetem a conduta de seus professores (Cavalleiro, 1998) e isso nos leva a pensar nos pólos e nas cargas de contribuição que cada indivíduo tem na construção de uma reflexão positiva acerca da diversidade étnica-racial.

E não como por um discurso de preconceito velado frente a uma sociedade de aparências e medo de confrontar seus paradigmas, mas como modo de combate a opressão, interiorização e intolerância para com as diversidades existente.

Realizar uma educação anti-racista é transformar o cotidiano escolar, fazendo, impreterivelmente, uma reflexão profunda sobre o que sentimos e como agimos diante da diversidade. Só o conhecimento de nossos sentimentos e a elaboração de formas de lidar com a diversidade possibilitarão uma distribuição igualitária dos afetos e estímulos no espaço escolar. (CAVALLEIRO, 1998, p. 155)

A educação contribui na elevação do indivíduo, o mesmo já assume um papel social ao ir à escola e lá ele compartilha diversos modos de socialização com outros, e como dito anteriormente, este chega com uma carga própria na escola e lá ele compartilha valores e a construção da equidade se dá também no seio escolar e induzir os mesmos a entenderem que histórico, social e politicamente as diferenças só agregam e contribuem para a formação de um cidadão consciente e que valoriza as diferenças.

Resultados e discussões: reflexões a partir de relatos de professores e alunos da escola Tiradentes:

Esta pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes, localizada em área rural, no Assentamento de

Reforma Agrária Tiradentes, no município de Mari – Paraíba. A escola atende ao ensino infantil e fundamental, a mesma foi realizada com as turmas da tarde, do 5º ao 9º ano. O estudo foi realizado por meio de análise de relatos dos educadores e educadoras da escola, suas experiências e vivências em sala de aula, também contamos com relatos escritos dos alunos e alunas, que por meio de redações e textos, contaram sobre as situações que já enfrentaram relacionadas a preconceitos na escola, vivências com a diversidade étnico-raciais e discriminação. A fundamentação teórica foi baseada em BORGES (2002), HENRIQUES (2002), MUNANGA (2005), CARVALHO (2011), MORAIS (1999), LACONTE (2002), que contribuíram nas discussões das relações étnico-raciais, preconceito racial, no processo educativo e sua importância na formação da cidadania para se construir uma perspectiva de direitos iguais.

O ambiente escolar é o primeiro espaço onde nos relacionamos com a diversidade, com as diferenças e queremos fazer parte do grupo, ser aceito. Dessa forma, podemos fazer uma reflexão de como os moldes pré-determinados ou estereótipos atingem a mentalidade e a formação das crianças e posteriormente como esses elementos irão fazer parte da sua vida adulta. Podemos observar que muitas crianças não se identificam com suas próprias características, com sua beleza natural, elas não vêm uma valorização das suas singularidades e características afrodescendentes em quase nenhum lugar.

Podemos perceber nos textos abaixo, o processo de percepção dos alunos e suas experiências e vivências na escolar com seus colegas em relação a ações discriminatórias e racistas. A seguir, o relato de uma aluna negra do 6º ano:

Texto 1 – aluna (R)

Eu já tive racismo me chamaram de negra preta, galinha de macumba, cabelo de bucha, dente de burro. E isso que me chamaram na escola Tiradentes. Só por que sou morena, cabelo cacheado. Eu já alisei meu cabelo porque mode isso. Mas tudo que me disseram Deus vai castigar por que foi Deus que me fez.
(Aluna R, 2015)

A aluna não se vê como negra e a mesma se chama de morena, para ser aceita, ela diz que alisou o cabelo na tentativa de diminuir os xingamentos contra ela. Essas ações discriminatórias e racistas são baseadas e muito bem impregnadas historicamente e socialmente, padrões estereotipados e a exclusão do afrodescendente do sistema, marginalização social, equidade negada durante tanto tempo, mas as lutas por espaços também estiveram presentes

nesse processo, quebrando paradigmas e desconstruindo práticas racistas. Segundo Bourdieu:

Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única e apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele. (2002. p. 4)

As relações étnico-raciais fazem parte da construção e trocas de conhecimentos na escola, deve ser associado à valorização da construção da identidade de cada indivíduo. Para suprir a desigualdade e falta de oportunidade que a violência racial promove, desde educação básica até a vida adulta, foram surgindo políticas públicas para tentar compensar a falta de igualdade e discrepâncias sociais que estão associadas aos afrodescendentes. A lei 10. 639/03, que torna obrigatório a inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares, é uma forma de ressaltar a valorização da cultura negra na formação dos discentes e por seguinte, da sociedade brasileira, mas promovem desafios a todos os envolvidos no ambiente escolar. Segue o relato escrito do professor A, da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Tiradentes.

Texto 2 (professor A)

Em minha prática, nesses 3 anos de atuação no ensino fundamental II, na escola Tiradentes, venho presenciando algumas práticas de preconceito racial em sala de aula, muitas das vezes de forma direta. Em sala de aula, sempre procuro direcionar os conteúdos a temas que abrangem nossa diversidade étnico-racial e cultural. Quando trabalho a história da escravidão no Brasil, abordo a temática pela ótica da resistência do povo negro e da sua cultura, tentando mostrar uma imagem positiva e quebrando com estereótipos velados. Mas me sinto muitas vezes como clamando no deserto, pois falta envolvimento entre os professores e a própria

escola para encarar esse problema. O que falta é uma ação conjunta dentro da escola, ou seja, a escola “comprar” essa “briga” contra o preconceito racial. (Professor A, 2015)

Reflexões e debates sobre o processo de inclusão de questões étnico-raciais no ensino e no espaço escolar requer esforço da equipe escolar, não se torna possível, neste caso, pois não existe o envolvimento dos professores e da própria escola, como o professor A relatou. A transformação deve partir de novos caminhos, quebrar os paradigmas da própria escola, pois, muitas vezes a valorização da diversidade e a igualdade de direitos não são implementadas na escola, por não haver conhecimentos sobre a real relevância de eliminar essa questão ou por falta de preparo adequado para desenvolver atitudes necessárias para realizar uma mudança real. No relato do professor B, ele diz que:

Texto 3 (Professor B)

A base de qualquer coisa está na união, mas essa virtude é a coisa mais rasa ali. A teoria é bela, mas a prática não funciona. (...) qualquer falha nesse âmbito pode comprometer suas atitudes. Se a escola não coopera, fica impossível manter essa postura. Afinal, a escola não sou eu, somos nós. E em relação a questão étnico-racial, não vejo na esfera de ensino qualquer preocupação em torná-los éticos. O investimento está nas aparências, o que é uma forma decadente para um órgão que tem uma missão primordial ímpar. Apostar nos valores estão em segundo plano. (Professor B, 2015)

A escola, enquanto parte de um todo maior que é a sociedade, muitas vezes, repete padrões retrógrados e baseados em padrões sociais e fazendo distinções de classes, grupos, reproduzindo conceitos e preconceitos, discriminando grupos que não representam a maioria ou que não estão dentro dos estereótipos aceitáveis, então essa mudança não pode vir da minoria, toda a equipe escolar, todo o corpo que participa direta ou indiretamente, inclusive a comunidade deve se envolver na construção de outra estrutura social, desconstruindo preconceitos e moldes, elaborando e colocando em prática ações, trabalhando todos os dias em pequenas mudanças ou grandes projetos dentro da escola, nas famílias dos alunos e na comunidade em geral, pois essa estrutura histórica de preconceito precisa ser quebrada para construirmos uma realidade que seja baseada na equidade étnico-racial e que funcione que desconstrua a

falta de oportunidade e a dor que o preconceito causa e seja possível levar a superação dessa problemática além do universo escolar. Segundo a aluna E, do 8º ano:

Texto 4 – aluna (E)

Já sofri muito preconceito na escola eu já fui chamada de macaca e de outros, mas ainda tem muita gente que tem preconceito comigo, mais eu não ligo porque eu tenho orgulho da minha cor, pra mim tanto faz ser negra ou branca, o que importa é que eu estou viva e que mim amo, mas todo mundo sabe que preconceito racial é crime. (Aluna E, 2015)

Transmitir valores humanos, desde a educação infantil, promover o debate, respeito e formar cidadãos com outra mentalidade, uma forma de pensar que englobe as diferenças, a diversidade e o direito que cada um tem de ser diferente são ideias que ajudam a formar, agregar e mudar o convívio, promovendo o desenvolvimento de um senso crítico, para formar cidadãos.

Texto 5 (Professora H)

Tento lidar com preconceitos e conflitos na minha sala de aula da forma que posso, usando os recursos que estão disponíveis aqui. Lembro-me de um dos casos de preconceito racial entre uma aluna e um aluno na minha sala de aula. Na época, eles eram crianças e eu trouxe um livro com ilustrações, contei uma estorinha com dois animaizinhos de cores diferentes e ao final eles eram iguais. Sempre busco encontrar soluções para explicar que não existem diferenças. (Professora H, 2015)

Desconstruir atitudes racistas e os aspectos negativos que são relacionados aos negros, desfazer as diferenças que estão impregnadas no imaginário exige um olhar atento para transformar a realidade através do processo educativo, construindo e abrindo novos caminhos, trazendo contribuições para formação de uma sociedade com mais equidade, mais justa e onde se valorize a diversidade racial.

Texto 6 (Professora Y)

A vida escolar é composta por várias histórias, diferentes famílias, cada um com sua peculiaridade, o que proporciona ao professor

uma interação com os alunos, onde se pode criar um processo didático interativo em que um aprende com o outro. Porém, na maioria das vezes, isso acaba não acontecendo. (...) o que mostra a realidade é um maior índice de evasão escolar por parte dos negros e também um elevado grau de analfabetos em relação aos outros grupos étnicos. Além disso, os próprios mecanismos didáticos estigmatizam o negro e pregam o etnocentrismo da raça branca. (Professora Y, 2015)

A professora Y, assim como os outros professores que contribuíram com o estudo, colocaram pontos de debates importantes, que são a falta de participação, de cooperação e de união em busca de um objetivo em comum, que seria o combate ao preconceito racial, desenvolvendo o interesse de toda a comunidade escolar, abrangendo um processo didático que busque o exercício e a manutenção de ações para que exista liberdade, igualdade e reconhecimento da diversidade, não apenas étnico-racial, mas também de outras lutas que tentam abolir a segregação de grupos, de pessoas, seja pela cor da pele, pela orientação sexual ou qualquer característica que não siga os padrões impostos e impregnados em uma sociedade que foi construída com base patriarcal, machista, onde o branqueamento e o catolicismo foram impostos como moldes a serem seguidos por todos.

Conclusões

Ao analisar os dados do presente estudo, identificamos que a superação do racismo e de atitudes preconceituosas no espaço escolar ainda é um desafio, no decorrer da produção dos dados deste artigo, houve um ponto em comum na fala de quase todos os educadores e educadoras, a falta de uma ação em conjunto e com a finalidade de trabalhar desconstruindo o sofrimento apontado pelos alunos e alunas que são privados de uma convivência mais harmônica no cenário educacional.

A falta de representação da diversidade racial, a valorização das singularidades de cada indivíduo, quebrar com estereótipos e ensinar valores, respeito, ampliar a visão sobre padrões construídos no imaginário, somar as vivências e trocas baseadas nas diferenças para se construir uma sociedade com oportunidades mais igualitárias faz parte do desafios enfrentados pelos (as) educadores (as), as práticas pedagógicas ainda são discretas, os livros didáticos mostram uma realidade onde os negros não são representados e as crianças e adolescentes

não se identificam e cabe a todos os envolvidos nesse processo de mudança trabalhar de forma a atingir um alvo em comum, abrir espaços para promover discussões com objetivo de aprender e ensinar sobre o respeito a diversidade racial.

Sendo assim, existem ainda dificuldades que a equipe escolar encontra, falta um diálogo e uma interligação entre a vontade, a união e a prática, ações contra a discriminação racial e a promoção da diversidade ainda não estão implementadas na escola, a equipe escolar ainda trabalha de forma isolada, em atitudes individuais, quando trabalhar em equipe seria uma proposta que iria viabilizar o combate ao racismo e para esse debate da diversidade racial e percepção das diferenças na formação da identidade e da cidadania.

O ambiente escolar é propício para abrir o universo da diversidade e criar laços através das diferenças e para ações transformadoras através da conscientização, uma educação voltada a encontrar soluções para construção um cenário muito animador em relação ao combate efetivo da discriminação e preconceitos contra os afrodescendentes, pois tornar obrigatório a inclusão de conteúdos aos currículos não é sinônimo de eficiência ao combate dessa problemática, pois além de ser obrigatório deve-se tornar real e prático, não adianta está no papel e não ser utilizado no cotidiano para reflexões, discussões, ação, trabalho em grupo e superação do problema. A compreensão de que as práticas racistas devem ser combatidas por meio de atitudes diárias, trabalhadas no cotidiano das práticas educativas é fundamental para que ajam alternativas de intervenção para vencer a alienação, preconceitos e exclusão, promovendo a diversidade e as singularidades e a cidadania.

O debate sobre a diversidade racial no ensino e na formação de professores é proporcionar o acesso à cidadania e a garantir os direitos humanos a todos os cidadãos.

Referências

ANDRADE, P. S. *Pertencimento étnico-racial e ensino de História*. São Carlos, 2006, 179p. Dissertação (Mestrado)– Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos. 2006. Disponível em: http://www.bdttd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1241 Acesso em: 22/10/2015.

BOERDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner, Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2002.

CAVALLEIRO, E. Do **Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar**: Racismo, Preconceito e Discriminação na educação infantil. – São Paulo: Contexto, 2003.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **O Brasileiro, O Racismo Silencioso E A Emancipação Do Afro-Descendente**. Ensaio, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n1/v14n1a05.pdf>. Acesso em: 23/10/2015.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto - o processo de construção da identidade racial de professoras negras**. Belo horizonte: mazza edições, 1995, 200p.

_____. SILVA, P. B. G. **Experiências étnico-culturais para formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das política-suniversalistas na educação**. Brasília: UNESCO, 2002.

ENSINO SUPERIOR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO REFERENCIAL DE FEMINISTAS NEGRAS

Kelly da Silva

Universidade do Estado de Minas Gerais

[kelsereana2003@yahoo.com.br](mailto:kelserena2003@yahoo.com.br)

Anderson Ferrari

Universidade Federal de Juiz de Fora

aferrari13@globocom

Resumo: Mais de 50% da população brasileira se autodeclarou negra, preta ou parda no censo desenvolvido pelo IBGE em 2010. Mas somente 26% do corpo discente das Universidades brasileiras é composto por negras e negros. Deste percentual, quantas são mulheres? Temos, em nossa sociedade, marcadores e produtores de desigualdade que relacionam, de modo interseccional, racismo e sexismo. Destacadas autoras feministas negras contribuem para pensarmos como as Políticas Públicas em Educação têm participado da emancipação de Mulheres Negras. O presente trabalho expressa a contribuição de autoras como Angela Davis (1982), Bell Hooks (1995), Alice Walker (2015) e Audre Lorde (2015) para a pesquisa em andamento, cujo objetivo é conhecer o impacto e funcionamento do Sistema de Cotas nas Universidades, especialmente para as alunas negras. O trabalho se desenvolve na perspectiva pós-estruturalista. A pesquisa convida a nos reconhecemos como mulheres negras e alunas cotistas. Destacamos também a importância dos Parâmetros Curriculares Nacionais para combate ao preconceito, tais documentos apresentam possibilidades de inserção de temas como gênero, raça e sexualidade, adotados no trabalho. Como postula Lorde, há de se considerar raça, sexualidade, classe e idade, de modo a contribuir para o potente debate feminista sobre o que se entende como pessoal e político.

Palavras Chaves: Gênero; Mulheres Negras; Ensino Superior.

Introdução

Pensar a contribuição de autoras feministas negras como Angela Davis, Bell Hooks, Alice Walker e Audre Lorde para discutir a contribuição das políticas públicas em educação para emancipação de mulheres que entraram por cotas nas Universidades, nos remetem ao entrelaçamento entre passado e futuro das mulheres negras. Faz-nos perceber que a discriminação vem se revestindo ao longo dos anos e, que o espaço do negro na sociedade Brasileira ainda se encontra como o lugar não valorizado, o da doméstica, da varredora de rua, da dona da limpeza e, quando algumas poucas escapam dessa trajetória precisam enfrentar todos os tipos de discriminação e preconceito, assim, algumas resistem nas universidades. Mas quem são as autoras que trazemos para contribuir com o nosso debate? Qual a importância delas para as conquistas atuais? E qual a força que seus trabalhos inspiram para continuarmos lutando cotidianamente? Vamos conhecer um pouco sobre cada uma delas, para que quem se interesse tenha ferramentas para buscar mais sobre essas expressivas, combativas e necessárias mulheres.

Feministas Negras quem são elas, quais são suas trajetórias?

De acordo com Hooks (1995) a segregação sexista impede muitos de conhecerem as obras de mulheres negras feministas, E aqui questiono, por que acadêmicos desconhecem suas obras, por que eu não as conhecia? Esse desconhecimento leva a não utilização e empoderamento das mulheres por meio de seus trabalhos. “Essa invisibilidade em função do racismo, do sexismo e da exploração de classe institucionalizados é um reflexo da realidade de que grande número de negras não escolhem o trabalho intelectual como sua vocação” (HOOKS, 1995, p.2). Pensar sobre essa fala de Hooks, nos leva a atentarmos para os vários discursos que a própria comunidade negra e popular apresenta sobre o saber intelectual, valoriza-se muito mais o trabalho braçal que dá retorno financeiro mais rápido, do que a dedicação aos estudos, pois, a necessidade de sobrevivência é mais urgente para o grupo, esse pensamento ainda contribui para a desvalorização do saber e desfavorece sua busca pelas mulheres pobres e negras. As autoras que apresentamos aqui passaram por inúmeras adversidades e possuem uma trajetória de luta e enfrentamento intensos para se fazerem ouvidas.

Alice Malsenior Walker é a oitava filha de um casal de agricultores meeiros, a autora nasceu em 9 de fevereiro de 1944, em Eatonton, Georgia, onde as marcas da escravidão e da opressão ainda se fazem presentes. Em 1961, Alice Walker deixou sua cidade para ir para Spelman College, uma relevante escola para mulheres negras em Atlanta, onde ficou por dois anos, conheceu Martin Luther King Jr e se tornou ativista dos direitos civis. Ela terminou seu primeiro romance em 1969, mesmo ano do nascimento de sua filha Rebecca Grant. Seus primeiros trabalhos já tratavam de temas comuns em sua obra como violência, estupro, relações multi-geracionais, sexismo e racismo. Após o fim de seu casamento ela se mudou para o norte da Califórnia onde vive até hoje (WALKER, 2015).

Em sua obra, Alice Walker retrata a vida da mulher afro-americana. Ela descreve intensamente o sexismo, o racismo e a pobreza que fazem da vida uma luta. Entretanto, ela também destaca a força da família, da comunidade e da espiritualidade como partes da vida. Foi criticada no romance a cor purpura por trazer à tona a violência do homem negro em relação às suas esposas, irmãs e demais mulheres que conviviam, o que expõe uma representação negativa do homem negro. Alice Walker continua não só escrevendo, mas também desenvolvendo seu trabalho como feminista/mulherista, ativista ambiental, pela Palestina e por causas econômicas e de justiça social (WALKER, 2015).

Angela Yvonne Davis é natural do estado do Alabama, considerado um dos mais racistas do sul dos Estados Unidos e, de acordo com a sua autobiografia, desde criança sofreu na pele humilhações racistas. Leitora desde criança, aos 14 ganhou uma bolsa para estudar em Greenwich Village, em Nova Iorque, fato que transformaria a sua vida, pois, é neste momento que ela entra em contato com as teses comunistas e inicia a sua militância no movimento estudantil. Ela adotou o penteado dos rebelados no Quênia e fez do penteado afro um símbolo do orgulho negro. Angela Davis é professora de filosofia na Universidade de Santa Cruz, que fica entre São Francisco e Monterey, na Califórnia (DAVIS, 2015).

Ainda nos anos 1960, Davis tornou-se militante ativa do Partido Comunista e do Panteras Negras, que à época lutava para conquistar o apoio da sociedade para libertar três militantes negros que estavam presos: conhecidos como os “irmãos soledad”, já que estavam detidos na Prisão de Soledad, em Monterey. Para Angela Davis o feminismo é uma emancipação que vai além das fronteiras estabelecidas. As questões de sexualidade, de raça, de classe e de gênero estão intimamente ligadas. E ela oferece esta bela fórmula: “Meu objetivo sempre foi

encontrar pontos entre as ideias e derrubar os muros. E os muros derrubados se transformam em pontes”. Inimigo, Louis Farrakhan, chefe da Nação do Islã que organizou a Marcha do 1 Milhão em 1995, acusou Angela de ser lésbica. Por isso não. Em 1997, na revista Out, ela declara: “Sim, sou lésbica” (DAVIS, 2015, p. 16).

Audrey Geraldine Lorde, a poetisa, nascida em Nova York e filha de imigrantes do Barbado e Carriacou, definida por si mesmo como ‘negra, lésbica, mãe, guerreira, poeta’, reconhece a força das denominações. Como afirmado em um poema, “se eu não mesma me definir, eu seria esmagada nas fantasias de outras pessoas e comida viva”. Antes de falecer aos 58 anos, participou de uma cerimônia de nomeação africana, onde foi nomeada Gambda Adisa, que significa ‘Guerreira: ela que faz seu significado conhecido’. Teoricamente, a importância de Lorde se dá por ser uma das primeiras a tratar sobre a relação feminista com racismo, homofobia e classismo (ou a falta do mesmo). Na década de 60, criticou fortemente feministas brancas, ao afirmar que as mesmas focavam em experiências e valores particulares das mulheres brancas da classe média. Afirmava que a oposição binária entre homens e mulheres era simplista, já que ignorava outros tipos de privilégios e as próprias divisões que há entre as mulheres (LORDE, 2015). O debate continuou por anos, tendo respostas de diversas feministas, como Mary Daly, o que reafirmou sua persona de outsider. Afirmaram que isso a destacava nas conferências, entre as feministas brancas acadêmicas como a ‘voz feminista negra lésbica isolada, acusadora e raivosa’. Usualmente a resposta das feministas brancas era de que ela desejava ter posição privilegiada por ser negra e lésbica, como também que ela tinha uma falsa autoridade moral baseada em seu sofrimento. Argumentavam que o sofrimento era uma condição universal das mulheres e acusar as feministas de racismo causava divisão em vez de cura. A resposta de Lorde? ‘O que você ouve na minha voz é fúria, não sofrimento. Raiva, não autoridade moral’ (LORDE, 2015, p. 8).

Bell Hooks é professora de inglês, estudos afro-americanos e estudos da mulher no City College de Nova York, escritora e feminista negra. Nascida na zona rural do sul dos Estados Unidos, na época da segregação racial, ela conta que, nesse período, as meninas negras das classes trabalhadoras tinham três opções de carreira: casar, trabalhar como empregada ou tornar-se professora em uma escola. Para as negras, ensinar era um ato essencialmente político, pois tinha raízes na luta antirracista (HOOKS, 2004).

Aluna de escolas negras segregadas, suas mestras eram quase todas mulheres. Elas lhe ensinaram, sempre, que estudar era um ato contra a hegemonia, uma maneira de combater o racismo. Para desenvolver um trabalho dessa

competência, buscavam conhecer tudo o que dissesse respeito à vida de suas, a realidade econômica, social e ainda, sobre a forma que eram cuidadas. Porém, com a integração racial, tudo mudou: “o conhecimento passou a se resumir à pura informação, não tendo nenhuma relação com o modo como se vivia. Ele não tinha ligações também com a luta antirracista” (OLIVEIRA, 2014, p.1). Ali, o anseio em aprender era analisado como uma ameaça ao domínio branco. Ao frequentar aulas de educadoras brancas, Hooks percebia que elas reforçavam o racismo, fazendo-a perder o desejo pela escola.

Com essa importante exposição sobre a vida dessas autoras, podemos perceber que teremos grandes contribuições para debatermos as políticas públicas alcançadas hoje pelo movimento negro e pelas feministas, para pensarmos a trajetória de mulheres que entraram na Universidade por cotas.

Metodologia

O trabalho é fundamentado no referencial teórico pós-estruturalista e nesta etapa se deu a partir da pesquisa bibliográfica. Considero importante destacar que o referencial teórico pós-estruturalista me serve como uma possível ferramenta, e não como manual de pesquisa, e é desse modo que desenvolvo este trabalho. De acordo com Louro (2006), a forma que escrevemos declara como pensamos e conhecemos, ou seja, nossas escritas declaram nossas escolhas teóricas e políticas e, por isso, correm o risco de tornarem-se manuais de orientação, “mesmo quando preferimos que se tornem debates, discussões sobre o tema, que levantem mais questões, que provoquem o dissenso” (LOURO, 2004, p3). Consoante isso, temos todos os desarranjos que mudam os fatos de lugar, para que as certezas sejam postas em dúvida e para que aquilo que surja, depois delas, seja novamente debatido. Nesse sentido, considero que os meus questionamentos sobre currículo, gênero e raça dentre outros, são permeados por muitas construções. Com isso, por não se definirem sob um único conceito, vão possuir tantas definições quantas vezes forem analisados, reconstruídos, reelaborados.

Resultados e discussão

A discussão nacional sobre cotas nas universidades públicas teve sua consolidação em 2012. Em Agosto desse ano, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei de Cotas Sociais, 12.711, a qual determina que até agosto de 2016 todas as instituições de ensino federais deverão reservar no mínimo 50% das vagas

para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, que metade dessas vagas deve ser reservada para estudantes cujas famílias têm renda de até um salário mínimo e meio e, que as instituições deverão reservar nesses 50% das vagas um número de vagas para autodeclarados negros, pardos e índios no mínimo igual à proporção de negros, pardos e índios identificada pelo IBGE na unidade da federação em que estão situadas. Sintetizando, 50% das vagas serão divididas entre estudantes de escolas públicas, pobres, negros, pardos ou índios e 50% será destinado à ampla concorrência (BRASIL, 2012).

Desde então, veem sendo elaboradas diversas análises acadêmicas e até mesmo judiciais, contrárias a essa alternativa, aqui avaliada como possível, necessária e equitativa, quando comparada aos anos de exclusão das mulheres e homens negros no nosso país. A inclusão no ensino superior público brasileiro de estudantes negras e negros ou pobres é importante não somente para diminuir a enorme desigualdade quando se compara a inserção desses alunos com a dos brancos ou ricos, mas também demonstra como essa inclusão possibilita o convívio entre estudantes de classes sociais diferentes; contribui para a análise e a recriminação de preconceitos raciais e de classe. E não há dúvida de que ela também possibilitará diminuir as desigualdades assombrosas que existem entre todos os demais grupos sociais e as mulheres negras, que são as mais discriminadas na sociedade brasileira, por serem mulheres e negras (ROZAS, 2009).

Essa exclusão vem desde os locais onde se concentram como moradia (a maioria se encontra nas periferias das cidades) e os postos de trabalho que ocupam (a grande maioria atua como empregada doméstica ou similar, porteiras, babas, garis). De acordo com Davis (1982) o grande número de mulheres negras que atuam no serviço doméstico, não são um simples resquício da escravidão, que pode desaparecer com o passar do tempo. Por aproximadamente um século elas foram impossibilitadas de escapar ao trabalho doméstico em número expressivo. “Mais de 2/3 de mulheres negras eram forçadas a empregarem-se como cozinheiras, amas, lavadeiras, criadas de quarto e porteiras, e eram apanhadas em condições... tão más como, senão até piores, na escravidão” (DAVIS, 1982. P.71).

O trabalho doméstico possui, ainda nos dias atuais, as mulheres negras como as principais empregadas no setor, mas, o que isso tem a ver com as estudantes negras que entraram na universidade por cotas? Em uma primeira análise poderíamos dizer que nada, porém, ao analisarmos estudos e debates sobre o processo de cotas em Universidades públicas e a trajetória das estudantes universitárias negras, perceberemos que estas trajetórias são variáveis e atemporais,

muitas só retornam ao ensino superior depois de muitos anos paradas e, na maioria dos casos, esse processo se dá devido “a entrada precoce no mundo do trabalho, em grande medida, no trabalho doméstico” (ÁVILA; PORTES, 2012, p.814).

Para Hoolks (1995), o desestímulo na própria família ou comunidade sempre foi um grande empecilho para as negras dedicarem-se aos estudos, os trabalhos domésticos deveriam sempre vir em primeiro lugar, para não serem consideradas egoístas e sem sentimento com o grupo a que pertenciam como a autora nos descreve falando de sua própria história:

Na infância se eu não pusesse os trabalhos domésticos acima dos prazeres de ler e pensar, os adultos ameaçavam me punir queimando meus livros e proibindo-me de ler. Embora isso jamais tenha ocorrido incutiu em minha consciência o senso de que era de algum modo, não apenas errado preferir ficar sozinha lendo pensando e escrevendo, mas, também meio perigoso para meu bem estar e, um gesto de insensibilidade para com o bem estar dos outros. Na idade adulta passei anos julgando (e por isso fazendo com que fosse) importante para mim terminar qualquer outra tarefa por mais inconsequente que pudesse ser para só depois me dedicar ao trabalho intelectual. Claro muitas vezes eu chegava no espaço destinado a esse trabalho cansada exausta e sem energia. A socialização sexista inicial que ensina as negras e, na verdade, a maioria das mulheres que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos, ao cuidado dos filhos, ou a um monte de outras atividades servis, tornou difícil para elas fazer do trabalho intelectual uma prioridade essencial mesmo quando suas circunstâncias sociais ofereciam de fato recompensas por essa atividade. (HOOLKS, 1995, p.4)

Para os negros, por situarem-se entre os segmentos mais pobres em nossa sociedade, o acesso ao ensino superior é fortemente delimitado por questões materiais que incluem não somente a gratuidade como também a necessidade de proximidade da escola em relação a casa, a possibilidade de obtenção de auxílios, a existência de certos serviços assistenciais como alimentação gratuita e um planejamento meticuloso da provável necessidade de articular estudo e trabalho. Para “as mulheres, esta última necessidade é ainda complexificada

porque tradicionalmente também cabe a elas o exercício de atividades no lar, o que faz com que tenham de articular o estudo com o trabalho profissional e com o trabalho doméstico” (GÓIS, 2008, p.749).

Dificuldade financeira, filhos para criar e o desejo de continuar os estudos, estas são algumas das inúmeras dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras ao terem acesso ao ensino superior, não bastasse isso, muitos grupos conservadores e saudosos do período escravocrata se apresentam contra as cotas em nosso país. Ao se manifestarem contrários às cotas para negros, autores como Fry e Yvone (2004) fazem, em geral, apenas previsões sem fundamento histórico para a sociedade; previsões que muito se aproximam de futurologia e muito se afastam da construção de conhecimento fundamentado em pesquisas e no rigor acadêmico.

Essa fórmula permite a divulgação de afirmações esvaziadas de concreitude do tipo: “as cotas para negros nos vestibulares das universidades públicas vão racializar a sociedade brasileira”, ou ainda “vai haver uma divisão racial do Brasil”, ou “divisões perigosas”, entre outras insustentáveis previsões catastróficas, que não analisam a história do movimento negro, de mulheres e suas pautas de reivindicação, jogam por terra toda uma trajetória de luta e buscam manter o *status quo* na sociedade, como ressalta Angela Davis “o poder místico do racismo frequentemente emana de sua irracionalidade, da lógica de pernas para o ar” (DAVIS, 1982, p. 71).

Contrários às cotas alguns estudantes e profissionais da educação, questionam intelectualmente os negros, sobre sua capacidade de frequentar um curso superior, já que as cotas lhe permitem acessá-lo com uma “nota menor”, esse questionamento também apresenta resquícios de um país que esconde a prática do racismo, mesmo quando o apresenta institucionalmente. Práticas não diferentes das citadas por Davis (1982) ao relatar a busca da educação pelo povo negro ao se emanciparem:

De acordo com a ideologia dominante o povo negro era alegadamente incapaz de avanços intelectuais. Afinal de contas, tinham sido um bem móvel naturalmente inferior comparado com os epítomes (todas as coisas dos) brancos da espécie humana. Mas se eles fossem realmente biologicamente inferiores, eles não teriam manifestado nem o desejo, nem a capacidade de adquirir conhecimento. Aliás, nenhuma proibição de adquirir conhecimento teria sido necessária. Na realidade, e obviamente, que o povo negro

sempre demonstrou uma impaciência furiosa no respeito pela aquisição de educação. (DAVIS,1982, p.77)

O acesso ao Ensino Superior, não soluciona o problema do depreciamento histórico sofrido pelo povo afrodescendente no Brasil, uma história de dor e desamparo, de preconceito e violência. O que o acesso à Universidade permite é uma diminuição do domínio branco sobre este espaço, a visibilidade dos negros na instituição e como já temos pesquisas que apontam para isso, a possibilidade de mostrar que se tiverem oportunidades, os negros vão agarrá-las e assumir com responsabilidade seu compromisso com sua formação e com a sociedade, como ressalta Walker “Não pode ser seu amigo quem exige seu silêncio ou atrapalha seu crescimento” (WALKER, 2015, p.14).

Neste sentido, Segato (2006) destaca que a não discussão do tema nos mais variados ambientes e instituições colaboram para que o racismo não saia do cenário nacional, “a falta de esclarecimento, que faz com que às vezes discriminemos, excluamos e até maltratemos por motivos raciais, sem ter qualquer grau de percepção de que estamos incorrendo num ato de racismo” (SEGATO, 2006, p.79). Não reconhecer as mais variadas formas de racismo nos orienta a não reconhecermos a real necessidade de instituir estratégias de correção para contestar à disposição natural de favorecer o branco em todas as esferas da vida social brasileira.

O racismo é tão enraizado em nossa sociedade que não há necessidade nenhuma de se discutir o que significa ser branca ou branco em nosso país, pois, a branquidade nos é dada. Nesta perspectiva, o Sistema de Cotas objetiva aumentar as oportunidades para que pessoas excluídas historicamente do sistema de Ensino Superior possam no mínimo competir por vagas em condições mais equilibradas, de acordo com as políticas indenizatórias que o Brasil pratica. Mais importante do que o acesso ao Ensino Superior pelas mulheres e homens afrodescendentes é, a possibilidade de por meio desse ingresso, pensar um projeto cultural para o povo negro discutindo uma Educação que contemple, valorize e que divulgue os elementos da cultura negra no Brasil e, que seja expressivo para a formação da consciência das novas gerações.

De acordo com (HOOKS,1995, p. 9) “as intelectuais negras enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita”. A autora denuncia aqui a dificuldade que muitas negras enfrentam na academia, além de serem suspeitas são tratadas como inferiores e são deslegitimadas pelos próprios

colegas, ou seja, além de alcançar o espaço da universidade, ainda necessitam provar que são merecedoras desse lugar, analisando nos dias de hoje, podemos comparar com o fato dos cotistas, além de serem questionados quanto a sua capacidade de cursarem o ensino superior, ainda enfrentam cotidianamente o racismo de colegas e até mesmo professores dentro da Universidade.

As autoras que trazemos para contribuírem com a pesquisa em andamento nos apresentam uma questão relevante, a de que o feminismo branco não dava conta de suas demandas porque desconhecia exatamente o viés da raça. A discriminação racial se adiciona, se relaciona, com a opressão de gênero; surgindo assim o termo feminismo interseccional. Termo que explora outras linhas de opressão, como o de classe social, entre outros. O conceito, portanto, foi criado por feministas negras, a quem devemos o legado sobre o tema.

4.1. O debate sobre cotas, racismo e empoderamento das Mulheres Negras no discurso dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Lei 10.639/03

Os documentos e legislação educacionais vêm aos poucos buscando diminuir o preconceito em relação às diversidades encontradas em nosso território e conseqüentemente nas salas de aula, os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem no trecho sobre Pluralidade Cultural o significado do termo que quer dizer a afirmação da diversidade como traço essencial na constituição de uma identidade nacional que se reorganiza permanentemente (PCN, 2001). Em uma sociedade heterogênea a educação necessita se voltar a atender às diferenças quando elas puderem favorecer determinados setores e grupos na sociedade.

Vivemos em um país onde o preconceito e o racismo são velados e considerados inexistentes, isso muito tem haver com o silêncio que muitos de nós acabamos nos impondo frente aos diversos tipos de violência e preconceitos por nós sofridos. Lorde (2015) nos alerta sobre a necessidade de dizer as coisas, especialmente às que nos parecem mais importantes, verbalizá-las, divulga-las, mesmo correndo o risco de que sejam recusadas ou mal interpretadas. “Mais além do que qualquer outro efeito, o fato de dizê-las faz bem. Eu estou aqui como poeta negra, lésbica e sobre o significado de tudo isso repousa o fato de ainda estar viva, coisa que poderia não ter sido” (LORDE, 2015, p.21). Com essa fala Lorde nos convida a não nos calarmos frente ao que nos incomoda.

Superar preconceitos e transformar atitudes discriminatórias são objetivos que abrangem lidar com valores, conceitos e respeito mútuo. A escola tem uma função decisiva a desenvolver nesse processo e todo educador necessita

conhecer e permitir que os estudantes aprendam sobre diferenças e diversidades, que as crianças possam falar de suas culturas e que todas possuam igual respeito. Além de ser o lugar em que ocorre a socialização entre crianças, com culturas diversificadas daquelas em que cada uma conhece, com visões de mundo diferentes das que participa em família, a escola é também o local em que se aprende viver em sociedade. “A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela” (PCN, 2001, p.21).

A Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Os professores devem destacar em sala de aula a cultura afro-brasileira como formadora da sociedade brasileira, onde os negros são considerados como sujeitos históricos, destacando, portanto, o pensamento e as ideias dos intelectuais negros brasileiros, a cultura e as religiões de matrizes africanas. Como destaca Lorde (2015) é importante “a transformação do silêncio em linguagem e em ação” (LORDE, 2015 p.22). Conhecer a trajetória das estudantes que entraram na academia para se tornarem professoras e contar suas histórias é um modo de falar e agir quanto à caminhada dessas mulheres frente aos conceitos e preconceitos que rondam nossa sociedade.

Conclusões:

Os movimentos sociais buscam a partir de políticas igualitárias conquistarem os espaços destinados a uma minoria da população, o movimento negro reconhece que muito ainda falta para que a sociedade identifique os entraves que o racismo causa na atuação de uma instituição e qual o efeito disso nos serviços que são prestados. A luta contra o racismo e sexíssimo não é atual, mas os avanços alçados hoje se devem em grande parte à ação de muitos outros militantes, movimentos sociais e guerreiras essenciais na luta contra o preconceito.

Algumas dessas conquistas se reverteram em políticas públicas educacionais, tais como a Lei de Cotas 12.711, nas universidades públicas, o tratamento das questões da diversidade cultural e diferenças nos Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei que obriga os estudos da cultura Africana e afro-descente nas escolas públicas Brasileiras, Lei 10.639/03, essas conquistas nos apresentam possibilidades de intervenção nos espaços institucionais que atuamos e podem ser mais bem aproveitadas ao nos sustentarmos nas ideias das autoras negras principiantes na luta contra racismo e sexíssimo.

As contribuições de autoras como Lorde (2015), Walker (2015), Davis (1982) e Hooks (2004), são importantes para questionarmos as conquistas e desafios que ainda temos pela frente. As autoras aqui analisadas contribuíram e

contribuem para ponderarmos que os feminismos são vários, quantas são nossas identidades e especificidades, uma análise interseccional é essencial para avaliarmos o lugar marginal, que olha para aqueles grupos que ninguém quer apreciar, que gera indisposição, que faz sair da zona de conforto, porque nos coloca frente a frente com os privilégios que a sociedade branca sempre teve e nos possibilitará propormos diferentes modos de fazer junto à essas mulheres.

Referências

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Lei Nº 12.711**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.711-2012?OpenDocument. Acesso em: Maio de 2014.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. 1ª publicação na Grã Bretanha pela The Women's Press, Ltda. Em 1982. Disponível em: <http://plataformagueto.files.wordpress.com/2013/06/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf> . Acesso em: 03/2015.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. **“Cotas raciais: construindo um país dividido?”**. Econômica: Revista da Pós-Graduação em Economia da UFF, Niterói, v. 6, n. 1, p. 153-161, jun. 2004. Dossiê Ação Afirmativa.

GÓIS, João B. Hora. **Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 743-768, setembro-dezembro/2008.

HOOKS, Bell. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. In: **Hooks, Bell; Brah, Avtar; Sandoval, Chela; Anzaldúa, Glória. Otras inapropiables - Feminismos desde las fronteras**. Traficantes de Sueños: Madrid, 2004.

LORDE, Audre. Não há hierarquias de opressão. In: **Textos escolhidos de Audre Lorde**. Edições Lesbofeministas Independentes. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/99741/AUDRE%20LORDE.pdf>>. Acesso em: março 2015.

OLIVEIRA, Érika. De mãos dadas com hooks. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2014, vol.22, n.3, pp. 1001-1003.

ROZAS, Luiza Barros. **Cotas para negros nas universidades públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira – por uma nova compreensão epistemológica do princípio constitucional da igualdade**. (Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009). Disponível em: file:///D:/Temp/Luiza_Barros_Rozas_Dissertacao.pdf. Acesso em: Março de 2014.

SEGATO, Rita L. **Cotas: por que reagimos?** REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 76-87, dezembro/fevereiro 2005/2006.

WALKER, Alice **Alice Walker: assim como o roxo está para o lavanda**. [citado em 02/05/2012]. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2012/05/alice-walker-roxo-lavanda/>. Acesso em: mar. de 2015.

ACESSO DE MULHERES AO CUIDADO PRÉ-NATAL: UMA ANÁLISE POR RAÇA/COR

Márcia Fernandes Silva¹

Quessia Paz Rodrigues¹

Enilda Rosendo do Nascimento¹

Patrícia Mallú Lima Domingues¹
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Este artigo tem o objetivo de caracterizar o acesso de mulheres ao cuidado pré-natal, segundo raça/cor. Trata-se de estudo observacional, descritivo, de corte transversal, cuja amostra foi constituída por 449 puérperas em quatro maternidades públicas de Salvador, Bahia. A variável independente foi a raça/cor e variáveis dependentes: realização do pré-natal, número de consultas realizadas, idade gestacional (IG) na primeira consulta, realização de ultrassonografia obstétrica e exames complementares de rotina, imunização antitetânica. Observou-se que todas as mulheres brancas realizaram o pré-natal, ultrassonografia e os exames complementares. Contudo, maior número de pardas seguidas das pretas não foi imunizado contra o tétano. Foram encontrados bons indicadores para a assistência ao pré-natal em Salvador, mas estes não são suficientes para avaliar a qualidade do cuidado prestado. A análise segundo raça/cor possibilitou verificar distinções no acesso, mesmo em se tratando de uma população homogênea nas questões sociais.

Palavras-chave: Desigualdades em saúde; Racismo; acesso aos serviços de saúde; cuidado pré-natal.

¹ Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Grupo de Pesquisa Saúde da Mulher, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia - UFBA (GEM - raça e etnia). Endereço: Campus Universitário do Canela. Av. Dr. Augusto Viana, S/N, Canela. Salvador Bahia. CEP 40110-060.

Introdução

O pré-natal é um tipo de assistência preventiva, na qual é possível identificar, tratar ou controlar patologias, além de prevenir complicações na gestação, parto e puerpério. Trata-se de um cuidado que reflete diretamente nas taxas de morbimortalidade feminina.

Alguns procedimentos são essenciais para garantir a qualidade do cuidado pré-natal, entre elas destacam-se: a captação precoce das gestantes com realização da primeira consulta pré-natal até 12ª semana de gestação, realização de, no mínimo, seis consultas de pré-natal, realização de exames complementares de rotina, imunização, dentre outros; aspectos estes enfocados neste estudo^{1,2}.

No período de 2003 a 2009, o Brasil teve avanços significativos na cobertura pré-natal pelo Sistema Único de Saúde, atingindo um aumento de 125%. Contudo, a qualidade dessa atenção é questionada pela alta incidência de sífilis congênita e por a hipertensão arterial ser a principal causa de morte materna³.

A Cúpula do Milênio promovida pela Organização das Nações Unidas em 2000 estabeleceu metas para o milênio, dentre elas a melhoria da saúde das gestantes. A fim de cumprir com esse compromisso e garantir os direitos previstos na Constituição, o Ministério da Saúde tem proposto uma série de medidas que visam à qualidade da atenção ao pré-natal, parto e puerpério e a melhoria dos indicadores maternos e neonatais⁴. Em 2011, foi lançado pelo Ministério da Saúde, o programa Rede Cegonha, cuja finalidade é assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, reduzindo dessa forma a mortalidade materna⁵.

Vale ressaltar que o processo de pré-natal, parto e puerpério é complexo e pode levar à uma série de vulnerabilidades, que podem ser individual, coletiva ou programática, pois envolve tanto fatores biológicos, quanto psicológicos, emocionais, relacionais, socioculturais, além de questões de gênero. Assim, altas taxas de morbimortalidade materna e perinatal são representativas da vulnerabilidade a que estão expostas as mulheres no período gravídico-puerperal⁶.

No que diz respeito às mulheres negras, estas encontram-se mais vulneráveis a morbimortalidade materna, uma vez que vivenciam desigualdades, no campo econômico, social e racial, refletindo na qualidade e quantidade de serviços a que têm acesso.

O mais recente relatório anual das desigualdades raciais no Brasil aponta que 71% das mães de filhos brancos haviam feito mais de sete consultas de pré-natal enquanto que para mães de filhos pretos e pardos esse percentual foi de 42,6%. Com relação àquelas que não realizaram o pré-natal, a proporção para

mulheres de filhos pretos e pardos foi quase três vezes superior ao ocorrido entre as mães de filhos brancos⁷.

Os indicadores de saúde materna são sensíveis às desigualdades sociais, o que reflete em condições desiguais de vida e acesso aos recursos sociais entre os diversos grupos da população, e a forma como classe social, gênero, raça e etnia operam como determinantes sociais de saúde⁴.

Os problemas de saúde das mulheres distribuem-se de maneira desigual e são maiores nos grupos sociais menos privilegiados, sendo a raça/cor um dos fatores implicados nas desigualdades de acesso ao cuidado em saúde. De modo geral, as mulheres negras têm apresentado maiores dificuldades de acesso a bens e serviços de saúde, o que nos leva a questionar se existem diferenças raciais no acesso de mulheres usuárias do SUS aos cuidados pré-natais no município de Salvador. Portanto, os objetivos deste estudo são caracterizar o acesso ao cuidado pré-natal segundo raça/cor.

Métodos

Trata-se de uma investigação observacional, descritiva, de corte transversal, realizada no município de Salvador, Bahia, Brasil, no ano de 2009.

A população de referência foi composta por puérperas que utilizam maternidades públicas para assistência ao parto. Foram selecionadas quatro organizações públicas de saúde que realizam partos no município de Salvador. Para a seleção dessas organizações, utilizaram-se os seguintes critérios: representatividade estatística para o município; custos no deslocamento para a realização da pesquisa; organizações com maiores números de leitos obstétricos; disponibilidade da informação quanto ao número de partos ocorridos em 2006, dado fundamental para o cálculo do tamanho da amostra.

Foi calculada uma amostra probabilística composta por 428 mulheres, no entanto, pela facilidade na obtenção dos dados, a amostra foi constituída por 449 mulheres. Os critérios adotados para inclusão dessas mulheres na pesquisa foram: estarem internadas nas enfermarias obstétricas, no pós-parto imediato ou mediato e em condições de responder ao questionário e que aceitaram participar da pesquisa. Foram excluídas aquelas que não realizaram o pré-natal em serviços públicos de saúde.

A opção em desenvolver o estudo a partir da experiência de mulheres usuárias do SUS deveu-se ao fato de tentar diminuir possíveis interferências de variáveis como renda e escolaridade, na caracterização do acesso ao pré-natal segundo a raça/cor.

Utilizou-se a técnica de amostragem estratificada, de modo que em todas as organizações de saúde do estudo, o cálculo do número de mulheres obedeceu à mesma proporcionalidade, de acordo com o número de partos em cada uma.

Os dados foram obtidos através da aplicação de entrevista estruturada e consulta aos registros de saúde, no período de dezembro de 2007 a março de 2008. Para a realização das entrevistas, procedeu-se a um levantamento, através do censo hospitalar, do quantitativo de mulheres internadas nas enfermarias obstétricas e, respeitando-se os critérios de inclusão e exclusão da amostra, eram preenchidos os formulários. Posteriormente eram consultados o cartão da gestante e exames realizados no pré-natal.

Neste estudo considerou-se como variável independente a raça/cor. Essa informação foi colhida através da autodeclaração e categorizada tomando como referência as categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (branca, preta, parda, amarela e indígena). As variáveis dependentes foram: realização do pré-natal, número de consultas realizadas, idade gestacional (IG) na primeira consulta, realização de USG obstétrica e exames complementares de rotina, imunização antitetânica.

Para o processamento e análise dos dados, utilizou-se o *software* estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 15. A análise foi descritiva, com distribuição de frequências.

Os aspectos éticos legais do estudo foram observados, através do parecer nº 33/2006, do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) bem como pela assinatura de todas as participantes do estudo no termo de consentimento livre e esclarecido.

Resultados

Quanto às características da amostra, 92% das participantes são negras (pretas e pardas); com média etária de 25 anos, com desvio-padrão (DP) 6,04 anos; 79,1% são casadas ou apresentam união estável; a média de anos de estudo é de 9,62 anos (DP 2,75 anos); 79,1% apresentam renda familiar per capita entre 0 a 2 salários mínimos; e 55,7% exercem ocupações sem remuneração, como estudantes e/ou donas de casa.

Os dados referentes ao acesso aos cuidados pré-natais, apresentados na Tabela 1, apontam uma maior proporção de mulheres que realizaram o pré-natal (94,0%), iniciando ainda no primeiro trimestre de gestação (63,0%),

submetendo-se a seis ou mais consultas (51,2%), a exames de USG obstétrica (97,3%) e exames básicos preconizados pelo Ministério da Saúde - MS (90,4%), estando também imunizadas contra o tétano (64,4%). A análise dos resultados, segundo raça/cor, apontam que todas as brancas realizaram o pré-natal, USG e os exames complementares de rotina. Entretanto, foram as que iniciaram o pré-natal mais tardiamente (6,5%). As pretas, por sua vez, obtiveram maior proporção para realização de seis ou mais consultas e início do pré-natal no primeiro trimestre. Contudo, maior número de pardas seguidas das pretas não foi imunizado. Encontram-se ainda na Tabela 1 as médias do número de consultas pré-natais, meses de gestação ao iniciar o pré-natal e quantidade de USG realizadas. Observam-se valores muito próximos quando comparada às raças/cores, especialmente entre pretas, pardas e brancas.

No gráfico 1, verifica-se a proporção dos exames realizados por raça/cor durante o pré-natal, chamando a atenção para os percentuais apresentados pelas brancas em relação às demais. No que tange aos outros exames realizados, detectou-se que 100% das mulheres realizaram pelo menos um dos seguintes exames: preventivo do câncer do colo de útero, parasitológico de fezes, sorologias para rubéola e citomegalovírus, anti-HCV, anti-HBC, HTLV, eletroforese de hemoglobina, TGO, TGP, colesterol, triglicerídeos, ácido úrico, uréia, creatinina, sódio, potássio, T3, T4 e anti-chagas.

Do total de 449, 27 mulheres não realizaram o pré-natal. Dentre os motivos alegados, as maiores proporções foram para a gravidez indesejada/ não planejada, relaxamento/preguiça e problemas na oferta e organização dos serviços (Gráfico 2).

Os gráficos 3 e 4 apresentam a distribuição do percentual das mulheres que não receberam cuidado pré-natal e que realizaram exames laboratoriais e USG. Verifica-se que a grande maioria não fez os exames básicos (88,9%), entretanto, para a USG obstétrica esse percentual foi de 37%.

Discussão

A alta cobertura da assistência pré-natal encontrada neste estudo assemelha-se à cobertura de outros municípios como Caxias do Sul, Juiz de Fora e Rio de Janeiro, que apresentaram cobertura pré-natal de 95,4%, 99,04%, 96,3%, respectivamente⁸⁻¹⁰. O acesso à assistência pré-natal ampliou-se bastante, tendo em vista que dentre os nascidos vivos nos cinco anos anteriores às pesquisas de 1996 e 2006, a porcentagem de mães que não realizou qualquer consulta

ao longo da gestação diminuiu de 14% para 1%¹¹. Os investimentos realizados pelo MS, referentes à implementação das políticas públicas para a melhoria da qualidade da atenção pré-natal têm refletido no aumento da cobertura pré-natal nos últimos anos.

No Brasil, vem-se registrando aumento do número de consultas de pré-natal por mulheres que realizam o parto no SUS, partindo de 1,2 consultas por parto em 1995 para 6,4 consultas por mulher em 2008. A média de consultas pré-natais realizadas em Salvador foi de 5,6, estando abaixo do mínimo esperado que é de 6 consultas e também da média nacional. A PNDS, realizada em 2006, destaca que 77% das mulheres brasileiras realizaram no mínimo seis consultas de pré-natal, sendo este percentual correspondente a 74% entre as usuárias do SUS. De acordo com o MS, no Brasil 52,9% das mulheres realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal; 34,7% de 4-6 consultas; 9,6% de 1-3 consultas. Porém no Nordeste esses valores foram diferentes, sendo de 35,7% para 7 ou mais consultas; 44,5% para 4-6 consultas; 1,3% para 1-3 consultas¹¹.

No estudo de Cabral, Hirt e Van Der Sand⁶, as participantes relataram realizar em média 10 consultas de pré-natal e ainda uma consulta no puerpério. Quanto à continuidade da atenção pré-natal, o agendamento das consultas apareceu como elemento facilitador, além disso, as puérperas relataram a facilidade de acesso no caso de intercorrências e prioridade no atendimento de suas demandas.

Embora o MS preconize como ideal para a atenção a realização de no mínimo seis consultas, alguns estudos utilizam outros parâmetros como: sete ou mais consultas e cinco ou mais consultas. Contudo, observa-se que os valores dos distintos parâmetros encontrados em outros estudos ainda permaneceram mais elevados que o encontrado para Salvador.

A captação precoce das gestantes para acompanhamento pré-natal ainda no primeiro trimestre da gravidez é considerada como uma condição importante para efetividade ao cuidado pré-natal, uma vez que algumas intervenções terapêuticas surtem maior efeito quando introduzidas o mais precocemente possível, como orientação alimentar e o próprio diagnóstico de gravidez.

A variação entre o tempo transcorrido de gestação e a chegada ao serviço de saúde está associada à disponibilidade de acesso, à oferta de exame confirmatório e a qualidade da primeira consulta¹².

Dentre as mulheres do estudo, a maioria iniciou precocemente o pré-natal. Esse achado merece destaque, pois ao compararmos a outros estudos realizados também com usuárias do SUS, vê-se que os maiores percentuais para início

do pré-natal ocorreu no 2º trimestre e não no 1º, sendo que em Caxias do Sul detectou-se um percentual de 51,5%; em Ribeirão Preto, 54,3%; e em Juiz de Fora, 61,1%^{8,9,13}. Em contrapartida, o estudo realizado por Silveira, Santos e Costa¹⁴ identificou que 46% das gestantes usuárias do SUS, ingressaram no programa do pré-natal durante o primeiro trimestre, 41% no segundo e 13% no terceiro. Mas ainda assim, o percentual encontrado para Salvador mostra que a atenção pré-natal tem sido efetiva.

Os exames laboratoriais recomendados pelo MS para a atenção pré-natal, no período da coleta de dados, denominados exames básicos, são: dosagem de hemoglobina e hematócrito (Hb/Ht); grupo sanguíneo e fator Rh; sorologia para sífilis (VDRL); glicemia em jejum; sumário de urina (Tipo I); sorologia anti-HIV; sorologia para hepatite B (HBsAg) e sorologia para toxoplasmose. Outros exames podem ser solicitados em situações que as requeiram como o protoparasitológico, colpocitologia oncótica, bacterioscopia da secreção vaginal; sorologia para rubéola e urocultura^{1,2}.

A USG obstétrica auxilia na determinação da idade gestacional, detecção precoce de gestações múltiplas e malformações fetais clinicamente não suspeitas, dentre outros aspectos. Entretanto, a sua não realização não constitui omissão, nem diminui a qualidade do pré-natal². Observou-se que a grande maioria das usuárias do SUS de Salvador realizou os exames complementares de rotina e um percentual mais elevado realizou a USG (97,3%), inclusive mulheres que não frequentaram o pré-natal. Esse resultado se coaduna com nossa prática, onde observamos que há uma supervalorização por parte das mulheres em relação à ultrassonografia, sendo a curiosidade pelo sexo do feto um dos motivos mais recorrentes reportados por estas para solicitar que esse exame seja requisitado.

A maioria das usuárias do SUS foi imunizada durante a gestação. 26,5% informou imunização incompleta, na maioria dos casos, devido às características da própria terapêutica. Vale ressaltar que o percentual de mulheres brancas com imunização foi maior do que a observada para as negras (pretas e pardas).

A vacinação das mulheres em idade fértil, ou seja, com faixa etária entre 10 e 49 anos de idade, é uma medida essencial para a prevenção do tétano neonatal. Esta deve ser aplicada à gestante até a dose imunizante, ou seja, no mínimo duas doses durante o pré-natal ou dose de reforço em mulheres já imunizadas, ou nenhuma dose nas mulheres com imunização completa². Vale destacar o aumento do percentual de gestantes imunizadas contra o tétano em Salvador, tendo em vista que em 2002, Nascimento, Paiva e Rodrigues¹⁵ observaram que

apenas 33,5% das gestantes inscritas no PHPN receberam a 2ª dose ou a dose de reforço ou a dose imunizante da vacina antitetânica. Esse aumento pode denotar maior compreensão dos profissionais de saúde e das gestantes acerca da importância da prevenção do tétano neonatal.

No que diz respeito aos indicadores de acesso ao cuidado pré-natal e a raça/cor, identifica-se distinção nas proporções investigadas. Todas as mulheres brancas realizaram o pré-natal, USG e os exames complementares de rotina. As pretas, por sua vez, obtiveram maior proporção para realização de seis ou mais consultas e início do pré-natal no primeiro trimestre. Contudo, maior percentual de pardas seguidas de pretas não foram imunizadas contra o tétano.

O acesso da população aos serviços de saúde é pré-requisito para uma assistência à saúde eficiente, entretanto, dificuldades encontradas na prática diária impedem a promoção à saúde e é responsável pela inacessibilidade de alguns grupos¹⁶. Renda mais elevada favorece o acesso aos cuidados à saúde reprodutiva, incluindo início precoce do pré-natal, o que repercute para qualidade da assistência pré-natal, enquanto que baixa renda está associada nitidamente com alguns riscos reprodutivos⁴.

A dificuldade de acesso à assistência pré-natal das mulheres desfavorecidas socioeconomicamente, evidencia um grande problema social no Brasil, que em muitos casos resulta em problemas durante gestação, parto e puerpério, além de estar associada às altas taxas de morbimortalidade neonatal¹⁷.

Os resultados encontrados neste estudo quanto ao acesso ao cuidado pré-natal segundo raça/cor em serviços públicos em Salvador, Bahia, explica-se em parte pela homogeneidade da população pesquisada, principalmente em termos socioeconômicos. Entretanto, são notáveis as desvantagens das mulheres negras no acesso aos serviços assistenciais de pré-natal em relação às brancas, quando são analisadas populações heterogêneas.

Em estudo realizado com puérperas do Rio de Janeiro, Leal, Gama e Cunha¹⁸ afirmaram que as desvantagens observadas para as mulheres negras vão além dos indicadores socioeconômicos e repercutem para assistência à saúde, visto que a partir do índice de *Kotelchuck* modificado, que avalia a adequação quantitativa do pré-natal, mostrou nas categorias “adequado” e “mais que adequado” valores bem mais elevados entre as brancas comparadas às negras, quanto a peregrinação em busca de atendimento, foi de 31,8% entre as pretas, 28,8% nas pardas e 18,5% nas brancas.

Dados do MS apontam que, em 2006, a porcentagem de mães indígenas (12,6%) e negras (pretas 5,4% e pardas 4,4%) que referiram não ter recebido

nenhuma consulta foi consideravelmente maior que a proporção de mães brancas (1,4%). Com relação ao número de consultas, a proporção de mães brancas que referiram ter recebido sete ou mais consultas (65,4%) foi bem maior que essa proporção entre as mães negras (43,1% entre as pretas e 37,8% entre as pardas) e indígenas que foi de 26,7%¹¹. Essas distinções devem-se às desigualdades socioeconômicas existentes entre as mulheres, onde há um predomínio de negras com baixa escolaridade, baixa renda familiar, sem planos de saúde, conseqüentemente, sendo usuárias do SUS; contrariamente à realidade da maioria branca, que detém melhor escolaridade e renda, possuem planos de saúde, além de utilizarem mais os serviços privados. Vale ressaltar que foram apenas as mulheres negras, usuárias do SUS em Salvador, que não tiveram acesso ao pré-natal. Os motivos alegados para não utilizar essa assistência apontam problemas na acessibilidade sócio-organizacional e geográfica, além da influência do comportamento do indivíduo, resultando em barreiras de acesso.

As gestantes entrevistadas no estudo de Carvalho et al¹⁶ apontam que a principal dificuldade de acesso é de natureza psicossocial (77%), seguida de dificuldades de acesso de natureza administrativa e no acesso à informação (37%), além de serem ainda retratadas dificuldades de natureza geográfica (29,5%) e econômica (19,5%).

É importante destacar que muitas vezes, a ausência do registro da cor da pele autodeclarada nos bancos de dados impossibilita a reflexão sobre como as discriminações étnico-raciais podem influenciar a distribuição dos riscos reprodutivos, como ocorreu no estudo de Xavier et al⁴. Este elencou uma série de situações de vulnerabilidade individual e social de gestantes, que muitas vezes manifestam desigualdades e discriminações, seja pela classe social, gênero, idade ou cor da pele. Gênero e pobreza interagem na configuração de situações de menor acesso à saúde.

A realização da USG pela maioria das mulheres que não fez pré-natal pode ser justificada pela preocupação em detectar, através deste exame, o sexo, a idade gestacional, bem como anomalias fetais, tendo em vista possível decisão de interromper voluntariamente a gestação. Além disso, trata-se de um exame mais prático que os laboratoriais, pois não requer um retorno aos serviços para receber os resultados. Através da USG, a mulher pode descobrir o sexo do bebê bem como se este possui alguma malformação.

A associação entre baixa renda e a ocorrência de malformações fetais foi destacada no estudo de Xavier et al⁴, sendo predominante as malformações

fetais do sistema nervoso central (40%), que têm sido relacionadas com carência nutricional e exposição ambiental.

A medicalização do parto e da atenção pré-natal também pode justificar a realização da USG pela maioria das mulheres, o que aconteceu também no estudo de Cabral; Hirt; Van Der Sand⁶, em que houve uma solicitação exagerada de exames laboratoriais e de imagem.

Considerações finais

Com relação à assistência ao pré-natal, observaram bons indicadores reportando uma atenção qualificada, onde mais da metade das puérperas iniciaram o pré-natal precocemente (63%), realizaram seis ou mais consultas (51,2%), foram imunizadas (64,4%), realizaram os exames básicos (90,4%) além da USG obstétrica (97,3%). Vale ressaltar que os dados quantitativos favorecem a melhoria da qualidade da atenção, mas não são suficientes para determinar a qualidade do cuidado pré-natal.

O estudo ainda identificou que, dentre as mulheres que não tiveram acesso ao pré-natal, todas eram negras, devido a problemas na acessibilidade de ordem sócio-organizacional e geográfica, além da influência de seus comportamentos, reportados como: gravidez indesejada/não planejada, relaxamento/preguiça, não gosta de médico, não tinha tempo, por falta de alguém para acompanhá-la. Esses achados indicam necessidade de aprofundar o tema, diversificando a metodologia para incluir a exploração qualitativa da informação.

Quanto às frequências verificadas por raça/cor no acesso ao pré-natal, não foram encontradas grandes desigualdades. Este fato deve-se em parte por se tratar de uma população homogênea, ou seja, com as mesmas características socioeconômicas. Portanto, faz-se necessária a ampliação deste tipo de investigação para a rede privada, que é majoritariamente usada por mulheres brancas, com melhores condições financeiras, para que, dessa forma, se analise o diferencial do acesso ao cuidado pré-natal articulando outras variáveis, como por exemplo, renda familiar.

O acesso não é definido apenas pela disponibilidade de serviços de saúde de qualidade, mas preocupa-se com a minimização das barreiras financeiras, sociais e culturais. Uma vez que o acesso envolve a entrada nos serviços de saúde e a utilização destes, deve-se também atentar para a prática de acolhimento, tendo em vista que o vínculo estabelecido entre a(o) usuária(o) e o profissional de saúde influencia na utilização do mesmo. Nessa perspectiva, a

cobertura dos serviços públicos, especialmente em Salvador, deve ser ampliada, com a finalidade de atender toda a demanda e diminuir problemas de acesso, principalmente relacionados com a organização e oferta dos serviços e problemas financeiros e geográficos.

Constatou-se ainda que, dentre as mulheres que não receberam cuidado pré-natal, mais da metade realizaram no mínimo uma USG obstétrica. A preocupação com a saúde do feto, bem como a curiosidade em saber a idade gestacional e o sexo da criança deve ter repercutido na proporção encontrada.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada. Caderno nº 5. Brasília, DF; 2006.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília, DF; 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. Datasus. 2011. [acessado em: 13 jan. 2011]. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>.

Xavier RB, Jannotti CB, Silva KS, Martins AC. Risco reprodutivo e renda familiar: análise do perfil de gestantes. Ciênc. saúde coletiva. 2013; 18(4):1161-71.

Brasil. Ministério da Saúde. Manual prático para implementação da Rede Cegonha. Brasília, DF; 2013.

Cabral FB, Hirt LM, Van Der Sand ICP. Atendimento pré-natal na ótica de puérperas: da medicalização à fragmentação do cuidado. Rev. esc. enferm. USP. 2013; 47(2): 281-7.

Paixão M, Rossetto I, Montovanele F, Carvano LM. Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010 - Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: LAESER / IE / UFRJ; 2010.

Trevisan MR, Lorenzi DRS, Araújo NM, Ésber K. Perfil da assistência pré-natal entre usuárias do Sistema Único de Saúde em Caxias do Sul. Rev. Bras. Ginecol. Obstet. 2002; 24(5): 293-9.

Coutinho T, Teixeira MTB, Dain S, Sayd JD, Coutinho LM. Adequação do processo de assistência pré-natal entre as usuárias do Sistema Único de Saúde em Juiz de Fora – MG. Rev. Bras. Ginecol. Obstet. 2003; 25(10): 717-24.

Leal MC, Gama SGN, Ratto KMN, Cunha CB. Uso do índice de Kotelchuck modificado na avaliação da assistência pré-natal e sua relação com as características maternas e o peso do recém-nascido no Município de Rio de Janeiro. Cad. Saúde Pública. 2004; 20(1): 63-72.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. PNDS 2006- Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher. Brasília, DF; 2008. 583p.

Vieira SM, Bock LF, Zocche DA, Pessota CU. Percepção das puérperas sobre a assistência prestada pela equipe de saúde no pré-natal. Texto contexto - enferm. 2011; 20 (Esp): 255-62.

Brienza, AM, Clapis MC. Acesso ao pré-natal na rede básica de saúde do município de Ribeirão Preto: análise da assistência recebida por um grupo de mulheres [dissertação] Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo; 2002.

Silveira DSS; Santos IS, Costa JSDC. Atenção pré-natal na rede básica: uma avaliação da estrutura e do processo. Cad. de Saúde Pública. 2001; 17(1): 131-9.

Nascimento ER, Paiva MS, Rodrigues QP. Avaliação da cobertura e indicadores do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento no município de Salvador, Bahia, Brasil. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant. 2007; 7 (2): 191-7.

Carvacho IE, Mello MB, Moraes SS, Silva JLP. Fatores associados ao acesso anterior à gestação a serviços de saúde por adolescentes gestantes. Rev. Saúde Pública. 2008; 42 (5): 886-94.

Lima MCBM, Oliveira GS, Lyra CO, Roncalli AG, Ferreira MSF. Desigualdade espacial da mortalidade neonatal no Brasil: 2006 a 2010. Ciênc. saúde coletiva. 2013; 18(8): 2431-41.

Leal MC, Gama SGN, Cunha CB. Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto,1999-2001. Revista de Saúde Pública. 2005; 39(1): 100-7.

O EMPODERAMENTO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA S NAS LICENCIATURAS

Maria da Anunciação Conceição Silva
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
e-mail: marconceicao@uneb.br

Resumo

Esta proposta versa sobre uma pesquisa desenvolvida, na Universidade do Estado da Bahia- UNEB – Campus II, com discentes da licenciatura em biologia e matemática a partir da disciplina História e cultura afro brasileira. Por meio de uma pesquisa qualitativa é feita uma análise sobre o empoderamento de raça e gênero que são agregados ao conhecimento formal desses discentes com a experiência da disciplina. Ao mesmo tempo enfocamos a importância do currículo como elemento de ligação e transformação da prática pedagógica em que as dimensões de gênero e raça possam coabitar de forma democrática sem estereótipos ou dualismo.

Palavras chaves: Currículo, Gênero, Raça e Empoderamento

Introdução

O estudo revela um trabalho pedagógico vivenciado pelos discentes a partir dos estudos sobre a concepção raça e do processo de empedramento que o acesso a esta disciplina lhes possibilitou. Inicialmente faço uma análise sobre a importância do currículo escolar crítico, locus de contestações e reflexões que deve fomentar práticas democráticas, em condições reais para que os sujeitos da aprendizagem, possam se formar e se construir na e com a diferença. Penso em valores que lhes permitam conviver socialmente e projetar suas vidas a luz de identidades que fortaleça sua ancestralidade étnica e racial.

Analisando as relações de gênero e raciais como um processo de empoderamento adquirido em decorrência do acesso a disciplina. Trago uma breve análise sobre empoderamento e empoderamento psicológico e as implicações deste processo nas práticas de pedagógicas desses sujeitos. A partir daí analisamos os impactos das relações de gênero que a dinâmica da disciplina contribui para identidade de gênero já que há um público majoritariamente masculino nos cursos de matemática. Por sua vez o curso de biologia área uma mais mulheres. Assim sendo, fiz uma análise das suas ações em sala de aula suscitadas no próprio exercício profissional e que o evidenciam como processo pedagógico consciente, organizado e intencional. Desse modo, um processo que visa direcionar a prática humana e intervir no conjunto de relações das quais está imbuída à sociedade.

O Currículo e suas relações

Quando falamos em currículo, estamos dialogando como um processo educativo que envolve (in) tensões gera (trans) formações nas vidas dos diferentes sujeitos envolvidos no ato educacional. E quando dialogamos sobre currículo em uma perspectiva étnico racial torna-se um movimento contínuo e, na maioria das vezes, imperceptível, implica autoconstrução de crenças, ideologias e saberes. Entendo assim como Pacheco 2003 que :

A reflexão crítica sob a profissão possibilita ao educador compreender a relevância social de seu trabalho, a dimensão transformadora de sua ação educativa, portanto, permitindo o crescimento de sua consciência política, necessária ao desenvolvimento da competência técnica profissional. O professor comprometido politicamente

com a sua função e com a construção de uma escola democrática, dispõe-se de forma espontânea, consciente e direcionada a se preparar tecnicamente ao exercício de sua prática cotidiana.

Afinal, ninguém aprende no vazio, há uma simbiose entre os textos e contextos que nos fornecem insumos as nossas vivências, aprendizagens, aquisições e rejeições culturais. Por esta razão, a importância de pensar a consciência racial a partir do empoderamento pedagógico que é adquirido, oficialmente, pelo estudante de graduação, com através das disciplinas História e Cultura Afro brasileira ou Educação para Relações Étnicas Raciais.

A pesquisa apresenta como os professores da graduação das disciplinas acima, a partir de estudos, e da vocação política e ideológica com as disciplinas, buscam fazer com que os discentes percebam a importância, desta, na sua formação pessoal e profissional. Afinal, estão atuando no processo de formação de futuros docentes que, em sua maioria, vão lecionar em escolas públicas da educação básica. Logo, não se pode pensar no currículo sem levar em consideração a realidade e as desigualdades que a escola pública vive, notadamente, as situadas nos pequenos centros urbanos e na zona rural. Cujas fragilidades estruturais, pedagógicas e geográficas são mais acirradas. Ademais, tratando-se de escolas situadas em cidades do interior da Bahia cujo público é majoritariamente negro, - isso não significa dizer que estes se autodefinam como negros, -. Em sua maioria, são provenientes de famílias economicamente desfavorecidas e que tem a escola como principal espaço de transmissão do conhecimento formal.

Diante destes fatos, estabeleço uma análise sobre currículo a partir de um debate sobre a identidade como um processo, uma construção que está vinculada ao tempo, aos artefatos sociais que demarcam aos valores políticos ideológicos aos quais, os indivíduos pertencem. Araújo (2003) nos assevera dois objetivos centrais da educação: a instrução onde estão alocados os saberes / conhecimentos formais. E a formação ética que abarca a constante busca pelo desenvolvimento de condições que favoreçam aos sujeitos da aprendizagem elementos necessários ao bom desenvolvimento psicológico, político, sociais, cognitivos e culturais que lhes permitam uma vida ativa e autônoma lhes permitindo participar nas diferentes áreas da sociedade com igualdade de condições independente de gênero, religião, raça ou condição econômica.

Tais objetivos necessários e indissociáveis para a formação de uma sociedade marcada pela diversidade étnico racial. Assim sendo, gera no próprio

exercício da docência a prática de pensar o currículo onde os processos pedagógicos consciente, organizado e intencional. Desse modo, um currículo que permita intervir na rede de relações das quais está imbuída a sociedade, e conseqüentemente a escola. Com efeito, o desafio maior que a escola pública nos impõe na atualidade é necessidade de conviver com um currículo que traga em sua essência a identidade racial e de gênero sem estereótipos ou padrões binários deterministas. Um currículo que nos possibilite conviver com a diversidade, saber interpretar as entrelinhas das práticas pedagógicas, quer seja na condição de docente ou de discente, e que não pode estar ausente no processo de formação docente pois:

A elaboração de uma identidade empresta seus materiais da história, da geografia, da biologia, das estruturas de produção e reprodução, da memória coletiva e dos fantasmas pessoais, dos aparelhos do poder, das revelações religiosas e das categorias culturais. Mas os indivíduos, os grupos sociais, as sociedades transformam todos esses materiais e redefinem seu sentido em função de determinações sociais e de projetos culturais que se enraízam na sua estrutura social e no seu quadro do espaço-tempo. Castells (1999:18).

Neste sentido, é importante pensar a história e cultura afro brasileira nos currículos das licenciaturas como um projeto de formação e transformação de sujeitos. Pois, o currículo envolve interdisciplinaridade, diversidade que deve ter impacto está na construção de uma relação emancipatória e antiracista. Estamos estabelecendo um diálogo que se construa uma educação em que a identidade negra não ocupa papéis desqualificantes, fixos e imutáveis, para determinados grupos sociais tendo como referência principal. Uma vez que esses papéis são socialmente fixados para demarcar territórios e conferir poder a determinados grupos. Logo, os grupos que se encontram em desvantagem política, econômica e/ou educacional têm suas identidades previamente definidas de pensadas como estáticas, inferiores e limitadas.

Dizer identidade é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências naturais,

psicossociais e de relações com outros indivíduos, vivos e mortos. A identidade de alguém, de um “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento do “outro”, ou seja, a representação que o classifica socialmente. Sodré (1999, p.34).

Por isso, analiso a identidade étnico-racial como um processo de empoderamento com características fixas e mutáveis que pode ser redefinida, interpretada e analisada a luz da sua história e ancestralidade. Estou dialogando com a construção da identidade no processo de formação, ou seja, com a possibilidade de (re) significar o que sabemos para construirmos novos saberes que permitam modificar nossas práticas em um contexto de múltiplas (in) tensões. Pacheco¹(2008) nos assevera que :

A teoria curricular, segundo Kemmis, é construída na pluralidade de pontos de vista da linguagem e do discurso; das relações sociais e da organização; da acção e das práticas. A existência de uma teoria única do currículo é algo que fica enredado numa visão tradicional, uma vez que a instituição escolar não se limita a associar objecto, sujeito e transmissão. As teorias curriculares são, por isso mesmo, percursos de legitimação do conhecimento, tanto na natureza da sua selecção, quanto nas formas de organizar.

Tratando-se de um artigo sobre formação de professores não podemos perder de vistas as contribuições de Paulo Freire que vê no empoderamento como possibilidade da pessoa, ou organização realizar por si mesma a sua evolução e/ou fortalecimento. Para ele, o empoderamento ocorre de dentro para fora através da conquista, da autoconfiança. Na assertiva de Schiavo e Moreira (2005) o pensamento de Paulo Freire sobre empoderamento implica essencialmente na conquista de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e das condições de serem construídas. A essas variáveis devem somar-se mudanças de atitude que impulsione as pessoas, grupos ou instituições para ação prática, metódica e sistemática no sentido de que objetivos e metas traçadas abandonando-se antiga postura meramente reativa ou receptiva, mas que possuem direitos correlatos.

O empoderamento e as relações de gênero nas licenciaturas.

Entender e agir a partir das especificidades de cada categoria, assim será possível encontrar representações e identidades que comungam das mesmas angustias e desejos. Em quanto movimento social contemporâneo o Feminismo Negro é resultado do desejo de mulheres negras ativistas em promover e trazer visibilidade às suas pautas e reivindicar seus direitos. As ações desse movimento surgem no final dos anos 70, pois de um lado o movimento negro restringia a autonomia feminina e o acesso a cargos de poder como os homens. Embora seja possível notar que as diferenças importantes por gênero e raça em nossa sociedade. É possível reconhecer que temos avançado, em várias áreas. Mesmo que este acesso aos direitos não ocorra de forma igualitária entre homens e mulheres. Torna-se mais acirrada a desigualdade de gênero quando com a categoria raça. Cujos níveis de escolaridade das mulheres é claramente superior aos homens, mas as desigualdades raciais não se reduzem.

Por outro lado o Movimento Feminista, liderados por mulheres brancas não atendia as expectativas em relação às questões raciais. Apresentando em algumas situações sua face racista. Para a mulher negra é necessário superar a relação de subalternidade em relação à mulher branca, os legados deixa pelo processo escravocrata. Que eram tão ou mais importantes que a equiparação do acesso aos direitos civis em relação os homens. As ativistas negras construíram suas histórias rompendo com a linearidade de pensamento ou expectativas das feministas brancas. Sabemos que esta subalternidade está representada nas escolas através dos materiais didáticos e pedagógicos, nas falas e conteúdos dos educadores alimentado, principalmente, na existência e manutenção de um currículo eurocêntrico.

Encontramos em nossas escolas na condição de estagiária ou trabalhos temporários, certa resistência quando vamos substituir, principalmente, professoras banca. Essa resistências são manifestadas por alunos, professores e gestores. Quando nos afirmamos politicamente em relação às questões raciais percebo que há maior atenção e respeito por parte das professoras e alunas negras. (P13).

As relações de gênero envolvem poder. As discriminações são veladas encontra-se no interior de relações e práticas sociais, portanto, no interior das relações de poder. Manifesta-se por meio de discursos diversos se estabelecem segundo as “diferenças naturais” entre grupos e indivíduos. É necessário está atento a “naturalização” dos fatos. Pois, é um processo socialmente construído

para materializar a ideologia implícita, embasada no patriarcalismo que envolve as relações de poder na sociedade excluindo uns em detrimento de outros.

Para as mulheres negras, esta relação cumulativa de gênero e raça sinaliza de forma radial os papéis que são delegadas às mulheres negras pelos grupos socialmente dominantes e nada democráticos quando o assunto é poder. As discentes de matemática negra passam por experiência singular, pois, além de serem negras, estão em cursos que socialmente, tidos como difíceis, no universo das licenciaturas. Trago a fala de (P15) ao descrever sua experiência em uma escola modelo do município do Alagoinhas.

Por que você escolheu matemática? Curso difícil? Você fez vestibular quantas vezes? Essas perguntas acompanham minha caminhada profissional. Toda vez que digo ser estudante de matemática elas aparecem com estranheza. Você estudou em escola pública? Afim ser um curso para homens, pois exige muita inteligência. Eu normalmente respondo: o que não me falta é inteligência. (p15).

As respostas de (P15) revela maturidade e empoderamento da sua condição mulher negra, pobre, atuando em curso de exatas. Contrapondo-se a assertiva de Pereira (1969), que “a escolha pela carreira docente estaria adequada à natureza feminina, pois envolveria atividades que exigem docilidade, compreensão, paciência, abnegação e dedicação.” Sua resposta revela consciência crítica, ao mesmo tempo, vê o magistério como profissão a qual ela tem a competência necessária para o seu exercício. Para de Costa:

Os feminismos, ainda que tão diferentes em suas trajetórias, mostram sua vitalidade e enorme força de propagação de idéias libertárias e igualitárias nos momentos em que o poder social das mulheres, em luta por esse ou aquele direito social, vem a público. A força desses movimentos não tem resultado apenas da precisão de noções e conceitos germinados em estudos acadêmicos, mas da consonância que guardam com aspirações femininas difusas e com certo grau de consciência de gênero em diversos lugares e épocas (2004).

(P15) ao desconstruir a limitação sobre campos específicos de atuação profissional para homens e mulheres. Revela sua apropriação acerca do seu e da condição profissional. Embora o magistério durante décadas esteve associado a idéia de “fragilidade” por esta razão deve ser exercido por mulheres. Mas quando se relaciona com as disciplinas de exatas tudo muda. Neste

sentido o conceito de Lauro (1997, p. 23), a importância do conceito de gênero se afirma, pois

(...) obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se de (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem.

Para Perkins e Zimmerman (1995:1), o “empoderamento é uma construção que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”. O que nos permite estabelecer a compreensão de empoderamento racial pelos estudantes de licenciatura como meio de “habilitar” práticas educativas intervencionistas e políticas com vista à mudança da educação e do sujeito da aprendizagem. Na medida em que se instaura a noção da educação como direito e do poder que este direito tem sobre o sujeito e na sociedade.

E como desdobramento, deste empoderamento, o docente a mediada em que domina a compreensão do racismo, ciente que na escola, manifesta-se de forma sistêmica nas práticas pedagógicas com ações sutis e perversas. Está habilitado a fornecer ao sujeito da aprendizagem ferramentas que lhe permitirá se contrapor a ideologia, que anuncia a crença na superioridade do branco em relação ao negro com condições de intervir para a desconstrução alienada dos discursos e estereótipos que buscam desqualificar a população negra dentro e/ou fora da escola. Construindo perspectivas, através da educação, para que o sujeito da aprendizagem possa projetar seu futuro com ocupação de postos de trabalho e condições de vida que lhes permitam uma transformação e ascensão da sua trajetória econômica, pessoal e social. Fanon (1982) assinala a importância de se discutir o racismo como uma ideologia que desumaniza o negro por meio da violência física e simbólica perpetrada no corpo, na imagem, na linguagem, na autoestima e na afetividade.

Cabe lembrar que as ações afirmativas, para a população negra, implementadas nas duas últimas décadas, cujos objetivos são preventivos e reparadores no sentido de favorecer indivíduos que historicamente são discriminados. Embora ainda tenha muita coisa a ser feita pela população negra, essas políticas tem, sem dúvidas, contribuído direta ou indiretamente, para a redução da fome, das condições materiais de moradia, acesso à saúde, emprego e políticas específicas de acesso e permanência na educação nos diferentes níveis de ensino.

O conceito de empedramento ganha diferentes conotações ao longo do tempo, é possível definir em primeira instância empoderamento como sinônimo de autonomia, na medida em que se refere à capacidade dos indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher cursos, ações alternativas em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se adquire poder e liberdade valorados de forma positiva ou não.

Na década de 1980, o conceito de empoderamento a partir das concepções advindas de novas ideias de autossustentabilidade, as quais pregam um desenvolvimento centrado em pessoas e em harmonia com o ambiente têm nos estudos como os de Friedmann, (1996), revelam que os movimentos sociais, transferem a centralidade da luta de classes para as categorias de ator social e sujeito coletivo. De igual modo, as questões dos direitos sociais, direitos difusos, temas ambientais, questões de gênero e raça dentre outros.

É possível identificar, em alguns estudos, que nos EUA surgem às primeiras referências ao termo empoderamento nos anos 1970, entre os ativistas dos movimentos pelos direitos civis, liderados por feministas e negros. Com efeito, a palavra passou a transitar entre os discursos dessas categorias com conceito similar ao de Cidadania Ativa, recorrente nos estudos contemporâneos ligados aos Direitos Humanos. Que defende a participação ativa das pessoas na luta pelo garantia e exercício dos direitos. O sujeito como parte integrante e pertencente a um determinado grupo e/ou categoria que reconhece seus direitos e busca a/as garantia (s) para o exercício deste direito. Benevides, (1991:20) argumenta que a cidadania ativa promove a “participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder ou os poderes”. Logo, para a concretização da cidadania nesta perspectiva é fundamental o conhecimento dos direitos, a formação de valores e atitudes para o respeito aos direitos e a vivência dos mesmos.

Sendo assim, trago a ideia de empoderamento no sentido de pensar que a identidade racial na formação do docente, como uma interface dinâmica de interlocução entre sujeito e saber. Cujas bases se assentam no processo de assimilação e tomada de consciência pelo indivíduo acerca do que a educação é capaz de produzir e reproduzir, construir e excluir, em movimento de contínua mutação, em que a matéria prima a ser transformada é sujeito da aprendizagem. Por isso, a necessidade de que sejam estruturados processos educativos críticos de fomento a noção de pertencimento étnico-racial e de gênero.

MULHER NEGRA NO BRASIL - FALSA DEMOCRACIA RACIAL E TRABALHO DESPROTEGIDO

Nelmires Ferreira da Silva
Universidade Federal de Viçosa/MG
fnelmires@gmail.com

Meire ferreira da Silva
Secretaria Estadual de Educação do Estado de Sergipe
meireferreirasilva@gmail.com

Resumo: Esse artigo intitulado “**Mulher negra no Brasil – falsa democracia e trabalho desprotegido**” traz como objetivo situar no debate atual o histórico da falsa democracia e as agúrias no contexto do mundo globalizado e reestruturado à luz do simulacro das relações laborais flexíveis, ao que conformam indicadores que particularizam o cotidiano precário e sem proteção, engendrando as expressões da questão de gênero e étnico racial. Para tanto, nos apropriamos de documentários e bibliografias cuja análises focalizam dados que delimitam os determinantes atuais incidentes sobre as trabalhadoras negras no lastro do século XXI, mediante aguçamento das desigualdades entre homens e mulheres, claramente tencionada à questão da mulher negra. Nessa direção, os dados nos possibilitaram entender que no contexto de crises sucessivas do capital, as medidas regressivas para o trabalho provocam mazelas que reeditam velhas e novas expressões da questão social e sua expressão nas particularidades do mercado de trabalho para as mulheres negras no brasileira atual.

Palavras-Chaves: Mulher Negra, Questão-Étnica Racial, Trabalho.

1-Introdução

O objetivo desse artigo intitulado “Mulher negra no Brasil – falsa democracia e trabalho desprotegido” é situar uma reflexão crítica no âmbito histórico da marginalização social que se prolonga no decorrer do cenário do mundo globalizado e reestruturado sob o prisma das chamadas relações flexíveis com seus indicadores particularizantes do cotidiano do labor. Para tanto, sinalizamos alguns determinantes da sociedade salarial, focalizando os espaços demandantes do labor feminino e as evidências frente a desregulação e desproteção com forte implicações no espaço de atuação da mulher negra.

Para isso apropriamos de um arsenal bibliográfico atualizado sobre o espaço crescentemente da força de trabalho da mulher, o qual investigamos com a intenção de capturá-lo na dimensão da totalidade concreta da vida social (LUKÁŠ, 1986). Essas mediações têm em vista apreender alguns determinantes atuais que incidem sobre as trabalhadoras negras no panorama de agravamento das desigualdades entre homens e mulheres, com claro tencionamento a questão étnico-racial.

Partimos dos referenciais que situam as metamorfoses do território do trabalho e de autores que trazem um recorte analítico na questão da mulher negra, destacando Paulo Netto(1989); Heleieth Saffioti (1994); Marilda Iamamoto (2000);Florestan Fernandes(2006);Nelson Coutinho (2008); Helena Cruz (2009) Ricardo Antunes (2010;2012), entre outros. No percurso metodológico, as reflexões possibilitaram uma interlocução tecendo um aprofundamento subjacente as peculiaridades econômicas, sociais e políticas, mediada pela abordagem materialista crítica dialética, a qual o “pensamento funda uma teoria social: toda sua pesquisa está centrada na análise radicalmente crítica(...). Nesta teoria social, o traço peculiar, mais pertinente e decisivo refere-se ao seu cariz histórico-ontológico” (NETTO,1989,p.9).

De posse das informações e referenciais à luz da abordagem materialista -histórico dialético analisamos as contradições recorrentes nas interferências dos autores em foco. Ressalta-se que, “enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ele ocupa no seio do corpo social”(KOSIK, 1976, p. 51-52). Nessa direção, sistematizamos esse estudo introduz os aspectos gerais da pesquisa histórico-ontológica do Ser mulher no mundo do trabalho, incluindo as implicações frente à crescente feminilização da informalização ou por trabalho por conta própria, compreendendo que a,

síntese é a visão do conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade como que se defronta em uma situação dada. E a estrutura significativa – que a visão de conjunto proporciona – que é a chamada totalidade(KONDER,1983,p.37).

Do exposto, esperamos que este artigo possa retomar elementos históricos do debate que, acreditamos que venha sendo ofuscado sob a perspectiva fetichizada no discurso empreendido sob a bandeira da autonomia da mulher. Também acreditamos na possibilidade de ser mais um arcabouço relevante para se repensar os processos de produção e reprodução da vida cotidiana mantendo a centralidade do trabalho no debate das relações de gênero. Para isso, reforçamos que esse estudo é mais uma possibilidade de elucidar a realidade, pois “o conhecimento é a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade” (LUCKESI, 1994, p. 122).

2-Resultados e Discussões

Ser Mulher Negra no contexto de precarização e desemprego

Começamos por situar que a população brasileira é composta por mais da metade de negros e pardos, seguida de outros segmentos que vão compor a multiculturalidade figurando um mosaico de traços étnicos-raciais. A brasilidade desse imenso território, assim, cantado por Ari Barroso “Brasil, brasileiro, terra de samba e pandeiro”¹, traz nas particularidades uma formação sócio-histórica com expressões que configuraram um País do latifúndio, da monocultura e da escravidão. Sob os grilhões e açoites mantiveram por século a população negra marginalizada e subjugada ao trabalho escravo e aos mandos da aristocracia agrária (PRADO JR,1978).

Com o término da escravidão verificou-se a possibilidade de liberar a mão de obra com vista a favorecer o exército de trabalhadores disponíveis nas fazendas vindo a ser incorporada como assalariado no mercado de trabalho. Uma recorrente exclusão das forças populares nos processos de decisões políticas foi própria da formação social brasileira, cuja segmentos e franjas mais lúcidos das classes dominantes sempre encontraram meios e modos de impedir ou travar

1 Música de Aquarela do Brasil. João Gilberto.

a incidência das forças comprometidas com as classes subalternas de modo a participar dos processos e centros políticos decisórios (NETTO,1996,p.18-19).

No Brasil observa-se características recorrentes de um Estado a serviço dos interesses de uma elite burguesa, alicerçada a um projeto de desenvolvimento sob o viés da modernização conservadora, a que Florestan Fernandes (2000), Martins de Souza (2004), dentre outros, denominaram de Revolução pelo Alto. Este Estado-nação promoveu um desenvolvimentismo não na contraposição do atraso, mas na contínua reposição complexa e funcional, de caráter conservador convivendo entre o velho e moderno, o arcaico e novo (PRADO JR,1978).

No palco das contradições, as céleres lutas sindicais nos centros urbanos industriais e no campo as ligas camponesas que procuravam resistir as injustiças sociais que os acometiam, principalmente pretos e pardos que padeciam com os resquícios herdados da escravidão. Vale sublinhar que, as forças ultraconservadoras em seu intuito de manter sua hegemonia, tratou de preservar a ordem ora reprimindo, ora apassivando as lutas, porém, o que prevaleceram foram as forças revolucionárias da elite agrária e industrial, conforme Florestan Fernandes a “Revolução Burguesa”. É importante observar que tal fato não significou a presença de uma fragilidade da “sociedade civil”, meramente apassivizada, ao contrário, era vista como uma ameaça ao *status quo* da ordem.

Nessa direção, as análises históricas acerca do padrão de dominação social no Brasil inferi uma aliança que marcou um pacto político compromissado com a elite ligada ao setor agroexportador e modernos setores representados pelo capital financeiro e industrial. Daí o “pacto conservador das elites ” que continua na atualidade e, portanto, reproduzindo novas expressões da velha questão social visivelmente expressa no mundo do trabalho precarizado e superexplorado cuja indicadores do labor feminino negro explicitam a histórica e atualizada desigualdades social e racial.

Acerca das relações sócias travadas no Brasil em que o pensamento clássico (Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Boris Fasto, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, dentre outros), apresentavam sob o sentido da colonização portuguesa com enfoque econômico e estruturado no tripé: latifúndio, monocultura e trabalho escravo delimitando relações de classes antagônicas. Na perspectiva da obra “Casa Grande e Senzala” do sociólogo Gilberto Freire, propagou a visão de um Brasil miscigenado diminuindo a distância entre a casa grande e a senzala sob a perspectiva de uma suposta harmonia entre brancos e negros. Conforme sinalizavam alguns trechos da obra,

Busca mostrar que a casa-grande na verdade completava a senzala, sendo que ambas representavam um todo social e econômico; A casa-grande era um ambiente de incorporação e não de exclusão; Lá abrigava-se desde escravos até filhos de patriarcas e suas respectivas famílias; Tenta mostrar os elementos positivos da miscigenação entre índios, negros e portugueses; Diante disso, a escravidão era apresentada de forma mais humana e suportável, não havendo relações tão rígidas e opostas.

Estudiosos, a exemplo de Gilberto Freyre, procuraram mostrar que o Brasil era uma referência em termos de harmonia entre as raças, o que fez com que vários países passassem a se interessar pelo modelo de relação racial implantado no Brasil. *Afinal, o Brasil seria o único País a desenvolver uma relação de harmonia entre colonizadores e escravos? Seria o modelo de relação racial deste País um exemplo a ser seguido por outros.*

A partir de 1950 estudos coordenados pela UNESCO com objetivos de estudar a bem sucedida experiência das relações sociais no Brasil a fim de ser disseminados para outros países com problemas raciais levou a desmistificar a falsa “democracia racial”. O sociólogo Florestam Fernandes em seus estudos evidenciou conflitos entre brancos e negros com graves expressões da questão social visibilizados em indicadores sócio-econômicos retratando a marginalização em que se encontravam a população negra.

Estudiosos passaram a resignificar a história do Brasil enquanto um País racista e a publicizar a desigualdade focada, especialmente na população negra (HASENBALG,1979;ARAÚJO,2004).Defendem que o racismo contra o negro tem sido praticado desde a chegada destes aqui no Brasil, pois, além de virem forçados, foram submetidos a condição de escravos.

Nesse território, o negro teve sua cultura reprimida e sua conduta física e moral afetadas. Após a declaração da “libertação dos escravos” a mão-de-obra negra foi desprezada em detrimento da mão de obra de imigrantes italianos.

Indicadores mostram que a condição do negro no Brasil, mesmo atualmente, há um falacioso mito da democracia racial, que veio somente ganhou centralidade no debate e nas políticas públicas do reparo das injustiças sociais com as pressões sociais internas e internacionais. Acerca da suposta democracia racial Hasenbalg a considera enquanto uma poderosa construção ideológica, cuja principal efeito tem sido manter as diferenças étnico-raciais fora da arena

política, criando sérios limites às demandas dos negros por igualdade racial” (1992).

Foi a partir do exaurimento do regime ditatorial, fins de 1970 e abertura do processo democrático em 1982 que se ergueu a retomada das forças dos movimentos sociais até então, em refluxos no cenário da autocracia burguesa. A sociedade civil organizada no chamado movimento constituinte clamou por um Brasil para todos sob a força da participação de vários grupos sociais em defesa da criança e do adolescente, do idoso, do deficiente, do índio, do negro, da mulher, dentre outro, o que levou a Estado responder com a aprovação da Constituição Federal de 1988

refletindo com fidelidade o esforço realizado pelo Movimento Negro no sentido de pautar a temática da igualdade racial na agenda de política do Estado brasileiro, registra um expressivo leque de preconceitos antidisciplinatórios, alguns dos quais passam a ser relacionados a seguir (Brasil/PNPIR,2003,p.07).

Após anos de participação indireta do Estado brasileiro no debate sobre igualdade racial e desenvolvimento étnico, na segunda metade dos anos 1990 e início do século XXI, que partes das retóricas oficiais passaram a ter uma certa abertura em torno desta questão. Se pudermos estabelecer um marco para situar este contexto, diremos que, depois da aprovação do referido marco regulatório, tivemos o primeiro momento em que o governo federal passou a discutir sobre a implantação dos direitos raciais, cabe destacar, o controverso governo FHC (1994;1988 e 1999-2002).

A partir de então, a sociedade passou contar com conjunto de direitos sociais sob a direção da seguridade social assegurada em todo território nacional e universalmente, sobre os princípios da democracia e participação cidadã (PEREIRA,2006). Nesse cenário, o eminente estado de direito tem como diretriz a descentralização, territorialização, universalização, planejamento e controle social dos bens públicos.

Além disso, abriram-se possibilidade para o protagonismo dos sujeitos políticos organizados na defesa de suas causas orientados por leis e estatutos tendo assegurada sua participação através de canais, como conselhos gestores, comitês, conferência, fóruns, ouvidorias, plebiscito, etc. Nesse breve embrionamento do estado de bem-estar social podemos destacar a luta de diversos segmentos denominados menores como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, mulheres, etc

na luta por igualdade na diferença via acesso e bens e serviços, a riqueza socialmente produzida, entre outras bandeiras o direito de ações focais que afirmem em sua cultura e identidade.

Nessa direção o movimento negro ganhou abrangência e mobilização legitimando-se na sociedade brasileira e mesmo perante alguns órgãos internacionais. Representantes políticos tomaram a “bandeira negra” como base de seus discursos políticos e campanhas eleitorais. De forma mais efetiva, podemos citar os Governos de FHC (em especial o segundo mandato, 1999-2002), Lula (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma (2011-2014 e 2015 - atual), os quais, além de adotarem a discussão racial como pauta de suas agendas políticas, caracterizam-se por trazerem militantes para atuarem nos órgãos da estrutura estatal, demarcando, assim, uma postura mais pragmática em relação ao diálogo com os movimentos sociais negros. Ou seja, aproveitando o momento histórico de abertura do Estado para o trato da questão racial, a participação política em espaços de poder estaria tornando-se uma estratégia da luta do movimento negro. Isso significa que os mecanismos pelos quais o movimento pretende alcançar legitimidade e afirmação extrapola os limites do reconhecimento social e jurídico, atingindo a esfera da gestão pública.

Mas a efetiva emergência do negro nos espaços institucionais vai ocorrer de forma definitiva nos Governos Lula e Dilma, os quais não só reforçam os discursos de promoção da igualdade racial, como também a aproximação entre Estado e sociedade civil. Assim, seja através da formação de conselhos, da realização de conferências ou da inclusão de grupos sociais não hegemônicos em instituições governamentais, os anos que compõem tais governos apresentam uma retórica do “estreitamento” da relação entre sociedade civil e poder institucional, de forma que o negro passa a ter mais visibilidade e atuação enquanto gestor.

É, portanto, por meio do presente instrumento político que o governo brasileiro buscará enfrentar, neste início de milênio, o imenso desafio de eliminar a secular desigualdade racial que, no Brasil, afetou vários grupos, em especial a população negra. Será a partir da implementação dessa Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, rumo a uma sociedade mais democrática, que se reverterão os efeitos perversos de séculos de discriminação.” (Brasil/PNPIR, 2003: 13).

Nas últimas décadas dos séculos XX e início do XXI, uma das principais frentes de luta do movimento negro no Brasil tem sido a reivindicação por acesso às estruturas de poder. Mais do que isso, luta-se para que políticas raciais sejam feitas e decididas pela própria população negra, de forma que esta não seja apenas coadjuvante do processo de combate ao racismo, mas sim, agente ativo, protagonista de suas lutas.

Essa mudança de perfil do militante negro acarretou em uma nova lógica de manifestação: mais do que questionar as estruturas rígidas de discriminação, reivindica-se uma “democracia mais flexível”, capaz de acoplar o negro nas esferas de decisão e poder. Ou seja, dentre as frentes de bandeira levantadas pelo movimento, destaca-se a defesa por uma “cidadania participativa”, a qual questiona as estruturas representativas tradicionais (compostas por brancos nas esferas de poder) e exige a presença do negro nos espaços de decisão. Trata-se, neste sentido de acionar o profissionalismo negro, a sua capacidade de assessoramento e representação das demandas raciais, para que o militante tenha voz, também, nos espaços e esferas governamentais.

A aridez do mundo do trabalho nas particularidades da mulher negra em tempo de informalização

Nos países latino-americanos e Brasil constatam-se um dos mais altos índices de desigualdades sociais, no qual inferimos expressivamente a questão de gênero e étnico-social. Ainda que se trate de Estados nacionais formalmente democráticos, governos legítimos, as garantias mínimas sociais de bem-estar, segurança e justiça social, não podemos negar a intensa marginalização que vive a população negra e parda (BAREIRO,2002). Tais sociedades têm em suas bases estruturas patriarcalistas orientadas por hierarquia de gênero registradas historicamente como parte de um cotidiano em que os homens exercem forte domínio sobre as mulheres na esfera privada da familiar, quanto na esfera pública.

Observar-se ainda que além das diferenças de raça, etnia, classe social, geração e nível educacional que atingem homens e mulheres, prevalecem condições de subordinação derivadas de estruturas que privilegiam o segmento masculino, restringindo o acesso das mulheres a recursos econômicos e sociais e poder tradicionalmente criados para esse escalão (LEÓN,1997).Tais valores arraigados na sociedade associam-se a práticas discriminatórias de gênero que são visibilizadas no mercado de trabalho, influenciando desde a admissão ou

rejeição em determinado posto até as divergências salariais. Consoante a inserção da mulher na força de trabalho na contemporaneidade, é comum encontrar evidências da desigualdade de condições em função do sexo,

num quadro global de gravíssima desigualdades sociais, já amplamente reconhecido, evidencia-se uma nítida hierarquia, no topo os homens brancos (não negros e que vai descendo para as mulheres brancas, homens negros(e pardos) e mulheres negras [...] essa realidade resulta de complexos e interativos mecanismos de discriminação, preconceitos, diferenciação, superexploração etc, cuja compreensão requer a análise de suas raízes e determinações histórico-estruturais (QUADROS,2004,p9)

Destacamos ainda que, no contexto da globalização, há uma qualidade das oportunidades ocupacionais disponíveis para as mulheres, embora sejam estas de menor valorização no mercado de trabalho, e maior participação nas esferas consideradas redutos femininos,

as ocupações menos valorizadas e tradicionalmente feminina do mercado de trabalho continuam se reproduzindo, implicando a persistência de nichos ocupacionais, como, por exemplo, o do emprego doméstico. O aumento do emprego doméstico aliado ao aumento do trabalho autônomo reflete maior proporção de mulheres na informalidade, desprotegida de qualquer regulamentação lhes garanta importantes direitos sociais, como carteira de trabalho assinada, licença maternidade e acesso a creche, etc [...]Assim, as diferenças de trabalho masculino e feminino, só que agora não somente pela capacidade das mulheres de entrarem no mercado reservado aos homens e mulheres nos empregos precários que hoje o mercado oferece a ambos os sexos(HOFFMANN e LEONE, 2004,p37).

No mercado laboral do Brasil, a estrutura ocupacional manifesta tendências recorrentes, pouco modificadas nos últimos 30 anos do século XX. A precária inserção feminina, encontra-se situada importantes parcelas das trabalhadoras em nichos clássicos, como o trabalho doméstico, em grande parte informal e de baixo rendimento. Também persistem outras formas de ocupação precárias,

como o trabalho não remunerado e aquele realizado na produção para o consumo próprio ou unidade familiar.

Consoante ao emprego, estudos recentes apontam a continuidade no padrão de ocupação das mulheres, nos setores tradicionais da indústria (costureira) e nos serviços de cuidados pessoais, higiene e alimentação. Embora se registre aumento da participação feminina em postos de maior prestígio, como, medicina, direito, magistratura, arquitetura e em cargos executivos de empresa do setor formal, traços marcantes da segregação pelo gênero não eliminados, na esfera ocupacional, no desemprego e nas assimetrias de rendimentos (BRUSCHINI,2007).

A questão central na atualidade, apesar dos grandes avanços e visibilidade do negro na sociedade brasileira, encontra-se expressa no quadro de metamorfoses do mundo do trabalho e dos desajustes provocadas pelas intensas contra-reformas que vêm desmontando os direitos sociais, a proteção universal. O projeto do capital para sair das suas crises tendencialmente atingem os diversos países do mundo desde especialmente do esgotamento dos regimes de proteção europeu a elaboração de estratégia burguês Netto(2006).

O marco do ciclo de crises cíclicas ininterruptas do capital desde o exaurimento do chamado estado de bem-estar, está tem sido, conforme Netto (2005) contraditoriamente, funcional ao capital em eu processo de reorganização e sinaliza recortes com claras tendências mundial. Nas particularidades do Brasil, no quadro de mudanças regressivas da gestão do trabalho, a nova morfologia apresenta configurações ainda mais perversas ao lançar milhares fora do mercado de trabalho, sob a perspectiva da empresa enxuta, superexploração, terceirização, flexibilização de direitos sociais,etc. incidindo sobre os sujeitos historicamente.

Passa-se demandar um perfil capaz de se adaptar as novas exigências, responder as necessidades operativas com capacidade multifuncional, sob o discurso do diálogo, das parcerias, ao que reconfigura o apassivamento das lutas travestida na nova morfologia das lutas de classe (IASI,2010).

As graves implicações que atingem o trabalho e o trabalhador nesta contemporaneidade, conforme Antunes(2004), acomodem também, a *subjetividade da classe que vive-do-trabalho*. Nesse cenário, novos segmentos desprotegidos passam a compor o mercado do trabalho, hoje na *persona* dos *call center*, *telemarketing*, infoproletariado, os *cybertrait*, dentre outros, a tendência da fenimilização do trabalho de mulheres, a exemplo, das vendedoras da *avon* e *natura*, conforme destaca os estudos de Ludima Abílio “sem maquiagem”.

As condições da mulher no mercado de trabalho, atrelada à emergência de novos padrões de acumulação, que maximizam a produtividade, reduzem custos e postos de trabalho, flexibilizando as relações laborais, respondem pelas relações precarizadas. O aumento da produtividade e majoração da competitividade ocorrem em processos de horizontalização e descentralização da produção, reduzindo o número de postos formais e impulsionando o crescimento de trabalho informal, temporário, precário, terceirização, excludente, onde o crescimento e o bem-estar social têm perdido a relevância (CHERON, 2010).

A participação das mulheres em atividades econômicas no Brasil intensificou a partir de 1970 com o processo de industrialização e urbanização. Seguida nos anos 1980 ampliação, mesmo diante da estagnação econômica e no decênio de 1990, a abertura econômica, no quadro de baixos investimentos e terceirização, verificando-se crescente feminilização laboral. O aumento da parcela feminina no mercado de trabalho também é observado pela PEA 2000, apesar do cenário pouco favorável.

Assim, o trabalho doméstico permanece associado às características raciais e regionais e a uma interseção entre ambas, homens e mulheres negros encontram majoritariamente nos trabalhos precários, braçais e de baixos rendimentos, distanciados do trabalho intelectual. Conforme Lombardi, entre 2001-2012 encontramos o trabalho formal, associado ao homem branco e o informal ao homem e mulher negros, obviamente verifica-se uma preferência de cor, o que releva a população negra aos serviços domésticos e da construção civil, sendo as mulheres ainda mais subsumidas aos salários inferiores, daí a nítida reprodução da desigualdade de gênero.

Nesse percurso histórico, podemos considerar que a população negra, em específico, a mulher trabalhadora é herdeira de relações que produzem e reproduzem as desigualdades no interior da visão social e técnica do trabalho. Esse flagrante quadro do mercado de trabalho na atualidade capetaneado pela informalidade crescente, secundariza e destrói as parcas, porém importantes conquistas, que no caso da mulher negra, subjume no aprofundamento das relações informais, precarizadas e desprotegidas.

3-Considerações

As análises fundadas nesse estudo possibilitaram entender que no contexto de crises sucessivas do capital, as medidas regressivas para o trabalho provocam

mazelas que reeditam velhas e novas expressões da questão social, características presentes da formação sócio-histórica brasileira. Nesse universo, o recorte que visibiliza a mulher negra traduz na reificação incessante no mercado informal e precarizado de trabalho sob o discurso de autonomia e conquista de novos espaços laboral.

Reconheceu-se à necessidade de combater o desemprego, o subemprego e a crescente informalidade do trabalho que marca o cotidiano da mulher negra que se associa multiplamente ao racismo, à discriminação, xenofobia e a intolerância.

Nesse âmbito, propõe-se a releitura das velhas e reatualizadas expressões da questão social e étnica racial expressas no cenário mórbido das metamorfoses do trabalho desregulado que imprime um esmorecimento das lutas, ao que se conclama a repensar na agenda de políticas afirmativas e inclusiva.

4-Referência

ABRAMO, Laís(2007). A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho: Uma Força de Trabalho Secundária? Tese de \doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, SP.

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo nº 104, Editora: Cortez, 2010.

ARRUTI, .Políticas Públicas para quilombolas – Um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da saúde. In.: PAULA, de Marilene e HENRIGR, Rosana. Caminhos Convergentes: Estado e sociedade na superação na superação da desigualdade. RJ, Fundação Heirich Boll, ActionAid,2009.

BADINTER,E. Um e outro: relações entre homens e mulheres. TrD. Carlota Gomes . RJ:Nova Fronteira, 1986.

BUTTO,A. Gênero, família e trabalho, In.: BORBA, Â.: FARIA,N.: GODINHO, T.(Orgs.). Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos trabalhadores, SP:Fundação Perseu Abramo, 1998p.71-84.

BRASIL.SEPPIR(secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). 2003, Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, Disponível em <http://www.brasil.gov.br>, Acessado em novembro de 2007.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 9 ed. SP: Companhia Editora Nacional,1969.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma, In.: **Contra-corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo- 2 ed. Ver. e atual – São Paulo: Cortez, 2008.

CRUZ, Maria Helena. Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos. Em Neves, P.S (org.).Educação, Cidadania: questões contemporâneas (p.92-116), SP:Cortez, Editora,Rd,UFS,2009.

FLORESTAN, Fernandes. A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica. 5 ed, RJ:Globo,2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Transformações societárias,alterações no “mundo do trabalho” e serviço social. **Ser Social**, Brasília, UnB, 2000 (questão social e Serviço Social), n. 6.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade social da renda domiciliar *per capita* no Brasil: 1981-2002. Nova Economia, Belo Horizonte, v.14,n.2,p.35-58, maio/ago,2004.

MOURA, Clóvis. História do negro no Brasileiro. São Paulo.Àtica, 1989.

RIBEIRO,Darcy. O Povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil.SP:Companhia de Bolso,2008.

SAFFIOTTI,Heleieth I. B. Prefácio:Conceituando o gênero. In.: SAFFIOTTI, Heleieth I<B. e MUÑOZ-VARGAS, Mônica (ORGS). Mulher brasileira é assim.Rio de Janeiro, Rosa dos tempos , 1994,pg 271-283.

SILVA,Aline Ferreira da. Etnodesenvolvimento quilombola no governo Lula- São Cristóvão:Editora UFS, 2014.

PRÉ-ADOLESCENTES NEGRAS: ESTÉTICA, AUTOESTIMA E SOFRIMENTO PSÍQUICO.

Noelly Gabriela Catarina Dias Araújo Pereira Ferreira
Santos de Medeiros Damasceno¹

Tárcila Helen Costa de Paula²

Vladya Tatyane Pereira de Lira³

Maria de Jesus Moura⁴
Faculdade dos Guararapes-FG
noellymedeiros@hotmail.com

Resumo: A pré-adolescência é um momento importante para o desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo, é um momento de busca pela identidade e construção das relações interpessoais, fatores que auxiliam na formação da visão de mundo desse sujeito. A estética filosófica, palavra derivada do grego *aesthesis*, busca explicar o belo, aquilo que desperta a emoção que surge por meio da contemplação. É a partir desta perspectiva filosófica e da Teoria das Representações Sociais - que compreende a realidade como uma construção social e que o sujeito se constrói e é construído nas relações e interações sociais - que este estudo tem por objetivo analisar como a cobrança por uma estética corporal, embranquecida, afeta o desenvolvimento da auto estima das pré-adolescentes negras, vistas aqui num panorama sócio histórico. A metodologia para este trabalho se dará a partir de pesquisas bibliográfica e

1 Graduada em Psicologia/FG. Bolsista PIIC e integrante do Núcleo de Estudos das Relações Étnico-Raciais.

2 Graduada em Psicologia/FG. Integrante do Núcleo de Estudos das Relações Étnico-Raciais.

3 Mestra em Psicologia /UFPE. Professora da Faculdade Guararapes.

4 Mestra em Psicologia /UFPE (or^a). Professora da Faculdade Guararapes e Faculdade Estácio do Recife.

de campo, submetida ao Comitê de Ética, com entrevista semiestruturada e atividades grupais com 60 (sessenta) pré-adolescentes negras, 10 a 12 anos, estudantes de escolas públicas da região metropolitana do Recife. Torna-se necessário fazer uma investigação acerca do sofrimento psíquico e suas consequências derivadas da cobrança social e da estética branca e impiedosa direcionada a esse público, já que as desigualdades raciais existentes no Brasil demonstram que o principal alvo de agressão ao povo negro está localizado no corpo, desconsiderando a possibilidade de beleza e ressaltando o feio.

Palavras-chave: Pré-adolescente, estética, autoestima, sofrimento psíquico, negra.

Introdução

Este trabalho começou a ser realizado a partir da inquietação da autora, como pessoa branca, ao se deparar, enquanto foi estagiária em uma escola pública de Jaboatão dos Guararapes-PE, com uma pré-adolescente negra de 10 anos relatando que gostaria de ter o cabelo liso, já que, segundo a pré-adolescente, o seu cabelo trançado era feio e esquisito. A autora ficou perplexa com a situação, uma vez que as lindas tranças da garota compunham uma beleza admirável. Ao entrar em contato com o Núcleo de Estudos das Relações Étnico-Raciais da Faculdade dos Guararapes expressou o desejo em pesquisar sobre a relação da autoestima e do sofrimento psíquico ocasionado em garotas negras a partir da cobrança por um padrão estético branco. Foi obtido com muita presteza o apoio da Professora Jesus Moura, coordenadora do Núcleo, e dos demais colegas que estão empenhados na construção deste trabalho. O presente estudo tem por objetivo refletir sobre a influência da estética no desenvolvimento da pré-adolescente negra, buscando compreender esse momento quanto às relações biopsicossociais e a Teoria das Representações Sociais; avaliar a relação da estética com a autoestima da pré-adolescente negra; analisar o sofrimento psíquico derivado da cobrança por um padrão estético embranquecido; e verificar a relação da representação da pessoa negra na mídia e demais meios de comunicação.

Fundamentação da pré-adolescência e suas relações.

A pré-adolescência negra será vista neste estudo a partir de um contexto sócio histórico envolvendo o desenvolvimento biopsicossocial do sujeito, onde as relações e experiências estão intimamente ligadas ao ambiente vivido, como aponta Bock (1999), quando diz que o ser é constituído no seu movimento; ao longo do tempo, pelas relações sociais, pelas condições sociais e culturais engendradas pela humanidade. Um ser, portanto, em permanente movimento; que tem características forjadas pelo seu tempo, pelas condições de sua sociedade, pelas relações que estão sendo vividas. O esse momento é criado historicamente, como representação e como fato social e psicológico.

“Não estamos nos referindo, portanto, a condições sociais que facilitam, contribuem ou dificultam o desenvolvimento de determinadas características do jovem; estamos falando de condições sociais que constroem uma determinada adolescência.” (BOCK, 1999, p.69).

As crises e rebeldias defendidas por muitos estudiosos como comportamentos inerentes ao adolescente não contemplam a visão sócio histórica que defende, segundo Bock (1999, p. 72), que “só é possível compreender qualquer fato a partir da sua inserção na totalidade onde este fato foi produzido, totalidade essa que o constitui e lhe dá sentido.”

Com o intuito de compreender como essas relações se constituem, será utilizada a Teoria das Representações Sociais que tem como principal representante Moscovici (1961). A inserção da TRS⁵ “implica dizer que compreendemos a realidade como uma construção social e que entendemos o sujeito como um ser ativo que se constrói e é construído nas relações e interações sociais.” (LIRA, 2013, p.45).

Dentro desta perspectiva torna-se importante conhecer o lugar onde essa pré-adolescente vive, pois segundo Jovechelovitch (2008) “ao conhecermos a comunidade na qual o indivíduo e/ou grupos estão inseridos podemos nos aproximar da compreensão de sua identidade, seus conflitos e saberes compartilhados por eles. Esses saberes comuns geram referências e recursos, através dos quais os sujeitos conseguem significar o mundo, teorizar sobre a vida e desenvolver práticas a fim de lidar com o seu cotidiano.” (apud LIRA, 2003, p.49).

A pré-adolescência abordada na pesquisa contempla o gênero feminino, entendendo como gênero o modo no qual as representações sociais são elaboradas a partir das relações entre o feminino e o masculino. Scott (1993, p. 7) traz a ideia de gênero como “uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.”

Estética, autoestima e sofrimento psíquico.

A ideia de estética é importante neste momento para o entendimento de como esta interfere na vida das pré-adolescentes negras.

Estética é a tradução da palavra grega *aesthesis*, que significa conhecimento sensorial, experiência, sensibilidade. O filósofo alemão Alexandre Baumgarten foi quem sistematizou a abordagem das questões estéticas numa nova disciplina

5 A sigla TRS refere-se a Teoria das Representações Sociais.

filosófica em 1750. A estética filosófica busca explicar o belo, aquilo que desperta a emoção que surge por meio da contemplação, o sentimento que suscita. Para o estudo da estética negra tomou-se a perspectiva filosófica como referência.

Apesar da maior parte da população brasileira ser negra – segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014), 53% dos brasileiros são negros -, ainda é marcante o apelo estético por padrões embranquecidos que se contrapõe à representação da imagem corporal negra. Pode-se dizer que isso ocorre devido a uma construção política e sócio histórica estereotipada de maior ou menor grau de racismo, construída desde tempos passados, priorizando imagens hierarquizadas na qual a pessoa negra não detinha privilégio, sendo considerada como inferior quando comparada a pessoas brancas. A verdade é que a ideia do ser belo não é defendida, de modo geral, como compatível com as características e representação do/a negro/a, desencadeando, muitas vezes, uma diminuição da autoestima relacionada, a priori, a aparência física e apresentando como consequência o sofrimento psíquico. A construção de uma autoestima elevada na infância e pré-adolescência apresenta-se como importante elo para o bem estar e satisfação na vida adulta.

No entanto, os atos de preconceito e discriminação relacionados a pessoa negra ainda permanecem enraizados em parte da população, o que dificulta a existência e implantação de mecanismos suficientes e efetivos para o fortalecimento dessa construção positiva da autoestima negra.

Para que essa construção seja realidade é necessário primeiro que seja desmistificada a ideia da democracia racial existente no Brasil, como aponta Guimarães (1995), “o ideal de democracia racial é um mito fundador da nacionalidade brasileira e deve ser denunciado justamente pelo seu caráter ‘mítico’ de promessa não cumprida.” É possível observar ainda hoje que essa ideia de democracia racial permeia a vida de boa parte da sociedade.

Na escola, por exemplo, há pesquisas⁶ e vários estudos que a “consideram um dos espaços sociais em que crianças e adolescentes negros/as defrontam-se de forma mais contundente com a vivência do racismo e da discriminação racial. As situações de rejeição enfrentadas pelos alunos/as negros/as, aliadas ao silêncio dos/as profissionais da educação em relação a essas práticas, produzem graves sequelas na autoestima dessas crianças e jovens, repercutindo negativamente no

6 Mattar, Laura Davis (coord.).Direito à saúde da mulher negra: manual de referência. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2008

seu desempenho escolar e no desenvolvimento de sua capacidade de aprendizado” (BRASIL, 2010). O recorte da escola supracitado foi retirado da série de fascículos Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares, do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas e remete a uma ideia mais ampla da ação negativa na autoestima dos/as estudantes negros/as nos momentos antecedentes a vida adulta, todavia as questões relacionadas a aparência física demonstra-se como relevante fator para a construção e desencadeamento de uma baixa autoestima, já que muitos deles ainda com pouca idade se sentem diferentes e insatisfeitos com o seu corpo. A exemplo disso existem inúmeras garotas que ainda pequenas já expõem suas angústias e raiva por ter cabelos crespos e não lisos, enfatizam que o cabelo é feio e que o da coleguinha ou da professora (quando lisos) são os que elas desejam ter. Isso se dá por vários motivos, seja pela falta de espaços que valorizem a negritude, pela mídia que insiste em embranquecer o mundo e/ou por demais interesses externos. Ora, se no próprio núcleo familiar e escolar percebe-se a ausência de mecanismos de construção da identidade negra, torna-se difícil concretizar e fortalecer tal sentimento.

Dando enfoque para a construção e fortalecimento da autoestima da pré-adolescente negra podemos citar Cole & Cole (apud ZAMBON, 2003, p.29) quando trazem a ideia de que “o processo de formação da identidade étnica pode ser particularmente complicado entre indivíduos de grupos minoritários. Os jovens destes grupos enfrentam o desafio de conciliar duas identidades distintas, uma baseada em sua própria herança cultural e outra baseada na herança cultural do grupo majoritário, deste modo, eles têm pelo menos duas vezes mais trabalho psicológico a realizar”. Além disso, o preconceito, a discriminação e a limitação das oportunidades atuam como obstáculos neste processo. Daí a importância deste estudo na reflexão sobre como a autoestima da pré-adolescente negra é afetada a partir da cobrança por um padrão estético que não contempla sua realidade corporal, principalmente quando se fala do cabelo crespo, alvo de constantes piadas e chacotas. É necessário entender como esses processos atingem essas pré-adolescentes, já que é neste momento que novos anseios surgem devido as transformações biopsicossociais sentidas e reconstruídas.

Já a branquidade, indo de encontro a esses fatos, como lembra Ruth Frankenberg (apud PIZZA, 2005), “é um processo de construção social de identidade no interior de uma cultura e, portanto, seu início e seu desenvolvimento se constituem de elementos que estão na base dos processos de socialização impostos e mantidos para o conjunto da sociedade, com sua história e – lembra-nos Frankenberg (2004, p. 320) - “com a história do colonialismo mundial e do racismo [; no Brasil].”

É possível observar que a maioria das pré-adolescentes negras preserva valores morais e sociais atribuídos ao grupo branco – uma vez que assim são ensinadas –, o que favorece a tentativa de moldar-se a padrões embranquecidos desejáveis, mesmo que não contemplem suas crenças e características físicas, por exemplo. Esses comportamentos em busca da aceitação social são fatores que contribuem para o desenvolvimento do sofrimento psíquico.

Como diz Cole & Cole (apud ZAMBON, 2003, p.2), “em grau considerável, os atributos associados com autoestima elevada na adolescência são a beleza física, especialmente no caso das garotas, em seguida pela aceitação dos pares. Todas as outras características vêm depois”, até porque neste momento é mais comum que as garotas despertem interesses relacionados a inserção em novos grupos nos quais ela se identifica ou deseja conhecer e/ou conquista de uma pessoa específica.

Cada indivíduo traz consigo suas características físicas a partir da sua descendência biológica, a estética corporal imposta pela sociedade não faz alusão as diversidades inerentes a cada sujeito, impondo assim um padrão pouco alcançado por aqueles que são negros. A pré-adolescente negra encontra-se a margem da exaltação do belo desejável, uma vez que foge do padrão das feições encontradas nas pessoas brancas. As diferenças que deveriam ser apenas biológicas são também construídas a partir de um viés discriminatório que enraíza os preconceitos acerca da cor da pele, como traz Munanga (informação verbal)⁷ ao citar o filósofo francês Jean Paul Sartre quando diz que “se um negro e um judeu se apresentarem na porta de um local que são indesejáveis, o judeu poderá entrar se não for descoberto que é um judeu, mas o negro será barrado na porta, por causa da geografia do seu corpo”. Por isso torna-se tão importante a presença da negritude na construção de vida desses indivíduos.

“O surgimento de ‘eus múltiplos’ nas descrições que os adolescentes fazem de si mesmos leva-os a lidar com o fato de que eles são, em algum sentido, pessoas diferentes em diferentes contextos. Quando os adolescentes começam a perceber as disparidades entre a maneira como realmente se comportam e a maneira como deveriam se comportar se fosse para serem sinceros com seus ‘eus verdadeiros’, eles passam a ficar preocupados com o que é seu ‘verdadeiro’ eu. Do confronto com as próprias características, surge o questionamento sobre o quanto eles se gostam, o que diz respeito à autoestima” (COLE & COLE apud ZAMBON, 2003, p.2).

7 Citação fornecida pelo Professor Doutor Kabenguele Munanga no vídeo Teoria Social e Relações Raciais, Rio de Janeiro, 2013.

Metodologia

O estudo está sendo desenvolvido em um primeiro momento por meio de pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos, publicações de teses, dissertações e publicações online que, de acordo com Gil (2002), permite proporcionar ao investigador uma visão mais ampla acerca da questão estudada. Posteriormente será conduzida pesquisa de campo, submetida ao Comitê de Ética, com entrevista semi-estruturada e atividades grupais com 60 (sessenta) pré-adolescentes negras, 10 a 12 anos, de escolas públicas da região metropolitana do Recife.

Referências

LIRA, Vlada Tatyane Pereira de. **Juventudes Pobres**: sentidos construídos por psicólogos(as). Recife/PE: Tarcísio Pereira, 2014.

BOCK, Ana B.; FURTADO; Odair; TEXEIRA, M. de L. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. p. 50.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Raças e Etnias**: Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares, Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Brasília, DF, 2010.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 43, n. 3, p.26-44, nov. 1995. Quadrimestral. Disponível em: <http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626_racismo_e_anti_racismo.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2016.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005. Quadrimestral. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/6/9>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

AGENCIA BRASIL (São Paulo). **Negros são 53% dos brasileiros, mas apenas 17% dos ricos**. 2015. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/CtSrN>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

OZELLA, Sergio; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cad. Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 133, p. 97-125, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protagonismo Juvenil**: caderno de atividades. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd06_13.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ZAMBON, Melissa Picchi. **UMA comparação racial da auto-estima e do auto-conceito de adolescentes negros e brancos**. São Carlos: EdUFSCAR, 2003. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~bdsepsi/179a.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.147-160, 2007. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10956>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

PIZA, Edith. **Adolescência e racismo**: uma breve reflexão. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo. Processo online. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100022&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 23 mar. 2016.

TEORIA Social e Relações Raciais - Professor Doutor Kabengele Munanga (USP). Direção de Iolanda de Oliveira. Produção de Diogo Leobons. Realização de Penesb. Coordenação de Iolanda de Oliveira. Música: Origem da Humanidade. Rio de Janeiro: Tetra Filmes, 2013. (49 min.), son., color. PENESB. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H0jZoi-0JfM>>. Acesso em: 30 mar. 2016

SCOTT, Joan (Org.). **GÊNERO**: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE HISTÓRICA. 1989. Stoa apoio às disciplinas da USP. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2016.

AS NEGRAS NO MOVIMENTO NEGRO: ANÁLISE DE GÊNERO SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO GRUPO “COISA DE NÊGO” EM TERESINA (PI)

Ravena Pereira Leite
Universidade Federal do Piauí
email:ravenapleite@gmail.com

Resumo

Ao fazer uma interseção entre o movimento de mulheres e o movimento negro no contexto brasileiro, encontramos um sujeito raramente visível no âmbito das pesquisas acadêmicas como também pouca ênfase da sua participação autônoma e independente na militância: a mulher negra. Aqui se anseia saber sobre esta mulher no contexto racial. Analisa como se davam as relações de gênero dentro do grupo afro cultural “Coisa de Nêgo” em Teresina-PI através das falas de mulheres negras pioneiras na formação do referido grupo. A pesquisa é qualitativa e contou com entrevistas semi-estruturadas aliadas a questionários socioeconômicos a fim de traçar um perfil aproximado de 6 mulheres negras do grupo bem como entender sobre suas vivências enquanto integrantes deste e ainda tomar conhecimento sobre as motivações e anseios na luta contra as discriminações de gênero e raça. De igual forma, o trabalho apresenta ainda reflexões em torno do conceito de gênero e suas interfaces entre os movimentos feminista e negro. Ao adentrar essa realidade através dos relatos das mulheres negras entrevistadas foi possível notar contradições no movimento negro quanto à questão de gênero e ressaltadas as estratégias de luta utilizadas pelas mulheres do grupo a favor da equidade de gênero.

Palavras-chave: Mulher Negra; Gênero; Grupo afro cultural “Coisa de Nêgo”.

Introdução

A sociedade brasileira sob o viés racista traz a figura da negra (o) pelo senso comum e âmbito privado, usando das mesmas piadas pejorativas em detrimento da cultura negra e no espaço público cujas relações são perpassadas por poder simbólico reproduz por diferentes e sutis mecanismos a violência contra homens e mulheres negros (as) do Brasil, este construído através do sistema de dominação-exploração, colonialista e escravocrata.

Entretanto, em virtude da subjetividade, mas também por considerar que a luta coletiva, constante e diária contribui na resistência dos (as) afrodescentes brasileiros que foco nesse trabalho de campo um grupo afro cultural que muito bem expressa à luta do povo negro piauiense em Teresina – o grupo “Coisa de Nêgo” – divulgando a cultura, a música, a religião e contribuindo no trabalho de valorização da negritude e dos sujeitos que a compõe.

Dentre esses sujeitos, elenquei as que sofrem historicamente de forma mais aguda a discriminação racial, representadas por papéis desvalorizados e estigmatizados, nos quais demandam servidão e obediência. As mulheres negras estão inseridas majoritariamente num classe social baixa; com índice de escolarização ínfimo; impedidas de serem mães ao invés de babás tanto no nível biológico como simbólico; em postos de trabalho e cargos desvalorizados socialmente; religião endemoniada; estética diminuída, enfim vítimas do racismo na sociedade brasileira colonizada, patriarcal, racista, sexista, machista e branca.

Muito vem sendo conseguido por essas mulheres negras ao longo dos anos na luta por melhores condições sociais reivindicando espaço na educação, política, cultura, arte, trabalho. Com isso a mulher negra vem conquistando um novo cenário social para estarem inseridas e lutando para verem concretizadas suas conquistas através do movimento negro unificado.

Esse estudo se propõe responder: A mulher negra do grupo afro cultural “Coisa de Nêgo” em Teresina – PI, vive em um contexto de igualdade de gênero nesse espaço? Para tanto colhi depoimentos das integrantes – mulheres negras – do grupo buscando compreender qual o papel que a mulher negra vem desempenhando junto a esse espaço – quais atividades são desenvolvidas por elas – no sentido de torná-lo mais democrático? Quais foram suas motivações ao entrar no grupo? Quais perspectivas em relação ao combate às desigualdades de gênero?

Metodologia

A metodologia utilizada foi qualitativa, pois não está direcionada a se obter generalizações do estudo e nem há preocupações fundamentais com o tratamento estatístico e de quantificações dos dados. Nesta perspectiva o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da visão das pessoas nele envolvidas. O tipo de estudo será explicativo, pois serão analisadas as causas, os motivos de grupos de características peculiares que lutam contra o racismo e supostamente contra as desigualdades de gênero.

Foram realizadas entrevistas, gravadas e posteriormente transcritas, com 6 mulheres residentes em Teresina – PI. A escolha das entrevistadas deu-se com base nas seguintes características: auto-identificação enquanto negras; faixa etária entre 30 e 50 anos de idade; serem pioneiras no grupo afro cultural “Coisa de Nêgo”, concordando em participar da pesquisa.

Esta análise foi pensada em três momentos. Nesse sentido, foi mostrada um pouco da trajetória do movimento de mulheres no Brasil posteriormente identificado como feminismo à brasileira. Atentamos para o feminismo depois estudos de gênero. Em outro tópico deste capítulo explanamos sobre o movimento negro no Brasil. Exploramos em seguida o espaço recente conquistado pelo movimento de mulheres negras, onde elas despontam como sujeitos políticos e demandas próprias que levem em consideração a especificidade que é ser mulher negra no país.

Adentrando no movimento negro no Piauí visualizando o percurso deste movimento em âmbito estadual para logo em seguida, descrevermos sobre a formação do centro afro cultural “Coisa de Nêgo” e desenvolvimento das atividades praticadas pelo mesmo. Dando enfoque especial as atribuições femininas no grupo, ainda nesse capítulo, entramos em contato com as entrevistadas de fato nas quais dão suporte a elaboração do perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas em sequência mostram-se as motivações que levaram essas mulheres negras a participarem do grupo e as perspectivas futuras enquanto membros dum coletivo.

Resultados & discussão

Essa discussão foi permeada pelas categorias: mulher negra, grupo afro cultural “Coisa de Nêgo” e gênero. Desta última, partiu o questionamento se do ponto de vista das mulheres negras pioneiras na formação do referido grupo

afirmavam viver num contexto igualitário de gênero nesse espaço. Iniciarei por situar onde está o sujeito – mulher negra – no contexto dos movimentos feminista, negro e o de mulheres negras. Buscando problematizar a sua inserção nesses movimentos sociais e descrever a concepção de gênero que permeia a sua entrada na militância no cenário socióhistórico e político.

O movimento feminista no Brasil durante meados da década de 70 esteve vinculado a outros movimentos sociais populares da época, a saber: a luta por moradia, o movimento contra a alta no custo de vida, movimento contra a anistia, a luta por creches, contra o racismo entre outros. Entretanto, no início dos anos 70 em meio à ditadura militar através do apoio da Igreja, única instituição “permitida”, ou seja, que não era reprimida pelo poderio militar fornece apoio a esses movimentos populares inclusive o feminismo.

Começam a estruturarem-se algumas entidades, como é o caso dos Agentes de Pastoral Negros (APN's), em 1989, que são formados por afrodescendentes católicos a partir de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e têm o propósito de trabalhar a evangelização com base na situação concreta e histórica do povo afrodescendente. (Gomes, 2007, p.47).

Enquanto transcorria o nascimento deste grupo político, as diversas lideranças que estavam atuando na Igreja libertadora desenvolvem uma articulação regional, que influencia o Piauí, principalmente, através da Campanha da Fraternidade de 1988, com o tema: ouvi o clamor deste do povo, e o lema: povo negro e fraternidade, este fato eclesialístico motiva para realização histórica da organização dos grupos negros, pois, estavam ensaiando a libertação da comunidade negra cristã (BARBOSA, 2011).

Pode-se perceber essa característica do movimento em se aliar à igreja católica. Não se sabe até que ponto isso refletia um apadrinhamento do movimento e/ou anulação da religiosidade de matriz africana que encontrava na Umbanda principal representação da religião afrodescendente no Brasil, não raro estigmatizadas como formada por espíritos inferiores. Portanto, haveria barreiras a transpor no que se refere a moral religiosa que discriminava as matrizes de religião africana e alguns aspectos que concernem aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres que fizeram com que os apoios dados aos movimentos feminista e negro fossem enfraquecidos.

Demonstro essas primeiras alianças e desentendimentos no movimento feminista e as demais facções na época que poderiam apoiar e ao mesmo tempo proporcionar entraves à articulação das mulheres em torno de suas questões a fim de analisar como a questão “mulheres” começar a inquietar e a se transformar em questões de “gênero”.

O gênero fora um conceito surgido como rejeição ao determinismo biológico, onde sexo é sexo, mas o que se considera sexo é determinado e obtido culturalmente. (SCOTT, 1990; RUBIN, 1993). Houve, tanto no feminismo como na História, um ‘deslocamento de foco’: a ênfase passava a deixar de ser dada por sobre os sujeitos para passar a enfatizar ‘as relações entre os sujeitos’, apontando-se para a dimensão relacional [...] (ZIRBEL, 2004, p. 15).

De igual forma, a categoria ‘sexo/gênero’ apontaria para a existência de uma série de processos ligados ao sistema sexual que implicariam na formação das identidades dos/as indivíduos (Identidades de Gênero), transformando machos e fêmeas em “homens” e “mulheres” com características distintas e claramente definidas. (ZIRBEL, 2004, p. 16)

Saffioti (1987, p.9) menciona como a sociedade investe muito na ‘naturalização’ deste processo. Fazendo crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. Assim, é ‘natural’ que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz.

De forma que Lia Zanotta aponta para a construção de um novo paradigma metodológico pelas análises de gênero entendendo em três pilares que permitem diferenciar a proposta paradigmática dos estudos de gênero frente à proposta metodológica dos estudos sobre mulheres.

Em primeiro lugar, porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. E em terceiro lugar, porque se está também diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social. (MACHADO, 1998, p. 108)

Por uma série de mecanismos de poder que vão desde a colonização e a escravidão até atualidade as **negras** não são tidas como sujeitos sociais, são invisíveis e desvalorizadas enquanto humanas, desde metaforicamente associadas a animais irracionais até sua vinculação aos estigmas ligados a servidão e obediência, refletem um gênero repudiado, segregado e leviano. Essa recusa em tratar as negras como sujeito se refletirá no apagamento dessas mulheres enquanto militantes nos movimentos de resistência. Mostrar-se-á brevemente como essa “ausência” pode ser detectada nos movimentos feministas e no movimento negro unificado.

Segundo (PINTO, 2003, p.43), aspecto fundamental da realidade brasileira notado desde o princípio é a presença dos movimentos de mulheres entre as classes médias e populares no Brasil. Esse é um fenômeno anterior à década de 1970 e que continuo a existir paralelamente a todo o desenvolvimento do feminismo.

A autora mencionada, apesar de pontuar essa especificidade enaltece a conquista feminista em detrimento dos movimentos populares, logo não elitistas, afirmando que foram movimentos organizados (carestia, clube de mães, anistia, etc), não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo publico. (PINTO, 2003, p.43).

Entretanto não podemos deixar de considerar a importância dessas reivindicações iniciais por melhores condições de vida, pois “as mulheres dos bairros populares construíram uma dinâmica política própria. Por intermédio de seus papéis socialmente designados de esposas e mães, fizeram os primeiros protestos contra o regime militar”. (SOARES, 1995, p.7)

Ora se as mulheres negras estatisticamente estão nas camadas médias e populares. Constata-se aqui uma desconsideração da luta das mesmas, por entender a militância centrada na categoria universalizada de mulher que geralmente é branca, elitizada, superprotegida em sua moralidade pelo patriarcado, indefesa e que busca igualdade perante aos homens. Como se entre as próprias mulheres não houvesse nenhuma diferenciação vinculada à etnia e/ou classe social.

O feminismo brasileiro apesar de ter brotado de reivindicações junto a movimento populares e de base teve sua limitação em não beneficiar outro

contingente de mulheres excluídas e suas diferenciações de demanda – **negras** e índias – entre outras.

Sueli Carneiro faz uma crítica sobre qual a personificação de mulher tratada nos primórdios do movimento feminista brasileiro que tem suas raízes altamente colonizadas, nascendo nas elites formadas por mulheres universitárias ou letradas, as quais não tinham que vencer a barreira da cor para serem aceitas por estarem de acordo com o padrão vigente e hegemônico. Nessa perspectiva a autora lança a questão: “Quando falamos do mito da fragilidade feminina que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?”

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas este mito, porque nunca foram tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras. [...]; mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! (CARNEIRO, 1994, p. 190).

A heterogeneidade do movimento de mulheres aparecerá com mais afinco, a partir dos anos 80 e das mudanças ocorridas cenário do país, com a criação dos partidos políticos e da vitória do PT (Partido dos Trabalhadores) em algumas prefeituras em 1988 com a promulgação da constituição federal brasileira.

A militância negra enfrentava a oposição dos setores de esquerda que negavam a legitimidade de uma luta específica. Com o processo de redemocratização e a formação do quadro partidário entre 1979 e 1982, pode-se perceber a crescente participação dos negros organizados, o movimento tentou se articular com o PT, mas não se mostrou tão eficaz esse atrelamento.

Como explica Nascimento (2000, p.221) a militância dentro de um partido ou em função de uma postura ideológica não deveria prejudicar a unidade nos objetivos da nossa luta específica. À esquerda, embora mais aberta à questão, não assimilava a necessidade da independência do movimento negro ao definir e buscar soluções para seus problemas específicos.

Há poucos registros na história sobre os oprimidos e as categorias marginais na sociedade brasileira. Isso provém do fato do devir histórico ser registrado pelos conquistadores e pra uma elite de pensadores com características marcantes, homens brancos e ricos, os principais exploradores das riquezas do

povo brasileiro e responsáveis pela desigual distribuição de renda que acompanha esse processo.

Graças a essa precariedade, prevalece ainda a afirmação de que a comunidade afro-brasileira tem pouca tradição de luta, partindo não apenas dos porta-vozes da desmoralizada teoria de democracia racial como também, de outra forma, de setores do movimento negro, convencidos de que a militância afro-brasileira deste século data dos anos 70. A luta quilombola vai desde o período colonial e do Império até o desmoronar da economia escravocrata. Início de 90 o movimento negro atuava na forma de organização de clubes, irmandades religiosas e associações recreativas. A imprensa negra também se fazia presente em São Paulo, com jornais como O Menelike, O Kosmos, A liberdade. (NASCIMENTO, 2000, 203-204).

Entretanto, tratava-se de uma consciência e uma luta de caráter integracionista, à procura de um lugar na sociedade 'brasileira', sem questionar os parâmetros euro-ocidentais dessa sociedade nem reclamar uma identidade específica cultural, social ou étnica. (NASCIMENTO, 2000, 206).

É no Teatro Experimental do Negro que a contestação contra essa discriminação, formar atores e dramaturgos afro-brasileiros e resgatar uma tradição cultural cujo valor foi sempre negado. O TEN reivindicava o reconhecimento do valor da herança africana e da valorização da figura afro-brasileira junto a sua cultura.

Essas conquistas do movimento negro unificado, entretanto onde estão os relatos das negras que resistiram contra segregação racial? O fato das mulheres negras terem sua história omitida da historiografia tradicional dominante não significa dizer que essas mulheres não tiveram suas memórias e figuras de relevância que lutavam para contrapor ao sistema vigente arriscando a vida pela liberdade.

É possível encontrar em diferentes relatos sobre os quilombos no Brasil, ainda que de forma indireta, pistas da participação e liderança femininas em diferentes posições de comando, exemplificados pelas figuras de quilombolas como **Aqaltune**, **Acotirene**, **Mariana Crioula**, entre outras, ou de articulação econômica ou política de resistência (grifo nosso). (WERNECK, 2008, p.81)

De acordo com Sueli Carneiro, “as mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada, e o discurso clássico sobre a opressão da mulher não dá conta da diferença qualitativa da opressão sofrida pelas mulheres negra”. Segundo esta autora, a ausência dessa compreensão,

[...] tem determinado que no geral as conquistas do movimento de mulheres tendem a beneficiar as mulheres brancas como consequência da discriminação racial que pesa sobre as negras. De maneira semelhante, as poucas conquistas do movimento negro tendem a privilegiar o homem negro como consequência da discriminação sexual que pesa sobre as mulheres negras. (CARNEIRO, 1994, p.192).

Isto vai culminar no que Carneiro (2001) evidencia como dupla militância, que se impõe às mulheres negras como forma de assegurar que as conquistas no campo racial não sejam inviabilizadas pelas persistências das desigualdades de gênero, e para que as conquistas dos movimentos feministas não privilegiem apenas as mulheres brancas.

Na capital do Piauí (Teresina), a militância de mulheres negras na cidade e estado se faz visível e na década de 90 são realizados vários Encontros nacionais dos APNs, a nível Regional e local. Em 1993, com apoio de Pe. Clóvis, Frei Fernâncio, **Halda, Sônia Terra, Pizeca e Lucineide** Barros foi construída a Semana ‘Negritude e Cidadania’ em parceria com grupos de negros de Teresina (BARBOSA, 2011).

O Centro Afro-cultural “Coisa de Nêgo” foi fundado em 1990, por pessoas ligadas à causa afrodescendente, na sua maioria vinda dos sindicatos, do meio artístico e de partidos políticos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores. Essas pessoas se reuniam com o intuito de realizar a “Festa da Beleza Negra”, influenciados pela crescente divulgação da cultura afro-baiana, principalmente dos Grupos *Ilê Aiyê* e *Olodum*, em meados da década de 1980. (Gomes, 2007 apud Silva, 2003).

O grupo tinha uma preocupação com a identidade e auto-estima negra, aspectos muito desvalorizados pela cultura dominante europeizada do Brasil. Além disso, procurava refazer um passado sem registros contados por colonizadores, no sentido de resgate da cultura negra.

Relatando mais conquistas do movimento negro (BARBOSA, 2011) menciona o deputado Olavo Rebelo o qual encaminha o projeto que cria a lei 5.046 de 07 de janeiro de 1999. Determina no Piauí o dia 06 de setembro como dia estadual da consciência negra, em homenagem a **Esperança García**, a primeira escrava a escrever para as autoridades denunciando os maus-tratos recebidos pelos escravos. Ainda em nível político a candidatura negra de **Francisca Trindade**, despontou em forma de avanço e conquista do espaço e poder negro na política, como vereadora, deputada estadual e federal, vindo a falecer no auge de seu trabalho político junto às camadas mais pobres do Estado do Piauí.

Podemos constatar como exemplos de luta feminina negra esses exemplos citados outrora, porém para discutir os resultados dessa pesquisa discorramos um pouco sobre a trajetória de militância das mulheres negras pioneiras na formação do grupo afro cultural “Coisa de Nêgo”, sujeitos-alvo desse estudo.

Como nomes para as entrevistadas foram escolhidos nomes de divindades africanas femininas no intuito de resguardar a identidade dessas mulheres, como também chamar a atenção para a religiosidade afro-brasileira cujo foco nas Deusas do panteão africano atribui poder as figuras femininas negras. Foram ao todo seis mulheres entrevistadas, cujos nomes escolhidos foram – Oxum, Nanã Buruke, Iansã, Iemanjá, Ossain e Obá.

De acordo com os dados coletados notam-se algumas interseções entre as entrevistadas. Em primeiro lugar, a faixa etária das mulheres entre 30 e 45 anos. Depois, com exceção de uma, as demais são solteiras e apenas duas delas tem filhos. Por constrangedor que possa parecer, a mulher negra é rejeitada não só pelos homens brancos, mas também pelos próprios negros. Está comprovado estatisticamente em estudos, inclusive com depoimentos que eles preferem as loiras.

A situação de discriminação vivenciada pelas mulheres negras igualmente perpassa o plano do mercado matrimonial. “Num contexto em que a indústria cultural impõe os padrões estéticos europeus, as mulheres negras tendem a sofrer mais com a solidão do que as mulheres dos demais grupos raciais” (PAIXÃO, 2006, p. 29).

Outro ponto em comum entre as mulheres afro-brasileiras pesquisadas é o resumo das trajetórias dos pais. Com exceção da mãe de uma delas que tinha o antigo pedagógico, todos os pais eram semi-analfabetos e tinha ocupações desprestigiadas no mundo do emprego/trabalho. Ou seja, a trajetória da

mulher negra no que diz respeito as suas raízes familiares com raras exceções pertencem aos setores advindos das condições de vida mais precárias, tanto na educação como na vida social e econômica.

Com exceção de uma que ganhavam seis salários mínimos, as demais ficavam entre 1 e 3 no máximo. Então, elas continuam em situação de remuneração injustamente diferenciada, principalmente quando nos referimos à escadinha racista brasileira (homem branco – mulher branca – homem negro – mulher negra).

Agora um fato especial a se destacar foi o quesito escolaridade. Com exceção de duas, as quais uma tinha concluído o ensino médio e a outra ainda estava sendo concluído. As outras quatro mulheres não só tinham curso superior como também já estavam galgando o nível de pós-graduação. Isso mostra como essas mulheres negras são aguerridas na busca por conhecimento, mobilidade social, progressão de carreira. Enfim, se revelam empoderadas rompendo com o destino da mãe preta (babá), objeto sexual, empregada doméstica e despolitizada. Traz a cena mulheres que lutam conscientemente por melhores condições sociais e ser exemplo de vida desmistificando o lugar de servidão e obediência que a sociedade insiste em lhes reservar.

Nos depoimentos **não** foi visível à relação dessas mulheres com o feminismo e sim que enquanto mulheres discriminadas pelo viés da raça deveriam se unir num coletivo e discutir suas questões próprias. Não foi citada nas entrevistas em nenhum momento a associação dessas mulheres negras ao feminismo. Tal fato aguçaria a curiosidade para uma nova pesquisa.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intragênero* conduziu as mulheres negras a enfrentar, dentro do movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo produz entre mulheres negras e brancas no Brasil (CARNEIRO, 2003, p.119).

Finalmente, quando essas mulheres negras foram questionadas a respeito de suas atribuições dentro do grupo “Coisa de Nêgo” houve certa homogeneidade nas falas em reclamar o fato de haver diferenças entre os papéis desempenhados pelas mulheres e homens do grupo.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade

espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem. (SAFFIOTI, 1987, p. 8)

Nessa caracterização tanto Ossain, Oxum e Obá reconhecem claramente as diferenças entre as atribuições entre os sexos. Ossain diz claramente que o movimento é machista e os homens sempre preponderavam. Oxum fala que as mulheres dançavam e os homens tocavam os instrumentos e Obá denuncia o preconceito quanto à orientação sexual dentro do movimento. Elas não enxergaram nos homens o reconhecimento de que o racismo atingia de forma diferente aos homens e às mulheres negras. As mulheres negras, além do racismo enfrentam o machismo, não raro praticado pelos próprios militantes do movimento negro.

Na verdade as mulheres negras, ao demarcarem um posicionamento de gênero no Movimento Negro, revelaram aos integrantes homens a existência sutil, por parte deles, do machismo. Revelaram que, mesmo sendo parceiros na luta contra o racismo não reconheciam a reciprocidade no combate às subordinações de gênero. Fora a solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros. (CARNEIRO, 2003, p.119).

[...] *Porque você discute no movimento negro a discussão racial, mas tem que discutir a discriminação pela orientação sexual, tem que discutir em relação a gênero.* (Obá)

Nessa fala é clara a insatisfação de Obá para com o grupo e até mesmo o movimento negro no que concerne a discriminação homossexual. Foucault (1998, p.11) em seu livro “A História da Sexualidade” mostra essa relação entre poder, saber e sexualidade. De forma que burlar essa relação seria instituir um novo paradigma das relações sociais, pois os mecanismos de poder seriam rompidos. “A abordagem foucaultiana do sexo como lugar da inteligibilidade do indivíduo ilumina o porquê de o tema da identidade sexual adquirir tanta relevância na composição da identidade social dos sujeitos na modernidade”. (HEILBORN, 2004, p. 44)

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a ‘especificidade’ do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a ‘identidade’ como tornam equívoca a noção singular de identidade. (BUTLER, 2003, p.21)

Joan Scott (1990) afirma que o interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava inicialmente o compromisso do (a) pesquisador (a) com uma história que incluía a fala das (os) oprimidas (os) e com uma análise do sentido e da natureza de sua opressão.

Conclusões

Com trajetórias de vida marcadas pela desvalorização da sua religiosidade, estética, música, dança, enfim sua cultura. Os pais oprimidos desprovidos de escolaridade não puderam arcar com condições sociais favoráveis, de forma que essas mulheres negras pesquisadas tiveram que ultrapassar barreiras quase intransponíveis como estigmas, preconceitos, discriminações, racismo, sexismo e classe social. Essas mulheres negras piauienses aguerridas – integrantes do grupo “Coisa de Nêgo” – resolveram enfrentar as dificuldades através da luta contínua contra os preconceitos no sentido de mostrarem-se também enquanto sujeitos e dar uma nova perspectiva de gênero para mulher negra teresinense.

No grupo pesquisa, pude corroborar minha hipótese no projeto a qual questionava sobre a equidade de gênero no movimento negro. Com relação às atribuições algumas delas convergiam na direção do que habitualmente consideramos funções femininas – dançar, trançar os cabelos, cantar – e outras demonstraram uma perspectiva nova de lidar com a mulher negra no movimento. Seria aliar as questões de gênero e raça unindo num coletivo de mulheres negras denominado por elas de Ayabás (Instituto da Mulher Negra Piauiense).

Em que pese o fato de todas admitirem reconhecer o papel do grupo “Coisa de Nêgo” na luta contra o racismo e a favor da valorização da cultura afrodescendente no Piauí. Houve um momento em que não se sentia mais representadas dentro do movimento enquanto mulher e no tocante a sua liberdade sexual, de forma que formaram outro grupo independente.

O grupo “Ayabás” agora possui agenda própria e inserção na rede nacional de movimentos de mulheres negras no Brasil, e constituirá no espaço de continuidade dessa pesquisa. Derivada de uma indagação que me inquietou quanto ao movimento feminista, fato dessas mulheres pesquisadas não mencionarem estar contidas nesse movimento, me levou a questão: As mulheres que hoje fazem parte do referido grupo consideram-se feministas negras?

Referências

BARBOSA, Fernancio. **História do movimento negro em Teresina**: numa visão histórica militante. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/historia-do-movimento-negro-em-teresina>. Acessado em 20/03/2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimentos. **Revista Estudos Avançados**. 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Vol. 1 vontade de saber. RJ: Graal, 1998.

GOMES, Ana Beatriz de Sousa. **A pedagogia do movimento negro em insituição de ensino em Teresina, Piauí**: as experiências no Neab Ifaradá e do Centro Afrocultural Coisa de Nego. Tese (Doutorado em Educação, UFC, Fortaleza, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par**: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro, 1992. 349p. Tese apresentada a UFRJ. Museu nacional para obtenção do grau de Doutorado.

MACHADO, Zanotta Lia. Gênero: um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, 1998: pp.107-125.

NASCIMENTO, Abdias; Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997. In: Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara**: Ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo. Paz e Terra. 2000.

PAIXÃO, Marcelo. **A cor da cultura**. Aprendizizes de corpo inteiro - Desigualdades nas questões racial e social. Saberes e fazeres, v.1 : modos de ver / coordenação do projeto Ana Paula Brandão. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006 .116p

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROLAND, Edna. O movimento de Mulheres Negras: desafios e perspectivas. In: Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara**: Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo. Paz e Terra. 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo. Moderna, 1987

_____, I. B. Feminismo e seus frutos no Brasil. In. SADER, E. (org). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Mulher e Educação: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: IE/UFRGS, vol.15, n.2, julho/dezembro, 1990.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. 1994. <http://www2.fpa.org.br/uploads/vera.pdf>. Acessado em 10/02/2013.

WERNECK, Jurema (org). **Mulheres Negras**: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil. Grupo Criola. Rio de Janeiro, 2008. Disponível no site do Grupo Criola - <http://www.criola.org.br>. Acesso em: 01/03/2013.

ZIRBEL, Ilze. **O processo de introdução dos estudos de gênero no Brasil**. Trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em História, FURB, Blumenau 2004, 64p.

Site de consulta <http://coisadenegopi.blogspot.com/>. Acessado em 15/09/2011.

A DANÇA E A MÚSICA COMO CONSTITUTIVOS SUBJETIVOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO RACIAL DE MULHERES NEGRAS.

Rosa Maria Marques

Gerlane Simões Bezerra

*Núcleo de Pesquisa de Relações Raciais Frantz Fanon -
Universidade Federal de Pernambuco - NUPERR- Frantz Fanon/ UFPE.*

Email: lianalew@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar alguns processos subjetivos que constitui a(s) identidade(s) étnica(s) à população negra do país, com prerrogativas para as mulheres negras e sua luta contra o racismo e as desigualdades de gênero, a partir de observações empíricas das autoras em três experiências socioculturais no grande Recife e Zona da Mata de Pernambuco/Brasil. Nesta foi trabalhado com a metodologia de Observação Participante. Como resultado dessa observação empírica, a dança e a música aparecem como elementos subjetivos no processo de elaboração dessas identidades étnicas individuais e coletivas e das estratégias de luta contra o racismo e as desigualdades de gênero. Foi observado que as mulheres negras interagem em torno de uma bandeira de luta comum contra o racismo e desigualdades de gênero, mas em outros momentos a ambiguidade aparecia de acordo com as necessidades vigentes. A dança, a música como alguns dos componentes subjetivos que encontramos nas estratégias pautadas por essas mulheres na construção dos seus projetos individuais, seja ele étnico, social, cultural e políticos, proporcionou para que essas mulheres se descobrissem enquanto sujeitos de seus processos humanos e se permitisse a serem elas mesmas – mulheres negras. Sem pretensões de finalizar as análises aqui apresentada e compreendendo que os projetos individuais e coletivos se interagem, as inquietações trazidas no início desse artigo ainda têm muitos desafios a superar, uma vez que a sociedade ainda convive com resquícios de um passado culturalmente, historicamente impregnado por ideologias e teorias caducas, mas ainda vivas no imaginário da sociedade. Palavras-chave: racismo, gênero, mulheres negras, identidades étnicas, projetos e campo de possibilidades.

Introdução

O pensar e o repensar dos contextos existenciais das condições de vida da população feminina negra no Brasil, sem considerar os vieses: identidade, faixa etária, condição econômica, classe social, espaço de trabalho com qualidade, eixo de formação acadêmica, práticas culturais, religiosidade, relações de gênero, saúde, poderão referendar ainda mais situações da existência dessa população no que tange a sentimentos de baixa estima, desinformação, desrespeitos as suas especificidades, falta de reconhecimento dos saberes, discriminações e preconceitos. Compreendemos também que o exercício de uma democracia participativa, uma cidadania ativa, é a ferramenta que dá ao direito a qualquer ser humano de viver livre se ser feliz. Entretanto, o Racismo e o Sexismo retira quaisquer possibilidade de vivenciar tal realidade. Neste sentido, este artigo pretende pontuar questões referentes à população negra do país, com prerrogativas para a mulher negra em relação aos constitutivos identitários étnicos nas diversas instâncias sociais. Essas questões acima apresentadas não se esgotam unicamente nisso, mas vão mais adiante quando se busca fazer observações referentes às expressões da cultura política nacional para as mulheres negras, na sua trajetória em direção a descoberta de *campos de possibilidades* (VELHO,2008).

A abordagem aqui apresentada tem como foco central as vivências de mulheres negras a partir das observações empíricas das autoras em três experiências socioculturais no grande Recife e Zona da Mata de Pernambuco/Brasil. Nesta foi trabalhado com a metodologia de Observação Participante. Como resultado dessa observação empírica, a dança e a música aparecem como elementos subjetivos no processo de elaboração dessas identidades étnicas individuais e coletivas e das estratégias de luta contra o racismo e as desigualdades de gênero. A dança, a música como alguns dos componentes subjetivos que encontramos nas estratégias pautadas por essas mulheres na construção dos seus projetos individuais, seja ele étnico, social, cultural e políticos, proporcionou para que essas mulheres se descobrissem enquanto sujeitos de seus processos humanos e se permitisse a serem elas mesmas – mulheres negras. Sem pretensões de finalizar as análises aqui apresentada, mas compreendendo que os projetos individuais e coletivos se interagem e ainda têm muitos desafios a superar, uma vez que a sociedade ainda convive com resquícios de um passado culturalmente, historicamente impregnado por ideologias e teorias caducas, mas ainda vivas no imaginário da sociedade.

2. Observando contextos.

Recife é uma das capitais brasileiras que têm um alto índice de violência contra mulheres culminando em mortes. De 2006 a 2012 houve uma redução no índice de violência contra a mulher de 40%. No entanto, de 2012 a 2013, houve um aumento de 24%. No ranking dos estados, Pernambuco é o 5º mais violento e Recife é a 6ª capital mais violenta.¹No documento que disciplina o uso de categorias e definições sobre a motivação de mortes violentas intencionais – CVLI da Segurança Pública do Estado, segundo o Portal Online Viva Pernambuco², “uma das novidades foi a inclusão da categoria racismo, para os crimes de morte cometidos pela condição étnica ou racial da vítima”. O que eles chamam de novidade, para os ativistas negros representa um dos poucos resultados diante das inúmeras reivindicações realizadas, pela frequência de atos racistas violentos e das mortes de adolescentes, jovens e mulheres no estado.

A participação das mulheres na vida cotidiana no desenvolvimento das diversas ações sociais nos segmentos variados da vida política e cultural na sociedade em prol dos seus direitos é palmilhada por caminhos sinuosos com vários desafios, mas também de conquistas. Entretanto as mulheres negras se deparam com outros caminhos que dizem respeito a sua especificidade de mulher negra, que é o enfrentamento do racismo.

Para Souza (1983, p.19), numa perspectiva psicanalista, ser negro, no processo de organização de sua identidade, é ser violado continuamente de forma cruel, por “encontrar um duelo sem pausa por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco, e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro”.

No caso das mulheres negras, por exemplo, estas têm que conviver e enfrentar a dupla sobrecarga histórica da representação de um corpo: a sua e a do imaginário masculino branco. Para as mulheres negras da Organização Nós Outras Mulheres Negras de Pernambuco³, as mulheres negras ganha força

1 Disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?tag=violencia-contramulher> >Acesso em 12/03/2016

2 Disponível em: http://www.vivapernambuco.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=182:homofobia-e-racismo-incluidos-em-lista-de-motivacoes-de-homicidios-em-pernambuco&catid=2:Blog&Itemid=2 Acesso em 12/03/2016

3 A Nós Outra Mulheres Negras criada no ano de 2001, foi uma instituição de pesquisa voltada para a discussão das relações raciais, de gênero e étnicas no Nordeste, que teve suas ações encerradas no ano de 2006.

a partir do momento em que têm oportunidades de fazer uma (re)leitura de sua história de vida, tomando “consciência” das causas e consequências que o racismo e de sua condição feminina. Essa “consciência” de alguma forma estimula ao desenvolvimento em grupos e ainda a estarem envolvidas nos movimentos sociais de enfrentamento de uma realidade que lhe é precária, com debates, encontros para falar mais efetivamente sobre o que é a sua experiência enquanto mulher negra, dentro de uma sociedade racista e machista. Esses elementos não são homogêneos, cada sujeito do seu processo, em pauta aqui a mulher negra, essa organiza a sua percepção da realidade em que está inserida de forma diferente, em tempos diferentes, buscando coisas que satisfaçam. Porém, em todas as observações realizadas nos espaços socioculturais, a tomada de “consciência” na desconstrução de uma cultura da inferioridade aparece com frequência nas falas das mulheres em geral.

2.1 As motivações

A partir das inquietações das integrantes da Organização Nós Outras Mulheres Negras de Pernambuco referente as dificuldade de aceitação de sua identidade étnica, o porquê de sua baixa estima, nessa intenção foi feita uma pesquisa de análise qualitativa em uma Escola de Rede Pública Estadual do Ensino Médio/2001⁴, tomando como referência de análise metodológica a Pesquisa-Ação de Thiollent (1998)⁵. O objetivo da pesquisa era compreender o grau de expectativas de meninas negras com faixa etária entre 15 a 20 anos, em relação ao mercado de trabalho, à escola e, principalmente em relação a elas mesmas, tomando como referencia sua condição de raça/etnia Os resultados da pesquisa demonstraram uma semelhança ao que foi vivenciado pelas mulheres da Organização Nós Outras Mulheres Negras de Pernambuco, com um destaque significativo para a questão do “Mito” da Democracia Racial e das relações de gênero e as dificuldade de percepção de sua identidade étnica. A pesquisa sinalizou no sentido de que se fazia necessário estimular uma conscientização

4 Escola Estadual do Vale das Pedreiras - Camaragibe/PE. Essa pesquisa foi realizada com participação e orientação da Profª M. Lídia Nunes Cunha, integrante da organização. Esta pesquisa resultou no trabalho de conclusão de graduação em Bacharel em Ciências Sociais da autora.

5 Thiollent(1998) trabalha com a metodologia de Pesquisa-Ação ou participante considerada adequada para facilitar a condução da metodologia utilizada no grupo: usando como recurso a prática d e grupos focais.

da necessidade de ampliação de pesquisas desse cunho em outras instituições de ensino.

Pelo fato da Organização Nós Outras Mulheres Negras de Pernambuco estar presente na Articulação de Negros e Negras de Pernambuco⁶ em Recife, com uma representação substantiva de mulheres negras, nos debates, nas conversas informais, se percebeu uma similaridade nas inquietações que a Organização Nós Outras já havia trazido. Em função disto, a Organização utilizou como estratégia de ação fazer observações sistematizadas daquilo que estava reaparecendo. A mesma tomou como projetos de possibilidades das observações a I Conferência de Políticas para Mulheres (2004) no estado, uma vez que ela fazia parte do planejamento da Articulação. Conseqüentemente as observações realizadas no acompanhamento aos grupos de afoxés e maracatus na periferia de Recife no período que antecede o carnaval entre os anos de 2004 -2006, pela forte presença de mulheres negras na composição destes espaços.

3. O corpo fala, a mente adoce... As primeiras análises

Tomando como base as primeiras inquietações que as mulheres da Organização Nós Outras Mulheres traziam em seus relatos em relação a elas mesmas diante das dificuldades em vivenciar sua identidade étnica, da baixa autoestima que lhes proporcionava uma insatisfação de se perceber enquanto mulher negra. Mesmo elas tendo clareza de que eram capazes, inteligentes, bonitas, as opressões que permeiam o universo feminino, como o racismo, o preconceito em função da etnia e da classe social faziam com que estas mulheres mesmo tendo uma vida equilibrada financeiramente, uma consciência da realidade, se deixava levar pela ideologia do racismo e do poder masculino . Mas, a pergunta que se fazia era, será que as adolescentes e até mesmo outras mulheres adultas também sentiam essas dificuldades?

A questão racial foi motivo de um silêncio ensurdecido acompanhado de um olhar vago no comportamento das adolescentes da pesquisa. As discussões relacionadas a violência doméstica e sexual, fluíram de forma que o debate e realização das atividades foram recebidas por elas com menos incômodo. As poucas informações sobre o universo feminino e sua identidade étnica,

6 Um movimento composto por ativistas negros/feministas, grupos organizados de negros ou não, articulando, mobilizando grupos e movimentos sociais em prol das questões raciais, de gênero, questões econômicas e políticas no estado.

pareciam não fazer parte do contexto escolar, nem tampouco nos espaços onde elas circulavam. O fator cor como marcador social na vida das adolescentes se externou em suas falas quando a não aceitação do seu cabelo, o seu corpo, sua pele desvelaram sentimentos negativos. As adolescentes relataram por ocasião dos intervalos das aulas, buscavam retocar suas aparências físicas molhando excessivamente os cabelos no intuito de deixá-los “lisos” e soltos.

Nesse contexto, a cor é um determinante nas desigualdades sociais? Para Guimarães (2008, p 11-12.) foi a partir da chegada dos europeus nas Américas e na África, século XVI, que se constrói um sentimento negativo, preconceituoso em relação àqueles que têm pele escura, por conta do simbolismo de cores do Ocidente Cristão. Simbolismo no qual o escuro denotava derrota, morte, pecado. Provavelmente esse processo simbólico das cores, contribuiu para que se iniciasse um processo de elaboração de um padrão de beleza estético predominantemente branco, que se construiu historicamente e socialmente. A cor “negra” passa a ser um indicativo de inferioridade aplicado a um determinado povo (os negros), se fixando historicamente como uma “raça inferior”.

Sendo a cor um elemento importante para a classificação étnico-racial de pertencimento do indivíduo, é perceptível a dificuldade para algumas pessoas negras se identificarem como tal. Segundo Velho (2008, p. 33):

Em uma sociedade complexa moderna os mapas de orientação para a vida social são particularmente ambíguos, tortuosos e contraditórios. A construção da identidade e a elaboração de projetos individuais são feitas dentro de um contexto em que diferentes “mundos” ou esferas da vida social se interpenetram, se misturam e muitas vezes entram em conflito.

Um dos elementos subjetivos que foi evidenciado nas atividades em grupos referente às possibilidades de constituição de uma identidade étnica das adolescentes, foi a “rejeição” de sua cor e do outro (negro), este último como uma referência a não ser seguida: estética e socialmente. As atitudes de negação e os comportamentos sociais desenvolvidos, onde se interioriza e deixam marcas invisíveis no imaginário das pessoas e nas próprias representações coletivas, interferem tanto no processo de identificação e construção de uma identidade individual quanto na identidade coletiva (KABENGELE, 1999, p. 11). Para Bento (2000, p. 29-30):

A organização da imagem de nós mesmos, está vinculada ao outro, ao nosso grupo, e que nos induz a defendermos os seus valores. Uma vez protegendo “nosso grupo”, excluiremos aquele que não pertence a ele. Esse componente chamado “exclusão” tem como dimensão a moral. O primeiro passo da exclusão moral é a desvalorização do outro enquanto pessoa.

Desse modo, as dificuldades das adolescentes em relação ao aceite de sua cor diferenciada dos outros indivíduos “brancos”, se constituem um entrave na construção de sua identidade étnico.

Quando essa pesquisa foi realizada, uma das primeiras preocupações foi em relação ao que iria-se observar enquanto fato social, a partir do que discute Quintaneiro (2002) sobre o pensamento de durkheimiano, de garantir um “certo afastamento” de definições prévias dos fenômenos tratados a partir dos caracteres exteriores que lhe são comuns, e compreende-los independentemente de suas manifestações individuais. (QUINTANEIRO, 2002. p.73). Corroborando com as ideias de Quintaneiro, Velho (2008, p. 35) explica que quando o indivíduo exposto a experiências diversas, onde ele tenha que dar conta de vários *ethos* e visões de mundo, e quanto menos fechada for sua rede de relações no cotidiano, mas marcada será sua auto percepção de *individualidade singular*. Essa individualidade singular que o autor situa no que é possível observar, corresponde a percepção que se teve das adolescentes ao se tentar identificar na pesquisa elementos significativos que correspondem, as dificuldades daquele público em demonstraram no ato de interagirem no trabalho coletivo, da dificuldade de identificarem sua interpretações. Portanto, é exatamente dentro dessa perspectiva que se situa um universo restrito de informações, interações sociais, sendo estes alguns fatores que poderiam está dificultando a abertura para ampliação de um *campo de possibilidade* dentro da perspectiva de elaboração de seus *projetos* (VELHO, 2008).

Das vinte meninas que faziam parte do grupo focal, 06 já estavam em processo de conclusão do segundo grau e não tinham conhecimento de como se dava o ingresso numa universidade, nem no mercado de trabalho. Não sabemos dizer se este seria um caso isolado ou se na rede de ensino daquele município também aparecem essas ausências de informação ou incentivo ao percurso acadêmico.

Numa das atividades realizadas com recorte de jornal na intenção de identificar o interesse, a expectativa das adolescentes em relação ao mercado de trabalho, ou a uma profissão na qual desejasse exercer, seis das vinte

adolescentes escolheram profissões que requeriam uma formação acadêmica: dentista, médica, advogada, foram as mais citadas. Enquanto as outras quatorzes optarão pela profissão de doméstica e de serviços gerais, simbolizando o sentimento de “incapacidade” face ao desconhecimento do saber intelectual transmitido pela escola e academia. O que chamou atenção é que as seis adolescentes que optariam por profissões de nível superior não tinham o conhecimento das implicações estruturais e estruturante dessa profissão.

Neste sentido a viabilidade na realização de projetos individuais das adolescentes em sua trajetória escolar, familiar, cultural, talvez dependa do “jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos que vão interagindo, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidades*” (VELHO, 45).

4. Reconhecendo a si mesma...

A participação da Organização Mulheres Negras de Pernambuco na Articulação de Negros e Negras de Pernambuco foi preponderante à continuidade dos objetivos em realizar pesquisas investigatórias sobre as relações raciais e de gênero, bem como comparar, reforçar as questões trazidas das inquietações e dos pressupostos vistos na pesquisa já realizada na escola.

A I Conferência de Políticas foi outro espaço de observação. Aqui as Mulheres fez desabrochar os inúmeros projetos individuais que ao mesmo tempo se confrontava com os projetos coletivos. Aparentemente a Conferência tinha um “único” projeto coletivo que correspondiam a construção das políticas públicas para as mulheres. Ao se apresentar como uma prática coletiva os processos demonstraram que tudo não passava de um ledor engano, por um lado, mas por outro, as mulheres negras se empoderaram e passaram a um nível de representação política que resultou em significativas proposições referentes as questões étnicas. Todavia, as questões desse projeto coletivo de políticas públicas universalizadas que representava uma associação de categorias também enfrentou uma relação de diversidades de representações indentitárias e desvelou uma relação interna de poderes. A questão étnica, de classe se fragmenta em categorias: etnia negra, indígena, mulher branca e mulher lésbica. A diversidade dessas categorias ela termina por ser um nascedouro de conflito nos moldes que trata Simmel (1983) quando afirma que o “conflito também é uma forma de sociação”⁷. Neste sentido, a possível solidariedade que antes parecia existir nos

7 Grifos nosso

espaços de discussão na Articulação de Negros/as de Pernambuco com os referidos representantes das organizações, movimentos ou pessoas afins, em algum momento se aproximaram, e em seguida se distanciaram quando as questões inerentes as suas especificidades foram bombardeadas.

Porém, a maior diferença como cita Moore (2007, p. 281) nas relações que envolvem as questões antirracistas e antissexistas, é que no caso do fenômeno sexismo, ele se dá dentro de um nó de relações “socialmente simbióticas, biologicamente fusionais e psicologicamente complementares entre homens e mulheres”. “Mas, em relação ao racista essa fusionalidade não é complementar nem simbiótica com o seu objeto de ódio e rejeição”. E um dos exemplos evidentes segundo o autor é a própria divisão do movimento feminista branco e do movimento feminista negro.

Não retirando a importância que o movimento feminista teve e tem frente às desconstruções das desigualdades de gênero, o fato é que ele foi constituído a partir do pensamento de mulheres brancas, classe média e que durante bom tempo “ocultou” a presença e realidade de mulheres negras e índias no bojo da luta.

Nesta direção a democracia representativa nos permite dialogar, formar grupos afins, ceder, recuar nos limites da política. E para defender interesses as estratégias são diversas. O mesmo discurso universalista que aparecera na conferência estadual em Pernambuco esteve presente na conferência nacional, com isso, demonstrando as dificuldades que as mulheres negras, quilombolas e indígenas tiveram que enfrentar quando propuseram as políticas públicas voltadas para elas, tais como: as doenças relativas a população negra, o reconhecimento dos territórios quilombolas, indígenas, uma educação que respeite e reconheçam essas especificidades.

Como bem afirma Simmel (1983, p. 173):

A sociabilidade é o jogo no qual se “faz de conta” que são todos iguais e, ao mesmo tempo, se faz de conta que cada um é reverenciado em particular; e “fazer de conta” não é mentira mais do que o jogo ou a arte são mentiras devido ao seu desvio de realidade.

Simmel (1983 p. 174) também compreende que todas as formas de interação ou sociação entre os homens, das trocas, o desejo de extrair algo do outro, a alteração entre inimizade e cooperação, a revanche tudo isso está imbuído de conteúdos intencional.

A luta pelo direito das mulheres, apesar de ter uma conotação universalista no seu discurso, é vista pelas mulheres negras noutra perspectiva. Elas compreendem que há questões que dizem respeito a todas as mulheres, elas sugerem que sejam levadas em consideração as especificidades, a existência do racismo, propondo que as políticas públicas sejam diferenciadas. De fato, como aponta Velho (2008, p. 41) um projeto coletivo não é vivenciado de forma homogênea por todos os indivíduos, reafirmando as análises aqui realizadas.

5. A cultura reiterando a representação da mulher negra – elas compõem, cantam e dançam

Um número relativo de mulheres negras que estavam no processo da Conferência, na Articulação de Negros/as de PE, também faziam parte de grupos culturais, como maracatus, afoxés. Outras mulheres foram se integrando a esses grupos a partir da percepção, da proximidade e afinidades com as letras das músicas, a melodia, a possibilidade de se mostrarem sem se incomodar com julgamentos conceituais já existentes de beleza. Mesmo cada mulher negra vivenciando sua experiência no contexto de construção identitária de forma única, ela de alguma forma vai se vê no outro.

Em momentos de visitas as periferias do Recife durante o período de 2004-2006 nos ensaios dos maracatus, afoxés, foi identificada a inserção e participação de mulheres na liderança, mesmo os homens ainda sendo predominante nos espaços de direção. Diante dos vários grupos visitados, gostaríamos de citar dois que se destacaram por apresentarem um número expressivo de mulheres negras, bem como a participação delas na direção, cantando e compondo.

O primeiro grupo é o Afoxé Alafin Oyó, grupo de resistência e de luta contra as desigualdades raciais com maior incidência em Recife e região metropolitana. Um grupo importante para os militantes negros e afins por utilizarem a música e a dança como um dos meios de externar sua resistência e bandeira de luta no estado contra o racismo. O Afoxé leva para as ruas letras de músicas que enaltecem a beleza negra proporcionando a satisfação e reconhecimento da identidade de mulheres e homens negros. As mulheres desses Afoxés durante um bom tempo foram referências, nos discursos políticos e revelaram-se ótimas compositoras.

Outra experiência onde as mulheres se apresentam na direção de ações articuladas é a Associação de Mulheres de Nazaré da Mata – AMUNAM. Ela foi a primeira associação de mulheres na Zona da Mata Norte de Pernambuco a atuar diretamente com meninas adolescentes. Este grupo é totalmente composto

por mulheres e teve que enfrentar vários desafios, principalmente pela falta de credibilidade nas pessoas da cidade com seus propósitos.

Elas foram as primeiras a criarem um maracatu de baque solto (folgado popular) composto só por mulheres, alvo de muita crítica pelos homens. Segundo Cláudia M. de Assis pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco⁸, esse tipo de folgado traz na sua composição: homens vestido de caboclo de lanças, mulheres vestidas de baianas e um grupo de pessoas tocando instrumentos de percussão unissonora e cantando loas (composições populares). Este tipo de maracatu é originário da Zona da Mata Norte Pernambucana próximo aos grandes engenhos de cana de açúcar. As críticas a associação tinha como fundamentação o desvirtuamento de uma história e tradição dos maracatus, que deveria ser papel dos homens sua condução. Mas para estas mulheres, o maracatu têm cunho social, onde proporcionam as adolescentes, mulheres, expressarem sua criatividade: criando, cantando, dançando, demonstrando sua capacidade de articular, mobilizar e ultrapassar limites. As mulheres negras que estiveram presentes na Articulação de Negros/as de Pernambuco, nos diversos grupos externaram em seus discursos a importância de se constituírem ou participarem de grupos, movimentos sociais, seja por conta do reconhecimento, dos objetivos em comum ou da construção coletiva de estratégias na luta contra as desigualdades raciais, de gênero, apesar das diversidades e releituras das mundi visões. A conduta dessas mulheres negras em relação à inserção e participação em determinados espaços dos movimentos sociais de lazer, seus processos organizativos e estratégias de sobrevivência, não depende apenas das crises políticas, econômicas, como sugere Melucci (2001, p. 35) em sua análise sobre movimentos sociais, mas de “um apanhado de fatores, rupturas, reconhecimento de si mesmo e do outro nesse conjunto de ações”.

No conjunto das ações coletivas de articulação, mobilização política, atividades culturais de lazer das mulheres negras observadas nos espaços da conferência, da articulação negra, dos maracatus e afoxés, embora seja perceptível uma “solidariedade”, na perspectiva de Melucci (2001) em relação aos movimentos sociais, as identidades, os saberes, a capacidade das mulheres negras nem sempre são reconhecidas.

Mas essas mulheres negras citadas conseguiram com muito esforço ocupar espaços de lideranças e demonstrarem sua capacidade de articular, mobilizar,

8 Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=309&textCode=885&date=currentDate>

compor, cantar, se desvencilhando do exercício obrigatório de determinados papéis sociais de dona de casa e esposa criados pela sociedade. O que nos chamou atenção nesses espaços culturais é que essas mulheres revelam com sabedoria, altivez, beleza própria, musicalidade criativa de mente e corpo saudáveis, mesmo que em algum momento este corpo apresente ainda os resquícios de uma ideologia dominante racista e machista.

6. Conclusões

Retomando a ideia do início desse artigo fica notório que o pensar e repensar dos contextos existenciais observados no processo evolutivo das mulheres negras em relação a sua participação política, cultural e nos espaços de lazer, o mesmo revelou que os contextos das condições de vida da população feminina negra no Brasil, sofrem grandes influências do racismo, das relações de gênero no constitutivo de suas identidades, projetos individuais e coletivos.

Observando o que a pesquisa realizada revelou em relação a mulheres de faixa etárias, adolescentes, adultas e que essas pessoas ainda estão sofrendo uma vulnerabilidade pro conta de um preconceito racial explícito no seu cotidiano, ausência de políticas sociais especificamente voltadas para esse público feminino negro à abrir seu campo de possibilidades sociais para reorganizarem seus projetos de representação política.

Entretanto, mesmo compreendendo que os projetos individuais e coletivos se interagem, as inquietações trazidas no início desse artigo ainda têm muitos desafios a superar, uma vez que a sociedade ainda convive com resquícios de um passado culturalmente, historicamente impregnado por ideologias e teorias caducas, mas ainda vivas no imaginário da sociedade.

A dança, a música como alguns dos componentes subjetivos que encontramos nas estratégias pautadas por essas mulheres na construção dos seus projetos individuais, seja ele étnico, social, cultural e políticos, proporcionou para que essas mulheres se descobrissem enquanto sujeitos de seu processo humanos e se permitisse a serem elas mesmas – mulheres negras.

Referências Bibliográficas:

CARNEIRO, Suely. Prefácio In: Mulheres Negras do Brasil. SCHUMACHER, Sehumá: VITAL BRASIL, Érico. Rio de Janeiro:Senac Nacional, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo **Preconceito Racial: modos, temas e tempos.** São Paulo: Cortez, 2008.

KABENGELE, Munanga. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil- identidade nacional versus identidade negra.** Ed Vozes, Rio de Janeiro, 1999.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Tradução Maria do Carmo Alves do Bonfim. Rio de Janeiro. Petrópolis, Vozes, 2001

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

PACHECO. Ana Cláudia Lemos. **Gênero, Raça e Solidão entre Mulheres Negras em Salvador.** Bahia, 2008.

Disponível em : <http://www.revistabrasileiradocaribe.org/AnaClaudiaPacheco.pdf>
Acesso em: 21 de junho de 2010

QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** Tânia Quintaneiro, Maria Ligia de Oliveria Barbosa, Márcia Gardênia de Oliveira..- 2. Ed.rev.amp.Belo Horizonte:Editora UFMS, 2002.

SIMMEL, George. **Sociologia.** Organizador (da coletânea) Evaristo de Moraes Filho; tradução Carlos Alberto Pavanelli ... et al.São Paulo: Ática, 1983

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

.....**Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** 8.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, A MUHER NEGRA E OS PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA

Silvana Silva do Nascimento
silvana_nsilva@hotmail.com

Orientadora: Valdenice José Raimundo
Universidade Católica de Pernambuco
valjr@yahoo.com.br

Resumo:

As políticas públicas configuram-se como ações que surgem como resultante de decisões que visam amenizar os conflitos existentes entre o Estado e a sociedade. Nesse sentido, o presente estudo objetiva contribuir para ampliação dos estudos acerca da Política de Assistência Social, considerando a trajetória da Política de Assistência e os diversos conflitos existentes para implementação da mesma. Inserida na Constituição Federal de 1988, a Assistência Social compõe o tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social, e tem como premissa ser uma Política não contributiva, voltada a quem dela precisar, diante dessa constatação tornou-se necessário identificar o perfil de seus/suas usuários/as. Outro elemento tornou-se imprescindível na reflexão sobre a Política de Assistência Social foi os Programas de Transferência de Renda, que se tornaram carro da Proposta Neoliberal e ganhou continuidade na agenda Neodesenvolvimentista.

PALAVRAS CHAVE: Política de Assistência Social, Gênero e Raça.

Introdução

As políticas públicas são entendidas como estratégias que se consolidam por meio de programas, projetos e serviços sociais, visando responder - no caso do Brasil de forma parcial - às questões que surgem da vida em sociedade (PEREIRA, 2007). São ações que surgem como resultante de decisões que visam amenizar os conflitos existentes entre o Estado e a sociedade. Ao nos referirmos ao entendimento acerca da constituição da Assistência Social no Brasil, enquanto Política Social torna-se necessário traçar o processo que antecede a atual configuração.

A partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social foi inserida no tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social, passaram a compor um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social” (BRASIL, 2002: artº 194). A Seguridade Social romperia com a lógica fragmentada e buscaria dar um sentido amplo à área social, trabalhando a ideia de ampliação dos direitos sociais e a responsabilidade do Estado diante dessas políticas (COUTO, 2004).

Com a chamada Reforma do Estado, orientada pela nova Política de Ajuste Neoliberal- iniciado na década de 1990, o Brasil começou a sofrer as consequências da crise mundial que ocasionaram por sua vez, um retrocesso na consolidação e expansão dos direitos sociais e trabalhistas conquistados na Constituição Federal de 1988, e com isso surgiram também novas manifestações e expressões da questão social. As políticas sociais passaram a se consolidar como políticas minimalistas, seletivas e focalizadas.

O presente estudo objetiva contribuir para ampliação dos estudos acerca da Política de Assistência Social, considerando a trajetória da Política e o perfil de seus/suas usuários/as. O interesse pela temática surgiu frente ao desafio da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão da Política de Assistência Social, e o estudo apresentado consiste em recorte do Trabalho principal.

Metodologia

Como processo metodológico o estudo foi norteado pela perspectiva histórica e da totalidade por meio da análise das mediações e correlações que compõe o debate acerca da assistência social brasileira.

Nesse sentido foi realizado estudo bibliográfico, a partir de artigos e livros organizados por autores estudiosos da Política de Assistência Social. Além disso, foi realizado levantamento documental, realizada junto às publicações elaboradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, órgão responsável pela elaboração dos Programas de Transferência de Renda sua gerência em âmbito nacional. A análise interpretação dos dados coletados tiveram com finalidade a composição de um estudo quantitativo e qualitativo que considerou o processo histórico, o dinamismo da realidade e o processo dialético.

Resultados

Identificamos que de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, 93% das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família - PBF são chefiadas por mulheres e destas, 68% são negras. Constatamos que o conceito de pobreza foi inserido na Lei Orgânica da Assistência Social (1993). Além disso, tanto o PBF (2003) como o Plano Brasil sem Miséria - PBSM (2011) consideram a renda per capita familiar na avaliação da pobreza. Grande parte das famílias pobres é chefiada por mulheres e a essa realidade é atribuída o conceito de Feminização da Pobreza.

Quanto ao recorte racial verificamos que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), a população negra corresponde a 50,7% da população brasileira, porém quando levamos esse quantitativo para o campo da pobreza extrema constata-se que a população negra totaliza 70% dos que vivem abaixo da linha de miséria. Esse dado possui relação direta com o “lugar” para o qual essa população foi historicamente direcionada.

Discussão

Com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742 de 1993) a Assistência Social passou a ser direito do cidadão e dever do Estado, devendo este último prover os mínimos sociais por meio de um conjunto articulado de ações públicas em parceria com a sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Após um movimento de discussão nacional, foi deliberada na IV Conferência Nacional da Assistência Social - CNAS em 2004, a Política Nacional de Assistência Social- PNAS, com a perspectiva de implantação do Sistema Único

da Assistência Social- SUAS, com a proposta de materializar o conteúdo da LOAS, cumprindo as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social (PNAS, 2004).

A conjuntura em que a Política de Assistência gestou-se foi o da implementação da política neoliberal, que atingiu de frente as relações sociais de modo geral e de forma muito particular as relações de trabalho, por conta da eliminação dos postos de trabalho, o achatamento salarial, sem contar no aumento das formas de trabalho em condições precárias (YASBEK, 2001). A questão social, campo de intervenção da política, passou a ser debatida e enfrentada em suas várias expressões. Nesse contexto, outro grande desafio foi a implementação da Política de Transferência de Renda.

Esse é o contexto em que são iniciados os primeiros debates sobre as experiências internacionais sobre Programas de Transferência de Renda, são apresentada pelos políticos, organizações sociais e estudiosos da questão social como opção de enfrentamento ao desemprego e a pobreza (SILVA, 2008).

No ano de 2001, o país vivenciou a propagação de Programas de Transferência de Renda de iniciativa do Governo Federal, com implementação descentralizada em níveis municipais, que contou com a transformação do Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima- PGRM, para Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação que ficou nacionalmente conhecido como “Bolsa- Escola” (SILVA, 2008).

Ainda em 2001 foi criado o Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (Decreto nº 3.877, de 24 de junho de 2001) conhecido como CADÚNICO, com o objetivo de cadastrar, as famílias em situação de pobreza em todos os municípios brasileiros, nessa conjuntura foi criado o “Cartão do Cidadão” com o propósito de substituir os cartões magnéticos utilizados pelos vários programas.

O ano de 2003 marcou um período de mudanças com intuito de conferir a Política de Transferência de Renda abrangência nacional, é considerado por Silva (2008). A eleição da pobreza e da fome como prioridade política, passou a direcionar as Políticas Sociais no sentido de mecanismo de enfrentamento à pobreza. Destaca-se nessa conjuntura o “Fome Zero”. É desse contexto também o início da unificação dos programas nacionais de transferência de renda.

Com o início do século XXI começou a ser evidenciada em âmbito internacional a proposta Neodesenvolvimentista, quando o Banco Mundial incorporou em sua agenda as proposições do economista Amartya Sen (2000). Nessa perspectiva a noção de desenvolvimento requer necessariamente que sejam

removidas as principais fontes de privações de liberdade e dentre elas estão: a pobreza, negligência dos serviços públicos, e intolerância, carências de oportunidades econômicas e destituição social e sistemática (MOTA, AMARAL E PERUZZO, 2010).

Foi nesse cenário os Programas de Transferência de Renda resultou no Programa Bolsa Família- PBF, proposta do Governo Federal, lançado em 20 de outubro de 2003 passando a constituir-se como principal Programa de enfrentamento à pobreza no Brasil no âmbito da Estratégia Fome Zero.

A proposta do PBF teve dentre os objetivos: A promoção da inclusão social, e o combate a fome, a pobreza e as desigualdades tendo como via a transferência de um benefício financeiro, associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos- saúde, educação, assistência social e segurança alimentar (SILVA, 2008).

Conforme, Santos (2012) são inúmeras as análises cada vez mais otimistas sobre redução da desigualdade social, considerando como parâmetro a redução do número de famílias em situação de extrema pobreza. A redução da desigualdade se daria por meio da mobilidade social e do consumo entre a população de baixa renda que ocorre devido à “combinação resultante de três fatores: da elevação real do salário mínimo; do crescimento do trabalho com carteira assinada; e da expansão dos programas de transferência de renda” (SANTOS, 2012: 440).

Em 2011, foi instituído pelo Decreto nº 7.492 o Plano Brasil Sem Miséria - PBSM, cujo ambicioso objetivo é a superação da condição da pobreza extrema. Para isso o Plano se propõe a criar oportunidades para elevar a renda e garantir o acesso a serviços, aos segmentos mais vulneráveis (COLIN, 2012).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome- MDS (2011) o PBSM reafirma o compromisso do Governo de colocar as políticas sociais enquanto centrais para desenvolvimento econômico do País. Por isso, o Plano possui três eixos sobre os quais desenvolve sua atuação, são eles: a) Garantia de Renda; b) Inclusão Produtiva: Subdivide-se em dois eixos: urbano e rural. c) Acesso a serviços.

Ao pensar o debate que perpassa a superação da pobreza é importante salientar que a pobreza é um fenômeno multifacetado. Considerando o SUAS, destaca-se o conceito de pobreza presente na LOAS, cujo entendimento de pobreza considera o cidadão com acesso precário aos mínimos sociais. Contudo, ao avaliarmos ao o PBF, a pobreza é medida por meio da renda familiar, onde a família com renda per capita entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ de salário mínimo é considerada pobre. No caso do PBSM cujo público prioritário é a pobreza extrema o valor

referente a renda per capita passou a ser de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, considerando o número de membros da família (MDS, 2014).

Ao refletirmos acerca do espaço assumido pelos programas de transferência de renda e seu foco na pobreza extrema exige o debate sobre a centralidade que as famílias assumiram nessas políticas. No entendimento de Mesquita e Freitas (2013) centralidade decorre do fato de:

No Plano “Brasil Sem Miséria”, as famílias brasileiras permanecem a ter centralidade nas políticas sociais de transferência de renda, pois são compreendidas enquanto esfera de mediação entre as instâncias pública e privada e agente fundamental para o funcionamento da sociedade. Mas, não podemos apenas fazer essas considerações ou enfatizarmos esses preceitos sem atentar para os aspectos contraditórios que esse sistema apresenta e traz para a vida das famílias — os sujeitos principais para os quais essas ações serão dirigidas (MESQUITA e FREITAS, 2013).

Contudo, é importante lembrar que a relação entre Estado e família é bem anterior ao PBSM. Essa relação “é conflituosa desde o princípio, por estar menos relacionada aos indivíduos e mais à disputa do controle sobre o comportamento dos indivíduos” (MIOTO, 2010: 45). Ou seja, a relação tem característica paradoxal, embora seja reconhecida a centralidade da família nas políticas sociais.

Existe também a negação de tal reconhecimento, haja vista mesmo sendo a família apontada como base da sociedade e com especial proteção do Estado, o que se verifica através das pesquisas sobre o tema a pauperização e a queda da qualidade de vida das famílias (MIOTO, 2010).

Pereira-Pereira (2010) traz como marco no tocante a relação Estado e família, o final dos anos de 1970, quando a família começou a ser inserida nas agendas do governo, seja com medidas de apoio familiar, particularmente as dirigidas às crianças e nesse grupo estão contempladas: programas de redução da pobreza infantil, aconselhamentos e auxílios.

Ou políticas de valorização da vida doméstica, onde o trabalho remunerado deveria ser conciliado com as atividades do lar; Ou mesmo por meio de campanhas de publicidade e de conscientização, que envolveram o combate a violência doméstica, à drogadição, à gravidez na adolescência.

A família nuclear, ainda hoje utilizada como referência para os formuladores das políticas sociais, está em extinção. Um elemento importante a ser

considerado para o entendimento dessa extinção “foi a ampla participação da mulher no mercado de trabalho e na chefia da casa. Atualmente, muitos domicílios não contam sequer com a presença do homem como fonte de sustento ou de apoio moral” (PEREIRA-PEREIRA, 2010:38).

Porém, Mioto (2010) afirma que por um lado é evidente o consenso sobre a diversidade de arranjos familiares, por outro lado, ainda é rotineiro profissionais que não trabalham com a ideia da diversidade de famílias. Essa constatação a autora atribuí o fato de ser recorrente a presença do termo “família desestruturada” nos relatórios técnicos de serviços, a mesma destaca que tal expressão, surgiu “originalmente para rotular as famílias que fugiam ao modelo descrito pela escola estrutural-funcionalista” (MIOTO, 2010: 53).

Em 1993, com a instituição da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS as famílias passaram a ser entendida como sujeito de intervenção da política social. E com a Política Nacional de Assistência Social- PNAS (2004), a matricialidade sociofamiliar, conquistou grande espaço com o propósito de conferir a centralidade a família na concepção e implementação dos benefícios, projetos, serviços e programas da Assistência Social. A família passou a ser agente central na efetivação das políticas sociais.

Com o Plano Brasil Sem Miséria, não foi diferente, as famílias brasileiras continuaram a ter centralidade nas políticas sociais de transferência de renda, assumindo o lugar de esfera de mediação entre as instâncias pública e privada e agente fundamental para o funcionamento da sociedade (MESQUITA E FREITAS, 2013).

É nesse lugar que a contraditória relação que se estabelece entre o Estado e as famílias, vêm se colocando. E a matricialidade sociofamiliar, justificada sob o argumento de que as políticas de proteção à família teriam maior impacto nas condições de vida da população pobre, contribuiu para colocar sobre a mulher o papel de responsáveis pela família.

Todavia vale a pena refletir sobre a via de mão dupla que representa o reconhecimento do papel e da importância das mulheres na gestão das famílias pobres. Por um lado, valoriza as mulheres, centralizando nela as suas ações, por outro lado, terminam por responsabilizá-las quanto aos possíveis sucessos ou fracassos diante da efetividade de suas ações, por fim termina por reforçar o papel da mulher como mãe e única responsável na família, afirmando uma centralidade não apenas na família, mas uma centralidade na mulher-mãe (CARLOTO, 2006).

Quando nos referimos a população pobre, grande parte das famílias são chefiadas por mulheres, essa realidade é atribuída às situações de vulnerabilidade econômica e a mulher acaba sendo sua provedora, “além de assumir funções domésticas e o cuidado com os filhos, o que implica sua vinculação em trabalhos mal remunerados em tempo parcial ou intermitente, gerando assim maiores dificuldades para garantir a subsistência da própria família” (PINTO, et.al, 2011: 169). Um exemplo disso é que os pesquisadores e estudiosos do tema, apresentam como um dos grandes acertos do Bolsa Família foi justamente privilegiar a titularidade das mulheres, essas entre as famílias atendidas pelo programa somam entre as famílias, 93% são chefiadas por mulheres e, destas, 68% são negras” (REDE BRASIL ATUAL, 2014).

Além do recorte de gênero, se faz necessário o elemento racial, considerando que de acordo com o IBGE (2010) a população negra- entendida como a soma das pessoas que se declararam pretas e pardas- foi de 190.732.694, o equivalente a 50,7% da população brasileira. Em Pernambuco esse percentual chega a 62%. Quando levamos esse quantitativo para o campo da pobreza extrema constata-se que a população negra totaliza 70% dos que vivem abaixo da linha de miséria (LEP, 2011). Nesse sentido:

A conexão entre a miséria e a origem racial é tão definitiva no País que programas de transferência de renda destinados a eliminar a extrema pobreza só poderiam fazê-lo ao beneficiar os negros, mesmo sem adotarem políticas afirmativas de raça. Cerca de três quartos dos beneficiados, mostra o levantamento, são negros. A pesquisa de 2013 revelar que os maiores beneficiados pelas políticas de transferência de renda têm a pele escura. De acordo com os dados divulgados por Tereza Campello, 73% dos cadastrados no Bolsa Família são pretos ou pardos autodeclarados (MARTINS, 2014).

Frente a tal informação verifica-se que é inevitável a conexão entre a miséria e a recorte racial e embora os programas de transferência de renda destinados a eliminar a extrema pobreza, não tivessem inicialmente a focalização na raça, não teria como alcançar o objetivo de superação da pobreza, sem rebater sobre a população negra, haja vista que são esses possuem os piores indicadores na saúde, educação, renda, ocupação, habitação, entre outros, posicionando-se nas escalas mais baixas da sociedade.

Contudo, torna-se necessário lembrar que não é por acaso, que a população negra é maioria dentre os índices de pobreza, esse dado possui relação direta com o lugar onde historicamente a população negra foi direcionada. Após o processo de escravidão “as pretensões de redefinição social e cultural do trabalho foram conduzidos no sentido de uma política de valorização do imigrante, num processo em que o negro ao entrar nas novas condições e relação de produção vê-se profundamente bloqueado pela ideia de trabalho assalariado” (MARTINS, 2012: 456). É nesse contexto de constituição capitalista se efetivava, o trabalho assalariado se coloca numa direção de valorização do trabalhador branco- sobretudo o imigrante europeu- como símbolo da redefinição social e cultural do trabalho no país.

E com o decorrer dos anos a discriminação racial na lógica capitalista foi sendo cada vez mais evidenciada, e o espaço da população negra no mercado de trabalho passa a ser de modo geral na desocupação, na informalidade e nas ocupações com precárias relações de trabalho. Assim, “se entrelaçam os elementos raciais que, a partir da dinâmica das relações sociais do capitalismo brasileiro, vão evidenciando os mecanismos que constroem e reconstroem- embora de forma velada e sob a égide da democracia racial- os elementos constitutivos da discriminação e da desigualdade racial no Brasil” (MARTINS, 2012: 458).

Verifica-se que o perfil da população que acessa o Plano Brasil sem Miséria tem predominância de mulheres e população negra, devido a questões históricas como a contraditória relação entre o capital trabalho, que tem dentre suas conseqüências o desemprego estrutural, que tem nas crescentes formas precárias de contratações e estímulo ao empreendedorismo estratégias de manutenção do capital. Enquanto isso a população pobre continua a ocupar espaços periféricos.

Conclusões

Debruçar-me sobre a Trajetória da Política de Assistência possibilitou a ampliação do entendimento da Política, sobretudo, acerca dos desafios de sua implementação à luz do que foi definido na Carta Constitucional de 1988, atendendo a proposta de afastamento da lógica da caridade e da filantropia e sua afirmação enquanto direito seriam todos que dela precisasse, independente de contribuição ou qualquer outro elemento.

Contudo, com a crise e redefinição das relações entre Estado e sociedade, instaurados no país por meio do projeto Neoliberal, ainda nos anos de 1990, as relações de trabalho também foram atingidas, ocorreu nesse contexto: a eliminação de postos de trabalho, aumento das formas precárias de trabalho, subcontratações, além do aumento da pobreza. Com a proposta de conferir resolutividade ao aumento dos índices de pobreza, foram elaborados os primeiros programas de transferência de renda- PTR.

Nesse sentido, identifica-se que a medida que os PTR tiveram seu alcance ampliado, ocorreu sua definição como política compensatória, com o propósito de cumprir o papel econômico e político, devido possibilidade de acesso, mesmo que de forma precário aos bens e serviços.

O Plano Brasil sem Miséria, que atualmente possui maior amplitude, apresenta a intersectorialidade como princípio, encontra-se munido de programas em diversos eixos, mas acaba por reproduzir ideias e lugares comuns, refiro-me especialmente ao recorte de gênero, um das bandeiras do Plano. Embora se apresente como estímulo a inserção da mulher no mercado de trabalho, são oferecidos, cursos que por um lado possibilita a algumas mulheres seu reconhecimento, por meio da geração de mais uma renda para compor as necessidades da família, por outro lado reforçam a histórica associação da mulher as tarefas domésticas, como exemplo cito: artesanato, doceira, cozinheira. Além do estímulo ao empreendedorismo, que por sua vez reafirma os ideais de negação dos direitos trabalhistas por meio de vínculos precários.

Outro elemento que necessita ser retomado é o recorte racial sobre a população que acessa os programas que compõe o “Brasil sem Miséria”, mesmo sem ter como proposta ser tornar uma política afirmativa, os dados sobre o perfil dos usuários do Plano afirmam que sua maioria se autodeclara como pretas ou pardas. Embora os gestores apontem os dados com surpresa, constatamos que tal fato tem relação direta com o “lugar” que o racismo historicamente impôs a população negra. Essa com o fim da escravidão ocupou lugares de desigualdade e discriminação, com acessos precários à saúde, à educação e ao mercado de trabalho. Logo, com o desemprego estrutural inerente ao sistema capitalista, coube a população negra as piores colocações no mercado de trabalho: subcontratações, inserções irregulares e salários muito baixos.

Os direitos sociais legitimados constitucionalmente não conseguiram efetivação por meio do formato que as políticas sociais estão delineadas. Embora as ações apresentadas pareçam grandiosas, são incapazes de combater a desigualdade historicamente construída em nosso país, o que é possível constatar na

verdade é um distanciamento enorme entre o acesso aos direitos e a efetividade do acesso à Assistência Social, que vêm se configurando como lugar de ações engessadas que desconsideram as reais necessidades e anseios daquele aos quais os programas estão direcionados.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Constituição Federal do Brasil. In: Mannrich, Nelson (org.) **CLT, legislação previdência e constituição federal**. 3ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

COLIN, Denise Ratmann Arruda; PEREIRA, Juliana Maria Fernandes. Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda: Alguns Apontamentos Sobre a Experiência Brasileira. In: **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**/Organizadores: José Ferreira da Crus... [et al]. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013.

COLIN, Denise. SUAS e Plano Brasil sem Miséria: Pactuando caminhos intersetoriais. In: Ministério do Desenvolvimento Social. **O SUAS no Plano Brasil sem Miséria**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: <http://www.brasilsemisERIA.gov.br/documentos>. Acessado em: 03/04/14.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

Decreto nº 7.492 de 02 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/brasilsemisERIA/legislacao-2/legislacao/arquivos/decreto-7644-fomento-atividades-rurais.pdf>. Acessado em: 01/02/14

MESQUITA, Adriana de Andrade e FREITAS, Rita de Cássia dos Santos. Programas de Transferência de Renda e Centralização nas famílias: prioridades do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão. In: **O Social em Questão** - Ano XVII - nº 30 – 2013.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana; PERUZZO, Juliane Feix. O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete. **As Ideologias da Contra Reforma e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária, 2010.

MDS, **Caderno de Resultados - 2 anos e meio**. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <http://www.brasilsemisERIA.gov.br/documentos>. Acessado em: 10/04/14.

MARTINS, Miguel. **O racismo em números: A esmagadora maioria dos beneficiários do Brasil Sem Miséria é de negros, comprova levantamento do governo federal**. Publicado em: 04/01/2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/767/o-racismo-em-numeros-6063.html>. Acessado em: 30/03/14.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. In: **Revista de Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. nº. 111. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000300004&script=sci_arttext . Acessado em: 14/02/14.

YASBEK, Maria Carmelita. Assistência Social brasileira: Limites e possibilidades na transição do milênio. In: **Política de Assistência Social uma trajetória de avanços e desafios**. Cadernos ABONG- Brasília: CFESS, 2001.

PEREIRA- PEREIRA, Potyara Amazoneida . Política de satisfação de necessidades no contexto brasileiro. In: **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos Mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2007.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro; MICHELETTI, Fátima Aparecida Barbosa de Oliveira; BERNARDES, Luzana Mackevícus; FERNANDES, Joice Maria Pacheco Antonio; MONTEIRO, Gisela Vasconcellos; SILVA, Magda Lucia Novaes. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. Revista Serviço Social e Sociedade. nº 105. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: <http://www>.

scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101662820110001&lng=pt&nrm=is.

Acessado em: 15/01/14.

REDE BRASIL ATUAL, Mulheres chefiam 93% das famílias atendidas pelo Bolsa Família. Publicado em: 13/03/2014. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/03/mulheres-chefiam-93-das-familias-atendidas-pelo-bolsa-familia-8837.html>. Acessado em: 15/03/14.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva.** Revista Serviço Social e Sociedade, nº 111. São Paulo: Cortez, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **A Política Social Brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** 4^a Ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

FEMINISMO NEGRO E CABELO: MULHERES NEGRAS E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL

Stella Maris Carneiro de Arruda
Universidade Federal de Pernambuco
stellamaris241@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho procurará compreender de que maneira há a percepção do pertencimento étnico-racial das mulheres negras, durante seu processo de construção identitária, destacando como fator importante desta afirmação características fenotípicas da população negra, evidenciando o cabelo como símbolo de pertencimento a determinado grupo étnico-racial, tendo como base o Feminismo Negro.

Palavras-chave: Mulheres negras; racismo; identidade étnico-racial; Feminismo Negro.

Introdução

O presente trabalho possui como título: “Feminismo Negro e Cabelo; mulheres negras e o processo de construção da identidade racial”. Ele diz respeito à influência que as características fenotípicas (neste caso, o cabelo) exercem sobre a percepção e auto reconhecimento destas mulheres como negras, a partir principalmente de uma decisão política, ou seja, a maneira como elas irão se posicionar no mundo, a partir de suas construções identitárias e de sua consciência negra, a partir do Feminismo Negro enquanto movimento que defende e luta pela visibilização da realidade específica das mulheres negras e pela garantia de seus direitos.

Considerando o cabelo crespo como um fator determinante na construção identitária da população negra, especialmente das mulheres negras (construção esta feita biográfica e socialmente, ou seja, a partir de como a sociedade enxerga aquele indivíduo e da maneira como o mesmo enxerga a si próprio), acreditamos que a (re)afirmação do mesmo representa um ato de resistência cultural e política à ideologia do branqueamento europeu, fortemente difundido no Brasil. Concordamos com Nilma Gomes (2003), quando a mesma afirma que a revalorização da dupla cabelo e cor da pele extrapola o indivíduo e atinge o grupo étnico-racial ao qual pertence, o que quer dizer que, a partir do momento que as mulheres negras tomam a consciência (não sem tensões e contradições) de pertencimento a determinado grupo étnico-racial e de sua percepção enquanto mulher negra, e o fazem, dentre outras maneiras, através da resistência ao branqueamento compulsório imposto socialmente, assumindo seu cabelo cacheado, crespo, afro, reafirmando a estética negra política, social e culturalmente.

Visto isso, o presente trabalho procura compreender de que forma o cabelo, como característica fenotípica, possivelmente utilizada pela população negra como resistência cultural e política, influencia na construção identitária das mulheres negras e na percepção destas enquanto pertencentes a determinado grupo étnico-racial, tendo como base teórica o Feminismo Negro.

Logo, o objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de construção identitária étnico-racial das mulheres negras no Brasil. Além disso, procuro caracterizar como ocorre o processo de construção identitária étnico-racial da mulher negra no país; e compreender a influência do cabelo, como característica fenotípica, sobre a percepção do pertencimento étnico-racial das mulheres negras, além de entender o processo histórico e social no qual o Feminismo Negro foi construído.

Acredito ser este trabalho de suma importância pessoal, profissional e social. Pessoal, pois tendo minha experiência de vida como base, sendo uma mulher negra e vendo de perto esta compulsória ideologia do branqueamento, enxerguei neste trabalho uma oportunidade de compreender melhor como as relações sociais e raciais no Brasil são estabelecidas e que implicações elas trarão para mim, assim como para todas as mulheres negras, dentro de suas especificidades. Importância profissional, visto que o Projeto Ético-Político do Serviço Social, curso de graduação o qual sou estudante, especialmente o Código de Ética defende intransigentemente os direitos humanos, a justiça, a equidade e a diversidade. E, socialmente, já que o Brasil é um país altamente miscigenado, sendo o segundo país mais negro do mundo é imprescindível que as relações étnico-raciais sejam discutidas e estudadas, representando obrigação de todos os cidadãos e de todas as cidadãs, independente de sua origem ou cor, na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, contra o racismo, o sexismo e todas as formas de opressão.

Metodologia

Metodologicamente, este trabalho adotará a pesquisa qualitativa, através de pesquisa bibliográfica das obras de referência no assunto, sendo utilizados livros, artigos, dentre outros. Minha referência empírica baseia-se em experiências pessoais vividas por mim, como mulher negra, e a construção da minha identidade e da minha percepção enquanto tal a partir da transição capilar pela qual passei, somadas a percepções e observações dentro da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) de alunas que assumiram seu cabelo crespo, mas vai além da instituição, impactando diretamente no modo como essas mulheres veem o mundo e veem a si mesmas enquanto mulheres negras empoderadas.

Resultados e discussão

1 - Feminismo Negro: a afirmação de um campo de lutas

O Movimento Feminista, como movimento político e social que luta pela igualdade social, política e econômica entre homens e mulheres, através do empoderamento feminino e libertação de padrões opressores baseados em normas de gênero, tem seu início no século XIX, tendo a Revolução Francesa como marco histórico. Ele contribuiu para as lutas a favor da vida humana e digna da

mulher, livres de opressões e explorações questionando sua condição subordinada, hierarquização dos sexos, discursos e práticas em torno da mulher, enfim, a luta pela conquista da cidadania plena.

Entretanto, o movimento passou por uma desmobilização e surge novamente nas décadas de 1960 e 1970 com forte incidência nos Estados Unidos, na Europa e também no Brasil, fazendo reivindicações principalmente no âmbito político, como o direito ao voto, por exemplo. Obras como a de Simone de Beauvoir (*O Segundo Sexo*), a qual afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher” também foram essenciais para fortalecer e ampliar a visão crítica do movimento feminista.

Neste contexto também surgem reflexões mais aprofundadas sobre o posicionamento social das mulheres, onde estas ocupam lugares sociais subordinados em relação ao homem, e então aprofunda-se debates e estudos sobre este papel construído e imposto para a mulher em nossa sociedade. Essa discussão tem ampliado consideravelmente no decorrer das décadas na luta pela desconstrução dessa base social de dominação masculina, afirmada historicamente em nossa sociedade. (COELHO & GOMES, 2015)

No Brasil o Movimento Feminista, assim como o Movimento Negro ressurge diante da Ditadura Militar e, assim como outros movimentos sociais, eles sofreram repressões ao longo deste período, uma vez que as mulheres eram vistas como social, política e moralmente perigosas para a tão defendida “segurança nacional”, e o negro carregando o estigma de vagabundo, preguiçoso, desonesto e violento; carga esta herdada do período escravagista. Contudo, mesmo com alguns impasses, o Movimento Feminista brasileiro e o Movimento Negro conseguiram se fortalecer, dentro do contexto específico no qual se encontrava: um país com graves níveis de desigualdade social, os quais refletiam diretamente para dentro do movimento com mulheres de diferentes classes sociais.

De acordo com Coelho & Gomes (2015), além da luta pela transformação das relações de gênero na sociedade, onde apenas o fato de ser mulher é determinante na vida do indivíduo, o movimento feminista brasileiro também tinha que considerar que o Brasil tem fome, miséria, violência, e que estes e outros agressores sociais não poderiam ser desconsiderados em suas reivindicações pela liberdade e pela igualdade.

Com a Constituição Federal de 1988 e a redemocratização do país, houve o surgimento de direitos civis, políticos e sociais e o movimento feminista entrou em processo de transformações, onde novas pautas tornaram-se base no seu processo de enfrentamento ao sistema patriarcal, assim como pautas antigas aprofundaram-se, como a luta pelo direito ao trabalho, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, entre outras. (COELHO & GOMES, 2015)

Contudo, através da participação no Movimento Feminista, as mulheres negras perceberam que suas pautas não estavam sendo consideradas nas críticas do movimento feitas à sociedade machista. Lutar pelo espaço público, pelo direito de trabalhar fora do âmbito doméstico, pelo direito de não casar, entre outros, não diziam respeito à realidade vivida pelas mulheres negras, uma vez que estas, historicamente, trabalham fora de casa, seja cortando cana e cuidando das plantações de café, como no período colonial, seja como trabalhadora doméstica na sociedade moderna.

Percebemos que desde sua concepção, o Movimento Feminista possui como base uma ideia universal de mulher, onde *a priori* as opressões que realmente impactavam sua realidade seriam a de gênero e a de classe, deixando o conceito de “raça” excluído nos estudos e nas ações do chamado feminismo acadêmico. Logo, as especificidades das mulheres negras eram desconsideradas e ignoradas pelo Movimento Feminista, assim como pelo Movimento Negro, o qual não sentia a necessidade de estabelecer diferenças entre homens negros e mulheres negras, o que, de acordo com Rodrigues (2013), acabou por colocar as mulheres negras apenas como “sujeitos implícitos”, não ativas neste processo.

Assim, a partir da participação das mulheres negras em congressos e seminários organizados pelo Movimento Feminista, elas tiveram a oportunidade de ressignificar este mesmo movimento, ao considerar a interseccionalidade entre raça, classe e gênero; a luz dada à essa observação da articulação entre diferentes tipos e níveis de opressão é a principal contribuição do Feminismo Negro. Segundo Sueli Carneiro (2003, p.10),

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil.

Assim, podemos observar que tanto o Movimento Negro tinha sua face sexista, onde as relações de gênero funcionavam como fortes repressoras da autonomia feminina e impediam que as ativistas negras ocupassem posições de igualdade junto aos homens negros; como também o Movimento Feminista tinha sua face racista, através da não inclusão e discussão das questões raciais e privilegiando as pautas apenas das mulheres brancas. A partir desta conclusão, o Feminismo Negro introduz a noção de interseccionalidade, como estratégia de chamar a atenção e dar legitimidade às suas pautas e necessidades frente a uma sociedade sexista e racista. Além disso, é importante ressaltar que

Em função de uma série de desvantagens em relação aos homens e às mulheres brancas, aos homens negros, ser mulher é, também, uma luta incessante pela valorização de nossa história como sujeitos sócio-histórico-culturais, pelo fortalecimento da nossa auto-estima, pela construção de nossas identidades. (SILVA, 2013, p.112)

A epistemologia feminista lança olhar sobre a realidade e as relações sociais as quais as mulheres encontram-se inseridas através do “conhecimento situado” ou da “perspectiva parcial”, criticando ainda a suposta visão universal, neutra, de objetividade e racionalidade da ciência, que na verdade são conhecimentos produzidos por homens brancos, ocidentais e da classe dominante. Assim, a respeito do *feminist standpoint*, a autora fala que

Nessa perspectiva, a ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção mesma de “conhecimento situado” ou de “perspectiva parcial”, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas. (HIRATA, 2014, p.2)

A autora afirma ainda que “a interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas e, portanto, como um instrumento de luta política.” (p.5)

Acreditamos que esta frase da autora Avtar Brah (2006) contempla e complementa o debate que estamos construindo neste trabalho: “Estruturas de

classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela.” Logo, acreditamos ser a interseccionalidade de suma importância para o enfrentamento dos mais diferentes tipos de violência, uma vez que é a partir da utilização dela na análise do real que seremos capazes de compreender mais de perto as contradições, complexidades e articulações entre conceitos de raça, classe, gênero, orientação sexual, entre outros. É através da consideração de que não há hierarquias entre as opressões, mas sim uma relação direta entre elas que o estudo sobre a construção da identidade étnico-racial das mulheres negras se dará de forma mais aprofundada e mais próxima da realidade.

1.1 - A influência do cabelo na construção da identidade da mulher negra

A partir da análise do que viemos discutindo até o momento, podemos afirmar que a mulher negra, no que diz respeito a aspectos sociais, econômicos e políticos encontra-se em grande desvantagem em relação a outros segmentos da sociedade, como o homem branco, a mulher branca e o homem negro, onde a mulher negra acaba por sofrer opressões articuladas, que na maioria das vezes não são consideradas de forma significativa pela sociedade e pelo Estado, ficando excluída das ações de políticas públicas.

Sabendo-se que vivemos em um país sexista e racista, onde ser negro e negra é considerado uma situação de inferioridade e marginalização, sendo seu corpo e sua subjetividade constantemente bombardeados pelo embranquecimento compulsório do Brasil, resultado na negação da identidade negra e da interiorização da ideologia eurocêntrica de que o branco é superior ao negro.

Visto isso, qual a importância das características fenotípicas – neste caso trabalharemos mais em torno do cabelo – na construção da identidade racial das mulheres negras, influenciando na sua consciência de pertencimento a determinado grupo étnico-racial? Para analisarmos de maneira aprofundada, é necessário antes compreendermos o que significa o conceito de identidade (negra) e de que forma ela é constituída dentro das relações sociais que perpassam nosso cotidiano.

De acordo com Claude Dubar (2005), a identidade social é constituída através de duas vias, ambas inseridas na interação social: uma interna ao indivíduo e uma externa entre o indivíduo e as instituições com as quais ele interage. Dessa

forma, a identidade interna e externa ao indivíduo é uma só, representando dois lados de um mesmo processo, visto que é nas relações sociais e na nossa convivência com o outro que construiremos nossa visão sobre nós mesmos.

Já de acordo com Ferreira (2000), a identidade é uma categoria que possui uma dimensão pessoal, mas também social e política, de forma que não se apresenta como uma categoria estável, mas em permanente processo de construção, afirmando ainda que esta é uma referência em torno da qual o indivíduo se auto-reconhece e se constitui, estando em constante transformação e construída a partir da relação com o outro. Assim, “é na interação com o outro que forjamos nossas identidades.” (SILVA, 2013, p.70)

Já que nenhuma identidade é construída isoladamente, a análise do contexto em que esta é forjada é essencial para compreendermos de maneira mais contundente seu impacto sobre o ambiente em que se encontra e vice-versa. Logo, o racismo, “como ideologia e prática de opressão histórico-social, não possui uma forma estática, mas obedece a uma dinâmica metamorfose e reatualização” (SILVA, 2013, p.80).

Todavia, para terem consciência do grupo étnico-racial ao qual pertencem, a população negra brasileira precisa passar pelo eterno processo de construção identitária, visto que “ser negro no Brasil é torna-se negro” (SOUZA, 1983). Em outras palavras, concordamos com a autora quando esta afirma que ser negro é muito mais do que a cor da pele ou ter certas características fenotípicas (como o cabelo crespo, por exemplo), mas também representa uma decisão política; decisão esta possível através do processo contínuo de construção de identidade.

Tendo em vista a discriminação, a estigmatização, o preconceito e o racismo os quais a população negra sofre historicamente e que se estende até os dias de hoje, a identidade negra passa por alguns desafios para ser construída e legitimada socialmente. Um dos obstáculos que a população negra sofre (como dito anteriormente), de acordo com Silva (2013, p.54), se dá por meio da “internalização compulsória e brutal de um Ideal do Ego branco, o que leva o sujeito negro a formular para um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo.” Ou seja, o negro é duplamente bombardeado: de um lado, valoriza e é inserido compulsoriamente na ideologia do branco europeu, e rejeita seu corpo biológico, sua cultura, suas características, até mesmo sua personalidade.

Entretanto, não podemos afirmar que a construção da identidade negra resume-se às contínuas violências, discriminação e preconceito que esta sofre, uma vez que é apenas um lado deste processo tão complexo e dinâmico.

Concordamos com Silva (2013, p.80), quando esta afirma que ser negro/a não é apenas estar inserido em um processo onde este/a é o tempo bombardeado/a, vivendo os resquícios históricos da escravidão. Ser negro/a é assumir-se negro/a, e assim também conhecer o prazer de encontrar referências positivas sobre sua própria história.

E uma das formas de resistir e insistir pela valorização da população negra e de sua cultura, a politização do cabelo aparece como sendo um marcador fundamental na ascensão e percepção do homem negro e principalmente da mulher negra enquanto sujeitos ativos e empoderados na luta contra o racismo.

O cabelo surge como um instrumento portador de estruturas significantes e de estruturas de significados, lidos de acordo com o âmbito social. Esse cabelo atua de forma social e individual, e pode transmitir de forma metafórica princípios estruturais da vida coletiva. Portanto, a utilização do cabelo crespo desponta como um instrumento de resistência, que conseqüentemente exercerá um papel importante no processo de construção de identidades dos negros em condição de subalternidade. Isso é possível, quando se pensa nesse cabelo, como ferramenta que se põe e se expõe transforma-se em leitura no discurso que emite e propaga. Portanto, esse cabelo “fala”. (OLIVEIRA, 2016, p.20)

Sabemos que, na sociedade machista em que vivemos, as mulheres são constantemente pressionadas a se embelezarem, serem “femininas”, para então tornarem-se atraentes para o sexo oposto. O cabelo representa uma característica de peso na formulação desta feminilidade. No caso das mulheres negras, onde o fator raça também tem influência, além deste papel social do cabelo imposto pelo machismo, o cabelo também representa uma arma na luta contra o racismo e na percepção delas de pertencentes a determinado grupo étnico-racial.

É importante sublinhar que o processo de assumir sua identidade negra através da libertação de ideias que foram e são diariamente enviadas para nós através da mídia, das relações sociais as quais fazemos parte etc. não é tarefa fácil, mas sim um processo complexo e contraditório dentro da própria subjetividade das mulheres negras. Gomes (2006) diz que o “tornar-se negro” através do cabelo requer, em geral, a vivência destas três fases: Rejeição – Aceitação – Ressignificação. Como o corpo e o cabelo do/a negro/a é constantemente

rejeitado, muitas vezes a saída encontrada por ele/a para ser aceito socialmente é a manipulação e a alteração de símbolos ideologicamente vistos como causas de seu afastamento social e biológico do poder, como o alisamento do cabelo, por exemplo, para então se aproximar mais do “ser branco”, pois quanto mais características do povo europeu tiverem, mais integrados serão socialmente. Porém, a partir da mudança da visão sobre o cabelo e a crescente aceitação de seu corpo e de sua história, a população negra ressignifica suas atitudes e suas visões acerca do seu posicionamento político e transforma o que então era motivo de sua opressão, em empoderamento e liberdade de assumir suas raízes enquanto negro/a, sendo a transição capilar um divisor de águas neste processo de auto-reconhecimento e valorização da estética negra, visto que é através dela que a mulher negra separa os padrões sociais impostos para ser quem realmente é, assumindo sua identidade étnico-racial e politizando sua existência enquanto sujeito ativo historicamente situado que encontra-se inserido em relações de poder inerentes à sociedade capitalista.

Conclusões

O cabelo crespo/cacheado, então, representa mais do que apenas uma característica fenotípica da mulher negra, ele nos mostra que o racismo imbricado na hierarquização entre brancos e negros pode e deve ser questionada e erradicada. A luta é contra a imposição de determinada particularidade estética em detrimento de outras, onde a visão eurocêntrica se dá de maneira bastante perversa na realidade com a construção social do que é feio ou bonito a partir de suas características.

Em outras palavras, o cabelo, principalmente o cabelo crespo/cacheado, possuem a função de valorizar o visual e a estética das mulheres negras, mostrar atitude frente à constante violação de direitos sofrida por elas, fortalecer a luta contra o racismo e o sexismo, aumentar a auto-estima destas mulheres, visto que suas características são constantemente rechaçadas pela ideologia do embranquecimento, o qual tem como base a segregação dos corpos e a tomada do outro como ideal. Logo, o cabelo crespo/cacheado é ancestralidade, é expressão, é o direito de ter seu corpo e sua identidade livres de estereótipos e preconceito, é o fortalecimento das mulheres negras enquanto sujeitos políticos ativos e, mais ainda, é o incentivo à diversidade e ao respeito, em defesa da igualdade dentro das diferenças.

Referências

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade e diferenciação**. In: Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104833320060001100014&lng=pt&nrm=isouserID=2. Acesso em: 27 de novembro de 2015.

CARNEIRO, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**: o processo de construção da identidade racial de professoras negras. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

_____. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e de gênero**. In: Cruzam Etno: raça e gênero. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> Acesso em: 02 de novembro de 2015.

COELHO, Andreza Maria de Sá. GOMES, Sansarah da Silva. **O Movimento Feminista Negro e suas particularidades na sociedade brasileira**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2015.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais; tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Palas, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. 34ª ed, 1999.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça**: interseccionalidade e consubstancialidade das relações raciais. São Paulo, Tempo Social, vol. 26, n.1, 2014.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Rio de Janeiro, 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, 2003.

_____. **O negro no Brasil de hoje/** Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, São Paulo, Ed. Global (Coleção para Entender), 2006.

OLIVEIRA, Giselli Ferreira de. **Qual é o pente que te penteia:** estética, identidade e politização através do cabelo crespo. Cachoeira, Bahia. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Fazendo Gênero* (10), Mato Grosso, 2013.

SILVA, Claudilene Maria da. **Professoras Negras:** construindo identidades e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2013.

SILVA, Maria Nilza. **A Mulher Negra.** Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CONCEPÇÕES DE CORPO E ESTÉTICA ENTRE MULHERES NEGRAS LIDERANÇAS DO BAIRRO DE SÃO CRISTÓVÃO, EM SALVADOR, BAHIA.

Ticiania Dorea Ribeiro Santos¹

Orientadora: Profa. Dra Ana Cláudia Lemos Pacheco
Universidade do Estado da Bahia
cisouneb@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo investigar como se dá a percepção do corpo/estética e as representações nas trajetórias sociais de lideranças negras-femininas do bairro de São Cristóvão em Salvador. É importante pensar na reestruturação da identidade dessas mulheres negras, possibilitado a valorização da autoestima das mesmas. Ao que tange as questões do corpo/estética negra faz-se necessária uma releitura das representações negativas que historicamente foram depositadas em nossos corpos, tendo objeto principal a relação dessas mulheres com seus cabelos crespos. Deste modo é importante analisar como se dá o processo de percepção das mulheres negras e quais são as referências estéticas que as mesmas utilizam como parâmetro de beleza, pois certos pontos ainda precisam ser levantados: é necessário debater sobre a profundidade do racismo estético e suas consequências para nós mulheres negras.

Palavras-chave: corpo/estética, mulher negra, identidade, trajetórias.

¹ Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Discente do Curso de Graduação em Ciências Sociais – 8º semestre, Bolsista de Iniciação Científica (IC) do Projeto de Pesquisa: “Trajetórias Sociais de Lideranças Negras-Femininas de Bairros Populares em Salvador, Bahia”, Edital nº 031/2015 – PIBIC/CNPQ

“Concepções de corpo e estética entre mulheres negras lideranças do bairro de São Cristóvão em Salvador, Bahia” é um recorte proposto com base no projeto maior “Trajetórias sociais de lideranças negras-femininas de bairros populares em Salvador, Bahia” o qual estou como bolsista de Iniciação Científica. Minha escolha partiu de uma relação de subjetividade com o tema, por ser eu mulher negra diariamente tentando (re)construir minha estética e identidades negras. Sendo assim, falar de concepções de corpo e estética negras é falar de mulheres que me rodeiam, mulheres que me criaram, mulheres que são minhas referências e que sem sombra de dúvidas, mulheres que cotidianamente ajudam a ressignificar minhas identidades racial e de gênero. Além desses motivos, várias pesquisas apontam para a relevância de estudar as representações sobre o corpo da mulher negra e os efeitos do racismo e do sexismo inscritos nesses corpos. Conforme o pensamento de Crenshaw, (2002, p.173):

“Há um reconhecimento crescente de que o tratamento simultâneo das várias ‘diferenças’ que caracterizam os problemas e dificuldades de diferentes grupos de mulheres pode operar no sentido de obscurecer ou negar a proteção aos direitos humanos que todas as mulheres deveriam ter. Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres”.

Dessa forma podemos perceber que o padrão de beleza/estética eurocêntrico imposto pela sociedade não dá conta de captar os eixos interseccionais aos quais as mulheres negras estão incluídas. As diversas formas de discriminações sofridas por mulheres negras pela existência de suas diferenças fenotípicas (nariz, boca, cabelo), são elementos que precisam ser evidenciados nas discussões que tange as relações raciais e de gênero. O racismo estruturante existente em nossa sociedade configura o comportamento das pessoas que vivem nesse ambiente, e em torno à corporeidade e estética negras a ação e consequências

do racismo continuam atingindo mulheres negras cotidianamente. Discutir representações e concepções sobre o corpo negro não é tarefa simples, visto que, esse corpo tem sido apresentado de formas distintas cabendo inúmeras interpretações, interpretações essas que dizem respeito ao processo cultural de cada indivíduo. A cultura é um dos fatores sociais que mais influenciam no comportamento das pessoas, e com o racismo não é diferente, atitudes perpetradas por ele sucedem culturalmente ao longo dos tempos.

O espaço onde vivemos nos transforma, permitindo influir junto à complexidade dos caminhos que envolvem a construção da identidade negra. Para Nilma Lino Gomes (2003):

“Entre as múltiplas identidades sociais que os negros e as negras constroem, a identidade negra é uma delas. A reflexão sobre a construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade como processo mais amplo, mais complexo. Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, pois estão interligadas e se constroem na vida social”.
(p.171)

As múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos à medida que são interpelados a partir de diferentes situações, onde se reconhecem com relação a essas identidades estabelecendo um sentido de pertencimento, seja ele religioso, de gênero, classe ou raça/etnia.

Portanto para compreender as percepções do corpo/estética versus identidade das mulheres negras investigadas, tem sido necessário analisarmos o lugar de fala de cada uma delas. Os processos que envolvem a construção da identidade negra são permeados de inúmeras variáveis, na maioria das vezes tais processos se principiam no âmbito familiar e vão criando ramificações e desdobramentos a partir de outras relações que os sujeitos estabelecem.

Como as diferenças étnico-raciais inscritas no corpo negro são vistas pela sociedade? As representações construídas em nossa sociedade sobre o negro, sua estética, sua ascendência africana e as formas como estas se confundem com circunstâncias racistas, discriminação e preconceito racial são uma constante no processo de reconhecimento da identidade do indivíduo negro.

Gomes (2003, p.172) ressalta que, “a identidade negra também é construída durante a trajetória [...] desses sujeitos. Nesse percurso, os negros deparam-se, [...], com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura,

sua história, seu corpo e sua estética. Muitas vezes esses olhares chocam-se com a sua própria visão e experiência da negritude. Estamos no complexo campo das identidades e das alteridades, das semelhanças e diferenças e, sobretudo, diante das diversas maneiras como estas são tratadas pela sociedade”.

A construção da identidade negra surge a partir do processo de auto identificação, porém as influências externas também fazem parte dessa construção, impactando diretamente no processo de formação dessa identidade. Tratando-se de uma sociedade onde a identidade e estética negras não fazem parte dos padrões estabelecidos, conseguir ressignificar-se é tarefa muito mais difícil.

A primeira etapa desta pesquisa teve como objetivo investigar quais as percepções das lideranças negras-femininas sobre seus corpos/estéticas no bairro de São Cristóvão, bairro popular da cidade de Salvador. Entretanto a pesquisa está em andamento permanecemos em campo para conclusão da mesma. Na atual etapa pretendemos investigar como ocorrem as representações sociais sobre o corpo e à sexualidade entre as lideranças negras- femininas do bairro pesquisado.

A nossa proposta é contribuir com o campo de estudo que articule estas três dimensões estruturantes dos agentes sociais em foco– corpo, sexualidade e trajetórias de líderes negras no bairro de São Cristóvão. Salientamos que a relevância desta pesquisa se dá à medida que queremos investigar a ação do racismo e do sexismo na produção dos corpos e de seus significados entre as mulheres de camada popular no bairro selecionado. Acreditamos que por meio das biografias sociais das líderes negras, identificaremos as estratégias e percepções dessas mulheres em torno do combate às estereotípias sexuais, de gênero e raça. A nossa metodologia adotada será a análise de trajetórias e narrativas das líderes do bairro, através das técnicas das entrevistas semiestruturadas, da observação direta, da aplicação de questionários para identificar o perfil socioeconômico das entrevistadas selecionadas e de outras técnicas secundárias.

O bairro de São Cristóvão está localizado na zona norte da cidade de Salvador, na fronteira com o município de Lauro de Freitas e próximo a outros bairros populares, tais como Mussurunga, Jardim das Margaridas, Itapuã e Stella Maris. A violência contra os jovens pobres e negros e o desemprego são questões que afligem os moradores e suas lideranças. Durante a nossa pesquisa de campo (em andamento) no referido bairro, identificamos alguns problemas sociais, tais como: tráfico de drogas, violência contra os jovens negros e o desemprego. Os problemas de infraestrutura são visíveis, embora nos relatos de uma das entrevistadas, o bairro de São Cristóvão ainda é visto como um local

“familiar”, isto é, um bairro que abriga famílias que residem há muito tempo no local. Isto pode ser compreendido também pela presença de lideranças negras acima de 60 anos de idade. Outra característica do bairro é o número significativo de escolas públicas estaduais e particulares e um comércio de produtos variados, que movimenta o bairro e atrai populações de bairros adjacentes, como a famosa feira de São Cristóvão de frutas e verduras. Além dessas características, o bairro recebeu há pouco tempo à instalação de um grande Shopping Center, que segundo alguns moradores, por um lado, tem gerado oportunidades de trabalho para a população local, mas tem provocado, por outro lado, o aumento da violência contra os moradores, como roubos, assaltos e agressões. Até agora, a nossa pesquisa aponta para a existência significativa de vários grupos comunitários religiosos liderados por mulheres.

Nossa abordagem é qualitativa, baseada no método biográfico (BOURDIEU, 1986, KOFES, 1998), cujas técnicas principais utilizadas são as entrevistas semiestruturadas realizadas com as mulheres selecionadas, a fim de apreender suas percepções e práticas em suas trajetórias sociais e pessoais, além de outras técnicas, tais como: observação direta no bairro, dados estatísticos, questionários, levantamento dos dados na internet, mapas das organizações/associações pesquisadas, além da revisão bibliográfica sobre o tema abordado nas Ciências Sociais brasileiras.

Dentro de uma compreensão sobre percepções do corpo/estética das mulheres negras lideranças do bairro selecionado para a referida pesquisa, utilizamos alguns aportes teórico-metodológicos que problematizam a questão da corporeidade e da estética negras, cotidianamente desvalorizadas e negadas pelos efeitos do racismo e do sexismo expressos nos corpos femininos negros.

Apoiadas nos/as autores (as) que discutem sobre a profundidade do racismo (FANON, 2008; GOMES, 2008; GONZALES, 1982) e suas consequências para nós mulheres negras em relação as nossas identidades, acreditamos ser essa a nossa hipótese, que apesar dos efeitos do racismo sobre os corpos e estética das mulheres negras analisadas, identificamos possibilidades de valorização da autoestima das mesmas, através da análise de suas trajetórias sociais e de seu protagonismo político de resistência sociocultural nas comunidades em que atuam.

Por conta da pesquisa ainda está em andamento não temos uma conclusão, no entanto já foram realizadas algumas entrevistas que farão parte dos resultados finais da pesquisa. Mediante essa realidade trago fragmentos de uma das nossas primeiras entrevistas.

Fragmentos da trajetória de Denise

Por meio dessa narrativa pretendemos analisar a trajetória de vida de Denise, fazer uma relação de como se dá suas concepções de corpo/estética e como ela enquanto mulher negra trata de questões que perpassam sua trajetória. A entrevista foi realizada na casa de Denise no bairro de São Cristóvão e teve a duração de duas horas. Denise nasceu no bairro de São Cristóvão, onde reside até hoje com sua mãe. Tem 29 anos de idade, é de classe social baixa, é uma jovem negra que se declara como tal; isso ficou evidenciado na sua expressão corporal, através de sua estética e posicionamento político sobre a questão racial. Em sua narrativa, “ser negra” é um ato político-bio-corporal. Sua aparência física traduz uma linguagem que se referencia no cabelo e na postura corporal. Obviamente que uma entrevista de aproximadamente duas horas, não será suficiente para retratar a trajetória da vida do sujeito analisado, porém através da análise, poderemos focar nos aspectos sociais, econômicos e culturais que foram apontados pela entrevistada.

Denise é solteira e revela ser bissexual, apesar de não ter nenhum relacionamento sério atualmente.

Com a separação dos pais ainda na infância, foi criada quase que exclusivamente por sua mãe, mesmo tendo contato frequente com seu pai, sua mãe foi quem a educou. A mãe de Denise é uma das lideranças do bairro e é sujeito de nossa pesquisa.

Denise é graduada em fisioterapia, profissão que admite gostar muito, mesmo hoje tendo como ocupação principal o fazer artístico. É atriz do Bando de Teatro Olodum, primeira companhia de atores negros (as) de Salvador, e revela que sua identidade como mulher negra é forjada todos os dias. Ela nos conta que tem contato com arte desde a infância, na própria comunidade que reside a sua trajetória enquanto liderança começou desde cedo, vejamos:

“...particpei de grupos de poesia, rap, hip hop, teatro, (...), Companhia de Teatro Casa da Mãe Joana, (...) são grupos que ficaram na memória da comunidade, até por que a gente tinha uma lenda oito horas da noite a novela a pico e a peça estava cheia para assistir a gente, a gente brincava que sem fama estávamos competindo com a globo e ganhando, por que a gente conseguia fazer com que as pessoas saíssem de casa no momento de pico para assistir a gente, então a comunidade participou e usufruiu desse serviço desse grupo a gente falava sobre várias coisas, com humor

mais falava sobre nos respeito aos mais velhos, sobre drogas mais não de forma panfletária, a gente tinha uma forma inteligente de falar sobre isso para conscientizar as pessoas, (...), os textos eram bem coletivos, era muito bom os atores eram todos da comunidade, todos envolvidos com arte dentro da escola...”

Diferente de outras lideranças femininas entrevistadas, Denise construiu uma história de protagonismo social no seu bairro, muito cedo. A arte e a educação, através de sua participação nos grupos de hip hop, teatro, dança e educação, foram espaços importantes de desenvolvimento de sua personalidade crítica ou do “seu capital político” em relação aos problemas sociais do bairro e a sua percepção de si. A percepção que tem das desigualdades sociais e de sua importância enquanto líder, dentro e fora da comunidade, é marcante em seu relato. Para além dos problemas sociais existentes no bairro, a palavra “consciência” revela muito sobre sua personalidade e o pertencimento coletivo que aprendera inicialmente com sua família e com os grupos culturais aos quais participou em sua comunidade.

Outro aspecto relevante na caminhada de Denise é sua percepção sobre o corpo e a estética e outros marcadores que foram construtores de suas identidades.

Corpo, estética, racismo e identidade

A narrativa de Denise:

“Como toda mulher negra em espaços brancos tive problema, e eu já tinha meu cabelo “black” desde nova sempre gostei,(...), desde a infância, cabelo trançando. Em termos de estética a gente fez um trabalho muito bom, em termos de estética o movimento negro avançou muito (...), mais em termos de acessibilidade a gente precisa melhorar muito, precisa ocupar cargos importantes de saúde, cargos importantes na justiça, para poder fazer a diferença a gente só vai mudar quando a gente ocupar esses espaços. A estética foi o primeiro passo, que é uma linguagem, é importante (...).”

A narrativa de Denise é elucidativa sobre sua percepção da discriminação racial que sofrera em vários espaços sociais. O cabelo – a estética é um símbolo importante de pertencimento étnico-racial e da compreensão do racismo

existente na cidade de Salvador. No seu relato, tais diferenças traduzem-se em palavras de denúncia, de reafirmação de sua identidade negra, quando acentua que, “Como toda mulher negra em espaços brancos tive problema, e eu já tinha meu cabelo black desde nova sempre gostei,(...)”. Essa compreensão de Denise em relação ao cabelo e a sua estética, se expressa também na leitura que faz da situação de exclusão social do negro na sociedade brasileira. Percebe-se que apesar do reconhecimento do racismo e das desigualdades sociais que impactam sobre a população negra e sobre as mulheres negras no plano estético revela que seu cabelo black ou trançado são símbolos importantes de valorização de sua autoestima negra e de pertencimento e percepção sobre o mundo.

A partir da breve análise da trajetória de Denise e de sua narrativa exposta acima, podemos concluir que o racismo alimenta-se na crença de que é possível hierarquizar os sujeitos e seu corpo. Nessa perspectiva, o negro é visto como pertencente a uma escala inferior. Produz-se, nesse contexto, um tipo de violência que impregna a vida de suas próprias vítimas, a ponto de se constituir em representações negativas do negro sobre si mesmo em relação ao seu grupo étnico/racial, como afirmam Fanon (2008) e Gomes (2008).

Entretanto, analisando a narrativa de Denise, chegamos à conclusão que a trajetória social e individual dela nos revela um redirecionamento em relação à posituação do seu corpo-estética negra no seu percurso construído de protagonismo, empoderamento, reconhecimento e valorização de sua autoestima contra a violência do racismo e às desigualdades sociais existentes no seu bairro e na sociedade mais geral. Sua percepção sobre o racismo expressou-se em lutas e resistência estético-cultural aos padrões estéticos hegemônicos, valorizando assim suas identidades e seu corpo, enquanto mulher negra e liderança.

Sendo assim, na busca do reconhecimento e respeito das diferenças, a mulher negra ao tomar consciência do próprio corpo tem a capacidade de reinventar-se e ressurgir, mesmo contrariando o modelo estético hegemônico.

Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero, Estudos Feministas (01) 2002; p.171-263.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e cabelo crespo. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, p.167-182. Jan/Jul. 2003.

GONZALES, Lélia. O Papel da Mulher Negra na Sociedade Brasileira: uma abordagem político-econômica: Los Angeles: mimeografado, 1979.

KOFES, Suely. Categorias Analítica e Empírica: Gênero e Mulher: disjunções, conjunções e mediações, Cadernos PAGU/ UNICAMP, nº 01, 1993.

PACHECO, A.C.L. Mulher negra: afetividade e solidão: Salvador: EDUFBA, 2013.

A MULHER JOVEM NEGRA E O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA URBANA

Valdenice José Raimundo
Universidade Católica de Pernambuco
valjrbr@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo teve por objeto a violência e suas formas de manifestações na contemporaneidade. Os sujeitos investigados foram jovens, de ambos os sexos, negros e moradores de áreas urbanas periféricas do Estado de Pernambuco. O estudo norteou-se pelo seguinte objetivo: analisar a violência urbana e a sua relação com a dinâmica racial na contemporaneidade. O estudo fez uso da abordagem qualitativa e os dados coletados através da técnica de grupo focal. O estudo considerou a resistência histórica dessa população, por entender que cotidianamente estas têm enfrentado o preconceito, o racismo, a opressão e a exploração de classe.

Palavras-chave: Racismo, Juventude, Violência.

Introdução

Refletindo-se acerca do espaço social brasileiro e sua articulação com a sociedade global, entende-se que a forma de ocupação do espaço brasileiro se dá na atualidade como resposta à manutenção do modo de produção. Ou seja, a realidade espacial brasileira está permanentemente ocupada em se reajustar sob a influência da realidade econômica.

Neste sentido, a violência está ligada a esta estrutura que organiza as relações sociais. Isto nos remete à compreensão de que se faz necessário entender a violência a partir de suas condições concretas de existência e não apenas como uma forma degenerativa do ser humano.

A violência, hoje, renovou-se nos significados de suas expressões mais concretas. Com as mudanças no mundo, a partir dos anos 70, e com o advento da globalização houve uma mudança nas relações sociais e a emergência de um novo paradigma da violência. Enquanto que, nas décadas de 50 e 60, a violência se caracterizava, principalmente, por um caráter político e ideológico, atualmente ela se caracteriza pela exclusão social, pela falta de reconhecimento do outro enquanto sujeito social.

Neste sentido procurar-se-á delinear a trajetória da violência sofrida pela juventude em nosso país e especificamente em Pernambuco, concentrando a atenção sobre a violência urbana e a influência que a mesma tem exercido junto ao segmento jovem, negro e residente nas áreas periféricas dos centros urbanos.

Anterior a discorrer sobre a violência e suas diversas formas de manifestação, é preciso construir algumas reflexões sobre a juventude.

Concepções sobre juventude

É consenso na literatura científica mostrar que a questão da juventude torna-se visível em fins do século XIX tendo como pano de fundo, determinações mais estruturais, sobretudo, o advento das revoluções tecnológicas, que trouxeram profundas modificações para o espaço urbano.

Para Silva (1998), os estudos preocupados em compreender a vida cotidiana da juventude, vão surgir a partir dos anos 20, momento em que foram pensadas as primeiras explicações acerca das vivências das pessoas jovens moradoras do espaço urbano. Desde então, a produção de estudos e pesquisas acadêmicas

tem se consolidado através do aprofundamento de um número abrangente de temas, que tem ampliado o conhecimento sobre a experiência da juventude.

Entende-se que a juventude é um momento complexo da vida. Um dos aspectos que caracteriza essa complexidade é que os sujeitos pertencentes a esta categoria social são diferentes nas formas de sentir, pensar, agir, intervir na realidade e projetar o futuro.

Nesta direção, são diversos os estudiosos que se ocuparam em estudar esse momento tão significativa da vida. Destacamos para esta reflexão Pais (1993) que apresenta duas correntes vinculada aos estudos sociológicos. São a corrente geracional e a corrente classista. A corrente geracional toma como fundamento a noção de Juventude como fase da vida. Onde tudo que é vivido pelos sujeitos está relacionado com sua geração. Para a corrente classista, as experiências dos jovens vão ter como pano de fundo as desigualdades sociais. A partir desta perspectiva teórica, as culturas juvenis são entendidas como produto de relações antagônicas de classe.

Quapper (2001) apresenta quatro maneiras de conceber a juventude. A primeira é entendida como uma etapa da vida, onde todos os jovens são iguais. A segunda, a juventude é vista como um período de passagem para o mundo adulto. Na terceira, fala-se em juventude para mencionar um estado mental de vitalidade e alegria. A quarta apresenta uma perspectiva de futuro em que o jovem será aquele que assumirá as responsabilidades dos adultos.

Diante de todas essas tentativas de explicar a juventude, entende-se que não existe a juventude. Concorde-se com Rezende (1989) quando propõe que o termo “juventude” seja posto em definitivo no plural. Essa justificativa encontra fundamento na diversidade dos inúmeros grupos sociais que enriquecem a cena social contemporânea.

Isto é reforçado por Margulis (2001), que, enfaticamente, afirma que não se pode falar em juventude, mas em juventudes, visto que há distintas maneiras de ser jovem tendo em vista a intensa heterogeneidade que se observa no plano econômico, social e cultural.

Nesse estudo, a juventude será entendida de acordo com Groppo (2000) enquanto uma categoria social, perpassada pela questão da faixa etária, que se metamorfoseia de acordo com a classe social, o grupo étnico racial, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico nacional e regional dentre outros aspectos. Desta forma, entende-se que esta juventude não é homogênea, ela é diversa.

Breve reflexão sobre a questão da violência

A violência resulta da desigualdade social. De acordo com Moraes (1981) na sua reflexão sobre violência o autor afirma que não se pode pensar em desigualdade social sem mencionar as suas formas de produção e consumo, porquanto há os que podem consumir e os que não podem. Estes últimos transformam a fragilidade de suas frustrações numa feroz agressividade.

Acrescenta-se a isto as oscilações do mercado de trabalho, que estabelecem a insegurança. A isso se segue uma desvalorização do ato de viver, que não é algo novo, pois dentro da organização social capitalista, o importante é o lucro e não a vida humana.

Para Ferreira (2008), se tem no Brasil uma expressiva divisão social da violência. Neste contexto, a violência é entendida como um fenômeno dentro do modo de produção capitalista. Compreende-se a partir disto que, o modo de produção que produz riquezas é o mesmo gerador de pobreza e miséria, ele é contraditório na sua essência.

Este modo de produção divide as sociedades em classes, com formas diferentes de acesso a serviços, à cultura, ao lazer, ao trabalho, à educação, ao saneamento básico, gerando assim, a desigualdade social. A violência é estrutural, pois, tem em sua base a forma de organização social geradora de desigualdades sociais.

Posto isto, Moraes (1981) define que violência está em tudo que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição ao corpo do homem, bem como o que pode degradar ou causar transtorno à sua integridade psíquica. Resumindo-se, violentar o homem é arrancá-lo da sua dignidade física e mental (pag. 25).

Odalía (2004) discute a existência de formas de violência e as apresenta como violência original, institucionalizada, social, política e revolucionária. Dentre as formas de violência apresentadas pelo autor é interessante destacar, para este estudo, a *violência social*, porque nela cabe a violência racial e a urbana. O autor defende que toda violência é social, pois engloba a poluição ambiental, o menor abandonado, *discriminação racial*, as diferenças entre as classes, a fragmentação do trabalhador etc. Esse tipo de violência avilta a pessoa humana negando-lhe a própria razão de viver em sociedade.

Ainda sobre violência cabe incluir nesta discussão a contribuição de Arendt (2009), para quem é preciso compreender a violência a partir das brechas deixadas pelo passado sobre as quais é possível compreender o futuro. Essa autora abre espaços para pensar que a violência sofrida pela juventude negra terá sua

compreensão melhor esclarecida se for elaborada a partir da apreensão do seu passado histórico.

Neste contexto, faz-se necessário estabelecer a relação da juventude com este complexo fenômeno social denominado violência. De acordo com Fraga (2002), para se compreender a violência juvenil é preciso compreender o modo de ser da própria juventude na sociedade capitalista.

Para o autor a juventude é o momento de decidir sobre o futuro e isto é gerador de conflitos, principalmente, porque no contexto capitalista muitos desses jovens vai ter seu potencial criativo bloqueado. E a necessidade de reconhecimento mantém-se a despeito dos bloqueios do sistema. Solucionar esses conflitos no interior da sociedade capitalista se coloca como um grande desafio.

Ainda para Fraga (2002) a juventude expõe as mais perversas facetas da miséria do próprio sistema capitalista. Sua vinculação com a violência, ora como agressor, ora como agredido denuncia a que nível de alienação e estranhamento chegou às relações sociais que associa os jovens mais para a figura da violência, do que para as melhores formas da cultura hoje devastadas pelo império das *banalidades da mercadoria e da mutilação do pensamento*.

A realidade da violência e a juventude negra

No atual contexto brasileiro, a juventude negra tem sido vista como um dos segmentos mais suscetíveis às expressões da violência, por ser mais pobre, e morar em áreas segregadas, onde a segurança é negligenciada por parte dos poderes públicos. No Brasil, o fenômeno da desigualdade é parte da sua formação histórica, bem como a naturalização deste fenômeno, fazendo com que exista no Brasil uma grande parcela da população impossibilitada de desempenhar plenamente sua cidadania. Neste sentido, o racismo brasileiro possui seu embasamento na história e relaciona-se ao processo de formação da nação.

Na pesquisa *Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição* (2008), realizada pelo IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- entre as décadas de 1940 e 1970, estudos sobre mobilidade social concluem que a posição relativa dos negros e brancos na hierarquia social não foi substancialmente alterada com o processo de crescimento e modernização econômica ocorridos no país. A industrialização, ou seja, o desenvolvimento não eliminou a raça como fator organizador de relações sociais e oportunidades econômicas, nem reverteu a subordinação social das minorias raciais.

Isto foi expresso nos estudos de Lélia Gonzaléz, na década de 1970. *Existem atualmente no Brasil cerca de 16 milhões de adolescentes e jovens totalmente entregues a própria sorte, sem a menor expectativa de vida; ou melhor, sua única perspectiva se constitui no banditismo e na morte. Desnecessário dizer que são negros na sua maioria* (1979, pág. 2).

A autora discute a questão do não acesso da juventude negra ao trabalho, e acreditava que, no contexto brasileiro, existia uma nítida divisão racial do trabalho. E acrescentava: não por coincidência a quase maioria absoluta da população negra fazia parte da massa marginal crescente envolvida no desemprego, trabalho ocasional, trabalho por temporada etc.

Em 2002, segundo diagnóstico da UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - os jovens são os que mais matam e mais morrem no nosso país, principalmente aqueles que pertencem aos grupos mais pobres e vulneráveis da sociedade.

O Relatório de Desenvolvimento Humano - *racismo, pobreza e violência de 2005* - aponta a população negra como a principal vítima da violência ou da própria segurança pública no Brasil. Para os relatores ser preto, jovem, do sexo masculino e solteiro significa ser alvo preferencial das expressões da violência.

Os negros são as maiores vítimas não só da violência dos criminosos, mas também da instituição que deveria protegê-los: a polícia. Segundo o relatório acima citado, em levantamento realizado especialmente para o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD, no Estado do Rio de Janeiro, a proporção de pretos, entre vítimas de violência policial, é três vezes a proporção desse grupo na população como um todo.

Outro fator destacado e que afeta a juventude, principalmente os homens, é a insegurança. Esta, conjugada ao racismo, pobreza, discriminação institucional, falência do sistema de segurança pública, torna a vida do jovem negro muito difícil, roubando-lhes a esperança e a perspectiva para o futuro.

Silva e Carneiro (2009) apresentam que os dados estatísticos de mortalidade por homicídios vêm ocupando destaque nas discussões sobre violência no Brasil. O tema é foco de análises e debates em instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil e pela sociedade em geral, que procura refletir sobre o fenômeno que ceifa vidas de brasileiros cada vez mais cedo. Homens jovens, particularmente da raça negra e dos centros urbanos, são as principais vítimas de homicídios – a maior expressão da violência urbana.

Diante desses dados alarmantes de aumento de homicídios foi elaborado, em 2007, o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros. Este busca aprofundar

as investigações sobre um fenômeno que há muito deixou de pertencer apenas aos grandes centros urbanos. A interiorização da violência vem-se revelando, segundo o Mapa, como mais um desafio para toda a sociedade brasileira. E aponta de que forma a crescente urbanização do país contribui para o incremento das taxas de mortalidade por acidentes de trânsito, homicídios e uso de armas de fogo. Segundo o Mapa, no interior, vem-se reproduzindo o ambiente violento das metrópoles.

Em relação a Pernambuco, considerando a cidade do Recife os dados são semelhantes a outros estados brasileiros. Na reportagem intitulada *Vida Invisíveis*, do *Jornal do Commercio*¹, de 31 de agosto de 2008, cujo objetivo é descrever a realidade do Recife, foram apresentados os seguintes dados: em 2006, Recife teve 4.638 (quatro mil, seiscentos e trinta e oito) homicídios de jovens entre 15 a 24 anos. A cidade aparece como campeã no assassinato de jovens. A reportagem acrescenta: a maioria dos mortos é composta por pobres. No Brasil, os mais pobres são negros. Logo, são os jovens negros os que mais morrem.

O Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde registra a raça/cor das vítimas. Em 2012, segundo o estudo, armas de fogo vitimaram 10.632 brancos e 28.946 negros no Brasil, o que representa 11,8 óbitos para cada 100 mil brancos e 28,5 para cada 100 mil negros. Logo, pode-se afirmar que morreram proporcionalmente 142% mais negros que brancos por armas de fogo. O levantamento revela também que, em 2012, 94% das vítimas fatais de disparo de armas de fogo eram do sexo masculino, na população total. Entre os jovens, esse percentual chegava a 95%.

No estudo Índice Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial de 2014, Pernambuco fica em terceiro lugar no ranking dos estados. O estudo mostra que as chances de um jovem negro ser assassinado em Pernambuco são 11,5 vezes maior do que a de um jovem branco.

Mesmo entendendo que as vítimas da violência são majoritariamente homens jovens negros, as mulheres também têm morrido. Segundo Sueli Carneiro, historiadora e fundadora do Geledés “Ser mulher negra é ocupar um lugar na sociedade brasileira marcado por múltiplas injunções que se potencializam para sua difícil inserção social.”

1 **Jornal do Commercio** é um jornal brasileiro com sede no Recife, Pernambuco, fundado em 3 de abril de 1919.

No espaço urbano, geralmente em áreas segregadas socialmente e degradadas ambientalmente essas mulheres experimentam de diversas formas de violência. No estudo Diagnóstico dos Homicídios no Brasil do Ministério da Justiça realizado em 2015 foi divulgado que as Mulheres negras têm duas vezes mais chances de serem assassinadas que as brancas.

Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil mostrou que em 2013, houve uma queda de 9,8% no total de homicídios de mulheres brancas, enquanto os homicídios de negras aumentaram 54,2%. É válido salientar que são mulheres jovens.

Conclusão

O cenário no qual se passa a história da população jovem e negra é preocupante. Contudo, esses/as jovens têm elaborado formas de resistência e superação dessa realidade. Dentre os grupos de jovens entrevistados², esse estudo deu destaque para o Movimento Cultural Cores do Amanhã, formado por um grupo de artistas, mulheres e homens jovens na sua maioria negros/as vinculados a arte-educação. Esse grupo quando entrevistados posicionaram-se politicamente e criticamente acerca das desigualdades das quais eram vítimas. Nas suas falas apontam a negligência do Estado frente à realidade de violência, na qual, muitos jovens estão submetidos; indicam que as ações do Estado modificam minimamente as condições de violência, mas não indica sua superação; apontam o racismo como um traço, relacionado à cor da pele³; assinalam a pobreza como destituição, marginalidade e desproteção e por fim, entendem o lugar onde moram como o lugar da não-cidadania.

E a resistência e o enfrentamento? É a partir da consciência que esses jovens tinham da sua realidade que eles elaboravam formas de enfrentá-la. No caso do grupo em análise eles se utilizavam dos elementos do hip-hop, principalmente do grafite para dialogar com as crianças, adolescentes e jovens da comunidade⁴ para estes, não serem usurpados pelo tráfico, pela baixa autoestima, pela fuga da escola.

2 Para a pesquisa foram pesquisados 5 grupos de jovens: Moradores de uma favela, 2 grupos que estavam vinculados ao Sistema socioeducativo, 1 grupo vinculado a religião cristã e o Movimento Cores do Amanhã.

3 A fala dos jovens estava permeada da postura que é peculiar ao Brasil: discriminar tendo como base a cor da pele.

4 A sede do movimento fica no bairro do Totó – Região Metropolitana do Recife – PE.

Os jovens cientes da condição imposta pela organização social, produtora de desigualdades assumem o compromisso de convidar outros jovens para sonhar com um amanhã diferente. O sonho tem sido para muitas pessoas negras uma fonte de resistência. O sonho tem impulsionado muitos a transporem os obstáculos da pobreza, do racismo em busca de uma situação melhor.

O sonho traz em si a capacidade de projetar, capaz de produzir transformação. As pessoas jovens negras estão sujeitas a um conjunto de negações, no entanto, acalentam sonhos que apontam para a negação do que lhes é negado. Esta força é potencializada no cotidiano, no seu espaço de vivência e carece de uma direção política.

O sistema promove a produção de uma juventude desenraizada, uma vez que nega a sua condição de sujeitos de direitos, mas é na postura de sonhar que pode surgir a possibilidade de enraizamento, pois este é um direito de todo ser humano. Para Yamamoto (2004), todas as pessoas têm uma raiz de participação na coletividade, que conserva vivos os tesouros do passado e outros pertencentes ao futuro. E o desafio nem sempre é buscar o que se perdeu, mas o que pode nascer numa terra de erosão, de contradição.

Referências

ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

CARDOSO, R. C. SAMPAIO, H. **Bibliografia sobre juventude**. São Paulo: Edusp, 1985.

DUBET, F. **Pensar o sujeito**. Fayard, 1995.

FRAGA, P. D. Violência: forma de dilaceramento do ser social. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 70. São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRA, A. S. Divisão social da violência. In: **Anais da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social**. Salvador – Bahia, 19 de agosto de 2008.

GONZALÉZ, L. **A juventude negra brasileira e a questão do desemprego**. IPEA. 28 de abril de 1979.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

MANNHEIM, Karl. **O problema da juventude na sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MARGULIS, M. Juventude uma aproximação conceptual. In: BURAK, S.D. (org). **Adolescência y Juventud en América Latina**. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

MORAIS, R. **O que é violência urbana**. São Paulo: brasiliense, 1981.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PAIS, M. J. **Culturas Juvenis**. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

QUAPPER, D.K. Juventude ou Juventude? Acerca de cómo mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. In: BURAK, S.D. (org). **Adolescência y Juventud en América Latina**. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

REZENDE, C. B. **Identidade: O que é ser jovem?** Revista Tempo e Presença, n.240, CEDI, 1989.

BRASÍLIA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, setembro de 2008.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**. Ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVA, J. C. G. **Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana**. São Paulo: O autor, 1998.

SILVA, R. CARNEIRO, S. **Violência Racial: Uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil**. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra; Global Rights Patners for Justice, 2009.

WAISELFISZ, J. J. **Map of violent deaths**. Estudos avançados. 2007.

A MULHER NEGRA NO MERCADO TRABALHISTA: UMA INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA E GÊNERO

Wézya Mylena dos Santos Ferreira
wezya.my@gmail.com

Gabriela Mesquita Costa Vasconcelos
gabi.mesquita02@hotmail.com;

Eduardo Santiago Pereira
momentojuridico@uol.com.br

Resumo: O presente trabalho visa abordar o tema inter-racial da mulher negra nas relações trabalhistas, bem como a questão dessa mulher no eixo de pobreza do país. Tal artigo busca apresentar dados referentes às mulheres negras que se encontram na camada social mais baixa, mostrando como estas se relacionam em seus respectivos ambientes de trabalho, quais são as áreas de maior atuação dessas mulheres e como tais relações consequentemente afetam suas vidas familiares e afetivas. É pertinente também abordar o silêncio do racismo no mercado de trabalho, e como esse ato corrosivo e cruel vem sendo tratado pela justiça brasileira e pela população ao longo dos anos até o século XXI. Vale também destacar a existência de políticas públicas visando uma inclusão de tais mulheres no ramo trabalhista, e em caso afirmativo saber da sua funcionalidade.

Palavras-Chave: Mulher Negra, Igualdade Social, Feminismo, Discriminação Racial, Relações Trabalhistas.

Introdução:

A desigualdade social, racial e de gênero no Brasil não se remete a um fato novo na sociedade. Entende-se que vivemos numa sociedade originada de uma cultura patriarcal e escravocrata. Fundamentada no machismo, que coloca a mulher num estado de submissão e inferioridade, esse gênero vem sendo atacado desde o início dos tempos, seja na formação e imposição de uma conduta e comportamentos a serem seguidos, seja na restrição da mulher em determinados espaços de trabalho.

Visando alcançar uma equidade de gênero e pôr fim a essa cultura machista que conhecemos até hoje, foi criado o movimento feminista. Este chegou ao Brasil no início do século XX, trazendo greves e movimentações populares acerca do voto feminino (ainda proibido na época), trabalho de mulheres sem a permissão do marido, entre outros assuntos pertinentes a esse período. Tal movimento teve extrema relevância na luta por direito civil, e sua ideologia impulsiona ativistas por todo o país e pelo mundo atualmente.

Nesse mesmo período, no entanto, é notória a falta de participação da mulher negra nos tais movimentos feministas e liberais. Todavia, este fato não exclui a inserção da mulher negra no mercado de trabalho, visto que esta foi escravizada a partir do século XVII onde trabalhava como ama de leite, empregada, babá, entre outros serviços, para as famílias que possuíam grande poder aquisitivo, e mesmo após 300 anos de sua escravidão, continuou a prestar serviços para essas famílias, visto que não existia uma política de inserção da mulher negra na sociedade que a fizesse alcançar o mesmo status. O feminismo negro, então, passou a ganhar força e reconhecimento somente em 1980 aqui no Brasil, isto é, há apenas 36 anos.

Tem-se, portanto, como objetivo deste trabalho analisar de que forma o perfil socioeconômico desse grupo – mulheres negras - é tratado em suas relações trabalhistas atualmente, levando em consideração o que foi supracitado sobre sua formação histórica e cultural. Bem como verificar o grau de escolaridade e renda, a realização ou não de políticas públicas voltadas para a inserção da população feminina negra no mercado de trabalho (visando a redução das desigualdades sociais).

Buscando o contexto histórico do Brasil, sabe-se que os negros brasileiros são descendentes dos africanos transportados em condições de escravos para o Brasil, e que desde a abolição da escravatura, onde por fim considerados “livres”, continuaram presos em uma realidade em que não havia oportunidade

nem expectativa de melhorar suas condições. Ambientados numa sociedade que os intitulava livres, mas não oferecia políticas de educação, inclusão ou quaisquer auxílios para sua ascensão social, os negros passaram a concentrar sua mão de obra nos trabalhos básicos, sem muitos ou até mesmo nenhum direito lhes protegendo. Revitimizadas pelo fato de serem mulheres. Assim, formou-se um ciclo de vida alicerçado na pobreza que trouxe resquícios até os dias atuais; as crianças negras de família pobre, entram de forma precoce no mercado de trabalho informal, pois precisam ajudar aos familiares no sustento de casa. Dessa forma, na maioria das vezes abrindo mão dos estudos.

Consequentemente esse ciclo resulta na formação de adultas com baixo nível de escolaridade e, por conseguinte, na marginalização da mulher negra no mercado de trabalho, rompendo assim a lógica meritocrática fomentada pela estrutura burguesa-capitalista.

Metodologia:

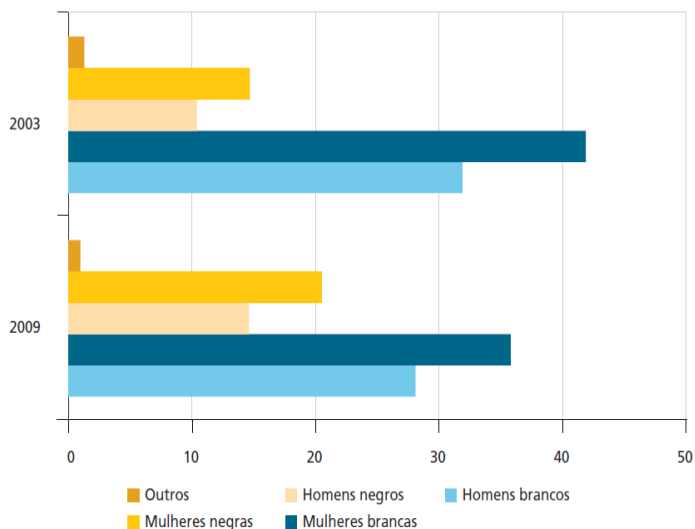
O artigo em questão foi desenvolvido através do método dialético, com base em pesquisa qualitativa descritiva por meio de análises bibliográficas e documentais, coleta de dados e pesquisas de artigos com a finalidade de construir um raciocínio crítico e fundamentar a argumentação do presente trabalho.

Resultados:

Trazendo uma análise dos assuntos denominados desigualdade social e racial, é necessário que, a priori, seja analisada a população brasileira como um todo. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014 realizada pelo IBGE 53% dos brasileiros se declararam pardos ou negros no ano de 2013, diante de 45,5% que se disseram brancos.

De acordo com sociólogos como Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle, o que caracteriza as desigualdades no Brasil é um processo cumulativo de desvantagens, associado aos mecanismos no decorrer de sua trajetória.

Estudantes no ensino superior, por sexo e cor/raça (2003 e 2009)
 (Em %)



Fonte: Ensaio de gênero sobre as mulheres negras no ensino superior.

A posteriori, para tratar do mercado trabalhista, é necessário uma análise do sistema educacional brasileiro adotado e seus efeitos na população.

É importante ressaltar que as mulheres sempre tiveram um número inferior em relação aos homens em se tratando da população economicamente ativa (PEA). Dados coletados pelo Ipea mostram que, em 1970, apenas 18,5% das mulheres eram economicamente ativas. Em 2010, este índice chegou a quase 50%. No entanto, as mulheres **negras e pobres** seguem sendo a base da pirâmide do mercado de trabalho — elas não chegam a ganhar 40% do valor da remuneração de um homem branco.

As mulheres negras arcam com todo o peso da discriminação de cor e de gênero, e ainda mais um pouco, sofrendo a discriminação setorial-regional-ocupacional que os homens da mesma cor e a discriminação salarial das brancas do mesmo gênero. (SOARES, 2000, p. 51).

Discussão:

O trabalho em questão é iniciado com a temática do feminismo, visto que esse assunto é considerado um movimento social de viés político que busca por uma equidade de gênero e garantia de direitos fundamentais a todos. Visando abarcar objetivos que defendam não só a questão de gênero, mas também a questão racial, o movimento do feminismo negro vem ganhando força, voz e adeptos em todo o país. Isso se deve ao fato de que o ingresso de muitas mulheres negras nos movimentos negros num geral foi marcado, inicialmente, pelo fortalecimento individual e pela afirmação de uma identidade negra. Segundo Kabengele Munanga (2009), a identidade dos movimentos negros contemporâneos se organiza em torno dos elementos que o caracterizam, que são: o passado histórico de escravização de seus ascendentes africanos; a estigmatização, a racialização e a exclusão como grupo; a negação da humanidade de mulheres e homens negros pelo mundo ocidental; a negação dos valores civilizatórios com a inferiorização de suas sociedades e a destruição de suas culturas. A identidade, então, “passa por sua cor, ou seja, pela recuperação de sua negritude física e culturalmente” (2008, p. 14).

Fato interessante mostra que um “novo feminismo” tem crescido nas zonas periféricas. O “Instituto Odara” localizado em Salvador possui programas de inclusão para essas mulheres que vivem a margem da sociedade, tais quais: Programa de Direitos Humanos; Programa de saúde da mulher negra; Programa de comunicação e Programa de pesquisa e intercâmbio. Esses programas pretendem propor um novo ciclo de desenvolvimento na rede feminista, contra o preconceito e a discriminação, bem como no enfrentamento da violência e na fomentação de políticas públicas voltadas a inclusão das mulheres negras.

Desde os primórdios, em geral as mulheres se concentravam nos trabalhos não remunerados, trabalhos domésticos, e funcionários públicos. Enquanto que os homens se concentram em assalariados com e sem carteira, conta-própria e empregador. De acordo com as estatísticas expostas, em consequência da baixa escolaridade, observa-se um forte contingente de mulheres negras e pardas no serviço doméstico. Em contrapartida, os homens negros se encontram fortemente concentrados na indústria tradicional (especialmente indústria da construção) e nos serviços gerais em que há baixos salários e um alto grau de informalidade. Uma realidade, de fato, comum durante toda a história do Brasil, inclusive, vista pela sociedade como um estereótipo para determinadas funções. Porém, o fundamento para a baixa escolaridade e conseqüentemente

a submissão a esses empregos é a falta de inclusão e políticas públicas na vida desse grupo. Para muitas mulheres, que presenciam as necessidades do lar e em decorrência da cultura do patriarcado e machismo, são tidas como as responsáveis pelo zelo doméstico, é necessário que se sacrifiquem e abandonem os estudos em detrimento de cuidar do lar.

De acordo com os dados supracitados, o número de mulheres negras que ingressaram no ensino superior entre os anos de 2003 e 2009, aumentou progressivamente. Pode-se atribuir esse resultado como consequência da política de cotas, decretada na Lei nº 12.711/12 que visa uma inclusão social e racial, o que permitiu à pessoas de baixa renda num geral, a entrada nas universidades e institutos federais de educação. No entanto, a permanência dessas mulheres nas universidades e cursos técnicos não segue esse mesmo parâmetro.

Os negros estão fortemente concentrados nas ocupações da indústria tradicional e nos serviços gerais, sendo que o acesso à educação é um dos principais fatores de produção dessa desigualdade. Entretanto, mesmo quando eliminadas as diferenças educacionais, os negros ainda apresentam desvantagens, principalmente no acesso às melhores posições ocupacionais, demonstrando que há uma distribuição desigual de indivíduos no mercado de trabalho e um dos fatores dessa desigualdade é a cor (LIMA, 2001, p. 152).

Estudos realizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em 2014 no mercado de trabalho de Salvador, mostram que a renda média de mulheres negras foi de R\$ 1.705, equivalente a 53,6% do salário de um homem não negro que teve a maior média mensal, de R\$ 2.223. Esses dados mostram que, além do mercado brasileiro de trabalho ser sexista, em detrimento do que já foi apresentado e discutido neste trabalho, também é racista, o que de acordo com Luiz Chateaubriand constitui para o fato do grupo de mulheres negras ser o mais penalizado, com rendimentos mais baixos, postos de trabalho precários e instáveis.

O aumento da participação feminina nas ocupações que não oferecem proteção social – trabalhos sem carteira assinada, por exemplo – flagra as desvantagens de gênero no acesso e permanência no mercado de trabalho. Isto é, em contextos de relativo desenvolvimento econômico e maiores oportunidades no mercado, o segmento masculino tende a estabilizar-se primeiro nas ocupações mais protegidas, enquanto as mulheres são alocadas naquelas com maior

precariedade social. Ou seja, para as mulheres negras que já prejudicadas pelo seu gênero, sua raça/cor funciona como potencializador dessa desigualdade.

Seguindo estereótipos criados no período escravista no Brasil, as mulheres negras são intituladas como subservientes à sociedade, concentrando-se nos trabalhos formais como domésticas ou babás, ou nos informais, tais quais: vendedora ambulante, catadora de latinha, etc. Devido ao avanço do feminismo negro na sociedade, e ao aumento dessas mulheres também nas universidades, o número de mulheres negras profissionalizadas vêm crescendo nos últimos anos. No entanto, desde as profissões de base até as mais qualificadas, essas mulheres sofrem com ofensas machistas, racistas e injúrias raciais. As ofensas raciais costumam diminuir essas mulheres seja atingindo-as por conta da estética (cabelo afro, lábios grossos, narizes largos) seja na perpetuação de menor poder intelectual desse grupo em detrimento de todos os outros com apelidos maldosos e xingamentos, que muitas vezes remetem a comparação de um período doloroso para a história dos afro-brasileiros (escavidão) com a atual sistemática vivenciada.

Prova disso é o estudo Panorama do Trabalho Doméstico, elaborado a pedido da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/ IBGE), o levantamento aponta que, dos 458 mil trabalhadores domésticos existentes na Bahia (2007), quase 79,2% são mulheres negras, 14,3% são mulheres não negras, 5,8% são homens negros e 0,7% são homens não negros.

É notório que com o decorrer das décadas a questão do racismo foi bastante discutida e analisada, levando à criação de políticas que visam combater este mal. Porém, ainda persiste de forma atuante na sociedade. Como no caso ocorrido em outubro de 2015, quando funcionárias de uma unidade de saúde localizada em São Carlos, foram vítimas de ofensas racistas pela sua gerente no ambiente de trabalho. A autora do crime, em sua defesa, respondeu que o acontecido tratava-se de uma brincadeira que costumeiramente tinha com os funcionários; mas logo após o fato ter tomado conhecimento nos corredores do hospital, esta autora chamou uma das vítimas em seu gabinete e reiterou ofensas que visavam diminuir a intelectualidade. A vítima então entrou em contato com a diretoria do hospital, que, para sua surpresa, não constatou crime algum. Pelo contrário, tentaram persuadi-la de que ela havia ofendido a sua gerente em primeiro caso, e a mesma só revidou em tom de “brincadeira”. Embora amparada judicialmente nos procedimentos de denúncia e nos trâmites processuais, e instigada pelos defensores públicos e colegas de trabalho a dar continuidade ao processo, a vítima que trabalhava como técnica de enfermagem no local, e

que foi a noticiante do crime, bem como a sua testemunha foram demitidas dias depois do fato acontecido.

É importante ressaltar que, embora ambos racismo e injúria racial impliquem possibilidade de incidência de responsabilidade penal, suas definições se diferenciam. Enquanto a injúria racial está prevista no Código Penal e consiste em ofender a honra de alguém valendo-se de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, o racismo é regulamentado pela Lei n. 7.716/89. No plano da realidade, é possível visualizar casos de injúria racial quando o bem atingido é subjetivo. Apelidos que se direcionam a diminuir a pessoa em específico, fazendo alusão a seus ancestrais e/ou a suas características étnicas, se enquadram nesse crime por exemplo. Já o crime de racismo, infelizmente, consoante se tem entendido, somente caracterizar-se-ia quando direitos específicos, elencados na lei acima referida, fossem negados em virtude da raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional do sujeito passivo. Segundo o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Carlos Alberto Reis de Paula, o papel da Justiça trabalhista, e em especial do Judiciário, é também cada vez mais relevante no âmbito social. É muito importante que o Judiciário se descubra como o campo adequado não para manter o *status quo* (situação atual), mas como um agente transformador da sociedade enquanto assenta sua atuação nos princípios fundados na redução das desigualdades sociais e no repúdio ao racismo.

Vale trazer à baila que, nas situações de racismo no trabalho, existem vias além da esfera penal que podem ser acionadas - vez que esta é a última ratio do ordenamento jurídico - tais quais a cível e a trabalhista. Avaliando as circunstâncias de cada caso, pode também ser cabível a indenização por danos morais e materiais. Uma funcionária afrodescendente que seja coagida a cortar seu cabelo *black power* por este não se encaixar nos padrões da empresa, foi acometida de assédio moral, cabendo a esta indenização. Embora a Justiça do Trabalho brasileira tenha se tornado mais capacitada para receber os casos semelhantes ao mencionado, o racismo institucionalizado dificulta na resolução dos casos. Para o professor Martins de Direito no Distrito Federal:

[...] há muitas pessoas que não apenas se dizem não racistas, mas, de fato, não se sentem racistas, e essa imperceptibilidade acaba causando a naturalização de algumas práticas racistas ainda mais evidenciadas.

De acordo com o que foi destacado pela ONU, “o Brasil não pode mais ser chamado de uma democracia racial e alguns órgãos do Estado são caracterizados por um racismo institucional, nos quais as hierarquias raciais são culturalmente aceitas como normais”.

Esse racismo institucionalizado conceitua-se como o racismo que acontece no seio das instituições contribuindo para a naturalização e reprodução da desigualdade racial é denominado racismo institucional. Este se faz presente de forma implícita no funcionamento habitual de instituições e organizações, havendo uma diferenciação por questão racial. No Brasil a partir dos anos 2000, houve uma maior mobilização quanto ao tema, debatendo sobre como o poder público desenvolveria atividades para desconstruir esse racismo. Essa definição, usada amplamente pela militância negra no Brasil, diz o seguinte:

O racismo institucional é o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p. 22)

Tendo em vista a diminuição de casos referentes ao racismo nos ambientes de trabalho, foi realizado, em 2005, no Brasil, com o foco principal na área da saúde, o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), contando com inúmeras parcerias. Esse programa realizou diversas ações, dentre elas execução de oficinas abordando o tema, direcionada para gestores e trabalhadores do setor público. Concluindo-se que o tratamento desigual entre negros e brancos nas relações de trabalho, o não reconhecimento da competência de pessoas negras, a discriminação por raça entre outros estão bastante presentes nesse meio e cotidianamente são omitidos. Assim, mostrando ao poder público o grande problema existente dentro do seu sistema e que medidas necessitam serem tomadas.

Diante do cenário exposto, e vez que já foi explanado neste trabalho que antes de ecoar no ambiente trabalhista, o racismo se desenvolve nos locais voltados

para a educação, estudantes da UnB (primeira universidade brasileira a aderir ao sistema de cotas) desenvolveram o projeto “Negro na mídia”, onde buscam dar visibilidade aos jovens negros estudantes que desejem relatar suas experiências. Uma das campanhas do projeto se trata de um ensaio fotográfico que mostra um conjunto de frases e comentários que reforçam estereótipos negativos atribuídos aos jovens negros apresentando assim ações do racismo velado/institucionalizado em detrimento da conscientização da população visando evitar que essas situações reiteradas continuem a acontecer.:



Fotos: Ensaio fotográfico do Blog “AquilombandoDFE” em campanha articulada por alunos da UnB.

Conclusões:

Mesmo com o aumento crescente da mulher negra nos movimentos sociais, bem como o aumento do ingresso dessas mulheres nas universidades, é notória não só a disparidade em seus salários quando em comparação aos outros grupos sociais, como também uma carga social mais árdua para ser carregada. As lutas pela diminuição nos índices de desemprego mostram-se integralmente atreladas a desigualdades remanescentes dos tempos de escravidão. Com o racismo nos ambientes de educação e conseqüentemente de trabalho se tornando cada vez mais velados, e muitas vezes ignorados sendo considerados irrelevantes, esse fato vai em contrapartida para a exterminação do ato. Trata-se de algo que precisa ser discutido, denunciado e acompanhado pelo Estado de forma cautelosa e que vise uma restauração sistemática.

A junção da violência e do racismo culmina num resultado explosivo para essa população mais vulnerável. Muito se aborda na punição daqueles que cometem tais crimes cruéis, mas se o poder público não traz medidas para que venham acolher a vítima da forma necessária, de quase nada servirá a sua atuação na defesa daqueles que tem sua integridade e subjetividade violadas secularmente. Ou seja, a punição do autor seja ele do crime de racismo ou de injúria racial, deve caminhar com um acompanhamento à vítima concomitantemente a efetivas políticas de inclusão social. Ora, visto que inseridos numa sociedade progressista, é de extrema importância que os crimes não sejam tratados de forma punitiva apenas para que depois se repitam. O Estado pode e deve investir em campanhas que visem conscientizar à todos sobre os malefícios do sexismo e do racismo, e mostrar que tais atos são inerentes a quaisquer ambientes.

Ante o exposto conclui-se pela relevância desse trabalho, sendo fundamental a investigação quanto às influências históricas e hierárquicas da mulher negra no ambiente de trabalho, e sua conseqüente participação no meio social em que vivemos.

De acordo com sociólogo

Referências:

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas:** feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

CASTILHO, Inês. **Nas periferias, nasce um novo feminismo.** Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/nas-periferias-nasce-um-novo-feminismo/>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

ENSAIOS DE GÊNERO. **Mulheres negras no ensino superior.** Disponível em: <<http://www.ensaiosdegenero.files.wordpress.com/2014/07/mulheres-negras-ensino-superior-2.png>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

HUFFPOST BRASIL. **‘É como andar em um campo minado’, diz estudante que criou campanha contra o racismo na UnB (FOTOS).** Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/04/04/racismo-unb_n_7003848.html>. Acesso em: 30 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero – uma análise dos resultados do censo demográfico de 2010.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle. **Dossiê mulheres negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília. IPEA 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=731/>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

ODARA – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Disponível em: <<http://institutoodara.org.br/programas/>>. Acesso em: 30 de abril de 2016.